DANIEL RODRIGUES TAVARES

ENSINO DE HISTÓRIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA ILHA DE MOSQUEIRO

Editora CABANA

ENSINO DE HISTÓRIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA ILHA DE MOSQUEIRO

DANIEL RODRIGUES TAVARES

ENSINO DE HISTÓRIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA ILHA DE MOSQUEIRO

Editora CABANA

Copyright © by Daniel Rodrigues Tavares
Copyright © 2021 Editora Cabana
Copyright do texto © 2021 Daniel Rodrigues Tavares
Todos os direitos desta edição reservados

O conteúdo desta obra é de exclusiva
responsabilidade do autor.

Capa e Projeto gráfico:
Eder Ferreira Monteiro
Edição e diagramação:
Helison Geraldo Ferreira Cavalcante
Coordenação editorial:
Ernesto Padovani Netto
Revisão:
O autor

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Tavares, Daniel Rodrigues, 1984-.
Ensino de história e educação patrimonial na ilha de Mosqueiro /
Daniel Rodrigues Tavares. – Belém, PA: Cabana, 2021.
240 p. : il.

Inclui bibliografia
ISBN 978-65-89849-15-5

1. História – Estudo e ensino. 2. Prática de ensino. I. Título.
CDD 907

[2021]
EDITORA CABANA
Res. Paulo Fonteles, Q-B, 24
66640-705 — Belém — PA
Telefone: (91) 99998-2193
contato@editoracabana.com
www.editoracabana.com

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....11

INTRODUÇÃO.....14

CAPÍTULO 1

Discutindo história, memória e identidade.....19

Conceito história.....27

Conceito memória.....39

Conceito identidade.....52

Diálogo com o material didático — "ensino de história e educação patrimonial em Mosqueiro".....59

CAPÍTULO 2

Educação patrimonial e ensino de história.....63

Ensino de história.....63

Patrimônio cultural.....78

Conceito cidadania.....108

Educação patrimonial.....115

CAPÍTULO 3

Em busca do patrimônio cultural de Mosqueiro.....123

O comércio do látex e suas imbricações em Belém.....125

Mosqueiro na virada do século XIX para o XX 137

Preservação do patrimônio e turismo cultural.....189

CAPÍTULO 4

Ensino e patrimônio – expandindo a sala de aula.....179

A pesquisa com os alunos e o desenvolvimento do trabalho.....179

Publicizando o ensino de História 202

Considerações finais.....209

Referências bibliográficas.....211

APÊNDICE: material didático – ensino de história e educação patrimonial em Mosqueiro.....225

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar à minha família, em especial à minha mãe Maria de Nazaré e aos seus irmãos (meus tios) Alfredo, André, Aldo, Antônio, Alcir, Almir, meus avós Joana e Alfredo, que me deram o suporte necessário para que eu possa ter vivido a fase de defender uma dissertação de mestrado, agora publicada no formato de livro impresso.

Muito obrigado com muito afeto à minha esposa Paula Patrícia e ao meu filho Fidel Inácio, que acompanham meu dia a dia de trabalho, estudo e militância, e me proporcionaram segurança e companheirismo, necessários para o desenvolvimento do trabalho.

Aos amigos de todas as horas, frequentadores do Empata's Bar, espaço que muito contribuiu com minha formação, meus agradecimentos sinceros. Cito amigos importantes: Leirson, Adriano (mimoso), Caio (além de amigo, primo), Rick, Celso (Gajoba), Tinga (amigo e padrasto), Baiaco, Beca, Humberto, Leocádio (in memoriam) e tantos outros.

À escola pública estadual Honorato Filgueiras, onde cursei todo o meu Ensino Médio, onde hoje ministro aulas de História, escola em que desenvolvi o trabalho que ora apresento. Agradeço à diretora Arneide Ribeiro de Carvalho por todo o apoio e compreensão nesse período de muito esforço. Meus agradecimentos especiais a todos os trabalhadores da escola, em especial à Dona Neide e à Alessandra, que preparam almoços maravilhosos nos dias das aulas passeios, aos professores Aldo Rodrigues (Geografia), Gilderson Trindade (Educação Física), Arnaldo Azevedo (técnico pedagógico) – profissionais que muito me ajudaram no desenvolvimento das aulas de campo. Aos alunos das turmas de terceiro ano da manhã, 301 e 302, de 2017 e 2018, que foram as pessoas que construíram junto comigo este projeto, obrigado. Agradecimentos também aos companheiros e companheiras de trabalho da escola estadual Inglês de Souza, que muito me ajudaram nesse período de muita dedicação em prol da conclusão do mestrado. Em especial, obrigado à diretora Fernanda Caldas, sempre muito solícita e compreensiva.

Ao ensino de História, por me proporcionar realizações, sustento, conquistas; por ter me dado a possibilidade de cursar o mestrado profissional, no campus de Ananindeua, pela Universidade federal do Pará, obrigado.

Agradecimentos à turma "Gambiarra", do mestrado profissional, formada por professores e professoras de História de muita qualidade. Pessoas solícitas, companheiros sempre dispos-

tos a ajudar uns aos outros. Rafael Elias, Bruno, Neilton, William, Tomé, Rodrigo, Lourdes, Raquel, Antônia, Nazarena, Plínio, Luiz, Neles, Carlos, Helison, Otto. Em especial, agradeço aos camaradas com quem mais dividi leituras, apresentações de trabalho, participações em congressos, almoços e uma amizade forte que me acompanhará na vida: Edgar, Rafael Castro e Netto Padovani. Aos professores que ministraram aulas durante o curso, com destaque para a professora doutora Conceição Almeida, que considero exemplo de professora de História a ser seguido, pela sua dedicação incansável à carreira e aos seus alunos. Friso a contribuição enorme da professora doutora Sidiana de Macedo na construção do projeto de pesquisa e na definição de um norte inicial para o trabalho: obrigado professora. Merece lugar cativo nesses agradecimentos, também, a professora doutora Edilza Fontes, a principal responsável por trazer o PROFHISTÓRIA ao Pará. Sou grato também pela relação de amizade com meu orientador, professor doutor Pere Petit, que possibilitou a elaboração deste texto.

Aos autores que escreveram sobre Mosqueiro, deixo a minha profunda gratidão, por fazerem da Ilha seu bem de pesquisa mais valioso. Para representá-los, cito Augusto Meira Filho, que além de pesquisar, produzir sobre o lugar, foi também incentivador da construção da Rodovia PA-391, carinhosamente chamada de "Belém-Mosqueiro", mas que oficialmente recebe o nome do engenheiro citado. Foi também um dos principais incentivadores da construção da ponte Sebastião Rabelo de Oliveira, que liga Mosqueiro ao município de Santa Bárbara.

À Ilha de Mosqueiro, repleta de belezas naturais e culturais, de povo acolhedor, terra onde nasci e fui criado, onde aprendi muitas coisas da vida, lugar que me encantou e encanta pessoas de diferentes paragens, muito obrigado.

Daniel Rodrigues Tavares

INTRODUÇÃO

O ensino de História possui uma função de orientação no tempo e no espaço (SCHMIDT, 2011). Relaciona-se com questões importantes como memória, identidade, cidadania. O ensino da disciplina pode contribuir sobremaneira com a percepção de que somos seres de memória, de que nos identificamos com nossas reminiscências e que a partir de nossas experiências vividas aprendemos a lidar com a vida em sociedade, com as regras de uma organização cidadã.

Consideramos importante a prática de Educação Patrimonial, como um meio de se ensinar História, pensando a possibilidade de imbricar Patrimônio Cultural, entendido aqui como um "lugar de memória" (NORA, 1993), repleto de referências do passado, que dialoga com a identidade cultural das pessoas e sua respectiva noção plural de cidadania, de preocupação com a cidade, de cuidado, e de preservação do espaço público.

Para ensinar História pela educação para o Patrimônio é essencial compreender os conceitos correlatos ao tema. Logo, faz-se necessário um aporte teórico conceitual, que desenhamos nos primeiros capítulos deste trabalho, quando discutimos História e seu ensino, Memória, Identidade, Patrimônio Cultural, Educação Patrimonial e Cidadania, ligando esses conceitos às noções de ensino de História e do próprio trabalho educativo sobre os bens culturais. Na discussão com os alunos, que, ao se apropriarem dos conceitos, e relacionando-os ao seu conhecimento prévio, podem reconstruir os significados. Conceitos históricos possuem um alto nível de abstração, são mutáveis e para serem compreendidos pelos alunos, é necessário que os discentes o relacionem à sua bagagem cultural (CARRETERO, 1997, p. 34-35). Então, no primeiro capítulo, construímos a relação entre a opinião dos alunos e de autores renomados em torno dos conceitos História, Memória e Identidade. Ainda no capítulo primeiro, realizamos um diálogo com o material didático "Ensino de história e Educação Patrimonial em Mosqueiro" – o produto pedagógico, o qual é uma exigência de nosso programa de mestrado em ensino de História. No segundo, essa relação se constrói em volta dos conceitos Ensino de História, Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial, evidenciando o que os alunos identificaram como patrimônio em Mosqueiro.

Desenvolvemos a estratégia de ensino de História por meio da Educação Patrimonial na escola Honorato Filgueiras, localizada em Mosqueiro, distrito administrativo de Belém, capital do

Estado do Pará, com discentes do terceiro ano do Ensino Médio do turno da manhã. Optamos, a partir do que os alunos consideraram como patrimônio, evidenciar os bens culturais da "Ilha"[1], identificando-os como um resquício do momento em que Belém vivia a euforia da exportação da borracha, fato que influenciou intensamente a instalação de estruturas urbanas no centro de Belém, num período em que os padrões europeus foram imitados na lógica de remodelação da cidade – fala-se da influência cultural, aqui entendida como *Belle Époque*. Guardadas as devidas proporções, houve a implementação de determinados equipamentos urbanos na *Bucólica*[2] ilha de Mosqueiro como a construção de vivendas em estilo de chalé, modelo arquitetônico eclético com muitas influências europeias. Nesse contexto, Mosqueiro despontou como um destino "turístico" de famílias belenenses e de estrangeiros que vieram trabalhar na capital. No terceiro capítulo, conectamos a História da Ilha com o que Belém vivenciou na virada do século XIX para o XX. Discutimos como essa condição de destino de visitantes fez e faz parte do cotidiano de moradores, assim como a "estrutura urbana" implantada em Mosqueiro, principalmente no início do século XX, objetivou atender um público externo, enquanto os ilhéus pouco ou quase nada aproveitavam dessa estrutura. Tal condição do passado é semelhante às questões que se vivenciam no cotidiano dos moradores, na atualidade, com problemas sociais, ineficiência do poder público, serviços feitos para atender um público de fora – uma continuidade de outrora.

Entendemos ser importante, a partir da relação entre as ideias iniciais dos alunos e a teoria escrita por historiadores, no que tange aos conceitos correlatos ao Patrimônio, somado aos aspectos da história local na virada do XIX para o XX, construir um texto didático que sirva de suporte aos alunos, professores vindouros e a quem mais interessar. O material didático possui o título "Ensino de História e Educação Patrimonial em Mosqueiro". Consta no apêndice deste trabalho.

O quarto capítulo traz o relato de experiência da sequência didática aplicada junto às turmas: apresenta os questionários aplicados, identifica o trajeto percorrido nas aulas passeios ciclísticos com os jovens, mostra a produção dos discentes e a avaliação feita por eles acerca das atividades executadas. Assim como conversa com a necessidade do historiador fazer uma história pública. Em nosso caso, decidimos compartilhar o material didático via grupos de *WhatsApp* com os alunos, além de dividir o material didático e a experiência como um todo numa página no *Facebook* também chamada "Ensino de História e Educação Patrimonial em Mosqueiro".

[1] Mosqueiro é um arquipélago formado por 35 ilhas. Entretanto, a denominação "Ilha" se popularizou, sendo comum sua utilização.

[2] A expressão "Bucólica" foi cunhada pela primeira vez para se referir a Mosqueiro pelo jornalista paraense Pierre Beltrand, na década de 1960.

FIGURA 1: Mapa indicando a Orla, desde o Murubira, e localizando a escola Honorato Filgueiras

Fonte: https://www.google.com/maps/search/Honorato+Filgueiras,+Tv+Siqueira+Mendes+Maracaj%C3%A1/@-1.1424815,-48.4606277,14z. Acesso em: 17 dez. 2018.

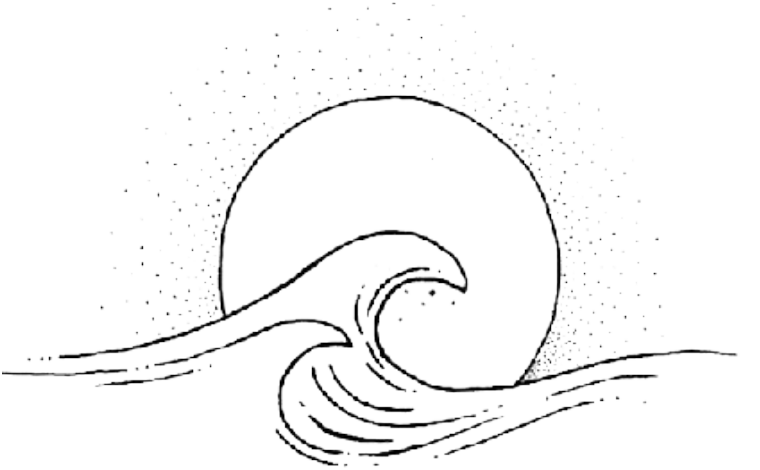
A produção dos alunos se pautou pelo "processo indutivo de conhecimento histórico" (KNAUSS, 2012, p. 37), que passa por percepção, intuição, crítica e criação, que podemos relacionar às etapas observação, registro, exploração e apropriação do guia de Educação Patrimonial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o IPHAN (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 9), é utilizado no desenvolvimento do trabalho, no sentido de que o corpo discente aproveite cada estágio dessa construção de conhecimento, dando uma atenção especial à apropriação que fará do Patrimônio, e como apresentará o conhecimento apropriado – o momento da criação. Reconhecemos a historicidade do Guia Básico de Educação Patrimonial lançado pelo IPHAN na década de 1990, não o descartamos, mas frisamos que é necessário estabelecer a relação do bem cultural com a vida das pessoas, para que o patrimônio faça sentido para a comunidade. E nesse processo é interessante destacar como se pode estabelecer marcos referenciais de identidade, como se pode criar afetividade em relação ao Patrimônio em discussão, gerando uma noção da necessidade de preservação, que por sua vez estreita-se com a ideia de cidadania, de preocupação com a vida da cidade, na qual está o lugar de memória em questão.

Estabelecemos um roteiro turístico-cultural-pedagógico, que pode ser refeito a qualquer momento e/ou reconstruído por

outros professores e outros alunos. Levamos os alunos para passear de bicicleta pelas ruas de Mosqueiro, ensinando História, fazendo comentários sobre as características arquitetônicas, os usos e a simbologia dos bens culturais que os próprios alunos reconheceram como tal. Percorremos um trajeto que vai da Praia do Murubira, passando por toda a extensão da orla de Mosqueiro, passando pela Praça da Vila, e finalizando a aula passeio na escola, no bairro do Maracajá.

Nosso material de Educação Patrimonial, que o grande público pode acessar na página do Facebook, mencionada há pouco, traz conceitos em torno do Patrimônio; uma parte da História Local imbricando o passado do início do século XX com a atualidade, assim como aparece nosso roteiro pedagógico realizado, com as produções dos alunos feitas a partir da apropriação dos bens culturais.

Situamos nossa pesquisa no viés da construção de uma História Social, com uma abordagem cultural, ao passo que entendemos que nossas preocupações se voltam à vida das pessoas, em torno de questões como memória, identidade e cidadania, enquanto utilizamos o Patrimônio Cultural, como recurso didático, como fonte primária, para desenvolver o ensino de história (BARROS, 2010).



CAPÍTULO 1

Discutindo história, memória e identidade

Compreendemos a sala de aula como espaço de pesquisa para que o ensino de História não seja óbvio, nem normatizado. Logo, enxergar o conhecimento como leitura de mundo é um caminho para se desenvolver um ensino pautado pelo principal paradigma do saber produzido cientificamente, que entende a pessoa como sujeito do conhecimento, não como seu mero receptor. Paulo Knauss defende que é necessário haver produção de conhecimento na sala de aula, que seja feita de maneira coletiva, havendo integração entre pesquisa e ensino, "[...] o ensino passa a ser o lugar da animação e a pesquisa o lugar da aprendizagem, sustentado em estruturas dialógicas" (KNAUSS, 2012, p. 33). O referido autor coloca em pauta a utilização das fontes em sala de aula. Consideramos que o bem cultural, uma vez que trabalhamos com a Educação Patrimonial, deve ser apresentado ao aluno como documento, de acordo com a indução do conhecimento histórico. "Importante ressaltar que é o aluno que lê o mundo e não o professor, que fica com a função de orientador e animador, é o aluno que vivencia a percepção, a intuição, a crítica e a criação" (KNAUSS, 2012, p. 42). Paulo Pires de Queiroz debate a necessidade de articulação entre teoria e prática; e, formação acadêmica e o contexto escolar. Diz-nos que...

> [...] ensinar história requer um diálogo permanente com diferentes saberes produzidos em diferentes níveis e espaços. Requer questionamento sobre a natureza, a origem e o lugar ocupado por esses diferentes saberes que norteiam e asseguram sua prática em sala de aula (QUEIROZ, 2012, p. 105).

O professor Paulo de Queiroz preocupa-se com a formação docente, nas suas várias etapas, com destaque para o exercício da profissão e a formação continuada, que precisam estar em acordo com uma noção de "[...] debate, mediação e intervenção crítica, visando uma escola aberta, democrática e mediadora de aprendizagens" (QUEIROZ, 2012, p. 118), no sentido de contribuir para a superação do modelo da racionalidade técnica, que tem a transposição didática[1] como principal pilar. É interessante pensar a formu-

[1] Refere-se a maneira de ensinar que prima pela memorização dos conteúdos, em que o professor é o dono do saber e o transpõe didaticamente, numa linguagem acessível ao aluno. Nesse modelo não há construção de conhecimento, apenas o repasse do que foi produzido fora do ambiente escolar, na academia.

lação de uma racionalidade criativa, que possa efetivar a relação entre teoria e prática numa práxis transformadora, capaz de produzir, de fato, conhecimento na escola, pautado na vida cotidiana do discente, numa perspectiva de melhorá-la.

> Neste contexto de contestação dos modelos tradicionais de formação docente, é importante destacar aqueles inspirados na racionalidade criativa. De acordo com essas concepções, a pesquisa ganha centralidade no ensino. De uma perspectiva política, o professor é considerado um sujeito problematizador. Entre nós, vários conceitos têm sido utilizados, tais como: professor pesquisador, professor reflexivo, professor crítico. (SILVA; GUIMARÃES, 2012, p. 36).

Para realizar uma práxis transformadora, é fundamental considerarmos um profissional da educação reflexivo, que avalia e reavalia sua prática, que se coloca na posição de pesquisador de sua docência – o professor pesquisador.

> Para explicitar essa tendência da pesquisa no processo de ensinar, é necessário retomar seus pressupostos no que se refere à concepção de ensino e de professor: o ensino, fenômeno complexo, enquanto prática social realizada por seres humanos com seres humanos, é modificado pela ação e relação desses sujeitos que por sua vez são modificados nesse processo (PIMENTA, 2005. p. 18).

É interessante que o docente se veja como um profissional reflexivo. Sua identidade como professor deve estar intimamente relacionada à pesquisa como um meio de construir e reconstruir conhecimentos, inclusive junto aos discentes.

O fazer-se enquanto um professor pesquisador também nos leva a buscar o que os alunos trazem consigo, a bagagem cultural que chega com os discentes. É importante considerar o conhecimento prévio do aluno(a), que pode vir repleto de "concepções espontâneas", significados construídos no cotidiano, na relação com a família, com as mídias, com as pessoas em geral. O ensino de História contribui para que essas concepções do dia a dia avancem para a forma de conhecimento escolar construído. Nesse aspecto, é importante reconhecer o cuidado que se deve ter ao se trabalhar com conceitos históricos, que são, em essência, abstratos. Portanto, historicizá-los e trazê-los o mais próximo possível da realidade dos alunos são atitudes necessárias para a superação das concepções forjadas no senso comum (CARRETERO, 1997, p. 33-34).

Desenvolvemos o trabalho na escola Honorato Filgueiras[2], da rede estadual pública de ensino do Pará, localizada no bairro do Maracajá, periferia de Mosqueiro, distrito, desde 1901, de Belém,

[2] Escola onde cursei o Ensino Médio, de 1999 a 2001, e onde leciono História desde 2013.

capital do Estado. A escola foi fundada em 1944 com o nome de Escola Reunida do Maracajá e atendia à demanda de alunos da 1ª à 4ª séries do 1º Grau. Passou a ofertar o 1º Grau completo, em 1972, quando o nome passou a ser Escola Estadual de 1º Grau Paes de Carvalho. Em 1976 mudou de nome outra vez: tornou-se Escola Estadual de 1º e 2º Graus Honorato Filgueiras, contexto no qual passou a atender alunos do 2º Grau, como diz o novo nome. Em 1997, após a sanção da Lei 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), passou a ser denominada Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Honorato Filgueiras[3] – nome que mantém até a presente data. Em 2017, ano em que aplicamos pela primeira vez a sequência didática de Educação Patrimonial com fins de construir o relato de experiência na forma desta pesquisa, havia duas turmas de Ensino Fundamental, um oitavo e um nono anos; enquanto no Ensino Médio havia 7 turmas de primeiro, 10 de segundo e 7 de terceiros anos, distribuídas pelos turnos manhã, tarde e noite, totalizando um número de 1179 alunos matriculados. Em 2018, ano em que reaplicamos as ações didáticas, havia 2 classes de nono ano (Ensino Fundamental); enquanto no Médio há 9 primeiros anos, 9 segundos e 8 terceiros anos, alcançando um total de 990 matrículas[4]. O Honorato possui dez salas de aula climatizadas, biblioteca, laboratório de informática, laboratório de ciências, quadra esportiva coberta, auditório com capacidade de abrigar 200 pessoas[5]. É, portanto, uma escola de médio porte, considerando os padrões da SEDUC (Secretaria de Educação do Pará), e com problemas, desafios e realizações positivas, proporcionais ao seu tamanho.

Trabalhamos com 58 discentes de duas turmas do terceiro ano do Ensino Médio, 301 e 302 do turno da manhã, do ano letivo de 2017[6]; e com 46 alunos também das turmas 301 e 302 da manhã, do ano letivo de 2018[7]. Sobre o perfil das turmas em 2017, em sua maioria, eram alunos filhos de pais trabalhadores, com idade entre 17 e 20 anos, sendo que em torno de 10% desse total também já são trabalhadores, de renda que varia entre 1 a 3 salários mínimos – informações dadas pelos próprios(as) alunos(as) redigidas em questionário[8] socioeconômico aplicado. São jovens que, mes-

[3] Honorato Filgueiras (1876-1941) foi um farmacêutico cearense, formado no Rio de Janeiro, que chegou em Belém em 1912. Nos primeiros anos trabalhou como médico e possuía uma pequena farmácia. Porém, a homenagem se deu por ter se destacado como professor do antigo "Ginásio Paes de Carvalho", cargo para o qual foi nomeado em 1917, o qual ocupou até seu falecimento.

[4] Os dados aqui apresentados foram fornecidos pela secretaria da escola.

[5] Os laboratórios e a Biblioteca estão ociosos porque o governo do Estado não lota professores para atuarem nesses espaços educativos.

[6] De 58 alunos, em 2017, 29 participaram de todas as etapas: questionários iniciais e posterior (avaliativo), aula de campo (passeio ciclístico, visita aos bens culturais) e entrega do trabalho final; enquanto os demais deixaram de participar em alguma etapa do projeto.

[7] De 46 alunos, de 2018, 26 participaram de todas as etapas do trabalho.

[8] O questionário socioeconômico e outro com questões sobre conceitos que se relacio-

mo não tendo uma renda elevada, possuem aparelhos telefônicos modernos com acesso à *Internet* e às redes sociais. Apenas três disseram não possuir telefone e nem participar de redes sociais. São pessoas, a maioria, que nasceram e foram criadas em Mosqueiro, assim como são filhos de mosqueirenses. As duas classes de 2018 são semelhantes ao perfil das do ano anterior, com pequenas diferenças: a maioria com 17ou 18, sendo que uma aluna apenas com 16, outros quatro com 20 anos. São filhos de pais trabalhadores; a metade dos pais, grosso modo, é natural de Mosqueiro. A renda familiar varia de 1 a 3 salários mínimos, com predominância de famílias com apenas um salário; 67% dos jovens são naturais de Mosqueiro; 40% já são trabalhadores que exercem as funções de garçom, atendente, vendedor, por exemplo.

As respostas dos(as) alunos(as) aos questionamentos feitos[9] nos levam a dialogar com a metodologia de pesquisa de História Oral, que despontou em meios acadêmicos no decênio de 1970 e causou reações adversas que a a consideravam um instrumento contrário à História. O produto das entrevistas, que deve passar pelo trabalho crítico do pesquisador, assim como as outras fontes, apresenta mais o resultado das ações da memória sobre a experiência humana, do que a vivência direta dos entrevistados. Nesse sentido, Michael Hall aponta problemas que os historiadores da oralidade enfrentam, como o de que as memórias dos inquiridos se apresentam falíveis em relação a fatos específicos, como percebeu ao entrevistar um trabalhador que confundiu fatos da greve de 1919 com os da de 1917, em São Paulo (HALL, 1992, p. 157). O autor pensa que o entrevistado não o fez intencionalmente, mas não se pode negar a existência das distorções propositais, como se percebeu no exemplo da entrevista com uma figura importante do Estado Novo, que evitou o debate sobre a repressão no regime de Vargas. Outra questão se refere aos exageros ou equívocos do relato, quando o entrevistado exalta demais a sua própria participação em determinado evento, omitindo ou desconhecendo outros atores. Hall destaca também a dificuldade em ralação à transferência de opiniões do presente ao passado, como constatou nas entrevistas de velhos militantes, em que a passagem pelo Partido Comunista influenciou demais as lembranças anteriores ao ingresso no PCB. Além disso, há os casos em que o entrevistado já possui histórias prontas para contar, que transparecem superficialidade, dificultando o aprofundamento do debate sobre o tema. O processo da entrevista também deve ser considerado: a empatia entre entrevistador e entrevistado depende de fatores diversos, como sexo, idade, classe. A maneira como se formula a pergunta pode influenciar a resposta, assim como o interrogado pode manipular seus próprios relatos (HALL, 1992, p. 158-159).

nam ao Patrimônio Cultural foram respondidos pelos alunos no mês de junho de 2017 e no ano letivo de 2018 também no mês de junho.

[9] As perguntas do questionário, assim como a sequência didática aplicada, são expostas no quarto capítulo.

> Entretanto, o problema mais grave da história oral, ao meu ver, é o risco de perder aspectos importantes da prática do historiador. Em primeiro lugar, os entrevistados geralmente tendem a privilegiar nos seus relatos as grandes personalidades e seus atos aparentemente decisivos, ou pelo menos lembrar sobretudo a ação de indivíduos. [...] Portanto, quando o historiador restringe sua pesquisa quase exclusivamente aos depoimentos orais ne dedica pouca atenção às outras possíveis fontes, a tendência é produzir histórias no estilo *Veja* ou da *Time* – isto é, explicações dominadas pelas histórias dos indivíduos envolvidos, suas personalidades, biografias, vontades, e ações [...]. De qualquer forma, existe a tentação de ignorar o fato de que a memória é sempre uma reelaboração, socialmente determinada, e que a história oral corre o risco de fazer um uso extremamente inocente dos relatos por ela produzidos. Seria lamentável perder de vista certas características mais úteis da História como disciplina: sua sensibilidade para as múltiplas determinações, sua preocupação com a contextualização e com as mudanças no decorrer do tempo (HALL, 1992, p. 160).

O ceticismo de historiadores tradicionais tem levado a História Oral a buscar cada vez mais o aperfeiçoamento de seus procedimentos metodológicos no campo da pesquisa. Assim, duas linhas de trabalho nesse campo, não excludentes entre si, revelam abordagens distintas. A primeira busca preencher as lacunas deixadas pelas fontes escritas, por meio de depoimentos orais, seja no estudo das elites, da administração pública ou dos grupos excluídos. Sendo que, no que tange a esse último grupo, a história oral pode figurar como um instrumento de identidade cultural e transformação social. Nesse caso, mesmo apresentando uma noção de memória coletiva como algo estável, o ponto central, tanto dos que trabalham com as elites, quanto daqueles que se voltam para o estudo dos excluídos, é a busca pela maior proximidade da verdade, construída a partir das fontes. No que tange à procura pela contraprova e exclusão de distorções em outras fontes, há a criação de instrumentos que, se não eliminam a subjetividade, pelo menos a controlam. A segunda abordagem privilegia as relações entre memória e História tanto no estudo da elite política quanto nas camadas excluídas. Defende que o sentido do método de pesquisa não se fecha na questão de identificar possíveis mentiras e distorções de testemunhos, mas buscar aproveitá-los como possibilidades outras de pesquisa, quando capazes de levar o pesquisador a outros meandros da memória que levam as pessoas a distorcer ou falsear a realidade (FERREIRA, 2002, p. 326-327).

Alistair Thomson destaca o processo de composição de memórias, a partir de seu estudo sobre a Lenda dos *Anzacs*[10], mos-

[10] Memória criada sobre trabalhadores alistados para combater em favor da Austrália na Primeira Guerra Mundial, também chamados de *diggers* (escavadores) e que se tor-

trando o quão é importante para a História Oral evitar a lógica de ser a "autêntica voz do passado", adotando a ideia de "explorar o processo de afloramento das reminiscências" (THOMSON, 1997, p. 51). Segundo Thomson:

> Nos últimos anos, os historiadores orais de vários países vêm desenvolvendo métodos de entrevista e abordagens analíticas que envolvem uma compreensão mais ampla das reminiscências e da identidade, e que sugerem novas e interessantes maneiras de tirar o máximo proveito das memórias, em benefício da pesquisa histórica e sociológica. Procuramos explorar a relação entre reminiscências pessoais e memória coletiva, entre memória e identidade, entre entrevistador e entrevistado. Na verdade, geralmente estamos interessados tanto na natureza e nos processos de afloramento das lembranças quanto no conteúdo das reminiscências que registramos, e a relação entre as imagens e o conteúdo das reminiscências tornou-se de extrema importância na análise e no uso do testemunho oral (THOMSON, 1997, p. 54).

Há uma memória oficial estabelecida na Austrália que identifica os ex-combatentes como heróis de guerra. Porém, muitos dos próprios *Anzacs* questionam essa memória, e como apontam as entrevistas realizadas por Thomson, se pudessem retroceder, sequer se alistariam, e evidenciam comumente o companheirismo entre os soldados. Inclusive, vários "*diggers* radicais" se desiludiram com os festejos oficiais em favor da reputação dos *Anzacs*. Entraram para movimentos de esquerda e pacifistas no período entreguerras, o que destoa da representatividade oficial criada em torno da honra dos *diggers* (THOMSON, 1997, p. 55). Em vez de contestar a lenda, o autor a relacionou com as memórias individuais dos veteranos, em busca da compreensão do processo de composição das memórias, que se dá a partir da relação passado-presente e está estreitamente relacionada à identidade pessoal, numa dialética entre memória e identidade na construção de um passado com o qual se possa conviver (THOMSON, 1997, p. 56-57). Na relação entre a lenda e a memória individual, Alistair Thomson apresenta 3 situações distintas de como as lembranças se processaram: Percy Bird contava anedotas da guerra e evitava as lembranças traumáticas; Bill Langham conseguia lidar com os traumas, contando cenas chocantes da guerra, mencionando que essas lembranças não eram tema das reuniões dos ex combatentes; enquanto, Fred Farrall chegou a ter colapso nervoso no pós guerra (THOMSON, 1997, p. 60-67). Discute-se, portanto, a relevância do trabalho de História Oral, a partir da baliza construída na relação entre a memória coletiva e individual. Nos dizeres de Alessandro Portelli, há de se considerar o caráter subjetivo nas possibilidades do real:

naram veteranos de guerra lembrados por meio de festejos cívicos em seu país.

> A história oral e as memórias, pois, não nos oferecem um esquema de experiências comuns, mas sim um campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias. A dificuldade para organizar estas possibilidades em esquemas compreensíveis e rigorosos indica que, a todo momento, na mente das pessoas se apresentam diferentes destinos possíveis. Qualquer sujeito percebe estas possibilidades à sua maneira, e se orienta de modo diferente em relação a elas. Mas esta miríade de diferenças individuais nada mais faz do que lembrar-nos que a sociedade não é uma rede geometricamente uniforme como nos é representada nas necessárias abstrações das ciências sociais, parecendo-se mais com um mosaico [...], em que cada fragmento (cada pessoa) é diferente dos outros, mesmo tendo muitas coisas em comum com eles, buscando tanto a própria semelhança como a própria diferença. É uma representação do real difícil de gerir, porém parece-me ainda muito mais coerente, não só com o reconhecimento da subjetividade, mas também com a realidade objetiva (PORTELLI, 1996, p. 66-67).

Para Marieta Ferreira, que defende a História Oral não como disciplina, mas como método de pesquisa que produz uma fonte especial, as narrativas orais têm se revelado um bom instrumento para compreender estratégias de ação e representação de grupos ou indivíduos nas diferentes sociedades (FERREIRA, 2012, p. 330). Assim como, segundo Verena Alberti, as fontes orais nos ajudam a contrapor visões generalizadas, alcançando uma maior proximidade ao real, criam:

> [...] uma possibilidade de nos aproximarmos empiricamente de algo como o "significado da história dentro da história" e permite questionar de modo crítico a aplicação de teorias macrossociológicas sobre o passado. A capacidade de a entrevista contradizer generalizações sobre o passado amplia, pois, a percepção histórica – e nesse sentido permite a "mudança de perspectiva" (ALBERTI, 2015, p. 166).

Relacionamos as ideias dos discentes com as construções de alguns autores sobre conceitos essenciais tanto à ciência histórica quanto ao seu ensino, como: História, memória, identidade, ensino de História, Cidadania, Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial.

Pensar passado, presente e futuro a partir da semântica dos conceitos e a respectiva transformação dos mesmos se relaciona estreitamente à História Social que, para Reinhart Koselleck, não se faz sem uma "História dos Conceitos", que deve atentar para inúmeros fatores relevantes em relação ao sentido de uma expressão, que é mutável, que varia de acordo com o contexto, de acordo com quem lê. Há de se considerar a própria historicidade de um

determinado conceito (KOSELLECK, 2006, p. 99-100).

Ao se utilizar da expressão "Revolução", por exemplo, nota-se que a acepção astronômica desse termo cede lugar à outra histórico-sociológica, no contexto da Revolução Francesa, numa Europa que iniciara um processo de industrialização, que apontou para mudanças estruturais na organização social.

> Desde que a sociedade atingiu o desenvolvimento industrial, a semântica política dos conceitos envolvidos no processo fornece uma chave de compreensão sem a qual os fenômenos do passado não poderiam ser entendidos hoje. É só pensar na mudança de significado do "conceito" de revolução, que na origem apresentava uma fórmula modelar do possível retorno dos acontecimentos. Entretanto, o sentido do termo foi reformulado, passando a indicar um conceito teleológico de caráter histórico-filosófico, a par de uma segunda e nova significação como conceito de ação política, tornando-se, segundo nosso ponto de vista, o indicador de uma alteração estrutural (KOSELLECK, 2006, p. 103).

A partir do exemplo acima, é interessante perceber que a transformação do significado de conceitos expressa mudanças históricas de sabor social e político, que evidencia disputas pela memória do passado. Nesse sentido, relacionamos o debate estabelecido por Koselleck com a historicidade dos conceitos de História, Ensino de História, de Patrimônio Cultural e de Educação Patrimonial, que sofrem alterações que acompanham as respectivas mudanças de contextos históricos e formas de se interpretar política e socialmente a ação do homem.

O diálogo com o autor alemão destaca a importância de, além de analisar historicamente, buscar as várias possibilidades de significados que um conceito possui. Chama-nos a atenção para a diferença entre "palavra" e "conceito", em que o segundo termo se prende sempre ao primeiro, porém, o conceito possui uma exigência de generalização.

> O sentido de uma palavra pode ser determinado pelo seu uso. Um conceito, ao contrário, para poder ser um conceito, deve se manter polissêmico. [...] Os conceitos são, portanto, vocábulos nos quais se concentra uma multiplicidade de significados. [...] Uma palavra contém possibilidades de significado, um conceito reúne em si diferentes totalidades de sentido. Um conceito pode ser claro, mas deve ser polissêmico. "Todos os conceitos nos quais se concentra o desenrolar de um processo de estabelecimento de sentido escapam às definições. Só é passível de definição aquilo que não tem história" (Nietzsche). O conceito reúne em si a diversidade da experiência histórica assim como a soma das características objetivas teóricas e práticas em uma única circunstância, a qual só

> pode ser dada como tal e realmente experimentada por meio desse mesmo conceito (KOSELLECK, 2006, p. 109).

À luz do que nos apresenta o historiador germânico, não necessariamente construiremos uma história dos conceitos essenciais intrínsecos ao desenvolvimento do ensino por meio da Educação Patrimonial, mas utilizaremos as estratégias apontadas pela história dos conceitos para podermos relacioná-los adequadamente à nossa proposta de ensino de História.

CONCEITO HISTÓRIA

Dada a importância da historicização dos conceitos históricos que devem ser utilizados para descrever as estruturas, os processos (KOSELLECK, 2006, p. 133-134), discutimos conceitos como Memória, História, ensino de História, Identidade, Cidadania, Patrimônio Cultural, Educação Patrimonial, neste e no segundo capítulo. Ao serem questionados sobre o entendimento acerca do conceito de História, responderam:

TURMA 301 – 2017

- Tem como finalidade estudar o passado e o presente dos acontecimentos marcantes na história do mundo. (Erick)

- Tem como finalidade estudar o passado e o presente dos acontecimentos marcantes na história. História é o estudo de fatos que aconteceram no passado e qual a importância desses fatos na nossa vida. (Débora)

- Tem como finalidade estudar o passado e o presente dos acontecimentos marcantes na história. É uma disciplina bem estudada, porque ela nos recorda acontecimentos passados que se não fosse por ela jamais saberemos que existia. (Eliandra)

- Tem como finalidade estudar o passado e o presente dos acontecimentos marcantes na história. É o estudo do presente e talvez se baseando no passado. (Gabriel Antunes)

- Tem como finalidade estudar o passado e o presente dos acontecimentos marcantes na história. É um conhecimento diferente que a gente estuda sobre o passado, mas que é bom para o nosso futuro e para conhecer melhor como ser humano. (Gustavo)

- É o passado que é lembrado, tipo tem uma bicicleta bem antiga, vou lembrar quando comprei.Isso é passado. (Diego Victor)

- É o estudo das épocas passadas e o que ocorreu entre elas contextualizando atualmente com o nosso século. (Luã)

- História é uma disciplina que eu acho boa, apesar que eu não participo muito, mas é para nós aprendermos cada vez mais, não é só história que nós temos no nosso dia a dia, mas ela nos ajuda a entender tudo isso. (Taiana)

- São acontecimentos cronológicos que ocorreram em um determinado tempo, podendo ser reproduzido por formas escritas, orais, entre outras. (Tiago Danin)

- É o estudo dos homens através do tempo, História pode ser propriamente dita como o meio que levou a evolução do homem, com o passar do tempo ou uma forma de saber entender a trajetória do mundo do passado ao presente. (Clayderson)

- É quando acontece algo que marca uma data e essa data é considerada importante para relembrar o fato ocorrido naquele dia. (Maricely)

- É tudo aquilo que é contado e é confirmado historicamente, ou seja, por fontes concretas, científicas. (Alzira)

- A história é o registro da passagem do homem, a partir do surgimento da escrita. (Márcia)

- São os acontecimentos contados através de períodos. (Elisabele)

- Entendo como algo que ficou no passado, mas ao mesmo tempo presente nos dias de hoje através de contos, fontes, patrimônios culturais; ou seja, a história nos ajuda a saber o que aconteceu no

passado. (Jhonatan)

- É um trabalho que busca estudar o passado, presente e futuro. (Júlio César)

- Entendo que são assuntos voltados no Brasil e no mundo de acontecimentos marcados em tempos passados. (Fabíola)

- História tem dois sentidos: a história disciplinar e a história que uma pessoa conta para outra. Histórias que são contadas de geração em geração. (Brenda)

- São fatos que ocorreram no passado e fazem parte do nosso presente de alguma maneira, que podem nos ajudar a entender com clareza a história que nos influencia. (João Pedro)

- É uma ciência que estuda o passado, presente e o futuro,

para nos ajudar a entender como a vida passa ao nosso redor. (Fernando)

- A história estuda o passado que se faz muito presente nos dias atuais, mas ajuda a compreender o que aconteceu há anos atrás. (Fabiana)

- Traz os fatos que aconteceram e do que acontece através de todo um contexto histórico e que nos revela alguns problemas encontrados em nosso cotidiano. (João Victor)

- É algo que está em nosso passado, presente e futuro e conseguir relacionar esse presente com o passado. (Eliane)

- História é uma matéria que nos ensina o que aconteceu no passado que afeta nossa vida, descobrimentos, guerras e etc. Tudo o que tem a ver com o passado que tem importância com o que está acontecendo no nosso presente. (Ana Maria)

- É conhecimento e saber de fatos ocorridos em tempos passados, seja ficção ou realidade. Histórias criadas em livros ou revistas e fatos históricos vividos na realidade, que se aprendem em aulas, livros ou pesquisas. (Elda)

- A história é meio difícil de explicar. Ela me faz saber muitas coisas, me faz ter conhecimento do passado. (Pablo)

- É tudo que se é lembrado e recontado para mais de uma pessoa. (Rhillary)

TURMA 302 – 2017

- História são fatos que já aconteceram marcando a passagem de pessoas e acontecimentos que não podemos acompanhar pessoalmente, mas que na atualidade podemos conhecer um pouco de nosso passado. (Talita)

- Relata fatos que aconteceram anos atrás sobre vários temas e esses fatos são trazidos para nosso presente para adquirir mais conhecimento. (Gabriel Silva)

- É um conjunto de memórias que não deve ser esquecida, que de certa forma o livro nos lembra. (Maria Eduarda)

- É o estudo sobre os anos passados, como ocorreu as guerras, conflitos, e foi modificado até chegar nos dias atuais. (Hebiny)

- A História procura saber o quê e porque aconteceu no tempo, e a influência disso no meu cotidiano. (Jeferson)

- Entendo que é aquilo que estudamos sobre a vida dos antepassa

dos, que visa explicar tudo aquilo que já aconteceu no decor-

rer do tempo. E também é uma coisa muito interessante de se aprender para que tenhamos noção do que já aconteceu lá no passado. (Carlos Daniel)

- Acontecimentos passados que formaram a história de um local. Relação de passado e presente. (Lilian)

- História é o que acontece no período em que você vive que será lembrada por muitos; ou seja, história é tudo aquilo que alguém ou algo já viveu, como falar sobre a história de uma pessoa ou de algum lugar que ficaria na nossa memória. (Tathyana)

- A história é um tempo que passa, que marca nossas vidas e de quem passou e marcou a história. E conta o que ocorreu em um único período. (Pamela)

- É o estudo do tempo e do espaço habitado pelo homem. (Shirley)

- A história vem trazendo cada conhecimento para interpretá-los melhor hoje em dia. (Carla)

- É o estudo de tudo que já passou em algum século, décadas, anos...nada mais é do que o estudo do homem mediante ao tempo. Estuda o "passado" e vê o que ainda tem nos dias de hoje; se mudou alguma coisa ou se não existe mais, e se de alguma forma influencia em nossas vidas. (Mylena)

- Conta um fato antigo ou atual, que possa nos ajudar a conhecer

um pouco mais do nosso passado ou futuro. (Gabrielly)

- São acontecimentos históricos que aconteceram em outras décadas que são estudadas e ensinadas hoje em dia. (Amanda)

- História é algo que uma pessoa já contou e o que já fez, e pode ser relacionado de várias outras formas de como ter vivenciado o passado. (Tiago Chaves)

- Entendi um pouco de história, eu entendi sobre as aulas de história, não entendi muita coisa, entendi só um pouco sobre cidadania e sobre a história de Mosqueiro. (Giany)

- História estuda o passado, o futuro e o presente. Para ajudar-nos a entender acontecimentos que marcaram a época, também ajudarnos a estudar sobre a cultura local e internacional, isso faz a gente raciocinar e meditar no papel que o ser humano tem na nossa vida atual. (Jhon)

- Estudando história, é algo que está em escala muito importante para todas as pessoas, para saber coisas importantes sobre a história da humanidade, história é tudo para aprender. (Jardel)

- História é ciência, o passado das cidades, estados, país. (Leonardo)

TURMA 301 – 2018

- Serve para estudar o passado, que reflete em nosso futuro. (Carlos Gabriel)

- É o que aconteceu no passado. (Igor)

- Serve para explicar o passado. (Karlla)

- Serve para lembrar antecedentes, o que fizeram no passado. (Rosa Patrícia)

- Para aprender sobre culturas históricas. Podemos aprender que temos direitos e voz para dizermos o que queremos. (Brenda)

- A história serve para estudarmos os acontecimentos marcantes. (Bruna)

- Uma das formas de reflexão da vida. Serve para entender a sociedade e seus valores. (Vanessa)

- Estuda erros e acertos do passado, serve para projetar o presente e o futuro. (Luzivânia)

- A história nos faz entender o passado. (Fabiana)

- Serve para informar e relatar fatos históricos. (Gean Carlos)

- Mostrar o que é antigo, o passado. (Ana Caroline)

- Ensina o que aconteceu no passado. Serve para nos posicionarmos criticamente. (Gabriela)

- Remonta o passado. Possui aplicabilidade no contexto social, político, e cultural do presente e do futuro. (Vyvian)

- É o conjunto de fatos que ocorreram. Serve para saber sobre o passado. (Evandro)

- É o que vivemos, o que aconteceu. (Elma)

- É para estudar o passado do Brasil. (Esthefane)

- Serve para estudar o passado. (Mário)

- Estudo para ter conhecimento do passado. Pode influenciar os dias de hoje. (Larissa)

- Serve para informar sobre o passado. (Geisa)

- Serve para contar o que aconteceu. (Daniel)

- Fatos importantes que ocorreram no passado e que servem no presente. (Yasmin)

- Estudo dos antepassados, relembrar o que ocorreu no passado. (Raul)

- História são fatos históricos que ocorreram há alguns anos atrás. Serve para estudar e explicar fatos históricos que ocorreram no passado. (Ana Cristine)

- A história é uma das formas de reflexão da vida. É o que aconteceu no passado e ela serve exatamente para isso, para nos relatar os fatos que aconteceram em nosso passado. (Andrielli)

- Serve para lembrar os fatos que se passaram no decorrer do tempo. (Mayara)

- A história é o estudo dos antepassados. Ela determina seu tempo, espaço e significado. A história serve como aprendizado para aqueles que têm ou querem conhecimento. (Laynne)

- Serve para sabermos quem somos e de onde viemos. História é para saber o que aconteceu no passado. (Emanuel)

- História é a ciência que estuda o espaço, o tempo e a evolução dos seres. Serve para registrar os momentos vividos para não serem esquecidos. (Ádria)

- A história estuda os antepassados, as guerras, a pré-história. (Kauane)

- Serve para estudar sobre os antepassados e relatar alguns fatos futuros. (Jéssica)

- A história serve para contar algo que já aconteceu. (Geovana)

TURMA 302 – 2018

- Serve para mostrar e para conhecer mais sobre cada lugar que marcou a história de um país, mostrar pontos que precisamos saber. (Bruna de Sousa)

- História é uma matéria escolar que nos ensina a entender um pouco do que aconteceu e se passou nas décadas passadas de vários países até mesmo o que acontece no presente que muitas vezes são consequências do passado. (Keyse)

- Para nos ajudar a descobrir sobre os nossos antepassados, como eles viviam e como conseguiram construir tudo em que moramos. (Raissa)

- A história nos ensina coisas que no passado eram destaque: guerra, conflitos, escravidão e etc. Nos ensina mais sobre os dias a.C ou depois de Cristo. (Renan)

- A história é e serve para contar fatos que aconteceram durante o tempo. (Joseana)

- É algo que estuda fatos que aconteceram e ainda acontecem. (Tássila)

- A História é um conceito de aprendizagem que conta o que aconteceu no passado. (Wellington)

- História é um meio de a sociedade ficar sabendo o que e como aconteceu fatos bem antigos que só através da história pode ser relembrado. (Wesley César)

- A história é um método que mostra a evolução de uma nação, de um certo lugar ou de uma sociedade e mostra todo um desenvolvimento para chegar ao que ela é hoje, mostrando cada detalhe de seu desenvolvimento. (Wesley Gabriel)

- A história é tudo aquilo que já aconteceu e serve para ser contada e estudada. (José Vitor)

- História pelo meu ponto de vista fala mais sobre coisas do passado como guerras, conflitos e outras coisas, e eu acho que não ajuda em muita coisa é mais para saber do passado. (Williams)

- A história serve para saber da origem, do que aconteceu no passado (Victor Wilson).

Percebemos ideias que correspondem ao modelo historicista, 73% dos discentes indicam que História é o estudo do passado. Entretanto, também identificamos enunciados que entendem que o estudo da disciplina não é apenas a busca do que se passou, mas sim a relação entre o ontem, o hoje e o porvir, assim como encontramos a compreensão de que o conhecimento histórico pode ajudar a melhorar nossa vida. A partir das compreensões supracitadas, buscamos contextualizar e apresentar algumas acepções acerca do conceito. É no final do século XVIII que "História" se torna de fato um conceito, abrangendo o tempo passado, atual e futuro, que se relaciona às narrativas do outrora e à própria ciência histórica.

> Não há dúvida de que a narração de histórias faz parte da sociabilidade dos homens. Mais: sem histórias, não há memória, não há nada em comum, não há autodefinição de grupos sociais ou de unidades de ação política, os quais só conseguem se constituir em elementos agregadores através de memórias comuns (KOSELLECK, 2016, p. 37).

Dentre as características essenciais da concepção de História, construída a partir do Iluminismo, destaca-se a reunião de coisas não contemporâneas à contemporaneidade, tanto no aspecto

de se trazer o passado para o presente, quanto o de se considerar a multiplicidade de transcursos temporais, com tensões, distorções, aceleração, uniformizações, que compõem a História da humanidade (KOSELLECK, 2016, p. 39).

> Desde a descoberta de que nossa Terra é uma esfera, contemporaneidade do não-contemporâneo se transformou numa experiência de todos os povos que habitam este globo. Desde então, a História é temporalizada, em um sentido genuíno. O tempo passa a ser estratificado, não mais só como vivenciado ao natural, mas também como forma de realização e resultado da ação humana, da cultura humana e sobretudo da técnica humana. Somente a partir do momento em que a aceleração e retardamento conseguem medir diferenças e experiências, cuja equalização se transforma em Leitmotiv de uma ação político-social, e só a partir do momento em que isso se vincula à expectativa de um futuro planejável é que existe o conceito de História (KOSELLECK, 2016, p. 40).

Compreendendo, então, a noção de orientação no tempo como a principal função da História, é conveniente relacionarmos a lógica de que se constrói em torno do conceito, a acepção de história magistral vitae. Na Antiguidade Clássica, podemos pensar na relação entre finitude e eternidade do homem, quem na sua práxis do cotidiano pode realizar feitos que "entrarão para a história", que serão eternizados, inclusive na forma de mito. Assim sendo, o passado serve de pedagogia para o presente, enquanto a história, presa à "Mnemosine", evita o esquecimento dos feitos gloriosos, da fama. No medievo, a "vida pós-morte" é que ganha relevância. O indivíduo contempla a vida dos santos, como se, metafisicamente, pudesse experimentá-la, como ocorre no exemplo da recepção da hóstia, em que se experimenta o "corpo de Cristo". O tempo histórico, na Idade Média, deixa de ser retilíneo e cíclico, simultaneamente, como fora na Antiguidade Clássica, para ser retilíneo e escatológico, apontando para a "vida eterna" no "reino dos céus".

No período Moderno, lida-se com um tempo irreversível, no qual o passado não pode ser mais vivido, mas precisa ser melhorado – trata-se da noção de progresso. A teleologia moderna mira um constante processo de mudanças para melhor, como se o progresso fosse inevitável. Aqui os feitos dos "grandes homens" voltam a ser utilizados pedagogicamente, numa compreensão de que esses homens levam a humanidade ao progresso circunscrito numa lógica de que a Europa é modelo de desenvolvimento a ser seguido. Já na Pós-Modernidade, vive-se uma espécie de "prisão no presente", em que o novo deixa de ser novo em segundos, sendo que a novidade pode ser a releitura do passado que, metafisicamente, vive no presente. A diferença primordial entre a concepção de história moderna e pós-moderna corresponde à noção de explicação

da vida para a primeira, e à noção de compreensão (sensibilidade, subjetividade) do vivido para a segunda (CATROGA, 2006).

> A recepção do novo não pode significar, porém, uma hospitalidade acrítica, pois ele vem morar numa terra já habitada por homens com racionalidade ética e com memória; e é pela comparação, logo suscitada pela pré compreensão, que a densidade do "aumento de ser" que ele oferece deve começar a ser avaliada. Caso contrário, cair-se-á na reificação da novidade, como se o tempo fosse, tão-só, um infinito somatório de momentos sem passado e sem futuro entre si. E se, como bem ensinou Ernst Bloch, só quem espera o inesperado o poderá encontrar, tal atitude, em vez de passiva, tem de ser activa; deve-se agir para criar, mesmo sabendo-se, de lição colhida nos desmentidos da própria história, que a confirmação da expectativa é, tão-só, o selo da carta que, dentro, também traz o anúncio do seu fracasso. Como, algures, escreveu Paul Valéry, "prevejo, logo, engano-me". Só neste risco – que é inerente à afirmação da vida – o futuro continuará aberto. Consequentemente, a história só será mestra da vida se, em primeiro lugar, a vida for mestra da história (CATROGA, 2006, p. 34).

Reinhart Koselleck apresenta dois conceitos caros: "espaço de experiência" e "horizonte de expectativa". O que podemos entender como o passado no presente e o futuro no presente, respectivamente. Correspondem a duas categorias históricas que não remetem a nenhum evento específico, equivalem-se ao "espaço" e ao tempo, em seu teor de generalidade. Não apresentam simetria entre si, mas se relacionam de modo a necessitar uma da outra e são importantes tanto quanto outras categorias no fazer-se da história (KOSELLECK, 2006, p. 307).

> Sem que se pretenda estabelecer uma hierarquização estéril, pode-se não obstante afirmar que todas as categorias falam de condições de possibilidade histórica podem ser utilizadas individualmente, mas nenhuma delas é concebível sem que esteja constituída também por experiência e expectativa. Assim, nossas duas categorias indicam a condição humana universal; ou, se assim o quisermos, remetem a um dado antropológico prévio, sem o qual a história não seria possível, ou não poderia sequer ser imaginada (KOSELLECK, 2006, p. 307-308).

Experiência e expectativa são categorias adequadas para o trato com o tempo histórico, uma vez que imbricam passado e futuro no presente, apontam para a temporalidade do homem, da história; logo, são categorias meta-históricas. Lidam com o tempo da História que é uma grandeza variável, que, portanto, também

altera a relação de experiência e expectativa em seu transcurso (KOSELLECK, 2006, p. 309).

Koselleck define experiência como passado atual, como eventos que podem ser lembrados, que dizem respeito ao indivíduo ou instituições; portanto, relacionam-se às experiências alheias. De forma semelhante, conceitua a expectativa caracterizando-a como pessoal e interpessoal: trata-se daquilo que se espera do futuro, pensado no presente, a partir das experiências vividas (KOSELLECK, 2006, p. 309-310). O que podemos comparar à ideia de Hobsbawm, quando fala em exercício de previsão retrospectiva de futuro – a possibilidade de se predizer o futuro tendo o passado como embasamento. Assim como o historiador inglês, Koselleck também chama a atenção para os limites da previsão: entre o esperado e o que irá ocorrer de fato, haverá muitas distorções. Para Eric Hobsbawm, "[...] a história só fornece orientação, e aquele que encarar o futuro sem ela não só é cego mas perigoso, principalmente na era da alta tecnologia [...]" (HOBSBAWN, 1998, p. 64). Segundo Reinhart Koselleck:

> Quem acredita poder deduzir suas expectativas apenas da experiência, está errado. Quando as coisas acontecem diferentemente do que se espera, recebe-se uma lição. Mas quem não baseia suas expectativas na experiência também se equivoca. Poderia ter-se informado melhor. Estamos diante de uma aporia que só pode ser resolvida com o passar do tempo. Assim, a diferença entre as duas categorias nos remete a uma característica estrutural da história. Na história sempre ocorre um pouco mais ou um pouco menos do que está contido nas premissas. Este resultado nada tem de surpreendente. Sempre as coisas podem acontecer diferentemente do que se espera: esta é apenas uma formulação subjetiva daquele resultado objetivo, de que o futuro histórico nunca é o resultado puro e simples do passado histórico (KOSELLECK, 2006, p. 312).

O historiador alemão em questão evidencia a mudança histórica na relação entre experiência e expectativa, distanciando-as. Destaca o período Moderno como um divisor de águas nesse processo de transformação, no qual as expectativas se afastam cada vez mais das experiências. Assim como no debate travado junto a Fernando Catroga acerca da mudança na noção de história como mestra da vida, a relação entre as categorias apresentadas por Koselleck também se modifica bastante na passagem da história escatológica cristã para a história da teleologia do progresso iluminista: a tradição cada vez mais foi sendo deixada de lado, enquanto que a expectativa foi se alinhando à noção de futuro sempre melhor do que o passado.

> A novidade era a seguinte: as expectativas para o futuro se desvincularam de tudo o quanto as antigas experiências haviam sido capazes de oferecer. E as experiências novas, acrescentadas desde a colonização ultramarina e o desenvolvimento da ciência e da técnica, já não eram suficientes para servir de base a novas expectativas para o futuro. A partir de então e espaço de experiência deixou de estar limitado pelo horizonte de expectativa. Os limites de um e de outro se separaram (KOSELLECK, 2006, p. 318).

A Revolução Francesa, em termos de mudanças sociopolíticas, e a Revolução Industrial, em relação às transformações técnicas no campo produtivo, foram eventos que contribuíram bastante para o afastamento entre experiência e expectativa, e aumentaram a percepção da "contemporaneidade do não contemporâneo" ou o "não contemporâneo na contemporaneidade". Outro fator importante que se percebe nesse processo de transformação é a aceleração do tempo, o que acrescenta uma importância enorme à qualidade do progresso enquanto conceito histórico: a rapidez das mudanças na sociedade, a partir das inovações técnicas, altera significativamente a relação do homem com o tempo, portanto, transforma a relação entre o vivido e o que se espera do futuro. Koselleck destaca a importância da historicidade dos conceitos, pois trazem em seu bojo os efeitos do tempo, a relação direta entre passado, presente e futuro, podendotais conceitos serem utilizados como fator de orientação temporal da vida cotidiana: planejar o futuro, no presente, de acordo com o que se conhece do passado.

> A aplicação histórica de nossas duas categorias meta-históricas forneceu uma chave para reconhecermos o tempo histórico, particularmente o nascimento daquilo que recebeu o nome de modernidade, como algo diferente dos tempos anteriores. Com isso, ao mesmo tempo ficou claro que nossa suposição antropológica, isto é, a assimetria entre experiência e expectativa, era um produto específico daquela época de brusca transformação em que essa assimetria foi interpretada como progresso. Nossas categorias, na verdade, oferecem algo mais do que um modelo de explicação para a gênese de uma história progressiva, que foi conceitualizada pela primeira vez sob a forma de "tempos modernos" (KOSELLECK, 2006, 327).

A busca pela compreensão de conceitos caros à Educação Patrimonial em relação aos bens culturais de Mosqueiro, contribui na formação dos educandos no sentido de perceberem como seu espaço de experiência, repleto de memórias, contribui para a formação de sua identidade cultural, a qual se entrelaça ao Patrimônio Cultural a partir do sentimento de afetividade, da preocupação com a perda. Assim, suas expectativas podem se pautar por um

senso de preservação do Patrimônio, o que aponta para uma noção de cidadania.

A discussão do clássico de Marc Bloch, *Apologia da História* (2001), auxilia-nos a estabelecer um diálogo sobre a legitimidade e importância da História, buscando abranger, como nos fala o historiador francês, "aos doutos e aos escolares" (BLOCH, 2001, p. 41). Bloch não entende a História como o estudo do passado, inclusive considera estranha a ideia de pensar o passado como objeto de estudo de alguma ciência. Defende que a História é "[...] a ciência dos homens, no tempo" (BLOCH, 2001, p. 55). O autor compara o trabalho do historiador com o "[...] ogro da lenda que fareja carne humana" (BLOCH, 2001, p. 20). O que é produzido pelo homem, culturalmente, é objeto da história, assim como o é o Patrimônio Cultural – produto da cultura humana. Bloch acrescenta a importância da problematização no ofício do profissional da História: partimos de uma preocupação do presente, em direção ao passado, e retornamos ao hoje, com o aprendizado histórico que nos auxiliará em nossas decisões na vida. Nesse sentido, a pesquisa com o Patrimônio Cultural de Mosqueiro parte do que os alunos entendem como bens culturais, rumo ao momento em que as edificações reconhecidas foram erguidas, buscando compreender as rupturas e permanências que existem em relação ao passado, o que contribui para a questão da identificação dos alunos com a História local.

A categoria primordial no estudo da História, apontada por Bloch, é o tempo. José D'assunção Barros identifica diferenciações na maneira de se pensar o tempo, portanto, na forma também de se entender a História: nas civilizações antigas o tempo possui uma estrutura mítica, na qual a História se refaz numa estrutura cíclica. Já no Cristianismo medieval, o tempo é teleológico, aponta para a salvação divina. Portanto, a História se confunde com a religião cristã. O projeto histórico do Iluminismo vê a História como uma marcha em direção ao progresso, com uma noção de tempo escatológico e inevitável. De forma semelhante, a História positivista aponta a sequência a ser percorrida pelo homem, estado teológico, metafísico e positivo, num tempo com fim definido. O próprio materialismo histórico também está envolto a uma noção de História que aponta para um fim prédelimitado: o Socialismo, depois o Comunismo (BARROS, 2013).

Há de se pensar o tempo como processo histórico, no qual os fatos, os fenômenos sociais ocorrem. A História como ciência, nasce na Alemanha, no século XIX, tendo o continente europeu como o centro do mundo, com forte apelo do Positivismo, com influência intensa do alemão Leopold Von Ranke e suas ideias de que as fontes válidas seriam documentos oficiais e que esses documentos falam por si só. Nas palavras de Vavy Borges:

> Quase sempre que a história da humanidade nos é apresentada, é a evolução da sociedade europeia ocidental

> que é tomada como modelo de desenvolvimento desse processo histórico. Essa posição eurocêntrica é errada: do ponto de vista da história, a evolução da sociedade europeia ocidental, com seu alto grau atual de desenvolvimento tecnológico, não deve ser um padrão de comparação para se estudar a história de qualquer outra parte do sistema capitalista, como, por exemplo, a América Latina. Não se deve, por meio desse tipo de comparação, julgar se uma sociedade está "atrasada" ou "adiantada" em seu desenvolvimento histórico (BORGES, 1987, p. 48).

O eurocentrismo é uma das formas de se entender a História que nos ajuda a perceber a relação íntima entre conhecimento e poder. Assim como quem construiu a História como ciência evidenciou o seu modo de vida como parâmetro, quem define o que deve ser ou não considerado como patrimônio seleciona um tipo de memória histórica que pretende preservar, que na maioria dos casos está relacionada às lembranças das classes sociais abastadas. Para que nosso trabalho não incorra nessa prática, é necessário estabelecer os fundamentos sobre memória, acerca de que tipo de memória estamos lidando com o Patrimônio Cultural mosqueirense, e como esse patrimônio se relaciona com a identidade e cidadania dos alunos.

CONCEITO MEMÓRIA

Quando inquiridos os alunos sobre como conceituam "memória"[11] e sua relação com o conceito de "história", se há diferença entre ambos, os discentes responderam:

TURMA 301 – 2017

- Lembranças inesquecíveis de acontecimentos, de coisas que sempre serão lembradas por algum motivo. (Erick)
- Memória é uma forma de guardarmos lembranças, boas ou ruins, que de alguma maneira afetaram as nossas vidas. (Débora)
- Eu entendo que seria um espaço de armazenamento, onde tudo que aprendemos, vemos, ouvimos, tudo fica guardado, mas nem tudo conseguimos guardar. (Eliandra)
- É uma lembrança de um acontecimento que já passou. (Gabriel Antunes)

[11] No questionário de 2017 não havia a dimensão da comparação entre história e memória, apenas no de 2018.

- É onde ficam as principais memórias de um lugar, aquilo mais importante, como o Museu que guarda algo de valor que passa de geração para poder contar o fato que já foi ocorrido. (Gustavo)

- É algo que é lembrado de um determinado lugar, ou de pessoas. (Diego Victor)

- É algo que foi produzido por nós. Memórias são conteúdos que ficam gravados em nossos pensamentos e usamos para nos lembrar de algo ou objeto que influenciou em nossas vidas. (Luã)

- Memória é uma coisa que se guarda e se relembra vários momentos de nossa vida e ter sempre memórias boas e ter memória não é se memorizar e sim relembrar. (Taiana)

- É a seleção de partes de um acontecimento que são escolhidas, ou lembradas. (Tiago Danin)

- Pode se basear entre recordações, ou seja, um objeto por exemplo um relógio de família ou até mesmo uma foto de infância. Memória nada mais é que lembranças que carregamos, histórias que contamos pode ser dita como saudade. (Clayderson)

- É quando relembramos das histórias já vividas no passado. (Maricely)

- É tudo aquilo que é contado por alguém, mas que não pode ser concretizada. (Alzira)

- É aquilo que julgamos lembrar, coisas boas ou ruins que aconteceram no passado e relembramos. (Márcia)

- Algo que se é deixado como lembrança. (Elisabele)

- Uma coisa que aconteceu, porém que existe apenas na lembrança, tipo contar uma história a uma pessoa sem ter provas, ou até mesmo, não saber contar algo que existe apenas em nossas lembranças. (Jhonatan)

- É o que todos nós temos, que é lembranças boas ou ruins do passado. (Júlio César)

- São lembranças de época e períodos bons e ruins voltados na história. (Fabíola)

- Memória vem com um fato que aconteceu e que a pessoa ainda lembra e fica guardado. (Brenda)

- São registros deixados para que outros vissem as suas memórias que foram registradas. (João Pedro)

- É o ato que temos de armazenar e recordar em nosso cérebro sobre histórias em que participamos. (Fernando)

- Memória é algo que está guardado em nossas mentes. (Fabiana)

- São as lembranças que cada um carrega em mente seja ela verdadeira ou não. (João Victor)

- É algo que já ocorreu, mas está na memória e na verdade corre também o risco de cair no esquecimento. (Eliane)

- É tudo aquilo que faz parte da nossa história, lembranças do que um dia representa algo importante para nossa vida, para um Estado, um País, é o que nós lembramos com carinho e não queremos esquecer. (Ana Maria)

- Podemos lembrar e contar fatos da memória, conhecimentos vividos e que são lembrados, como a infância, tudo o que fazemos ou vivemos fica na memória e pode ser lembrado e relatado. (Elda)

- A memória é tipo uma história de alguma pessoa. A memória daquela pessoa fica guardada nos livros e vai se espalhando de geração em geração. (Pablo)

- Lembranças que marcaram ou marcam algo importante na vida de alguém. (Rhillary)

TURMA 302 – 2017

- É quando guardamos algo ou fatos que já aconteceram e que fazem parte de nossas vidas para que não venha ser esquecido e deixado para trás. (Talita)

- São fatos que aconteceram no passado e que nós recordamos desses fatos no presente. (Gabriel Silva)

- É aquilo que você tem guardado na memória, algumas coisas você lembra outras você não lembra. (Maria Eduarda)

- É o surgimento de algo. (Hebiny)

- Memória é completamente diferente de história, memória é aquilo que eu quero lembrar ou não, memórias não são relatadas como a história é. (Jeferson)

- É tudo aquilo que vimos e vai ficando, e fazendo parte de tudo que já aconteceu em nossas vidas, tendo a capacidade de armazenar o que tipo já marcou nossa vida, como algo bom. (Carlos Daniel)

- Lembranças que vão sendo obtidas ao longo da vida. (Lilian)

- É o que já aconteceu há algum tempo e você ainda lembra ou não. São histórias que você passa a buscar,que você vai tentar lembrar. (Tathyana)

- É aquilo que está guardado e que ocorreu e com o passar do tempo os mais velhos podem falar para os mais jovens que não conviveram com o passado. (Pamela)

- São lembranças que são constituídas a partir de conhecimentos materiais ou imateriais vividas pelo indivíduo. (Shirley)

- É algo lembrado que é somente marcado com seus acontecimentos antigos, aonde se pode viver em lugar de memória. (Maria Eduarda)

- Lembranças de algo, fotografias, registros de alguma coisa que já aconteceu e que de alguma forma seja positiva ou negativa, nos faz lembrar. (Mylena)

- Relembra fatos que já aconteceram, seja de guerra ou morte. (Gabrielly)

- É por exemplo quando uma pessoa fez algo ou um acontecimento que ficou marcado pra história que vai ser sempre lembrado e contado. (Amanda)

- É algo passado que uma pessoa se lembra, como algo especial ou algo que aconteceu com ela. Ou guarda na memória coisas que fez no passado. (Tiago Chaves)

- Algo que nos faz lembrar algo marcante, como acontecimentos e algum Patrimônio Cultural que servem para lembrar de alguma época que ficou na memória. (Jhon)

- É aquilo que foi marcado em uma época que marcou um acontecimento histórico que irá viver muito tempo na história ou para sempre. (Jardel)

- É tudo aquilo que foi feito no passado pelas pessoas, hoje são lembradas como os Casarões, prédios antigos, etc. (Leonardo)

TURMA 301 – 2018

- A História estuda acontecimentos. A memória são os acontecimentos vividos. (Carlos Gabriel)

- O que aconteceu e você guarda na memória. (Karlla)

- Acho que não. Memória e história são para nos fazer lembrar. (Rosa Patrícia)

- Memória é o que se guarda, o que podemos esquecer. História é o passado guardado por outras pessoas, em Museus, por exemplo.(Brenda)

- História é algo que passou, memória são lembranças que temos.(Vanessa)

- A memória é algo que obtemos com o passar do tempo. A

história é algo real e não real.(Luzivania)

- Tem a ver com lembrar. História também faz isso de uma forma diferente.(Gean)

- A memória é o que memorizamos. A história deve ser estudada.(Ana Caroline)

- Fatos que uma pessoa viveu e lembrou. A história é contada sistematicamente, a pessoa que conta não precisa exatamente a ter vivido.(Gabriela)

- A memória é algo que aconteceu e não pode ser mudado. A história expões os fatos e faz com que o indivíduo não reproduza certas ações que ocorreram no passado. (Vyvian)

- O conjunto de memórias forma a história.(Evandro)

- É o que fica em nossa cabeça. Na minha opinião não existe diferença. (Elma)

- Assim como a História, a memória é uma forma que temos de lembrar fatos que ocorreram no passado e que também utilizamos através de fotos, cartas, etc. (Esthepane)

- É o que te faz lembrar. História é o que aconteceu, que pode ser estudado. (Mário)

- Memória é aquilo que não é esquecido. A História é o que marcou época. (Larissa)

- Memória é o que está encravado em sua mente. A diferença é que a História conta aos outros o que aconteceu e memória fica só na mente. (Geisa)

- É tudo que aconteceu e depois lembra de tudo. A diferença é que a história conta o que aconteceu e a memória lembra do passado. (Daniel)

- Pra mim não existe diferença. (Yasmin)

- Não existe diferença. (Raul)

- Memória é algo que apenas uma só pessoas é capaz de lembrar. A História estuda fatos históricos que ocorreram no passado. Já a memória são acontecimentos vividos por uma só pessoas e só ela é capaz de lembrar. (Ana Cristine)

- Memória é tudo aquilo que fica na lembrança de alguém. Aquilo que já existiu e hoje não existe mais. História está relacionada com memória porque faz parte do passado. (Andrielli)

- Memória são todos os momentos bons e ruins da vida que guardamos em nossa mente. História serve para estudarmos o que aconteceu em nosso passado. Memória é onde guardamos todos os momentos de nossa vida. (Luan)

- História é uma coisa que já foi, passou. Memória é o que a gente tem em mente. (Mayara)

- Há uma grande diferença: História é produzida no passado e no que aconteceu. Memória refere-se às lembranças de um período histórico. Mas ambas trabalham em conjunto. (Laynne)

- Memória é para lembrar de alguma coisa que gostamos, que nunca vamos esquecer. (Emanuel)

- Não há diferença. Ambas estão relacionadas. As memórias são marcadas por histórias. (Ádria)

- Sim, existe. A História é o que fazemos e o que fazemos fica na memória. (Kauane)

- Sim. A história são fatos passados e memória são lembranças de algo verídico. (Jéssica)

- Acho que não, pois a História vem de memórias antigas. (Geovana)

TURMA 302 – 2018

- Memória é uma forma de se lembrar das coisas que aconteceram há muito tempo que ficam como lembrança, igual na história que relembra acontecimentos antigos e atuais. (Bruna Sousa)

- Coisas que já aconteceram e ficam na memória. Pode sim existir diferença entre história e memória. Mas não consigo ter ideias para explicar. (Keyse)

- Memória é algo que você lembra porque viveu. Existe sim a diferença, porque a memória é algo que você viveu naquele lugar, e a História é algo que você aprendeu sobre o lugar em que você se encontra. (Raissa)

- Memória está relacionado ao acontecimento vivido em uma determinada parte da sua vida. Este conceito é diferente de História. (Renan)

- Memória é algo que se guarda uma lembrança ou um objeto. Sim, porque uma conta os fatos o outro a lembrança. (Joseana)

- Tudo aquilo que guarda momentos, fatos, etc. Existe uma semelhança entre História e memória, pois os dois podem ou até mesmo servem para lembrar ou relatar fatos. (Tássila)

- Memória pode ser um conceito de preservar alguma coisa. (Wellington)

- Memória é o que nos faz dar sentido ao significado da pa-

> lavra História, pelo fato de que se uma pessoa não tiver uma memória, essa pessoa não consegue relatar tal fato acontecido no passado. (Wesley César)
>
> - Talvez a memória esteja completamente ligada a História, pois a História é construída com fatos antigos que podem ser provados, e esses fatos estão ligados a memória. (Wesley Gabriel)
>
> - Memória é tudo aquilo que já aconteceu em sua vida e também é História e sua História de vida em minha opinião não há diferença. (José Vitor)
>
> - Memória são lembranças que a gente tem do passado e como e como eu disse História é coisa do passado então não existe diferença. (Williams)
>
> - Sim a memória são lembranças que ficam no seu cérebro. A História são contos da sua origem para o que você é agora. (Victor Wilson)

A maioria dos alunos destacou o ato de lembrar, guardar, não esquecer. O estudante Jeferson (302, 2017) apontou a diferença entre História e memória, apesar de não desenvolver argumentação, assim como deixou implícito que o esquecimento faz parte da memória. A Ana Maria (301, 2017) destacou a importância da memória como integrante de nossa história de vida. O Luã (turma 301, 2017) evidenciou memória como algo produzido por nós. Enquanto o Tiago Danin da 301 (2017) salientou a seleção daquilo que lembramos. Notamos que alguns alunos apresentam significados próximos de autores especialistas no tema.

A discussão clássica de Maurice Halbwachs apresenta a memória como o resultado de influências externas. Aponta nossas lembranças como coletivas, mesmo quando se referem a acontecimentos vividos individualmente, pois, segundo o autor, nunca estamos sós. Estamos sempre acompanhados, em nossos pensamentos, dos grupos de que fizemos ou fazemos parte (HALBWACHS, 1990, p. 26). Para o sociólogo, até quando imaginamos que nossas lembranças são pessoais, essas estão vinculadas a algum grupo, como quando cita o exemplo das memórias infantis que se associam ao ambiente familiar. Portanto, fala das dificuldades de uma lembrança ser de fato extraída de uma pessoa, sem que sofra influência do que já se viveu em sociedade (HALBWACHS, 1990, p. 39). Assim, a memória individual está estreitamente relacionada à coletiva, sendo colocada como uma perspectiva tomada a partir da coletividade.

> No mais, se a memória coletiva tira a sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo. Dessa massa de lembranças

> comuns, e que se apoiam uma sobre a outra, não são as mesmas que aparecerão com a mesma intensidade para cada um deles. Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios. Não é de admirar que do instrumento comum, nem todos aproveitam do mesmo modo. Todavia quando tentamos explicar essa diversidade, voltamos sempre a uma combinação de influências que são, todas, de natureza social (HALBWACHS, 1990, p. 51).

Entretanto, nessa visão, a influência do externo nas lembranças sugere negociação e seletividade entre o individual e o coletivo, omitindo disputas, enquadramentos, relações de poder expressas por aqueles que fazem valer a sua memória como aquilo que deve ser lembrado por todos. Os exemplos citados por Michael Pollak do processo de "destalinização"[12] na União Soviética, acerca dos judeus que sobreviveram aos campos de concentração nazistas e em relação à aceitação e resistência francesa à dominação alemã, inclusive no caso dos franceses recrutados compulsoriamente a compor o exército alemão, mostram como "memórias subterrâneas"[13] traumáticas contrastam com a ideia de memória coletiva harmônica, sem relações de poder em jogo (POLLAK, 1989, p. 4-7). Lembranças que ficaram em silêncio durante décadas por motivos ligados às políticas de Estado ou por motivos particulares, emergiram a partir das mudanças de contextos políticos e/ou da vontade dos envolvidos, perto do fim da vida, de não deixar essas memórias se perderem.

> Esse reconhecimento do caráter potencialmente problemático de uma memória coletiva já anuncia a inversão de perspectiva que marca os trabalhos atuais sobre esse fenômeno. Numa perspectiva construtivista, não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade. Aplicada à memória coletiva, essa abordagem irá se interessar portanto pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias. Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "Memória oficial", no caso a memória nacional. Num primeiro momento, essa abordagem faz da empa-

[12] Diz respeito às atrocidades cometidas por Stálin, que vieram à tona quando de sua morte, e mais ainda quando do fim do regime socialista na União Soviética.

[13] Memórias escondidas, não ditas, silenciadas de propósito por se relacionarem a um determinado trauma.

> tia com os grupos dominados estudados uma regra metodológica5 e reabilita a periferia e a marginalidade. Ao contrário de Maurice Halbwachs, ela acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional. Por outro lado, essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa. Os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes (POLLAK, 1989, p. 4).

Ecléa Bosi retoma a leitura de Maurice Halbawachs, confrontando-a à interpretação que Henri Bergson constrói sobre memória, tratando-a como um fenômeno da psicologia individual: enquanto Bergson evidencia a importância do psicológico do indivíduo na construção das memórias, Halbwachs, como já dito, destaca a influência da sociedade, do coletivo (BOSI, 2016). Entretanto, Bosi recorre ainda a William Stern para estabelecer um campo de possibilidade que entrecruza as influências do meio com os aspectos individuais da memória. A professora paulista considera que a forma predominante da memória de um determinado indivíduo pode ser percebida a partir da autobiografia da pessoa em questão, na qual a memória individual se mostrará mais condizente ao coletivo ou à individualidade (BOSI, 2016, p. 68). Trabalha com as lembranças de velhos com idade superior a 70 anos, da cidade de São Paulo. Defende que existe uma espécie peculiar de obrigação social legada aos velhos que se distingue em intensidade conforme os tipos de sociedade, assim como em determinados grupamentos sociais nem se espera por isso. Trata-se da obrigação de lembrar. Na sociedade em que vivemos, numa hipótese mais geral, as pessoas que ainda estão na ativa economicamente pouco se importam com a lembrança do passado, o que difere quando lidamos com os velhos, que não estão mais ativos, que se importam mais com a reconstrução do passado (BOSI, 2016, p. 63).

A memória é um fator de socialização. As crianças, em contato com os mais velhos, recebem memórias. Os adultos lidam de forma menos próxima com a memória, pois são muito ligados ao presente. Os velhos estreitam relação com a memória (BOSI, 2016, p. 69). Entretanto, a sociedade industrial é maléfica à velhice, pois gera um sentimento de continuidade arrancada, promovendo tristeza nas pessoas dessa faixa etária. Essa sociedade rejeita o velho, que se defende, quando integra uma classe abastada, pela acumulação de posses, que por sua vez funcionam como um escudo contra a desvalorização humana. O adulto age com contradição em relação aos velhos: por um lado adota o discurso moralizante do respeito aos mais velhos; na prática, age no sentido de persuadir o idoso a ceder seu lugar ao mais novo, de aceitar a vida no asilo, de ser tutelado por um mais jovem (BOSI, 2016, p. 77-78). A valoriza-

ção dos velhos, da sua vida, de suas lembranças, é essencial para o estabelecimento de laços entre os que já viveram muitas coisas, os adultos, os adolescentes e as crianças. Portanto, a memória cumpre uma função social.

> Qual a função da memória? Não reconstrói o tempo, não o anula tampouco. Ao fazer cair a barreira que separa o presente do passado, lança uma ponte entre o mundo dos vivos e do além, ao qual retorna tudo o que deixou à luz do sol. Realiza uma evocação: o apelo dos vivos, a viagem que o oráculo pode fazer, descendo, ser vivo, ao país dos mortos para aprender a ver o que quer saber (...). Hoje, a função da memória é o conhecimento do passado que se organiza, ordena o tempo, localiza cronologicamente. Na aurora da civilização grega ela era vidência e êxtase. O passado revelado desse modo não é o antecedente do presente (BOSI, 2016, p. 89).

Jacques Le Goff (2013)destaca a importância da memória coletiva para as sociedades humanas por intermédio de um panorama que considera as transformações pelas quais passam as formas de se constituir a memória, desde as sociedades ágrafas até nossa sociedade do acúmulo de dados em série, buscando perceber como essa memória se mostra como um instrumento e objeto de poder nas mãos de quem controla as maneiras de se produzir e/ou divulgá-la (LE GOFF, 2013).

> [...] a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 2013, p. 390).

Nesse aspecto, destacamos que os chalés da orla, a Praça Matriz, o coreto, o trapiche de Mosqueiro, como fazem parte do universo social e foram pensados e construídos para atenderem a elite de Belém da época, podem nos conduzir à compreensão de que buscamos valorizar um Patrimônio da classe dominante. Entretanto, nossa ideia se constrói pela lógica de relacionar tal patrimônio à dinâmica de vida do povo mosqueirense daquele contexto e de agora, como se relaciona ao turismo, às mazelas sociais enfrentadas pela comunidade.

À luz do que diz o referido autor, percebemos como a memória se consolida como documento/monumento que celebra, comemora o passado a partir de interesses de determinados grupos hegemônicos. Le Goff salienta a "revolução documental" ocorrida no século XX que alargou o que pode ser considerado como fonte

histórica, gerando, portanto, uma gama maior de fontes de memória (LE GOFF, 2013, p. 489). Compreendemos os bens culturais como monumentos repletos de memória e que podem também servir de cristalização de interesses de classes, se o papel nosso como professor de História não for cumprido a contento, a saber: utilizar a memória não como instrumento de poder, mas sim de libertação e de percepção da identidade do grupo ao qual se pertence;no nosso caso, à comunidade de Mosqueiro.

Luiz Fernando Dias Duarte (2006) constrói uma argumentação na qual a memória, na cultura ocidental, adquire intensa reflexividade, ao longo de um processo histórico. Destaca algumas funções importantes da memória, como: domínio, preservação, transmissão, continuidade, de um determinado status-quo, o que se relaciona diretamente com uma característica importante de sacralidade que a memória possui. Salienta que o surgimento da escrita representou uma "curiosa ameaça" à memória (DUARTE, 2006, p. 306). Com o aparecimento da grafia, o autor, menciona que ocorre um processo que evidencia "desvitalização", "dessensibilização" da memória, assim como se percebe uma racionalização dos novos recursos de memória, acompanhada por uma "[...] autonomização da função reflexiva do pensamento" (DUARTE, 2006, p. 307). O que aponta para uma diferenciação do como lembrar-se do passado, agora, com a escrita, diminuindo o papel antes desempenhado pela oralidade, que estabelecia uma relação de maior proximidade entre os que contavam e os que escutavam histórias. As rememorações do passado grafadas no papel se relacionam com uma crescente individualização e subjetividade da memória, o que altera o que antes era uma identidade aristocrática, passando a se constituir como gostos individuais, identidade de dinastias, de príncipes, a partir do Renascimento Cultural (DUARTE, 2006, p. 309). O professor Luiz Duarte afirma que a moderna ideia de museus nasce dentro desse processo de individualização das memórias, que traz em seu bojo uma lógica de "coletivização das individualidades" – um determinado colecionador fará a seleção das peças que integrarão uma memória coletiva a partir da individualidade.

> Uma das dimensões mais notáveis desse processo, com implicações indeléveis para todos os fenômenos da memória social contemporânea, é o fato de que as coletividades políticas passaram a ser constituídas de atributos de memória, pensados por analogia com os que se haviam montado para as memórias cultivadas das elites ocidentais, a partir do Renascimento. As "nações" que se vão constituindo entre os séculos XVII e XIX vão paulatinamente incorporando uma preocupação sistemática com o tesouro acumulado ao longo do tempo, em seu território, e nas práticas de sua população, construindo uma identidade forjada e esmerilhada com esses curiosos amálgamas de restos culturais (DUARTE, 2006, p. 310).

Do século XIX em diante, na cultura ocidental, a autonomização dos acervos em arquivos, bibliotecas, coleções, museus, bibliotecas, advinda de uma laicização iniciada séculos antes, pelo Renascimento, mostra uma produção crescente de memórias inserida no processo citado acima, de coletivização das individualidades, produção acentuada pelo surgimento de novas tecnologias que constroem uma "indústria da informação", a qual reforça a sacralização de lembranças e identidades, ora forçosas.

> A visitação, o uso, o arejamento dos acervos de memória não podem ser serviços farisaicos dos sacrários, um mero incensamento de ídolos petrificados. Deve ser uma prática intensa e comprometida, reflexiva e crítica, implicando os agentes na coisa visitada, consultada, de modo a permitir a emergência da verdadeira vida: a que brota pela ação da força subjetiva, íntima, sobre o imenso solo das criações passadas. Assim, os enormes recursos tecnológicos de disponibilização da memória acumulada, objetivada, de que dispomos não nos são suficientes. Na realidade, tememos mais fortemente, ainda que eles apresentem apenas um simulacro de vitalidade, uma gigantesca e estéril, agitação superficial entre os acervos e as intenções. Esse é, sem dúvida, o maior desafio que hoje se apresenta aos profissionais da memória: o de assegurar que os extraordinários recursos de que se pode lançar mão mantenham o comprometimento reflexivo dos fiéis (e dos sacerdotes). Permitir nos termos de Max Weber, que o carisma, o comprometimento subjetivo e a força vital permaneçam circulando no aparelhamento burocrático da memória (DUARTE, 2006, p. 315).

Fazer aparecer a vida das pessoas, não apenas dos abastados, então, não é tarefa fácil, a partir da percepção de que a memória coletiva é forjada por identidades individualizadas de alguns. O trato com patrimônio material de Mosqueiro nos leva a essa problemática: onde as pessoas simples aparecem nessas memórias, ou como nós, como estudantes de História, postulantes a profissionais da memória, podemos fazer o povo emergir das entranhas dessas lembranças, que esqueceram de mencionar os carregadores, os pescadores, os moradores, os nativos? Por meio do ensino de História, mostramos aos discentes que a recepção de visitantes é uma das atividades econômicas que se desenvolve desde o final do século XIX, e permanece no cotidiano, inclusive de alguns alunos, que trabalham em barracas de praia, algumas em frente aos chalés seculares, em restaurantes, em lanchonetes, na tapiocaria; traduz-se como uma alternativa de imbricar o passado com o presente dos ilhéus e ilhoas, estudando os lugares de memória, podendo pensar sobre a formação histórica e urbana do distrito, elencando políticas públicas que se fizeram numa perspectiva de atender o público que visita a ilha, deixando apenas migalhas aos moradores.

Pierre Nora (1993) defende que a industrialização promoveu o fim das sociedades memórias. A urbanização legou ao homem um outro tipo de relação com a tradição, com a memória, no sentido de desprezá-la. A sociedade industrial contribui para um processo de massificação da sociedade, no qual as memórias / tradições de grupos tendem a se perder (NORA, 1993, p. 8-9). O autor estabelece diferença entre História e memória: memória se relaciona diretamente com o vivido, socializa lembranças; enquanto à História cabe o dever de questionar a memória, de dessacralizá-la, ao tomá-la como uma fonte do passado. Entretanto, na França dos 1800, a relação entre História, memória, nação e pedagogia era estreitamente imbricada, ao ponto de a própria História se transformar em memória, uma vez que o ensino dessa História possuía um viés patriótico (NORA, 1993, p. 11).

Na mesma direção da argumentação de Pierre Nora, Marina Maluf aponta a memória com um viés de sacralidade, como uma ligação ao passado no presente, demarcando uma nítida diferenciação com a ciência histórica.

> Se a memória coloca a lembrança no sagrado, a história a dessacraliza porque é uma operação intelectual e crítica que trabalha com cortes temporais – e que necessariamente problematiza a memória. Assim, o contraponto da história vivida é a análise histórica que toma o passado não como seu, mas como uma representação; não como vivência, mas com o desejo de compreendê-lo, de torná-lo inteligível (MALUF, 1995, p. 44).

A partir dos anos 1930, na França, dentro de um processo, as celebrações da nação dão lugar a um estudo das celebrações, por meio, inclusive, de uma História da História, numa preocupação historiográfica, no sentido de rever, refazer, reconstruir o sentido/papel da História (NORA, 1993, p. 12). A partir dessa reconstrução, pensamos uma História que não sirva como pedagogia de nacionalismo, mas que atente para a garantia do direito à memória e à cidadania, numa perspectiva de percepção de identidade, por parte das pessoas, tomando como ponto de partida o aprendizado histórico, por meio do Patrimônio Cultural.

Contudo, entre memória e História se situam os lugares de memória, como rastros do passado, numa sociedade que não vive mais suas lembranças e que deixou de se guiar, em prol de uma preocupação com a preparação do futuro. Logo, a História se apodera dos lugares de memória por conta da ameaça da perda, do esquecimento. Ao passo que vai desaparecendo a memória tradicional, a necessidade de produção de arquivos sobre o passado aumenta vertiginosamente. Vivemos, então, numa busca incessante pelas origens, pelo nascimento, pela nossa herança (que pode ser entendida como Patrimônio Cultural), que passam a nos ajudar a reconstruir um sentimento de pertencimento, uma identidade (NORA, 1993, p. 13-14).

Os lugares de memória são simultaneamente de ordem material, simbólica e funcional. Dependendo do tipo de lugar de memória, as três ordens se alternam em grau de importância, mas sempre coexistindo. Evidenciamos aqui os lugares monumentais, em especial os "lugares arquiteturais" que conservam seu significado em sua existência.Os lugares de memória não se referem à realidade, são os próprios "referentes" ao mesmo tempo fechados em si, mas abertos na "extensão de suas significações" (NORA, 1993, p. 26). De acordo com essa ótica, consideramos os bens culturais materiais de Mosqueiro, objeto de nosso debate, como lugares de memória, à luz do que disse Pierre Nora. Nos termos de Marina Maluf:

> [...] é a similitude que faz com que cada grupo ao retomar o seu passado, "sente acertadamente que permaneceu o mesmo e toma consciência de sua identidade através do tempo", porque o grupo "visa perpetuar os sentimentos e as imagens que foram a substância de seus pensamentos". [...] Pode-se, assim, dizer que a memória, um dos elementos que dá unidade a um grupo, depende do sentimento de um tempo contínuo, de um tempo fluído que opera apenas limites incertos entre o vivido outrora e o tempo presente (MALUF, 1995, p. 43).

Ainda em relação às interações entre memória e identidade, consideramos importante o que Verena Alberti diz:

> A memória é essencial a um grupo porque está atrelada à construção de sua identidade. Ela [a memória] é o resultado de um trabalho de organização e de seleção do que é importante para o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência – isto é, de identidade. [...] As disputas em torno da das memórias que prevalecerão em um grupo, em uma comunidade, ou até em uma nação, são importantes para se compreender esse mesmo grupo, ou a sociedade como um todo (ALBERTI, 2015, p. 167).

CONCEITO IDENTIDADE

Quando as perguntas aos alunos foram: O que é "identidade"?[14] O que identifica a vocês? Obtivemos as seguintes respostas:

TURMA 301 – 2017

– Identificação por nome, características ou fotos que per-

[14] Para as turmas de 2017, a pergunta inquiria apenas sobre o conceito de identidade, sem questionar sobre quem é você.

mitem reconhecer um local ou uma pessoa. (Erick)

– Identidade é como um indivíduo se apropria de algum determinado conhecimento para a formação de caráter, tendo em mente deixar sua marca no que fez. (Débora)

– É a comprovação que relata a originalidade de uma pessoa, ao meio de qualquer local que irá se identificar. (Eliandra)

– É o reconhecimento de um indivíduo próprio. (Gabriel Antunes)

– É aquilo que você já tem, uma identidade com alguém, por exemplo, na praia no meu caso já tenho identidade que eu moro em um lugar que tem diversas praias que posso frequentar a qualquer momento. (Gustavo)

– Aquilo que uma pessoa constrói é a sua identidade. (Diego Victor)

– Como o próprio nome diz, é a identificação de que aquilo existe ou por exemplo: o nome de uma pessoa ou um objeto ou estabelecimento. (Luã)

– Características semelhantes entre o indivíduo e ou objeto ou local, que o representa. (TiagoDanin)

– É uma comprovação ou registro de algo ou alguém, como o nome é a história que traz algo ou alguém, como por exemplo o Pão-de-açúcar no Rio de Janeiro é registrado com um cartão postal da cidade, cria-se então a identidade e história do Pão-de-açúcar. (Clayderson)

– É quando algo tem sua identificação. Exemplo: Algo que identifique você. (Maricely)

– É aquilo que descreve determinada pessoa. (Alzira)

– É a identificação de si próprio. (Márcia)

– É tudo que caracteriza ou representa alguém ou algo. (Elisabele)

– Identificação com algo, exemplo: Mosqueiro eu me identifico com esse lugar bem tranquilo, apesar de certos pontos negativos, tenho orgulho de viver aqui. (Jhonatan)

– É o que identifica a pessoa como ela é. (Júlio)

– São nomes ou locais dados em conhecimento de um local conhecido como pontos turísticos. (Fabíola)

– É a identificação de uma pessoa, Estado é como nós podemos nos identificar em ocasiões que precisem. (Brenda)

– É algo pessoal que cada um tem diferente do outro, sem que haja uma igualdade. (João Pedro)

– É algo que alguém constrói sem copiar de nenhuma outra, sendo autêntico. (Fernando)

– É a marca de algo, seja em costumes, alimentação, localidade, entre outros, como por exemplo no Estado do Pará, o maior evento religioso que é o Círio Nossa Senhora de Nazaré. (João Victor)

– São as características de um povo ou indivíduos. (Eliane)

– É o que nos identifica, nossa personalidade, nosso modo de vida, aquilo que representa o que nós somos e cada um tem sua própria identidade, suas lembranças, é uma coisa única que cada um tem em particular. (Ana Maria)

– É ter um nome, RG e o que descreve a pessoa. (Elda)

– A identidade sugere que não nos percamos em enganos ao lembrar de algum fato histórico. (Pablo)

– É ser reconhecido como cidadão ou é ser quem você é não importa o lugar. (Rhillary)

TURMA 302 – 2017

– É aquilo que lhe identifica, ou seja, tudo que venha identificar quem e o que você é. (Talita)

– É sua nacionalidade, de onde você veio, de onde você é. (Maria Eduarda)

– É uma identificação de determinado lugar ou uma pessoa. (Hebiny)

– Identidade se refere a informações em relação a idade, gênero, e descrição de como é ou como funciona. (Jeferson Souza)

– A identidade é o que você se tornou diante a tudo aquilo que aconteceu na história. (Carlos Daniel)

– Características própria de alguém. (Lilian)

– Identidade é quando nos referimos a quem somos, a nossa origem, a quem somos de verdade e não o que veem. (Tathyana)

– É algo onde se tem nome para que todos possam passar a conhecer, onde tem datas comemorativas. (Pamela)

– É as características de algo ou alguém, como a origem, especificações, fundamentos. É uma forma de saber coisas sobre aquilo ou aquele. (Shirley)

– Todos temos uma identidade, é algo que mostra quem somos, seja como pessoas, objetos, animais... tem toda uma

história por trás, para poder ser identificada. (Mylena)

– É saber quem nós somos de verdade e saber a nossa identidade tanto como ser humano como cidadão. (Gabrielly)

– É algo que está registrado sendo de alguém, sendo de pessoas, casas, etc. (Tiago Chaves)

– É o que nós somos, o que nós seremos, qual o papel que cada um tem na sociedade em que vivemos, isso faz cada um de nós ter sua identidade. (Jhon)

– É aquilo que você é como você se mostra para as pessoas, também um modo de registrar uma pessoa como cidadão. (Jardel)

– São marcas registradas das pessoas que hoje são lembradas. (Leonardo)

TURMA 301 – 2018

– São características de uma determinada pessoa. (Carlos)

– O que representa você. O que as pessoas acham de você. Sou divertida, louca, engraçada. (Karlla)

– É a forma como o ser humano se identifica na sociedade. (Vanessa)

– A forma como o indivíduo se identifica na sociedade. (Luzivania)

– Informar as principais características de uma pessoa ou lugar. (Gean)

– O documento me identifica, me dá um bom acesso. (Ana Caroline)

– Se relaciona à ideia de ser único. O que me identifica é meu modo de ser, minha personalidade, minhas manias e até minha aparência física. (Gabriela)

– Características particulares que tornam os indivíduos únicos. O que me identifica: louca, responsável, amorosa, estudiosa, empática. (Vyvian)

– É o que torna uma pessoa cidadão. (Evandro)

– Serve para mostrar quem sou em várias situações. (Elma)

– A minha personalidade. (Esthepane)

– Aquilo que mostra o que você é. Minhas atitudes. (Mário)

– É a identificação de produtos, pessoas e outras coisas. (Daniel)

– O que nos identifica, o que a gente se vê. Está naquilo que

gostamos. O que me identifica é a paróquia de Nossa Senhora do Ó, o lugar que eu vou desde pequena, o lugar que eu amo estar. (Andrielli)

– Identidade é você se aprofundar em conhecer uma pessoa, e assim conhecer e descobrir suas personalidades de vida. O que me identifica, na verdade, eu não sei. (Luan)

– A identidade pode ser nossa história, nossa cor, origem, tradições. O que me identifica mais é o caráter; a pessoas tendo o seu caráter, nada abala. (Laynne)

– É como se identificar na sociedade como a pessoa que você é. (Emanuel)

– Tudo sobre o espaço que vivemos. Quem inaugurou, como surgiu o nome, como era antigamente. (Ádria)

TURMA 302 – 2018

– Identidade é uma forma de identificar alguém e suas características. Eu me identifico como uma menina normal que estuda. (Bruna de Sousa)

– O que pode me identificar é o que eu faço e sou, ou até mesmo meus familiares e amigos me identifica um pouco. (Keyse)

– Algo de dentro da Ilha que me identifica, a natureza, a praia e as coisas antigas que há na Ilha. (Raissa)

– Identidade é aquilo que identifica uma determinada "coisa" como nome, apelido ou outras. (Renan)

– Identidade é algo que identifica um lugar ou uma pessoa. (Joseana)

– É para representar quem você é, ou seja, definir características. Sou estudante, moro na Ilha de Mosqueiro e etc. (Tássila)

– A identidade de uma pessoa é a forma de se vestir, no que trabalha e a personalidade. (Wellington)

– Identidade é o que identifica uma pessoa, é o que faz uma pessoa ser fora do padrão; cada uma tem o seu próprio perfil, seu próprio padrão. Meu jeito de ser, meu jeito de vestir, minhas características. (Wesley César)

– Sou estudante do ensino médio, faço cursinho à noite, tenho deveres em casa, quem me sustenta são meus pais. (Wesley Gabriel)

– Identidade é aquilo que define uma pessoa: a que me identifica é ser calmo. (José Vitor)

> – A identidade é o seu registro pessoal que te identifica que você é um cidadão de bem. (Victor Wilson)

Notamos que apenas quatro alunos relacionaram o conceito à História e que a maioria destacou características ligadas à personalidade e poucos outros se identificaram com o local. Pensamos em entender identidade numa relação estreita entre memória, História e o patrimônio. Nesse sentido dialogamos com Jörn Rüsen quando advoga que a experiência do tempo representa perda iminente da identidade, o que leva o homem a buscar orientação no tempo (no passado). Para Rüsen, as carências de orientação são o impulso que nos levam a buscar compreender nossa experiência no tempo. Rüsen critica a tradição como forma de orientação da vida prática, pois orienta a ação no presente sem questionamento, sem levar em conta a historicidade da vida prática. A ação humana, repleta de intencionalidade, transforma o tempo natural em tempo humano – "superávit de intencionalidade". A orientação temporal não basta, é necessária a "Consciência Histórica". Apenas ela, mediante seu recurso rememorativo, fornece ao presente uma orientação no tempo. Aponta o "caminho certo" do agir humano na vida prática (RÜSEN, 2001).

É considerado História aquilo do passado que, no presente, serve para aumentar os marcos de orientação no tempo. "Somente o jogo do lembrar e do esquecer fornece as referências temporais que o passado tem de assumir, a fim de poder produzir uma representação de continuidade instituidora de identidade" (RÜSEN, 2001, p. 84). Logo, entendamos História como a transformação do tempo natural em humano. Rüsen associa três elementos importantes, na análise da experiência do tempo, capazes de produzir uma consciência histórica que supere a tradição e o exemplo: experiência, significado e sentido, os quais devem sempre estar interligados, mesmo que o último se sobressaia sobre os demais, uma vez que é no sentido que culmina a pretensão de validade da História, quando as pessoas dele se utilizam para se orientar no tempo, fortalecendo ou (re)construindo identidades, criando expectativas de futuro (RÜSEN, 2001, p. 88).

Não pretendemos um enquadramento dos(as) jovens alunos(as) ao marco identitário impresso nos chalés da Ilha, no mercado, no coreto, no trapiche ou na Fábrica Bittar, como uma camisa de força a qual seriam obrigados a vestir, nem pretendemos reforçar a construção de uma nacionalidade exacerbada, mas sim pensar a promoção da diversidade cultural. É importante destacar a necessidade do reconhecimento da diversidade de memórias (ALBERTI, 2015, p. 167), o que acarreta, consequentemente, uma multiplicidade de identidades. Considera-se que

> O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao re-

> dor de um "eu coerente". Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora "narrativa do eu". A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural são confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente. (HALL, 20016, p. 13)

Dada a multiplicidade de identidades possíveis assumidas pelo "eu", a identificação de acordo com a memória impressa no patrimônio material de Mosqueiro pode e deve compor a noção de pertencimento dos discentes.

Stuart Hall nos diz que a identidade cultural na pós-modernidade é intensamente influenciada pela globalização, que possui como uma de suas características principais a compressão do espaço-tempo, ao reduzir distâncias, ao aumentar as perspectivas do mundo conhecido e de atuação do homem, por meio das tecnologias de comunicação e de transportes (HALL, 2006, p. 69-70). A ideia de se constituir um mercado global que consome o mesmo tipo de produtos, de cultura, interfere nos hábitos locais, dentro de países,de forma que esse processo global desarticula as identidades nacionais (HALL, 2006, p. 73), ao mesmo tempo que incentiva o fortalecimento de identificações locais, étnicas, comunitárias, tornando-as, inclusive, em bens consumíveis.

> [...] ao lado da tendência em direção à homogeneização global, há também uma fascinação com a diferença e com a mercantilização da etnia e "da alteridade". Há, juntamente com o impacto do "global", um novo interesse pelo "local". A globalização (na forma da especialização flexível e da estratégia da criação de "nichos de mercado"), na verdade, explora a diferenciação local. Assim, ao invés de pensar no global como "substituindo" o local, seria mais acurado pensar numa nova articulação entre o "global" e o "local" (HALL, 2006, p. 77)

A valorização das características do lugar por outrem é um dos elementos que nos levam a reconhecer determinados bens culturais como integrantes de nossa identidade. Nessa lógica, os bens culturais da Bucólica, que fazem parte da história local e regional, ganham destaque como Patrimônio Cultural, podendo, ademais, ser utilizado, também de maneira comercial ao relacioná-lo a uma possibilidade de turismo histórico e cultural.[15]

[15] O debate sobre turismo e patrimônio de Mosqueiro será abordado no terceiro capítulo do livro.

DIÁLOGO COM O MATERIAL DIDÁTICO – "ENSINO DE HISTÓRIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM MOSQUEIRO"

Construímos um texto didático que se assemelha a uma cartilha de Educação Patrimonial, para Mosqueiro, com os conceitos fundamentais correlatos ao tema, expostos anteriormente, e posteriormente, no segundo capítulo, a partir da relação dos teóricos com as ideias iniciais dos(as) alunos(as), em linguagem acessível, com apontamentos sobre a História local, com um roteiro pedagógico, histórico e cultural delimitado, com informações sobre localização, histórico e possibilidades de uso dos bens culturais, expondo um resumo da sequência didática do trabalho realizado com os alunos. Desejamos que outros professores possam utilizar como referência e construir, a partir do exemplo deixado, suas próprias sequências didáticas em torno da Educação Patrimonial. O material didático foi disponibilizado em formato físico e virtual aos alunos: tiveram acesso às cópias e ao documento em PDF, compartilhado via grupos de *WhatsApp*, criados com a finalidade específica de dividir o documento com os discentes, e por meio da página no *Facebook* – "Ensino de História e Educação Patrimonial em Mosqueiro".

Compreendemos que as mídias tradicionais, como o material impresso, não podem ser relegadas ao desuso. Entretanto, é essencial aliá-las às mídias eletrônicas, para que possam ser utilizadas, por exemplo, pelo professor em sala de aula, quando estiver desenvolvendo o trabalho com Educação Patrimonial, com a possibilidade de ganhar a atenção do aluno com o uso intenso de imagens, fotos, mapas, sons, depoimentos, e que também chame a atenção para a utilização da cidade como espaço de memória, propício ao desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem.

Ao confeccionarmos um material didático, é relevante dialogar com professores-pesquisadores que já discutiram o tema. O debate já considerado clássico, feito por Circe Maria Fernandes Bitencourt (1996), lida com as "práticas de leituras em livros didáticos" nas últimas décadas do XIX e início do século XX (BITENCOURT, 1996). A autora, inicialmente, faz uma abordagem sobre os livros didáticos, percebendo uma forte influência dos poderes estabelecidos, seja o Estado ou a Igreja, o que reverberava no conteúdo do material didático que tinha que cumprir rigidamente os programas oficiais escolares. Numa concepção iluminista, o livro didático tinha a pretensão de que o aluno aprendesse estritamente da maneira como o texto se organizava. Assim sendo, lidava-se com um material contraditório: pretendia transmitir um conhecimento novo para dar liberdade ao indivíduo, mas se censurava qualquer tipo de leitura ou interpretação diferentes do proposto pelo texto (BITENCOURT, 1996, p. 5).

Dentro de uma sociedade que se comunicava essencialmente pela oralidade, o livro didático se adaptou: "A 'lição' do livro caracterizava-se por ser uma repetição oral da palavra escrita"(BITENCOURT, 1996, p. 6). Naquele contexto, o livro tinha que se impor à oralidade. Atualmente, o mesmo disputa com os vários meios de comunicação, em especial a *Internet*, disponível em muitos casos nos aparelhos celulares dos jovens. Inclusive, disponibilizamos nosso material didático de tal forma que os alunos podem acessá-lo pelos seus telefones celulares.

Circe Bitencourt destaca alguns elementos de controle na prática de sala de aula: a busca por homogeneização da classe, a disposição das carteiras de forma enfileirada, a leitura mediada pelo professor como norte para a leitura individualizada do aluno. Há de se considerar que o contexto trabalhado pela autora corresponde ao momento de organização da educação básica, em nível fundamental, no Brasil. Os mesmos professores que impunham a "leitura perfeita", em muitos casos não possuíam formação para lecionar), detinham "notório saber"(BITENCOURT, 1996, p. 7-8). A professora Circe Bitencourt constatou agressividade entre professores e alunos. O uso da palmatória para castigar discentes quando falhavam na apresentação da leitura ou atrasavam a entrega de trabalhos, contribuía para essa agressividade. As práticas de leitura, pautadas pelo castigo, incentivavam a competição, buscavam individualizar, separando os "melhores". Nesse diapasão, o livro desempenhou papel ambíguo: ao mesmo tempo que era veículo de transmissão de conhecimento, era também objeto de tortura (BITENCOURT, 1996, p. 13).

Num contexto no qual o livro didático se tornou objeto "sagrado", em que se tinha uma postura de submissão em relação ao saber, quando aprender se confundia com devorar o texto literalmente, muitos alunos transgrediam tudo isso: "profanavam" o texto didático divagando, rabiscando, acrescentando informações, fazendo caretas nos personagens ilustres que vinham no livro (BITENCOURT, 1996, p. 15). Nosso tempo de produção é outro. Esperamos e até queremos que haja transgressões na leitura, para apontar caminhos diferentes possíveis. Contudo, pensamos um material de História local, no qual o discente possa se enxergar, lendo-o em seu próprio *Smartphone*, podendo estabelecer uma relação de empatia entre os saberes inseridos no texto e a interpretação feita pelo aluno.

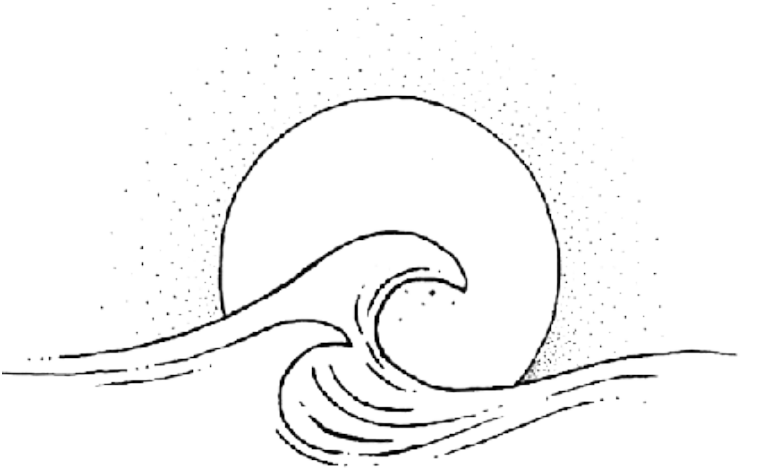
Outra discussão fundamental é realizada pelo professor Kazumi Munakata (2012), que analisa as pesquisas acadêmicas sobre o tema, e busca entender o livro didático na lógica das políticas públicas, principalmente o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). O autor foge do "denuncismo" da ideologia capitalista impressa no material didático, e vai além da aprovação ou reprovação do livro (MUNAKATA, 2012, p. 183). Enfatiza que se trata de um produto que, como todos os outros, é feito para ser vendido e ge-

rar lucro. Apesar de salientar que não se deve restringir a análise nesse aspecto, entendendo qualquer mercadoria como a "sombra do mal". Contudo, o professor diz que "a materialidade das relações que estão implicadas no livro, entre autor e leitor, é sobre determinada pelo mercado" (MUNAKAT, 2012, p. 183). E o mercado para livro didático, no Brasil, tem a escola como elemento primordial. O Estado brasileiro, por meio do PNLD, é o maior comprador de livro didático do mundo (MUNAKATA, 2012, p. 188). Acrescenta à discussão a necessidade de se conhecer todo o processo de produção, apreender a materialidade de relações sociais que se dão no processo produtivo entre editores, revisores, paginadores, arte-finalistas, impressores, encadernadores (MUNAKATA, 2012, p. 184). Além de defender que a editoração não é mera ornamentação, mas "conteúdo efetivo" (MUNAKATA, 2012, p. 187).

Acerca das questões ideológicas citadas por Munakata, é interessante percebermos que o Patrimônio Cultural também traz uma determinada visão de sociedade e de mundo. Sendo assim, optamos por trabalhar com uma noção de patrimônio diversa e ampliada, para que os bens culturais não sejam a afirmação da vontade política e econômica das elites. Entendemos legado cultural como tudo que é feito pelo homem, seja de classe abastada ou não, contanto que nesse legado estejam presentes referenciais de identidade para as pessoas. Compreendemos patrimônio como aquilo que guarda a memória histórica do povo, independentemente de ter sido tombado, registrado ou chancelado pelo Estado.

As questões mencionadas por Kazumi Munakata, em ralação à efetiva participação dos atores sociais que confeccionam o material, não estarão presentes em nosso texto didático, uma vez que optamos construí-lo nós mesmos e disponibilizá-lo via redes sociais (*WhatsApp* e *Facebook*). Nosso produto não será determinado pelo mercado, pois não temos objetivo financeiro, não visamos o lucro. Disponibilizamos o material, gratuitamente, nas redes sociais citadas.

O texto didático em questão nasceu da proposta de se ensinar História por meio da Educação Patrimonial em Mosqueiro. Assim, consideramos essencial nos debruçarmos no debate sobre o ensino da disciplina, com a perspectiva de trilhar o caminho da aprendizagem e da construção do saber histórico escolar dos alunos, a partir dos bens culturais de Mosqueiro.



CAPÍTULO 2

Educação patrimonial e ensino de história

ENSINO DE HISTÓRIA

Pensar o ensino de História como um conceito é fundamental ao propósito de executá-lo por meio da Educação Patrimonial. Perceber as mudanças na maneira de se ensinar a disciplina contribui na formulação de um programa de ensino preocupado com a construção do conhecimento histórico escolar dentro e fora da sala de aula – utilizando os bens culturais como fonte e ferramenta didática.

Para tanto, investigamos o que os alunos pensam a respeito e conectamos ao que alguns teóricos já produziram. Para as turmas de 2017 o questionamento foi como o ensino de História pode lhe ajudar em sua vida prática? E para os alunos de 2018 a pergunta foi em que o ensino de História nos ajuda? Explique.

TURMA 301 – 2017

– O conhecimento oferecido pela história tem extrema importância pelo fato de trazer conhecimento a todos os alunos, fazendo assim todos ficarem mais informados sobre o histórico do mundo. (Erick)

– O ensino de história ajuda na nossa vida nos ensinando sobre o nosso passado, o que nos ajuda a entender o nosso presente e nos instiga a pensar em como será o nosso futuro. (Débora)

– Ela ajuda que eu me expresse mais, me comunique melhor com as pessoas e faz com que eu me influencie a querer crescer na vida e poder explicar às outras pessoas que em tudo na vida a História faz sentido. (Eliandra)

– História é o estudo do passado, presente e futuro. Precisamos estudar para compreendermos sobre outras épocas, porque ainda nos dias atuais podemos ver traços dos nossos antepassados. (Gabriel)

– O ensino de História é fundamental em minha vida, pois necessito da História pra eu ficar mais atualizada nos tempos de hoje e no passado, mas confesso que vou mal em história. (Elizandra)

– O ensino de História pode me levar um conhecimento que servirá para o meu futuro. (Gustavo)

– História é uma matéria muito importante, porque não adianta estudar só Matemática, Português, porque essas outras matérias precisam de história. Ela é tão importante que é cobrada no Enem. Ajudam muito para saber como era no passado, como descobriram o Brasil e etc. (Diego Victor)

– Porque sabendo mais sobre a nossa história passada, podemos ter o conhecimento de como chegamos aqui hoje, e usando como exemplos o que ocorreu, evitar conflitos desnecessários mais à frente. Agora de um ponto de vista mais pessoal é interessante saber sobre esses fatos. (Luã)

– As pessoas não sabem o que é história no seu dia a dia, eu não sei muito, mas estou aprendendo cada vez mais e História não é só o que dão em sala de aula, é também conhecimento com a natureza e a nossa vida é uma história. (Taiana)

– A História é muito importante porque sempre que temos que aprender algo, por exemplo a 1ª Guerra Mundial que foi um conhecimento incrível que me ajudou em várias coisas, ela me mantém informado das coisas que nossos antepassados fizeram. (Dyego Sousa)

– O ensino de História é muito importante na questão política de nosso governo (manifestações e modo de governo que atuaram no passado), e também na História artística de um objeto ou uma pintura (gosto muito de Artes). (Tiago Danin)

– É a ciência que estuda a evolução do homem no decorrer do tempo. O ensino de História para um aluno é fundamental, isso porque se inicia a busca do conhecimento geral; entender a história de onde habita, ou sobre marcos que ocorreram no mundo ou até mesmo na sua própria história. (Clayderson)

– Me ajuda a conhecer um pouco do passado, faz me lembrar das coisas que aconteceram nas décadas passadas e isso faz com que eu conheça histórias que foram importantes e que marcaram nossas vidas. (Maricely)

– Ajuda-nos a pôr em questão o que aconteceu no passado e influencia nas nossas vidas ou o que se "repete" de forma diferente. (Alzira)

– Pode me ajudar muito, pois quem sabe lá na frente eu possa escolher uma área que precise da história já vai me ajudar muito porque já tenho uma base sobre essa matéria. (Nayra)

– O ensino de História nos educa a não cometermos erros que já aconteceram, nos mostra como algo aconteceu de

fato, mostrando períodos e tempos que nunca conhecemos, mas sabemos que existiram pelo estudo da História, vimos como as coisas eram no mundo e a partir daí podemos ver as consequências que já aconteceram e tentar modificá-las. (Márcia)

– A história não só pode como já me ajuda no momento que me deixa informada sobre os acontecimentos passados, mas que estão mais presentes do que podemos imaginar em nossa vida cotidiana, pois é a partir da história que também são construídos os pensamentos críticos. (Elisabele)

– Nos dias atuais se vivem momentos onde no passado já ocorreu algo semelhante, a história trás o estudo dessa época fazendo com que o indivíduo tenha um pensamento mais amplo sobre o determinado assunto. Logo o julgamento que cabe ao cidadão em mudanças no país, para quem estuda história tem uma ferramenta de suma importância para entender, comparar e opinar essas mudanças. (Nilcilene)

– A história ajuda muito na minha vida, saber o que aconteceu no passado até os dias de hoje, sabe que teve muitos conflitos e descobertas. (Júlio)

– Os conceitos estão praticamente com todas as disciplinas, diversos fatores estão ligados a história, assuntos ligados bem parecidos. (Fabíola)

– Nos ajuda a ter um conhecimento bem maior sobre os acontecimentos do passado e termos noção sobre qualquer assunto que pode estar ligado a história. (Cristian)

– Com o ensino de história que temos na escola, podemos conhecer realmente o que aconteceu no passado até aqui. Com esse estudo eu posso conciliar minha vida porque já tenho o conhecimento não muito mais tenho de saber lidar com o passado e o presente. (Brenda)

– História não é só estudar fatos que aconteceram no passado, mas também no presente e isso me ajuda muito na hora de fazer uma prova de conhecimento de história, acabo gostando de saber mais sobre o passado. (João Pedro)

– O ensino de história me ajuda em minha formação cultural e sobre como eu devo olhar o mundo para aprender com meus antepassados e assim de alguma forma ajudar a melhorar o modo de vida no planeta. (Fernando)

– Para aprendermos o que o nosso passado apresentou e muitos delas é interessante até hoje. A história vem nos mostrando a tecnologia e que hoje está muito atualizada, também os transportes rodoviários, cidades, etc. (Jackellyne)

– Bem eu acho importante saber como as coisas aconteceram no passado. A história foi evoluindo e nós junto com ela. Ela pode me ajudar a ter mais conhecimento e futuramente na profissão que eu desejo seguir. (Fabiana)

– Pode me ajudar muito, assim como já está ajudando é interessante estudar a história. (Jhuly)

– Eu adquiri conhecimentos da vida das pessoas e práticas interessantes que ainda vem sendo praticadas. (Jean Lucas)

– Buscando o conhecimento das antiguidades passadas, a viver, conhecer e aceitar as culturas do nosso cotidiano. (Luís)

– Pode ajudar a entender a importância de coisas que antes eram desconhecidas, muita das vezes, por falta de informações. (Izabela)

– A história nos ajuda a entender os acontecimentos de antigamente, observando que tais acontecimentos ainda refletem em nosso cotidiano, mas de maneira acentuada. (João Victor)

– Pode ajudar principalmente em provas de concurso público, é sempre bom aprender um pouco de história não só do Brasil, mas da humanidade. (Everton)

– Primeiramente na construção do meu conhecimento sobre os acontecimentos históricos aqui no Brasil e em todo o mundo. Ele vai me ajudar a ingressar em uma universidade no futuro e me auxiliar principalmente em questões políticas, relacionar algo que acontece hoje, com acontecimentos da antiguidade. (Eliane)

– Ajuda, pois estudando a história vou ficar sabendo o que ocorreu na nossa história, tipo porque ocorreram várias guerras, porque nosso país sofre consequências de eventos passados, vou poder explicar as outras pessoas a conhecer um pouco da história. (Ana Maria)

– A história ajuda de várias formas, para que eu conheça coisas importantes que ocorreram no passado e o que acontece no presente, e o que vai ocorrer no futuro. (Pablo)

– Transmitindo conhecimento sobre assuntos que desconheço, fazendo com que eu saiba mais sobre o que aconteceu e também esses conhecimentos do ensino de história falam a respeito do que repercutiu no mundo político e econômico que podem contribuir para o meu conhecimento sobre como a política chegou ao estado que está hoje. (Rhillary)

TURMA 302 – 2017

– Ajuda a revivermos as coisas que não podemos ver ou participar no passado. Ajuda a termos conhecimento daquilo que não vivemos ou não tivemos a oportunidade de presenciar. (Talita)

– Pode nos ajudar de muitos modos por exemplo: nós podemos aprender mais coisas do passado que ainda não é do nosso conhecimento e adquirir também um bom conhecimento da história do Brasil. (Gabriel)

– A história é uma das disciplinas que mais ajuda o jovem a fazer uma boa redação. E os costumes de antigos povos, que até os dias de hoje são praticados. (Maria Eduarda)

– Ajuda a saber como era nos anos passados, como tudo ocorreu até chegar no século XXI, o quanto as pessoas sofreram e faziam para ter melhor condição de vida, como os senhores tratavam seus servos e com o passar dos anos foi melhor até chegar nos dias atuais. (Hebiny)

– Pode me ajudar a entender o que aconteceu a um tempo atrás e relacionar com o presente. E tudo que em história, realmente acontecer só que mais modificado, a história na prática me alerta. (Jeferson)

– Bem eu entendo que a história ode me ajudar da seguinte maneira. Tipo me ensinando coisas do passado para que eu possa expandir mais meus conhecimentos sobre as tradições dos meus antepassados e assim tendo melhor noção de como viviam as pessoas antigamente. (Carlos Daniel)

– Através do ensino de história é adquirido o conhecimento sobre fatos históricos que pode-se relacionar com o presente, no dia a dia do País ou até algum acontecimento em escala mundial. (Lilian)

– O ensino de história é importante para o nosso presente, pois podemos "resgatar" histórias passadas e fazer semelhança com o presente. Portanto, ele pode ajudar de forma "explicativa" de modo que entendemos s definição de um lugar antigo, um Patrimônio, que fim deu esse lugar, leis feitas que até hoje estão funcionando. (Luan Augusto)

– A história nos ensina a entender o que aconteceu e ao vermos o que aconteceu há anos atrás a história nos ajuda a ver o que mudamos anteriormente e o que devemos melhorar, e ela também nos mostra o que aconteceu antes de existirmos. (Tathyana)

– Nessa matéria podemos saber o que e como foi feito o processo de evolução que ocorreu em nosso bairro e no mundo,

pois esse ensino nos disponibiliza os fatos, tudo o que aconteceu no passado para que estivéssemos onde estamos. (Jennifer)

– Mostrando como era tudo antigamente vendo como mudou muitas coisas, fazendo com que valorizemos a vida hoje, pois antes era bem pior, de certa forma. (Mylena)

– Pode ajudar em várias ocasiões e uma delas é ter um conhecimento maior sobre o que o nosso povo passou no decorrer dos anos passados e levar para o resto de nossa vida os aprendizados que conhecemos no ensino de história, eis uma prática bem mais ampla no nosso presente. (Lucas Oliveira)

– Não só para mim, mais para toda a humanidade, a história contém tudo o que o ser humano precisa saber sobre o passado. Sem o ensino de história não somos nada. (Jardel)

TURMA 301 – 2018

– Ajuda a compreender a sociedade, de acordo com os acontecimentos históricos, criando toda uma defesa ideológica para que esses acontecimentos não ocorram mais. (Carlos)

– Ajuda-nos a entender o que aconteceu no passado. (Karlla)

– Ajuda a diferenciar as coisas. (Brenda)

– Serve para tomarmos atitudes com o que aprendemos do passado. (Bruna)

– Ajuda-nos a ter informações do passado. (Vanessa)

– Ajuda-me a ter informações do passado, e assim saber os estilos e crenças de vidas de séculos atrás. (Luzivania)

– A entender os acontecimentos passados. (Fabiana)

– Ajuda a saber sobre o passado. (Gean)

– Ajuda a ter conhecimento. (Ana Caroline)

– Ajuda a pensar criticamente, saber o que aconteceu no passado e principalmente entender o nosso lugar no mundo. (Gabriela)

– Ajuda a não reproduzir certos comportamentos que ocorreram no passado, e que de alguma forma foi prejudicial para a sociedade. (Vyvian)

– Ajuda a conhecer o passado. (Evandro)

– Relembra coisas que ocorreram no passado. (Elma)

– Ajuda a saber sobre o passado. (Larissa)

– Ajuda a entender o que aconteceu. (Geisa)

– A história do mundo inteiro no passado. (Daniel)

– Ajuda-nos a conhecer lugares, o passado. (Yasmin)

– Ajuda a viver o passado e refletir o dia a dia. (Raul)

– A história nos ajuda a entender fatos ocorridos. (Ana Cristine)

– Ajuda-nos a estudar tudo aquilo que foi construído em cima de nossa própria história. (Andrielli)

– O ensino de história nos ajuda a conhecer o que se passou no passado, ajuda a conhecer pessoas, lugares e vários outros fatos. (Luan)

– Ajuda-nos a perceber o momento exato da história. Faz com que você se maravilhe. Entender a história é mais do que se possa imaginar. (Laynne)

– Ajuda-nos a lembrar o que aconteceu no passado. (Emanuel)

TURMA 302 – 2018

– Ajuda a mostrar aquela que ocorreu a um certo tempo, mas é importante nós sabermos essas informações. (Bruna de Sousa)

– Ajuda-nos a entender e conhecer mais um pouco de várias histórias que foram muito faladas e conhecidas na época que pode ter ocorrido, como uma história no Brasil que foi a Ditadura Militar que sempre ouvi falar mais não entendia nada. (Keyse)

– Ela nos ajuda a saber mais sobre os nossos antepassados, para que possamos saber sobre em que vivemos e descobrirmos de onde viemos. (Raissa)

– O ensino de história nos ajuda sim. Com isso o passamos a saber mais sobre os séculos passados. (Renan)

– Ajuda-nos a entender mais sobre o passado, sobre o que aconteceu no tempo. (Joseana)

– Ajuda-nos a relembrar e estudar fatos que no passado foram muito importantes e que hoje podemos estudar e saber como foram nossos antepassados. (Tássila)

– O ensino de história nos ajuda a conhecer os fatos Históricos que aconteceram no passado. (Wellington)

– Ajuda-nos a conhecer o passado e também, o presente, ajuda a conhecer a nossa própria história, uma história mun-

dial. (Wesley César)

– O ensino de história nos proporciona saber sobre onde vivemos, o que nossos antepassados viveram e por quais situações passaram. (Wesley Gabriel)

– Ajuda-nos a explicar eventos que já aconteceram. (José Vitor)

– A ter informações de como a vida de antigamente era. (Williams)

– A história me ensina a ter conhecimento do passado e serviu ao meu ensino e lição de vida. (Victor Wilson)

Observamos que grande parte dos adolescentes relacionou o ensino de História ao conhecimento do passado. Mas há alguns que consideram a relação do passado com o presente e as questões relativas às mudanças do processo histórico e a influência do passado no presente. Assim como identificamos a noção de que a História é a mestra da vida, o exemplo advindo do passado, a ser seguido ou criticado. Traçamos um panorama de como o ensino de História se deu no Brasil, no sentido de pensar a Educação Patrimonial como um instrumento que pode ser adicionado às estratégias desenvolvidas pelo professor que contribuem com o aprendizado histórico dos alunos.

A inserção da América Portuguesa no mundo ocidental, a partir do século XVI, deu-se por meio de um processo que articulou colonização, catequese e educação (SAVIANI, 2006, p. 121). Sendo que a catequese se voltava aos índios e o ensino pautado pelo *Ratio Studiorum*, que tinha por base o Tomismo[1], para os filhos dos colonos.

> O *Ratio* é um misto de Código, Programa e Lei orgânica que se ocupava do conteúdo de ensino ministrado nos colégios e nas universidades da Companhia fundada por Loiola [...]. Organização, rigor, disciplina, apelo constante à memorização, emulação, uso sistemático de exercícios orais, e escritos, repetição, prêmios, castigos, permanente exigência de atividade, são características marcantes da pedagogia jesuítica. [...] contemplava os cursos de Letras, Filosofia e Teologia. O primeiro era o mais elementar e dividia-se em Gramática, Humanidades e Retórica. O objetivo deste ensino era o domínio da expressão oral e escrita da língua latina. O ensino da Gramática distribuía-se por três classes (inferior, média e superior) e teve como grande referência a famosa *De Institutione grammatica libri tres* (1572), de Manuel Álvares, professor do Colégio

[1] Doutrina ancorada em São Tomás de Aquino. A ideia principal era a busca pela perfeição divina.

> das Artes, obra que teve cerca de três centenas de edições e que foi utilizada em muitos países, europeus e não só (FERREIRA, 2006, p. 60-61).

O Concílio de Trento, da primeira metade do século XVI, que debateu as atitudes da Igreja em relação à Reforma Protestante, influenciou sobremaneira a educação ofertada pelo Estado português, inclusive evitando a inserção dos saberes humanistas que se desenvolviam naquele contexto (FERREIRA, 2006, p. 57). A Companhia de Jesus, que surgiu com o intuito de expandir a fé católica, em face do avanço do protestantismo pela Europa, tomou conta da educação portuguesa, inclusive nas colônias (FERREIRA, 2006, p. 62). O ensino reforçava um quadro ideológico que somava ao discurso do impedimento da mobilidade social, o que se adequava ao absolutismo, o qual se consolidava no século XV, na Europa.

> [...] ao reforçarem-se, estas correntes de pensamento justificavam os grandes chavões que a mentalidade desse tempo interiorizaria e legitimaria: a inevitabilidade da desigualdade social, a inferioridade e periculosidade da mulher, a obediência filial, a supremacia do homem e a natureza divina da autoridade marital e paternal (FERREIRA, 2006, p. 65).

As escolas jesuíticas foram fechadas pelo Marquês de Pombal, em 1759. As reformas do ministro português se inspiraram em ideias laicas que vieram no bojo da influência iluminista, legando ao Estado a responsabilidade da instrução dos cidadãos (SAVIANI, 2006, p. 128). No que diz respeito à reforma no ensino, que tem por base a reformulação das aulas ministradas na Universidade de Coimbra, para onde iam estudar alguns colonos brasileiros, tinha como objetivo

> [...] implantar um ensino laico que levasse ao progresso. [...] é possível perceber que Pombal e a equipe de reformadores que o assessorava concebiam o campo científico como o caminho para construir o 'verdadeiro homem', o progresso econômico e social, a 'felicidade humana', o encontro do 'verdadeiro Deus', assim como para chegar ao conhecimento da 'verdadeira natureza'. Na visão dos reformadores, a ciência teve um sentido, o de solucionar os problemas humanos, de transformar a história da civilização portuguesa; nessa civilização estavam incluídas as colônias onde o Brasil se insere (GAUER, 2006, p. 150).

Como disciplina escolar, a História desponta após a Revolução Francesa, para atender interesses do Estado, numa perspectiva fortemente nacionalista, para que o cidadão aprendesse a gostar

do seu país, preparar-se para defendê-lo, assimilando, inclusive, uma identidade cultural que reforçaria seu patriotismo (FONSECA, 2003, p. 23).

O ensino de História no Brasil se conforma a partir da relação entre o Colégio D. Pedro II, e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), ambos fundados em 1837. O primeiro pensado para a formação dos filhos da elite brasileira, com o intuito de prepará-los para assumir o poder, enquanto o segundo tinha a função de ir em busca das origens da nação, na perspectiva de construir uma identidade nacional por meio do ensino da História aos alunos (ABUD, 1997, p. 30).

> Esse processo de construção da História como disciplina escolar insere-se, a partir da segunda metade do século XIX, no próprio movimento de construção e consolidação do Estado Nacional, no qual se destacam os embates entre monarquistas e republicanos e a necessidade de definição de uma identidade nacional. A proclamação da República, em 1889, explicita a importância da História, principalmente a História do Brasil, para a formação de um determinado tipo de cidadão (SCHMIDT, 2012, p. 79).

O Colégio Pedro II inseriu os estudos históricos, em seu primeiro regulamento, a partir da sexta série, com a utilização de compêndios e manuais franceses, como o de *Charles Seignobos – A História das civilizações*. A História do Brasil era um apêndice da história da civilização (europeia), "[...] relegada aos anos finais dos ginásios, com número ínfimo de aulas, sem uma estrutura própria, consistia em um repositório de biografias de homens ilustres, de datas e batalhas" (NADAI, 1993, p. 145-146).

Nas escolas que foram criadas, no decorrer do século XIX e nas primeiras décadas do XX, no Brasil, o currículo de História expressava a ideologia de uma nação de identidade comum para variados grupos étnicos e classes sociais distintas, e que exaltava o papel do colonizador, do imigrante europeu do século XIX, diminuindo e/ou omitindo a contribuição cultural de índios e negros em nossa sociedade, com a perspectiva de ensinar aos discentes a história harmoniosa, sem violência, sem conflito, de uma nação que nasceu da colaboração entre brancos, índios e negros, sem explicitar a dominação portuguesa – o que resultou, segundo esse modelo de História, numa sociedade democrática, sem preconceito, pacífica. Currículo que silenciou sobre a escravidão negra e indígena, calou-se também sobre a resistência dessas etnias em relação à dominação portuguesa (NADAI, 1993, p. 149).

Segundo Luís Reznik, os anos 1920, 1930 e 1940 foram tempos de crise e mudanças no campo educacional e cultural, principalmente em relação ao ensino secundário, o ambiente privilegiado para a formação das elites que conduziriam o país (REZNIK, 1998, p. 67). As reformas no ensino que ocorreram em 1931 e 1942

deram uma importância central ao ensino de História. Em especial a segunda reforma citada, na vigência do Estado Novo varguista. Conforme essa reforma, o que deveria ser ensinado em História tinha que estar conectado ao sentimento patriótico.

> O uso desse termo [pátria] insere o enunciador num campo do discurso que o identifica com uma concepção de cidadania brasileira que privilegia a unidade e a harmonia, uma integração subjetiva ao nível dos valores e lealdades. Pátria está indissoluvelmente ligada à tradição e à comunidade. Deseja-se que os indivíduos estejam unidos em torno de uma totalidade orgânica, que se constrói pelo culto das tradições, de seu passado, de sua vocação. O Estado é o representante dessa totalidade e o guardião da continuidade da comunidade: torna-se a encarnação da pátria (REZNIK, 1998, p. 84).

Circe Bittencourt (1990) discute o ensino de História no contexto das primeiras décadas do século XX, atentando para a formação do cidadão patriótico, em sua relação com a civilização e com o trabalho, num contexto social e político no qual ficava nítido que para os filhos das classes abastadas eram reservadas as posições de destaque na sociedade, o que, portanto, sucedia uma vida de estudos propedêuticos até alcançarem a formação em nível superior; enquanto para os filhos da classe trabalhadora, o ensino deveria se preocupar com a preparação para o trabalho. O ensino ofertado nas escolas alinhava-se a esse propósito.

> A escola que todos os brasileiros deveriam frequentar seria, assim, a preparação para um sistema social sem conflitos, embora a estrutura de classes [...] [de] "castas", fosse mantida. A harmonia e a conciliação entre as classes sociais estariam garantidas através das concepções difundidas pela escola, sendo o trabalho concebido como o esforço de todos para construir a riqueza da Nação, omitindo o enriquecimento de indivíduos ou classes sociais. Não seria também pelo trabalho que haveria diferenciações na sociedade, porque a unidade dos cidadãos seria mantida em torno dos interesses do Estado e estariam os cidadãos promovendo a unidade nacional. (BITTENCOURT, 1990, p. 103-104).

Na segunda metade do século XX, essencialmente a partir do Golpe Militar de 1964, o ensino de História sofreu sérios ataques, como a diminuição drástica de investimentos federais a partir da constituição de 1967, eximindo ao extremo a responsabilidade do papel do Estado na oferta de ensino médio e superior e que abriu um vasto mercado para as instituições privadas de ensino (GUIMARÃES, 2012, p. 20). A reforma universitária de 1968 foi importante por ter contribuído para a criação de mais cursos universitários. Em contrapartida, compartimentalizou, fragmen-

tou e passou a controlar ideologicamente os cursos. (GUIMARÃES, 2012, p. 21). O Decreto-Lei 547, de 18 de abril de 1969, autorizou o funcionamento de cursos profissionais superiores de curta duração para a docência, o que provocou diminuição da qualidade na formação profissional de professores. (GUIMARÃES, 2012, p. 24). O Decreto 869, de 12 de dezembro de 1969 obrigou a inclusão de Educação Moral e Cívica (EMC) em todos os níveis da educação brasileira (Básica, Superior e Pós-Graduação), que passou a ser ministrada em nível Superior como Estudo de Problemas Brasileiros (EPB), além de se tornar conteúdo obrigatório das demais disciplinas. (GUIMARÃES, 2012, p. 26).

A Lei 5.692 de 11 de agosto de 1971 tornou obrigatório o 1º grau e transformou o segundo em profissionalizante, esvaziando a formação geral dos currículos. As duras críticas a essa lei forçaram o MEC a alterá-la, o que aconteceu com a promulgação da Lei 7044 de 18 de outubro de 1982, principalmente no tocante ao 2º grau. O acesso à escola aumentou, mas as distorções continuaram presentes (GUIMARÃES, 2012, p. 22). Tais medidas diminuíram a carga horária de História e Geografia, em favor das disciplinas Organização Social e Política do Brasil (OSPB) e Educação Moral e Cívica (EMC). (GUIMARÃES, 2012, p. 27). A docência em História, durante a Ditadura Militar, transformou-se num instrumento pró-interesse dos militares.

> Assim, no período ditatorial, sobretudo após 1968, o ensino de História afirmou-se como instrumento de poder, de dominação, estratégia política do Estado. Esse fato não era inédito nem algo característico de nosso país. A História, como disciplina formativa, pode manipular fatos, acontecimentos, histórias, dados que são variáveis importantes na correlação de forças. A História e o seu ensino podem propiciar uma intervenção direta no social, por meio do trabalho com a memória coletiva. Nesse sentido, o ensino na educação básica, que forma crianças e jovens, esteve submetido à lógica política do governo (GUIMARÃES, 2012, p. 30).

A partir da década de 1980, num contexto de distensão do regime e num momento de crescimento das manifestações da sociedade civil em favor de eleições diretas para presidente, em prol de liberdade de expressão, de melhorias nos serviços públicos prestados, inclusive na oferta de educação, a Constituição Federal de 1988, que ficou conhecida como Constituição Cidadã, obrigou a União a investir na educação pelo menos 18% da arrecadação de impostos, e os Estados e Municípios 25%, no mínimo, o que contribuiu para um processo de universalização do ensino[2] (GUIMARÃES,

[2] Entretanto, em 2016, Projeto de Emenda Parlamentar 241 na câmara dos deputados federais foi aprovado, indo ao Senado com a numeração 55, ainda como projeto de emenda. Foi aprovado também no Senado e sancionado pelo presidente Michel Temer.

2012, p. 32). Já na década de 1990, a LDB e os PCNs extinguiram OSPB, EMC, EPB e os Estudos Sociais, reformulando e atualizando a proposta curricular das diversas disciplinas, incluindo História. (GUIMARÃES, 2012, p. 33).

As perspectivas que se desenvolveram na virada do século XX para o XXI trazem debates importantes, como: o saber escolar não deve ser a transposição didática do que é produzido na academia. A História universal não pode ser ensinada na lógica da tradição, é interessante realizar a defesa das diferenças e da diversidade. Assim como é preciso discutir com os alunos o método de produção do conhecimento histórico. A superação da dicotomia entre ensino e pesquisa (NADAI, 1993, p. 159-160) aponta para a crítica da racionalidade técnica, e seu principal instrumento, a transposição didática.

> As consequências desse modelo de racionalidade para o campo das ciências sociais são bastante conhecidas: a cristalização da divisão do conhecimento em campos especializados; a fixação dos territórios disciplinares nos diferentes níveis de ensino; a justificação da hierarquização entre os que executam, os produtores e os consumidores de saberes, os pesquisadores e os professores, a teoria e a prática (SILVA; GUIMARÃES, 2012, p. 29)

Nesse sentido, Ana Maria Monteiro em contraposição à visão tradicional, tecnicista e memorialística, entende o ensino da História como um "lugar":

> Lugar teórico, de produção e transmissão de saberes; 'lugar de fronteira': entre História e Educação, de confluência de e com outros múltiplos saberes, o que nos desafia permanentemente ao dever de vigilância ética, política e epistemológica ao atuar entre a necessidade de ensinar saberes referentes ao passado, ao mesmo tempo em que se contribui para desenvolver o pensamento e a reflexão crítica dos alunos, cidadãos atuantes na sociedade em que vivem (MONTEIRO, 2007, p. 3).

A autora debate o ensino como um lugar de fronteira, não no sentido de terra de ninguém, mas um espaço de diálogo entre saberes e fazeres diferentes, produzidos e instrumentalizados, tanto interna como externamente ao ambiente escolar, entre eles os conhecimentos acadêmicos. Nesse sentido a ideia de Ana Maria Monteiro corresponde à construção de uma "epistemologia do conhecimento escolar e dos saberes docentes" (MONTEIRO, 2007, p.

Tornou-se a Emenda Constitucional de número 95, que passou a vigorar em 2019. Tal medida congela investimentos em educação, saúde, assistência social e segurança por dez anos, podendo ser estendida por mais dez anos. Essa medida, num futuro próximo, acarretará o não cumprimento dos mínimos constitucionais previstos pela Constituição de 1988 para a educação.

9), considerando a pesquisa sobre o ensino de História como primordial para se superar a dicotomia entre ensino e pesquisa, arraigada em meio às práticas docentes na Educação Básica. A autora concebe o ensino, igualmente, como um "lugar de memória". E para tal, ele deve apresentar as três características, que, segundo Pierre Nora (1993), conformam essa categoria, quais sejam, as de ordem material, simbólica e funcional.

> Assim, é possível perguntar: estes sentidos estão presentes no ensino de história? Acredito que podem estar. É material por seus aspectos administrativos e técnicos de organização institucional de espaços e tempos; funcional, pois permite ao mesmo tempo a cristalização da lembrança e sua transmissão; simbólico, porque permite a atribuição de sentidos e ressignificação de práticas e representações (MONTEIRO, 2007, p. 14).

A compreensão do ensino de História como "lugar de memória", é, então, acompanhada pela noção de "lugar de fronteira", na qual se entrecruzam memória e História. Vem daí a perspectiva de que o ensino da disciplina também está imerso num processo de demarcação de referências identitárias de formação do cidadão crítico. De forma semelhante, Marcos Silva e Selva Guimarães (2012) entendem o ensino da disciplina como um "entre-lugar", uma intersecção entre formação e pesquisa, entre História e educação, assim como destacam a questão da profissionalização do professor em meio a esse lugar de fronteiras que é o ensino de História, profissional que lida estreitamente com a formação cidadã dos discentes (SILVA; GUIMARÃES, 2012, p. 14).

Circe Bittencourt (2017), pesquisadora que muito se dedica ao debate curricular, retoma a discussão de que o ensino de História, desde que surgiu, esteve atrelado aos interesses do Estado, preocupado com a formação do cidadão que se identifica com a nação, mas salientando que no século XX ocorreu a substituição do "mito do Estado-nação" pelo "mito da empresa", o que proporciona uma maior relevância dada às disciplinas da área técnica, em detrimento das humanas. (BITTENCOURT, 2017, p. 18). Além disso, a professora citada apresenta um balanço sobre as propostas curriculares de vários entes federados brasileiros, destacando que a formação cidadã do discente é uma preocupação presente há muito. Entretanto, evidencia que a preocupação com o "sentir-se sujeito da história" presente nos currículos brasileiros é recente, e que há uma excessiva preocupação com a formação do cidadão-eleitor, respeitador do Estado democrático, omitindo a seara de que direitos sociais são conquistas alcançadas por movimentos organizados pela sociedade (BITTENCOURT, 2017, p. 20-21).

> A ideia de cidadania social que abarca os conceitos de igualdades, de justiça, de diferenças, de lutas e de con-

> quistas, de compromissos e de rupturas tem sido apenas esboçada em algumas poucas propostas. [...] Desta forma, cabe enfatizar que a ampliação do conceito de cidadania, com a introdução de cidadania social, confere ou deveria conferir uma ou outra dimensão aos objetivos da História quanto ao seu papel na formação política dos alunos, implicando, ainda, uma revisão mais aprofundada dos conteúdos propostos (BITTENCOURT, 2017, p. 22)

Na mesma seara, os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio reforçam a condição de uma cidadania pautada, entre outros aspectos, na condição de vida em sociedade do ser humano.

> O Ensino Médio, enquanto etapa final da Educação Básica, deve conter os elementos indispensáveis ao exercício da cidadania e não apenas no sentido político de uma cidadania formal, mas também na perspectiva de uma cidadania social, extensiva às relações de trabalho, dentre outras relações sociais (BRASIL, 2000, p. 12).

O currículo de História tem a sua historicidade, depende de seu tempo, ocupa posição de destaque na formação identitária e de cidadania do aluno, é um campo de luta, de disputa, de escolhas e exclusões (SILVA; GUIMARÃES, 2012, p. 49), de acordo com a concepção política do professor e do projeto político pedagógico da escola.

> [...] o campo de produção de currículos, nas políticas públicas formuladas pelo Estado, em seus diferentes níveis nas instituições escolares, é sempre permeado por relações de poder e de autoridade, para definir, selecionar, excluir, enfatizar, projetar um dado modo de formação, de educação da sociedade por meio da educação escolar. Logo, se concebemos a tarefa de formar como um modo de combater os discursos etnocêntricos, conservadores e preconceituosos, implícitos e explícitos nos discursos curriculares, nos meios de comunicação de massa, nos materiais didáticos, devemos valorizar permanentemente, na ação curricular as vozes dos diferentes sujeitos, o diálogo, o respeito à diferença, o combate à desigualdade e o exercício da cidadania (SILVA; GUIMARÃES, 2012, p. 55).

Ao se pensar a construção de um currículo que considere o Patrimônio Cultural de Mosqueiro, é interessante dialogar com o que os Parâmetros Curriculares (PCNs) dizem a respeito, na secção Ciências Humanas e suas Tecnologias:

> O direito à memória faz parte da cidadania cultural e revela a necessidade de debates sobre o conceito de preservação das obras humanas. A constituição do Patrimônio

> Cultural e sua importância para a formação de uma memória social e nacional sem exclusões e discriminações é uma abordagem necessária a ser realizada com os educandos, situando-os nos "lugares de memória" construídos pela sociedade e pelos poderes constituídos, que estabelecem o que deve ser preservado e relembrado e o que deve ser silenciado e "esquecido".
>
> Introduzir na sala de aula o debate sobre o significado de festas e monumentos comemorativos, de museus, arquivos e áreas preservadas, permeia a compreensão do papel da memória na vida da população, dos vínculos que cada geração estabelece com outras gerações, das raízes culturais e históricas que caracterizam a sociedade humana. Retirar os alunos da sala de aula e proporcionar-lhes o contato ativo e crítico com as ruas, praças, edifícios públicos e monumentos constitui excelente oportunidade para o desenvolvimento de uma aprendizagem significativa (BRASIL, 2000, p. 26-27).

Nesse sentido, os lugares de memória da Ilha que trazem lembranças e esquecimentos do passado, o seu Patrimônio Cultural, é nosso mote para o desenvolvimento de um ensino de História conectado a um programa de Educação Patrimonial, que preze pelas referências identitárias e pelo direito à memória dos alunos.

PATRIMÔNIO CULTURAL

Para relacionarmos a Educação Patrimonial ao ensino de História, entendemos como necessária a conceituação de Patrimônio Cultural. Para tanto, partimos para o diálogo com as opiniões dos jovens acerca do tema.

TURMA 301 – 2017

– Festas, comidas, brincadeiras, etc., podem ser consideradas Patrimônio Cultural. (Erick)

– Patrimônio Cultural é a herança que uma determinada cultura deixou para uma certa região, e a partir desse momento se torna uma parte da cultura da região. (Débora)

– As tradições antigas que até hoje nos comovem com as atrações. (Eliandra)

– Patrimônio Cultural é aquilo que se firma de honra e cultura de uma determinada cidade, estado, país e etc. (Gabriel Antunes)

– Patrimônio Cultural é tudo que é mantido por muitos anos, e não é só de uma pessoa é público para todos da cidade ou para quem vem de fora visitar. (Elizandra)

– Patrimônio Cultural é aquilo que já está há bastante tempo em um lugar, pode ser dança, ritmos musicais por exemplo o Carimbó é uma cultura nossa, do paraense, os casarões antigos, os Casarões que foram confeccionados de outros países, enfim pra mim isso é Patrimônio Cultural. (Gustavo)

– É tudo aquilo que uma cidade ou país constrói, uma cultura. Cultura não surgi do nada vem de geração a geração de pai para filho. (Diego Victor)

– Seria algo que deixa marcada a cultura de certo local através de algo, objeto, instalações, construções e etc. Sendo assim, é algo que tem um valor simbólico altíssimo para a população desse local. (Luã)

– O Patrimônio Cultural é a desigualdade com os municípios e ter boas condições na cidade. Porque é quando mais se lembra das coisas que existia e muitas coisas que relembrava nosso tempo atrás. (Taiana)

– Patrimônio Cultural é uma coisa que todos temos que cuidar e sempre manter vivo, nunca deixar morrer a nossa cultura. (Dyego Sousa)

– É aquilo que pertence a uma cultura seja ela nossa ou não, que foi importante e permanece até hoje, pode ser um objeto por exemplo. (Tiago Danin)

– É algo de valor e que carrega um marco histórico cultural e que pode ser Patrimônio material: Casarões, estatuetas, etc. E Patrimônio imaterial: danças, comidas típicas, etc. (Clayderson)

– Patrimônio Cultural é importante pra nós, ele faz nos lembrar de décadas passadas, nos relembra das coisas que as pessoas viviam e vivenciaram no passado, como suas culturas que ficaram marcados como Patrimônio Cultural. (Maricely)

– É tudo aquilo que aconteceu ou se construiu no passado e reflete nas nossas vidas até hoje. (Alzira)

– Bom sobre isso não entendo muito bem. (Nayra)

– É aquilo que faz parte da cultura do local, pode ser considerado como um local antigo, uma casa antiga e manifestações de fé. Pois, essas coisas não têm preço, apenas valores a população do local, porque acredito que seja isso pelo fato de ser antigo e ter marcado várias gerações. (Márcia)

– É tudo aquilo que nos foi deixado como recordação e tudo

que nos remete a cultura de certo lugar, sendo assim cada local tem sua própria cultura, costumes e etc. (Elisabele)

– Seria prédios, monumentos que representam a história de um determinado local ou acontecimento de importância para o Município ou cidade. (Nilcilene)

– O que eu entendo é muito pouco quase nada. (Júlio César)

– É algo que pede muita importância no século passado é que com o passar dos anos possa a ser concretizado de acordo com o devido lugar. (Fabíola)

– Acho que são algumas festividades ou eventos que tem um valor muito grande para a sociedade. (Cristian)

– Patrimônio Cultural é aquilo que ninguém pode destruir, porque já faz parte da história da cidade. É aquilo que já tem um grande significado para todos que nele vivem. (Brenda)

– Entendo que por ter algo da cultura de uma região onde todos fazem o mesmo e que surgiu essa região, acaba se formando um Patrimônio, pois todas fazem e foi onde surgiu e acabou espalhando para outras regiões. (João Pedro)

– Patrimônio Cultural é todo e qualquer bem material ou imaterial que possui uma identidade cultural em sua história. (Fernando)

– Patrimônio Cultural em meu ponto de vista é aquilo que se tem até hoje, por exemplo: os festivais que são comemorados até agora. (Jackellyne)

– Patrimônio Cultural é a cultura preservada de um determinado lugar. (Fabiana)

– No meu ponto de vista o "Praia-bar" e o Mercado da Vila são Patrimônio Cultural. (Elielson)

– É algo deixado de nossos antepassados no passado. (Jhuly)

– Entendo que é toda cultura feita ou praticada no passado (sendo Patrimônio Cultural material ou imaterial), que ainda hoje é preservada. Material: Um Chalé, objetos antigos ou outras estruturas bem antigas; imaterial: Uma dança, lenda ou conto. (Jean)

– Patrimônio pode ser um objeto que está ali por décadas, é apreciado por pessoas de várias idades e faz parte do cotidiano faz parte da leitura. (Luís)

– É aquilo que faz parte do passado de um lugar e que deve ser preservado ao longo do tempo por ter uma importância para gerações futuras. (Izabela)

– São marcas da história como as construções por exemplo: o Teatro da Paz que é reconhecido em nosso Estado, constru-

ído com arquitetura Francesa. (João Victor)

– Pode ser uma cultura física ou não física, por exemplo o nosso Carimbó. (Everton)

– Algo que tombaram como cultura de um lugar. Que foi importante e fez parte dos primeiros anos de uma região. (Eliane)

– Um Patrimônio Cultural foi um lugar, uma coisa bastante conhecida a vários anos atrás que com o passar do tempo foi sendo preservado pelas autoridades como sendo parte da história, da nossa cultura que ajudou a nossa cidade ou País, por isso deve ser preservado. (Ana Maria)

– É um lugar em qualquer Estado ou Nação, por exemplo: a Torre Eifel em Paris, ou a Casa Branca e a Estátua da Liberdade nos Estados Unidos. Ou o Cristo Redentor aqui no Brasil. (Pablo)

– É algo que deve ser protegido através de fiscalizações. Porque o Patrimônio Cultural serve como aprecia mento de cultura e conhecimento sobre esse monumento que foi erguido. Mesmo que seja um Mercado ou um local onde se vende peixe. (Rhillary)

TURMA 302 – 2017

– É algo que marca ou identifica a cultura de um povo ou região. (Talita)

– É algum objeto, casas que foram construídas no passado e que está em seu local até hoje. (Gabriel Silva)

– É a cultura deixada por pessoas que construíram um Patrimônio de alto valor que não pode ser destruído e sim conservado. (Maria Eduarda)

– É aquilo que foi criado e jamais pode ser modificado, pois é a cultura de uma sociedade. (Hebiny)

– Patrimônio é tudo que aquilo que da vida a um lugar, ou seja, onde tudo aconteceu ou vários conhecimentos deixando por nossos antepassados que explorados por nós, nada menos que a identidade. (Jeferson)

– Patrimônio Cultural é tudo aquilo que está ligado em algo que já vem sendo preservado ao longo do tempo, no lugar onde você mora, assim com muitas coisas do passado que fazem parte até os dias de hoje onde vivemos. (Carlos Daniel)

– Uma escultura ou estrutura que talvez foi cenário de um fato histórico e de um Estado ou País. Uma "marca" registrada de determinada cultura presente na sociedade. (Lilian)

- São edifícios, passados de gerações, que fazem parte da cultura de um lugar, são "cartão" de visita de uma cidade. (Luan Augusto)

– É aquilo que a cidade tem de bem antigo, em um lugar e que representa a cultura daquele lugar, onde conta a história de um lugar ou a cultura do povo que vive aqui. (Tathyana)

– É algo que está presente desde o início, desde o surgimento do nosso País ou cidade, esse Patrimônio também pode ser adquirido por pessoas que trazem consigo de sua origem e nascimento. (Jennifer)

– Algo que todos podem prestigiar, cultura de certo País, Estado, enfim. (Mylena)

– Estruturas que se erguem em anos, culturas. (Lucas)

– É algo que existe antes mesmo de alguém conhecê-lo, por isso devemos preservá-lo pelo fato que é algo que guarda uma grande história. (Jardel)

TURMA 301 – 2018

– O que pode ser considerado antigo, que tem importância para a sociedade. (Carlos Gabriel)

– O que está na cidade ou lugar, como a Casa das 11 janelas, em Belém. (Rosa Patrícia)

– Casa, estátua, objetos, parte da cidade (Brenda)

– Monumentos que preservam a história. (Bruna)

– Objetos e lugares de valores. (Vanessa)

– São construções antigas. Um exemplo de patrimônio são os casarões da época da borracha. (Luzivania)

– Um objeto, uma paisagem, etc. (Gean)

– O que se preserva de uma cidade (Ana Caroline)

– Algo que identifica uma cultura. (Gabriela)

– Pode ser material e imaterial, tem a ver com tradições culturais de um povo. (Vyvian)

– Lugar que faz parte da História. (Evandro)

– É algo que mostra a História. (Elma)

– Construções antigas que precisam ser preservadas. (Esthepane)

– Considero as igrejas como patrimônio cultural. Porque é um ambiente que muitos frequentam. (Larissa)

– O que mostra algo do passado, e o que o governo decreta nacional ou estadual. (Geisa)

– O que deixou histórias, tipo casas, praças, ruas e praias. (Daniel)

– Artefatos, modelos do passado, que servem para relembrar o passado. (Yasmin)

– É o que simboliza uma cidade. Mercado, praias. (Raul)

– Tudo aquilo que a sociedade considera importante para a história de uma cidade. (Ana Cristine)

– Aquilo que foi construído há tempos, e hoje ainda continua de pé e as pessoas ainda frequentam. (Andrielli)

– Patrimônio Cultural são coisas antigas na qual o governo decreta como Patrimônio Cultural nacional ou estadual, que foi usado por nossos antepassados. (Luan)

– É um objeto. Coisas antigas que foram feitas por pessoas do passado. (Mayara)

– É o patrimônio que existe há muito tempo. Todo patrimônio tem sua cultura, sua história e suas memórias boas e ruins. (Laynne)

– Patrimônio Cultural é história do passado, algo importante, ou uma pessoa que foi importante e hoje serve como patrimônio. (Emanuel)

– São órgãos públicos que fazem parte de nosso meio. (Ádria)

– Entendo que Patrimônio Cultural é uma forma de mostrar como é nossa ilha aos visitantes. (Kauane)

– São representações de memórias passadas como cultura, danças, monumentos. (Jéssica)

– Com certeza já estudei isso, mas não me lembro. (Geovana)

TURMA 302 – 2018

– Patrimônio é aquilo que se tornou importante para um lugar, uma cidade ou um país e que serve também como história de certo local. (Bruna Sousa)

– O que eu entendo é que são coisas 'históricas' que são muito antigas e que ninguém pode mexer e nem mudar nada muito menos quebrar, derrubar ou destruir. (Keyse)

– Algo que foi construído antigamente e que hoje serve como algo histórico de uma cidade, um ponto turístico. (Raissa)

– Patrimônio Cultural se entende como um Patrimônio público que foi construído pra ser identificado como Patrimô-

nio Cultural e histórico. (Renan)

– Patrimônio é algo que conta a história de uma pessoa ou um lugar. (Joseana)

– Patrimônio Cultural é algo histórico que serve para representar a cidade. (Tássila)

– Algo que a população considera cultura aquilo que tem um certo valor. (Wesley César)

– Patrimônio Cultural pode ser uma antiguidade que pode ser considerada histórica ou valiosa para seu lugar. (Wesley Gabriel)

– É um Patrimônio que está até por muito tempo como casas antigas. (José Vitor)

– Patrimônio Cultural são as coisas que os seres humanos fizeram no passado e tinham respeito até hoje do que eles fizeram, tipo praças, casas antigas que fazem a cultura desse lugar deve-se ter respeito. (Victor Wilson)

Grande parte dos alunos considerou o patrimônio como sendo o constructo do homem, inclusive, com alguns considerando não apenas bens materiais, em que pese um grande número tenha apontado exclusivamente a explicação "coisa antiga", "histórico", "do passado". Etimologicamente, patrimônio deriva do vocábulo latino "*patrimonium*" (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 10), que se refere a *pater* (pai), àquilo que é deixado de pai para filho. Enquanto cultura deriva da palavra latina *colere* (cultivar) (CALDAS, 1986, p. 11) e tem a acepção relacionada a tudo o que é produzido pelo homem. Podemos dividir didaticamente patrimônio em natural, imaterial (intangível) e material (tangível).

O primeiro tipo corresponde aos elementos da natureza que são apropriados pela cultura humana. O segundo diz respeito aos bens chamados "intangíveis", ou aquilo que se relaciona com o saber e com o saber fazer. Já os bens materiais são tangíveis, palpáveis, como obras de arte, prédios, sítios arqueológicos (LEMOS, 2010, p. 7-11). De acordo com Pedro Funari e Sandra Pelegrini (2006), o patrimônio no âmbito histórico da civilização ocidental, durante séculos, esteve ligado a um valor aristocrático e privado, o que muda, principalmente, a partir do surgimento dos Estados Nacionais burgueses, na Europa. Um dos mais nítidos exemplos vem da Revolução Francesa: a França precisou constituir valores nacionais, assim como "inventar" seus cidadãos e seus respectivos valores nacionais. Nessa perspectiva, a busca pela proteção dos bens culturais nacionais esteve atrelada à valorização do belo, do artístico, do suntuoso (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 15).

Françoise Choay (2006) ressalta a influência da modernidade – leia-se Humanismo –, na construção da noção de monu-

mento histórico, assim como destaca a importância da Revolução Francesa nessa construção, no sentido de aliar os bens culturais à lembrança do passado, à identidade das pessoas e ao nacionalismo, utilizando a memória como um fator de demarcação da nação (CHOAY, 2006). Mas não faz isso de maneira apologética, pois faz questionamentos enfáticos ao utilizar expressões como "inflação patrimonial" (CHOAY, 2006, p. 15), "invenção do ocidente" (CHOAY, 2006, p. 27) e ao lidar com o tema como "alegoria" (CHOAY, 2006, p. 29). A autora, portanto, remete-nos às críticas que evidenciam que a intensa patrimonialização acarreta problemas às cidades, como o caso dos efeitos nocivos do turismo, que pode dificultar a preservação e/ou caricaturar o bem a ser visitado. Patrimônio é uma invenção europeia, com preponderância para a França[3], na esteira da influência do Humanismo e do Iluminismo, que se espalhou pelo mundo; assim como entende o conceito como símbolo – e como tal precisa de historicização e questionamentos. A estudiosa define patrimônio histórico assim:

> A expressão designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir-faire* dos seres humanos. Em nossa sociedade errante, constantemente transformada pela mobilidade e ubiquidade de seu presente, "patrimônio histórico" tornou-se uma das palavras-chave da tribo midiática. Ela remete a uma instituição e uma mentalidade (CHOAY, 2006, p. 11).

Choay (2006) constrói um panorama histórico do sentido ocidental, europeu, do patrimônio, considerando a influência do Renascimento, que promoveu a revalorização da estética e da sabedoria da Antiguidade Clássica, passando dos antiquários de propriedade de homens abastados a uma preocupação do Estado acerca da valorização/conservação dos bens patrimoniais. Nesse aspecto, dá ênfase à Revolução Francesa como um marco importante da ação do Estado na patrimonialização de bens culturais. Na França revolucionária do final do século XVIII, seja por motivos financeiros ou ideológicos, grande parte do patrimônio da Igreja e da família real francesa foi desfeita em favor dos ideais da revolução. Entretanto, do mesmo aparato revolucionário que nasce a destruição do patrimônio do Antigo Regime surge também a preocupação dos comitês revolucionários com a sua salvaguarda (CHOAY, 2006, p. 109), pautada em valores como o nacional, cognitivo, econômico e artístico (CHOAY, 2006, p. 116-118). Defende que no século XIX

[3] Françoise Choay é francesa. Percebemos a extrema valorização que a autora dá ao seu país na construção do conceito de Patrimônio.

até a metade do XX ocorreu a consagração do monumento histórico; assim como a partir da segunda metade dos 1900 assistimos à "invenção do patrimônio urbano" (CHOAY, 2006, p. 175). Com a revolução tecnológica, o homem passou a criar "próteses" (CHOAY, 2006, p. 242-243), que o auxiliam na libertação das antigas limitações de espaço e tempo, essencialmente por conta da revolução nos transportes e nas telecomunicações, o que acarreta um novo tipo de construção de identidades e uma nova relação com o patrimônio, que, na era da indústria cultural, foi transformado em produto a ser consumido por pessoas (turistas) oriundas de vários lugares do globo. Nesse contexto se assiste à mundialização da noção europeia de patrimônio, principalmente, com a ocorrência de convenções internacionais a serem assinadas e ratificadas por países de todo o planeta, como é o caso da ocorrida em Paris, em 1972, que tratou da preservação do Patrimônio Cultural e natural mundial (CHOAY, 2006, p. 207). O conceito de patrimônio (re)construído no Brasil está estreitamente conectado à noção francesa/europeia do termo, em relação à busca pelos caracteres que se referem à identidade nacional. O patrimônio caminhou ao lado do processo de construção das nações modernas, usado com os propósitos de reforçar a ideia de cidadania, de tornar real a entidade nação, de construir mitos de fundação e de se transformar num instrumento pedagógico de reforço dos elementos apontados (FONSECA, 2017, p. 60).

Chama-nos atenção a crítica contundente de Françoise Choay, que questiona a internacionalização do conceito, como se buscássemos a definição de uma espécie de identidade global e adota a ideia de que isso se mostra como um "comportamento narcisista", que trata o patrimônio como um espelho de nós mesmos (CHOAY, 2006, p. 240), condição que, segundo a autora, pode ser superada a partir da função propedêutica do "corpo patrimonial"[4].

> Esse papel propedêutico do patrimônio arquitetônico diria respeito, identicamente, a todos os membros da sociedade que sofrem esse processo de prótese. Não tendo mais por objetivo a conservação do patrimônio que tem, como tal, um interesse apenas relativo e limitado, mas a conservação de nossa capacidade de lhe dar continuidade e de substituí-lo, essa propedêutica exigiria repensar e reinstaurar a totalidade de nossas práticas atuais de patrimônio. Doravante ela regulamentaria as visitas e a restauração, assim como sua reutilização, que seria preciso generalizar e priorizar, em relação à sua museificação. Enfim, essa propedêutica do patrimônio encontraria, pela primeira vez, seu lugar na escola, e reencontraria um

[4] Françoise Choay no último capítulo de *A alegoria do Patrimônio* (2006), aqui citada e listada nas Referências Bibliográficas, discute a relação do corpo humano (homem) com o corpo patrimonial (bens culturais), ressaltando a importância dessa relação e como o estreitamento dos dois corpos, pode gerar uma ação pedagógica que possibilita o auxílio ao homem do aprendizado sobre sua condição, seu contexto, sua espacialidade.

> lugar, há muito perdido, nas escolas profissionais, que levariam à reatualização de muitas atividades artesanais [...]. Quando deixar de ser objeto de um culto irracional e de uma valorização incondicional, não sendo portanto nem relíquia, nem *gadget*, o reduto patrimonial poderá se tornar o terreno inestimável de uma lembrança de nós mesmos no futuro (CHOAY, 2006, p. 257).

Françoise Choay, que evidencia o patrimônio arquitetônico e urbano em seu livro, ratifica a crítica desenvolvida, na qual os bens culturais correspondem a uma alegoria do homem do século XXI, na busca de uma orientação técnica e científica que possa melhorar sua relação, no sentido de "libertá-lo" do tempo e do espaço (CHOAY, 2006, p. 258), deixando a marca de sua existência, o que relacionamos ao regime de historicidade atual.

François Hartog (2006) destaca a naturalização do tempo entre historiadores, como se sobre essa categoria não fossem mais necessárias reflexões intensas, o que se mostra como um grande equívoco. Na visão do historiador citado, a noção de tempo da sociedade ocidental está mudando no sentido de legar ao presente um papel de destaque em relação ao passado e ao futuro, observando a existência de um "presente onipresente" (HARTOG, 2006, p. 262). Assim, a categoria "Regime de Historicidade", que em sua acepção ampla designa o tipo de consciência que uma comunidade tem de si, não apenas o pensamento sobre o passado, apresenta-se como um instrumento operatório interessante para lidar com a relação entre patrimônio e tempo (HARTOG, 2006, p. 263).

Um dos exemplos que o autor utiliza na defesa de seus argumentos é a cidade de Berlim, pós queda do muro que a dividia: "Lá, aos olhos do historiador que vagueia se dão ainda a ver fragmentos, restos, marcas de ordem do tempo diferentes, como se fala de ordens em arquitetura" (HARTOG, 2006, p. 264). Fala-nos que é uma cidade para historiadores, onde se pode ver mais nitidamente a diferença de tempo entre os dois lados da capital, onde se pode constatar as marcas de um novo regime de historicidade que se constrói, no qual memória e patrimônio são duas expressões muito utilizadas, vistas por Hartog como um sintoma de "nossa relação com o tempo" (HARTOG, 2006, p. 265). Relação que se modifica à medida em que a esperança no futuro, de acordo com a visão iluminista de alcance do progresso no amanhã é substituída por uma vontade de se guardar aquilo que se vive no presente. Nesse sentido, o patrimônio tornou-se uma categoria dominante, em especial na França, que desde a década de 1980, vivenciou uma patrimonialização intensa de seus lugares de memória, ao ponto de se passar de uma "história-memória" para uma "história-patrimônio" (HARTOG, 2006, p. 265-266). Encontra-se a seguinte definição na lei francesa, de 1993: "nosso patrimônio é a memória de nossa história e o símbolo de nossa identidade nacional" (HARTOG, 2006, p. 266). É nítida a relação entre memória, patrimônio, identi-

dade e nação. Entretanto, questiona-se esse tipo de identificação.

> [...] trata-se menos de uma identidade evidente e segura dela mesma do que de uma identidade que se confessa inquieta, ariscando-se de se apagar ou já amplamente esquecida, obliterada, reprimida: de uma identidade em busca dela mesma, "a exumar", a "bricoler", e mesmo a inventar. Nesta acepção, o patrimônio se apresenta então como um convite à anamnese coletiva. Ao "dever" da memória, com a sua recente tradução pública, o remorso, se teria acrescentado alguma coisa como a "ardente obrigação" do patrimônio, com suas exigências de conservação, de reabilitação e de comemoração (HARTOG, 2006, p. 266).

François Hartog viaja ao Japão, em seu texto, para questionar a acepção ocidental de patrimônio: na terra do poente há a reconstrução periódica de santuários. Desde 1950, lá se instituiu lei que versa sobre o "tesouro nacional vivo", o que evidencia a importância do saber fazer, sem o foco exacerbado no caráter material do patrimônio, como ocorre na Europa e nos países influenciados por ela (HARTOG, 2006, p. 267-268). Em contrapartida, no decorrer do século XX, a partir de sua segunda metade, percebe-se um alargamento na noção de patrimônio do ocidente, alcançando uma amplitude ao ponto de críticos questionarem: "tudo é patrimônio"? Na França, a lei que se refere à Fundação do Patrimônio considera o Patrimônio Cultural Protegido, o Patrimônio Cultural de Proximidade, o Patrimônio Natural, o Patrimônio Vivo, o Patrimônio Imaterial, além de se cogitar ainda a possibilidade do Patrimônio Genético e Patrimônio Ético.

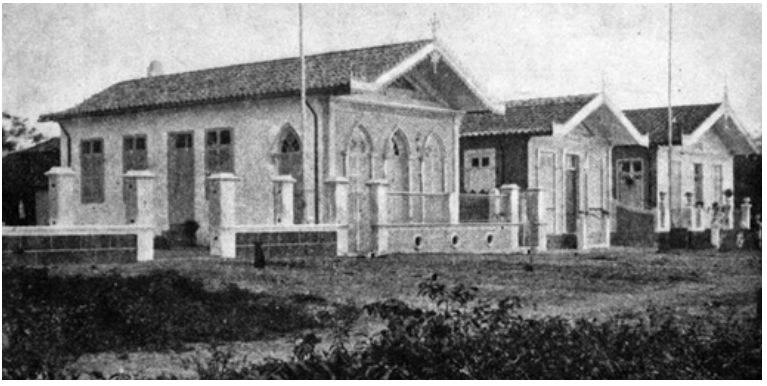
Outra situação que mostra ampliação do conceito de patrimônio diz respeito à transição da Carta de Atenas (1931) para a Carta de Veneza (1964): o documento da década de 1930 ignorava o que não fosse tangível, o que não estivesse ao nível de monumentos históricos; enquanto o acordo redigido na Itália passa a considerar o sítio urbano ou rural, onde se encontra o monumento (HARTOG, 2006, p. 269). As associações francesas de patrimônio, que se expandem muito entre os anos 1980 e 2000, carregam consigo a defesa do alargamento do significado de patrimônio. Contestam as políticas em relação aos bens culturais por ainda serem muito restritas ao "grande patrimônio", o que dificulta a percepção da pluralidade da sociedade, em favor de um "nacionalismo unificador". Esses grupamentos que defendem o patrimônio de forma ampliada chamam a atenção para os bens culturais localizados em determinados territórios. Lidam como uma memória não perdida, entendendo o patrimônio não pelo passado, mas como categoria de ação do presente. Há de se ressaltar a relação do patrimônio com a indústria turística. "Sua 'valorização' se insere, então, diretamente, nos ritmos e temporalidades rápidas da economia de mercado

de hoje, chocando-se e aproximando-se dela" (HARTOG, 2006, p. 270). Relação que pode ser construída em Mosqueiro: bens culturais ilhéus e visitação turística, numa perspectiva de se pensar em geração de renda no local, resguardados os cuidados sobre os impactos negativos que tal indústria causa.

No caso de Berlim, citado por Hartog, viu-se a comercialização de blocos que saíram do muro, a "museificação" e mercantilização da cidade, na direção de se guardar as memórias do hoje – um traço do presentismo (HARTOG, 2006, p. 271). Segundo Hartog, o patrimônio é um instrumento de um tempo de crise, é uma reação à aceleração do tempo. A patrimonialização do meio ambiente é outro sintoma do regime de historicidade atual, que convive com a preocupação de um futuro incerto, nebuloso, que sente necessidade de guardar a memória da vida do homem no presente. O patrimônio se nutre das rupturas, não das continuidades.

> [...] é sinal de ruptura, seguramente, entre um presente e um passado, o sentimento vivido da aceleração, sendo uma forma de fazer a experiência: a mudança brusca de um regime de memória para um outro, do qual Pierre Nora fez o ponto de partida de sua interrogação. O percurso da noção mostrou indubitavelmente que o patrimônio nunca se nutriu da continuidade, mas ao contrário, de cortes e da problematização da ordem do tempo, com todos os jogos de ausência e presença, do visível e do invisível, que marcaram e guiaram as incessantes e sempre mutantes formas de produzir semióforos (HARTOG, 2006, 272).

FIGURA 2: Chalés erguidos em frente à Praia do Chapéu Virado



Fonte: MEIRA FILHO, A. Mosqueiro: Ilhas e Vilas. Belém: Grafisa, 1978, p. 83-84.

O sentimento de perda iminente, gerado pela aceleração do tempo, faz com que o próprio patrimônio se construa a partir da ideia de velocidade temporal, com pressa de se preservar os bens culturais. Podemos perceber, no caso de Mosqueiro, o sintoma de presente perpétuo, relacionado ao medo da perda. Atentemos à imagem acima.

As três vivendas que aparecem na foto já não existem. A primeira, Retiro Maria, pertenceu a Carlos Falcão; a segunda e a terceira - sem nomes - pertenceram ao comandante Joaquim de Macedo Rocha. Nesse espaço, foram construídas posteriormente outras casas e um edifício situado na Travessa Beira Mar, esquina com a Rua Eurico Romariz. Acompanhando as transformações velozes que ocorreram na Ilha em função de ter se tornado um local de recepção de muitos visitantes em determinadas épocas do ano, especialmente nas férias e feriados prolongados, podemos vislumbrar o que influenciou na demolição dos antigos chalés, substituídos por moradias mais "modernas". A relação entre o "novo" e o "velho", ou entre o "atraso" e o "progresso" podemos discutir a partir da imagem a seguir.

FIGURA 3: Imagem do passeio ciclístico. Alunos da escola Honorato Filgueiras.

Fonte: Fotografia realizada no dia 25/08/2018.
Arquivo pessoal de fotos do autor.

A fotografia acima foi registrada na aula passeio ciclístico[5] das turmas de terceiro ano de 2018, o qual percorreu um roteiro cultural que engloba a memória da urbanização de Mosqueiro, re-

[5] O quarto capítulo do livro mostra o trajeto do roteiro, assim como explica sobre a sequência didática aplicada.

lacionada ao período entre o fim do XIX e início do século XX. O Chalé Cardoso, que aparece na *selfie* (hábito comum entre os estudantes – fazer fotos de si mesmos), de propriedade da família do senhor José Facíola Cardoso, já falecido, resiste num local que é um dos alvos preferidos da especulação imobiliária em Mosqueiro – a Avenida Beira-Mar, na Praia do Chapéu Virado. Localiza-se ao lado de um condomínio, que pode representar o "novo". A vivenda corresponde a um lugar de memória que pode e deve integrar a identidade dos discentes – os próprios identificaram os chalés, como o que aparece na foto, como Patrimônio Cultural; portanto, passível de ser alvo das políticas públicas de patrimonialização, sem que integre uma identidade forjada pelo Estado, uma vez que a opinião dos alunos foi trazida à tona para se pensar o bem cultural como tal.

Discussão bem próxima à de François Hartog é feita por José Reginaldo Santos Gonçalves (2012), que atesta que já existe uma extensa produção sobre a categoria patrimônio, assim como uma busca intensa pela memória. Entretanto, o antropólogo brasileiro questiona o porquê dessa atenção enorme ao patrimônio e sua preservação, ao passo que há uma "fúria destruidora" sobre os bens culturais. Sobre isso, o autor cita outros que criticam os "abusos da memória" (Todorov), o "caráter inflacionário do patrimônio" (Heinich) (GONÇALVES, 2015, p. 212). Trazemos ao diálogo o que nos diz Gonçalves, num prisma de problematização na relação entre patrimônio e identidade.

> É comum que se assuma como um dado que os patrimônios materiais ou imateriais expressam ou representam a "identidade" de grupos e segmentos sociais. Um tipo de arquitetura, assim como uma culinária, uma atividade festiva, uma forma de artesanato ou um tipo de música, pode ser identificado como "Patrimônio Cultural" na medida em que é reconhecido por um grupo (e eventualmente pelo Estado) como algo que lhe é próprio, associado à sua história e, portanto, capaz de definir sua "identidade". Defender, preservar e lutar pelo reconhecimento público desse patrimônio significa lutar pela própria existência e permanência social e cultural do grupo (GONÇALVES, 2015, p. 213).

Ao mesmo tempo em que o reconhecimento de um determinado patrimônio pode ser a maneira pela qual um grupo se mostra publicamente, também pode representar a forma com a qual o Estado exerce, sobre a sociedade, seu controle. O autor se refere a Michel Foucault, quando esse último relaciona a identidade às produções do poder, como aquilo que é projetado para sermos, controladamente. De acordo com isso, identificam-se patrimônios como "autoconsciência individual e coletiva". O ponto central aqui é evitar a limitação das tarefas do patrimônio "de descobrir, defender e preservar 'identidades' supostamente dadas" (GONÇALVES, 2015, p. 213).

Nosso debate em torno do patrimônio mosqueirense está longe de se relacionar apenas às questões referentes à identidade dos alunos. Corresponde também, e principalmente, a utilizar os bens culturais, entendidos como lugares de memória, como fontes do passado, passíveis de serem utilizadas no ensino de História, para servirem de instrumentos de orientação temporal e cidadã. José Gonçalves cita o registro do ofício das "baianas de acarajé", em Salvador, Bahia, na perspectiva de mostrar como, do ponto de vista das próprias mulheres que fazem o acarajé, não estão apenas aspectos identitários, comerciais e culinários envolvidos no processo: há toda uma relação com a religiosidade ligada ao candomblé, à entidade Iansã. Elas utilizam o discurso de patrimônio imaterial na disputa pelo espaço da rua com os camelôs. Logo, há uma perda de foco na questão da noção individualizada de identidade. Enquanto se percebe uma grande importância dada às trocas com a entidade religiosa, uma relevância do "[...] extenso processo social de produção e consumo envolvendo a destruição ou transformação das matérias primas necessárias àquela atividade culinária" (GONÇALVES, 2015, p. 215). O autor em debate traz a discussão de patrimônio e sua relação com o tempo histórico, feita por Hartog, para o Brasil.

A política de patrimônio implantada no Brasil, a partir da década de 1930, segundo a concepção dos modernistas brasileiros, entendia ser necessário construir uma identidade cultural do brasileiro, que, para eles, ainda não existia. Essa condição adequa a noção de patrimônio do Estado brasileiro às categorias de Hartog – novo regime de historicidade, "tempo presentista". A partir da década de 1980, outros atores, não mais exclusivamente o Estado, passam a reivindicar, atuar, contestar o patrimônio, como organizações não governamentais, movimentos sociais, empresas, grupos sociais e indivíduos. O que antes da década de 1980 era voltado unicamente para a identidade nacional, passa a considerar os bens culturais vinculados aos diversos grupos e movimentos sociais (GONÇALVES, 2015, p. 219). No final do século XX, o patrimônio ganha o contorno da antropologia no que se refere à concepção de cultura, estabelecendo uma disputa em favor do registro de "culturas populares" (GONÇALVES, 2015, p. 220).

O sentimento iminente de desaparecimento se desenha como "retórica da perda" para José Gonçalves, que entende a preocupação com a eliminação de bens culturais pela aceleração do tempo como integrante de um discurso que não reconhece que há fatores positivos em relação à destruição, principalmente quando aponta para a reconstrução, o que se relaciona diretamente com o saber fazer, com as técnicas de produção que podem manter vivas determinadas identidades. Por exemplo, entre os Batamalliba, do norte da África, quando o dono da casa morre, esta é demolida para ritualmente acompanhar a ida do proprietário, e poder ser reconstruída pelos seus filhos, para representar a continuidade da vida

e transformar-se agora em símbolo não mais do pai, mas da prole (GONÇALVES, 2015, p. 221). Em meio aos melanésios, objetos de mortos são abandonados às intempéries, sem nenhuma preocupação de preservação, para serem destruídos pela ação do tempo. Esses exemplos de fora da cultura ocidental europeia mostram como há uma relação de proximidade entre preservação e destruição no que diz respeito à produção de identidades. A memória e o patrimônio convivem com essas duas práticas, mesmo quando a destruição é considerada externa à lógica de preservação.

> [...] talvez não haja processo de patrimonialização (e de musealização) sem alguma forma de destruição. Caberia ao pesquisador, para entender de modo sistemático o campo dos patrimônios e dos museus, dedicar tanta atenção às práticas de preservação quanto ao seu avesso, as práticas de destruição, as quais acompanham as primeiras como uma sombra. Se assim procedermos é possível perceber que a noção mesma de "identidade" não apresenta de fato a estabilidade e a coerência que muitas vezes lhe é atribuída. Os objetos e espaços materiais que a "representam" não conhecem necessariamente a solidez que lhes atribuímos, uma vez que, ao serem construídos, usados, reconstruídos e preservados, sofrem simultaneamente os efeitos constantes da destruição, na medida mesmo em que são permanentemente transformados. Nos processos de produção social das identidades, estas não resultam de um exclusivo trabalho coletivo de construção e preservação, uma vez que as práticas de destruição lhes são igualmente indispensáveis. No plano individual ou coletivo, somos, antes de tudo, o que esquecemos e descartamos (GONÇALVES, 2015, p. 225).

"Patrimônio" é um vocábulo muito utilizado em nosso cotidiano e expressa muitos significados que se relacionam ao aspecto econômico, familiar, simbólico, cultural. José Reginaldo Santos Gonçalves entende a expressão como uma categoria – portanto, traz consigo a relação com vários outros conceitos –, a qual muitos estudiosos afirmam se formar no final do século XVIII, com o processo de formação dos Estados Nacionais burgueses, na Europa, o que não está completamente equivocado. No entanto, há a omissão de que a noção de patrimônio está presente em sociedades tribais, na Antiguidade Clássica, na Idade Média. Porém, é fato que o significado tal como utilizamos hoje, ganha tal contorno com a modernidade ocidental (GONÇALVES, 2009, p. 26), que já apresenta a categoria de maneira bem delimitada em relação a outras categorias de pensamento, atribuindo sentido bem específico, como por exemplo nas expressões Patrimônio Financeiro, Patrimônio Genético, Patrimônio Cultural.

O referido autor questiona a naturalização da categoria, que não leva em consideração a formação histórica pela qual pas-

sou o termo patrimônio, que possuiu e possui dimensões semânticas diversas, como por exemplo, em sociedades não modernas, a acepção da expressão se relaciona diretamente com categorias mágicas, como o mana[6] (GONÇALVES, 2009, p. 26-27). Confunde-se com a noção de propriedade, em que os bens culturais constituem "extensões morais de seus proprietários", imbricando-se com o caráter econômico, moral, religioso, político, jurídico, estético, psicológico, fisiológico – adquirindo, portanto, o aspecto de "fato social total", conceito que José Gonçalves se apropria de Marcel Mauss (GONÇALVES, 2009, p. 27).

O antropólogo brasileiro em questão pesquisou a festa do Divino Espírito Santo, levantando a possibilidade de classificá-la como "patrimônio transnacional", por ocorrer no Canadá, Açores, Estados Unidos, Brasil, assim como destaca a possível classificação da festa como patrimônio intangível – o que questiona ao indagar como considerar intangível lugares, festas, espetáculos e alimentos? Aponta como possível resposta à indagação a ênfase que se dá nas relações simbólicas e não nos objetos ou técnicas. Sendo importante, então, registrar os lugares, os objetos, a festa, de acordo com os discursos brasileiros sobre patrimônio do contexto (GONÇALVES, 2009, p. 28).[7] A festa do divino é mostrada como um patrimônio que medeia espiritualidade com ações da vida prática, fé e razão, noção de patrimônio dos devotos com a noção dos pesquisadores (diferentes entre si).

> Do ponto de vista dos devotos, o patrimônio é pensado não exatamente como um símbolo de realidades espirituais, nem, necessariamente, como representações de uma identidade étnica açoriana. Na verdade, ele é pensado como formas específicas de manifestação do Divino Espírito Santo. Afinal, os seres humanos usam seus símbolos sobretudo para agir, e não somente para se comunicar. O patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar: é bom para agir. Essa categoria faz a mediação sensível entre seres humanos e divindades, entre mortos e vivos, entre passado e presente, entre o céu e a terra e entre outras oposições. Não existe apenas para representar ideias e valores abstratos e ser contemplado. O patrimônio, de certo modo, constrói, forma pessoas (GONÇALVES, 2009, p. 31).

José Gonçalves aponta a contribuição da antropologia para o entendimento do patrimônio como uma categoria de pensamento: tomar como referência o ponto de vista do outro. Entende a categoria como importante na busca pela compreensão de outras

[6] Conceito polinésio que se relaciona à magia e à religião, além de se conectar a uma questão de vínculo social das pessoas.

[7] Importante destacar que a comunicação a qual a referência aponta foi apresentada em 2002, momento em que o debate sobre a "intangibilidade" do patrimônio, no Brasil, ainda era recente.

culturas, de outros universos mentais e sociais, ressalvando que, como categoria, possui "diversos contornos semânticos", sendo necessário compará-los e considerar sua trajetória espaço-temporal. Destaca ainda que além de diferenciar nações, etnias, ou outras coletividades, o patrimônio pode assumir uma forma de "autoconsciência cultural" (GONÇALVES, 2009, p. 32).

O foco deste trabalho corresponde à utilização do patrimônio como um instrumento no ensino de História, por meio da Educação Patrimonial, entendendo os bens culturais como lugares de memória, fontes históricas e recursos didáticos. Portanto, não se trata de discutir exaustivamente as políticas de Estado no âmbito da preservação patrimonial. Entretanto, não se pode eximir da realização do diálogo com as ações do Estado brasileiro em relação à salvaguarda do patrimônio, até porque é interessante que o ensino de História possa sensibilizar a preocupação do aluno em relação à importância da proteção de nossa herança cultural, ressalvada a relevância da transformação e da destruição, como integrantes do processo histórico. Além disso, o debate da preservação caminha junto com a discussão sobre a noção de patrimônio – as mudanças conceituais se relacionam às mudanças na política estatal de patrimônio –, sobre aquilo que o Estado vai considerar como tal em sua política pública, o que se sustenta em valores que são definidos não pela sociedade brasileira, mas por intelectuais, técnicos que ocuparam o órgão responsável pela patrimonialização no Brasil. Nesse sentido, a pouca participação social na seleção de bens que serão patrimoniais denota um grande problema à prática da preservação por parte do Estado, uma vez que dificilmente se construirá uma relação entre a herança cultural oficializada e a memória e a identidade dos brasileiros. Essa característica, em grande medida, foi a tônica do que se vivenciou no contexto identificado como "Fase Heroica"[8] do Patrimônio (FONSECA, 2017, p. 25).

> Os funcionários do Sphan é que passaram a ter autoridade como intérpretes e guardiões dos valores culturais da nação. Eles conseguiram convencer as elites da importância de consagrar bens representativos do passado religioso luso-brasileiro. Nesse primeiro momento da política de preservação, a equipe do Sphan atuava em nome dos interesses nacionais, acima dos interesses particula-

[8] Maria Cecília Londres Fonseca (2017) divide em dois momentos a política de patrimônio no Brasil: a "Fase Heroica", que vai de 1936/1937, quando da criação e institucionalização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN, primeiro órgão federal de patrimonialização) até 1967, ano de aposentadoria do diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade – nesse período apenas os bens materiais/tangíveis eram patriomonializados, numa clara evidência da cultura luso-brasileira. O segundo momento foi identificado pela autora como "Fase Moderna", de 1967 até o final da década de 1980, quando o conceito de patrimônio passa por um processo de transformação que leva em consideração a existência de patrimônios vivos, e/ou imateriais/intangíveis.

> res ou do governo, e se considerava intérprete ou porta-voz da sociedade ainda desorganizada. A política do órgão era defendida por seus funcionários, que se sentiam como salvadores, como missionários a defender a matriz luso-brasileira da cultura nacional (OLIVEIRA, 2008, p. 121).

As políticas de Estado e as leis que se criaram no Brasil, da década de 1930 até o momento antes da Constituição de 1988, favoreceram a pouca participação social e a preponderância dos agentes estatais. Em se tratando de legislação da União, a preocupação patrimonial aparece pela primeira vez no inciso III da Constituição Federal de 1934 que diz literalmente "[...] proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico, artístico, podendo impedir a evasão de obras de arte [...]" (FONSECA, 2017, p. 36). O primeiro órgão federal de proteção do patrimônio foi a Inspetoria dos Monumentos Nacionais, do Museu Histórico Nacional, criada em 1934, por iniciativa de Gustavo Barroso, diretor do museu à época. O primeiro instrumento jurídico de acautelamento de bens históricos e artísticos foi definido no Decreto-Lei número 25, de 30 de novembro de 1937, que explicita em seu primeiro artigo os valores a serem reconhecidos num bem "quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico" (FONSECA, 2017, p. 38). O Decreto-Lei 25, redigido por Rodrigo Melo Franco de Andrade[9], inspirado no anteprojeto que foi bastante modificado e havia sido produzido pelo intelectual modernista Mário de Andrade, representou a primeira lei brasileira, em nível federal, específica sobre o patrimônio nacional. Definiu o tombamento[10] como instrumento jurídico de salvaguarda dos bens móveis e imóveis da cultura nacional, a serem inscritos em 4 livros do tombo: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas Artes; e Livro do Tombo das Artes Aplicadas. Sobre o tombamento, qualquer cidadão pode solicitar – em que pese a maioria dos pedidos sair de dentro do próprio órgão na Fase Heroica. Quem delibera sobre o que vai ser tombado é o Conselho Consultivo do SPHAN, criado pela Lei 3789, de 13 de janeiro de 1937. O diretor do SPHAN, os diretores dos museus nacionais e mais dez membros nomeados pelo Presidente da República, compunham, com mandatos vitalícios, o conselho. O formato, os integrantes, o perfil conservador, faziam com que o alcance social do conselho fosse muito limitado (FONSECA, 2017, p. 123-124).

Sobre os critérios adotados para o tombamento, há de se destacar a influência dos intelectuais modernistas no SPHAN.

[9] Rodrigo Melo Franco de Andrade dirigiu SPHAN desde a sua criação, em 1936, até sua aposentadoria do cargo, em 1967.

[10] A expressão "tombamento" advém da Torre do Tombo, em Portugal, local onde se guardavam documentos oficiais.

O Modernismo enquanto movimento artístico, estético, buscou identificar as origens da cultura brasileira. O Serviço do Patrimônio, como um espaço de produção de conhecimento sobre a cultura nacional definiu o Barroco como origem estética e Minas Gerais como berço de nossa civilização (OLIVEIRA, 2008, p. 123). Logo, os valores a serem considerados no tombamento se relacionam estreitamente com a cultura luso-brasileira e católica. O SPHAN e o Decreto-Lei nº 25 privilegiaram bens imóveis ligados aos setores dominantes, em detrimento de bens culturais ligados aos demais grupos da sociedade (ORIÁ, 2001, p. 131).

> Os conceitos de monumentalidade do bem e de excepcionalidade de seu valor nortearam, na prática, a política de preservação do Patrimônio Histórico no país e em diversos Estados e Municípios da federação brasileira, por força da estrutura de poder centralizador, imposto pelo Estado Novo (1937-1945). Priorizou-se, assim, o patrimônio edificado e arquitetônico, a chamada "pedra e cal", em detrimento dos outros bens culturais significativos, mas que, por não serem representativos de uma determinada época ou ligados a algum fato histórico notável ou pertencentes a um estilo arquitetônico relevante, deixaram de ser preservados e foram relegados ao esquecimento e até destruídos por não terem, no contexto dessa concepção histórica, valor que justificasse sua preservação (FERNANDES, 2001, p. 11).

As pesquisas do órgão de patrimônio se concentraram em grande medida, na primeira fase, em bens imóveis de arquitetura religiosa, dos séculos XVI ao XVIII (FONSECA, 2017, p. 116). Os números apresentados por Maria Cecília Londres Fonseca sobre ação do SPHAN na Fase Heroica são emblemáticos e denotam uma espécie de hierarquização entre os livros do tombo, pendendo o poder maior para o Livro de Belas Artes, que concentrava os bens de valor estético alinhado ao Barroco:

> Foram tombados, até o final de 1969, 803 bens, sendo 368 de arquitetura religiosa, 289 de arquitetura civil, 43 de arquitetura militar, 46 conjuntos, 36 bens imóveis, 6 bens arqueológicos e 15 bens naturais. Quanto às inscrições, predominavam claramente as inscrições no Livro de Belas Artes – LBA (340), seguidas pelas duplas inscrições no Livro Histórico e no de Belas Artes – LH/LBA (217) [...] embora não fosse admitido explicitamente, na prática, o Livro Histórico, e também, em certa medida, o Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, terminaram por servir para abrigar aqueles bens que, por falta de maior interesse estético, ou por se acharem adulterados ou parcialmente destruídos, não tinham condições de atender às exigências para inscrição no Livro de Belas Artes (FONSECA, 2017, p. 119).

Se a "Fase Heroica" foi muito identificada com o diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade, a "Fase Moderna", conforme a divisão de Maria Fonseca (2017), muito se relaciona à direção de Aloísio Magalhães, que geriu o órgão de Patrimônio de 1979 a 1982, mas antes de iniciar sua gestão é importante ressalvar que o SPHAN passara por um período de transição durante a direção de Renato Soeiro no órgão (1967-1979). No contexto, destacamos a criação do Programa de Cidades Históricas (PCH, de 1973), que se preocupou com o patrimônio histórico de determinadas cidades brasileiras. No bojo da discussão sobre a ampliação da política de preservação em relação à diversidade dos bens culturais brasileiros, para além do tombamento, surgiu a noção de "referência cultural" que adotou o questionamento sobre os valores utilizados para determinar a seleção de um bem que será preservado pelo Estado (FONSECA, 2001, p. 111). Em 1975 foi criado o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), empenhado em pesquisar, discutir, características dos brasileiros que compõem sua identidade, para além da identificação luso-brasileira. Em 1979, houve a criação da Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM, de 1979), empenhada em buscar as memórias nacionais, numa perspectiva abrangente. Uma das principais características da "Fase Moderna" é construção da possibilidade de se registrar patrimônios vivos, não apenas os de "pedra e cal", os que se relacionam com o "intangível", como os saberes e fazeres das pessoas. Lúcia Lippi Oliveira (2008) apresenta um quadro esquemático, didático de comparação entre as duas fases da política de patrimônio no Brasil, que considera, inclusive, que em ambos os períodos a preservação esteve pautada na retórica da perda, que esquece a questão da transformação dentro do processo histórico. A autora acresce ao período moderno do SPHAN o discurso da homogeneização da cultura nacional, como uma característica do período, que chama a atenção para o risco da uniformização da cultura ao se considerar apenas a referência cultural branca:

TABELA 1: Diferenças entre as gestões do IPHAN, de Rodrigo de Andrade e Aloísio Magalhães.

Rodrigo Melo Franco de Andrade	Aloísio Magalhães
- retórica da perda	- retórica da perda + risco de homogeneização
- ênfase no passado, na tradição histórica e artística	- diversos passados, ênfase no presente ligado ao futuro, ao desenvolvimento
- bens patrimoniais	- bens culturais
- herança= monumentos ameaçados	- objetos, espaços e atividades transitórios

- monumentalidade	- cotidiano
- patrimônio, "pedra e cal"	- patrimônio imaterial: lugares, festas, saberes
- tombamento	- registro

FONTE: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Cultura é patrimônio.
Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p. 31.

O processo de transformação em curso na "Fase Moderna" apontou para a mudança na legislação patrimonial, percebida nos artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988, assim como se percebe um decréscimo dos tombamentos de arquitetura civil e militar, como mostram os números:

> Fazendo um balanço dos tombamentos feitos nas décadas de 1970 e 1980, observa-se que, sobretudo nos anos 1980, aumentaram consideravelmente as inscrições no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (46 inscrições, a partir de 1970). As inscrições no Livro Histórico (94, entre 1970 e 1990) foram um pouco mais numerosas que as inscrições no Livro de Belas Artes (86, no mesmo período), mas a diferença não é expressiva. Quanto aos tipos de bens que foram objeto de tombamento, decresceu significativamente o número de bens de arquitetura religiosa e militar, aumentando o número de conjuntos (FONSECA, 2017, p. 223).

O tombamento do Terreiro de Casa Branca, em Salvador, na Bahia, em 1984, foi o primeiro bem cultural tombado fora da referência cultural branca. Reflexo do processo de transformação na política de patrimônio que se iniciou na década de 1970, quando os critérios de atribuição de valor aos bens passaram a ser questionados. Os membros do conselho consultivo do SPHAN detinham enorme poder no momento da seleção do que seria considerado como integrante da memória e da identidade do povo brasileiro (FONSECA, 2001, p. 111). Ao se lidar com a noção de "Referência Cultural", é necessário dispor da relação entre o bem e sua recepção pelo cidadão, o que caminha no sentido inverso da valoração de excepcionalidade de bens de referência branca para a diversidade da população brasileira.

> ... os bens culturais não valem por si mesmos, não têm um valor intrínseco. O valor lhes é sempre atribuído por sujeitos particulares e em função de determinados critérios e interesses historicamente condicionados. Levada às últimas consequências, essa perspectiva afirma a relatividade de qualquer processo de atribuição de valor – seja valor histórico, artístico, nacional etc. – a bens, e põe em questão os critérios até então adotados para a

> constituição de patrimônios culturais, legitimados por disciplinas como a história, a história da arte, a arqueologia, a etnografia, etc. Relativizando o critério do saber, chamava-se atenção para o papel do poder (FONSECA, 2001, p. 112).

Os mais de 150 anos de tradição do Terreiro de Casa Velha o colocou numa posição de destaque na representação e na simbologia dos grupos ligados ao candomblé e à matriz da religião afro-brasileira. Seu tombamento contrastou com a salvaguarda vigente até então que preservava arquitetura civil e militar de tradição luso-brasileira (VELHO, 2006, p. 237). Em 31 de maio de 1984, na 108ª Reunião do Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional[11] (IPHAN), em votação apertada, o Terreiro de Casa Branca obteve o tombamento deferido com "três votos a favor, um contra e uma abstenção" (FONSECA, 2017, p. 222). Esse processo é representativo de um contexto de transformação tanto do ponto de vista das políticas de preservação patrimonial no Brasil, quanto pela lógica daquilo que se entende como patrimônio; além de que explicita um entendimento de que o campo patrimonial representa negociação, conflito, disputas de poder entre os grupos sociais, que querem fazer valer sua memória, sua identidade, sua cultura ante a nação brasileira, como se percebeu nos acalorados debates que se fizeram em torno do tombamento do Terreiro, com destaque para a participação do movimento negro na sociedade baiana, com atuação decisiva em favor do deferimento do processo de tombamento (VELHO, 2006, p. 239).

A Constituição de 1988 incorporou a moderna conceituação de Patrimônio Cultural, consagrando como tal os bens culturais de natureza material, imaterial e natural, "[...] portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes elementos étnicos culturais formadores da nação brasileira" (ORIÁ, 2001, p. 135). Se antes os bens culturais preservados eram exclusivamente integrantes da memória histórica das classes abastadas, a legislação da década de 1980 inicia uma atitude estatal diferente, passando a considerar a memória afro-brasileira, inclusive considerando tombados todos os territórios quilombolas, reconhecendo a participação indígena na formação da sociedade brasileira, possibilitando a criação de escolas diferenciadas para índios, com ensino bilíngue (em português e no idioma da determinada etnia). Há de se falar na importância da atuação dos movimentos sociais de negros, indígenas e outros, no sentido de reivindicarem seu direito à memória.

Os bens culturais passíveis de patrimonialização não são apenas os erigidos com pedra e cal, mas todos aqueles que forne-

[11] Em 1946 o SPHAN passa a se denominar Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN). Em 1970, o DPHAN passa a se chamar Instituo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

cem referenciais de identidade, que estabelecem noção de pertencimento à memória das pessoas. Nos artigos 215 e 216 da referida Carta Magna, deixa-se de lado a expressão Patrimônio Histórico, substituída por Patrimônio Cultural, assim como se considera a participação da sociedade civil nas políticas de preservação e patrimonialização, o que outrora se restringia à esfera estatal. Além dos institutos jurídicos da Ação Popular e da Ação Civil Pública, que preveem a participação da comunidade na defesa do patrimônio brasileiro (FERNANDES, 2001, p. 8).

A ação oficial em torno da preservação atua no sentido de gerenciar o patrimônio, manipulando o passado nacional, ao omitir os bens culturais dos excluídos do poder (FUNARI; FUNARI, 2007, p. 13). Isso contribui para o sentimento de alienação, não possibilitando a identificação das pessoas de classes populares com a cultura nacional (FUNARI; FUNARI, 2007, p. 15) – impressa nos bens preservados, em sua maioria edificados, suntuosos, ligados ao Barroco colonial do Brasil –, forjando uma identidade nacional pautada na memória das elites (FUNARI; FUNARI, 2007, p. 16). A nova determinação engloba de maneira ampla o que é produzido culturalmente pela sociedade, considerando como patrimônio não apenas o que foi edificado.

> Não se discute mais se o Patrimônio Cultural do País constitui-se apenas dos bens de valor excepcional ou também daqueles de valor cotidiano; se inclui monumentos individualizados ou em conjunto; se apenas a arte erudita merece proteção ou também as manifestações populares; se contém apenas os bens produzidos pelo homem ou se engloba também os bens naturais; se esses bens da natureza envolvem somente os dotados de excepcional valor paisagístico ou inclusive o simples ecossistema. Enfim, todos esses bens, sejam naturais ou culturais, materiais ou imateriais, tangíveis ou intangíveis, estão incluídos no Patrimônio Cultural do País, desde que os mesmos sejam portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes elementos étnico-culturais formadores da nação brasileira. Adota-se, portanto, uma noção mais abrangente de Patrimônio Cultural e se rompe com a visão elitista de considerar apenas objeto de preservação cultural as manifestações da classe historicamente dominante ao incorporar os diferentes grupos étnicos que contribuíram para a formação da sociedade brasileira (FERNANDES, 2001, p. 4).

Para lidar de uma forma diferente da lógica da preservação do Estado em torno do patrimônio, buscamos aquilo que os alunos entendem como herança cultural em Mosqueiro. Bens que outrora eram denominados como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, muito na lógica de sacralizar uma memória de grupos dominantes na sociedade brasileira. A denominação Patrimônio Cultu-

ral, que engloba bens de vários tipos, possibilita a construção de memórias de grupos variados da sociedade, num prisma de valorização identitária que contribui para a formação cidadã. "A história liberta, mas pode oprimir também. A memória pode aprisionar, mas, às vezes, torna-se o lugar das possibilidades de resistências e transgressões" (MONTEIRO, 2007, p. 22). Aqui reside a importância do papel do professor de História que seleciona conteúdos, define formas de abordagem e significações em sala de aula, que ajudam o aluno a entender a História como o estudo do seu cotidiano e, portanto, contribui também com a sua própria percepção como sujeito histórico. Nesse sentido, além da função do professor de seleção de conteúdos, é primordial se levar em conta o conhecimento prévio que o aluno traz consigo (CARRETERO, p. 33), ainda mais quando lidamos com o Patrimônio Cultural que traz memórias de outra época, que podem ser referências de identidade cultural para as pessoas. Sandra Siqueira da Silva constrói uma compreensão de Patrimônio Cultural a partir da relação entre a ciência e o saber popular, em que a compreensão das pessoas ganha importância na lógica de pensar o que pode ser considerado como bem cultural (SIQUEIRA DA SILVA, 2012).

Para se educar a partir do Patrimônio Cultural, sem incorrer no equívoco de construir a invenção de identidades, é fundamental considerar aquilo que as pessoas entendem como Patrimônio, os bens com os quais se identificam culturalmente. Dessa forma, nossa pesquisa buscou o que os próprios alunos consideram como Patrimônio Cultural na Ilha:

TABELA 2: O que os alunos de 2017 consideram Patrimônio Cultural em Mosqueiro.

RESPOSTAS	Nº DE MENÇÕES
Chalés	21
Igreja Matriz	10
Trapiche da Vila	7
A fábrica Bitar	7
O mercado da Praça Matriz	6
As praias	5
A Praça Matriz	5
Tapiocaria	4
O Coreto da Vila	4
As quadrilhas	4
A pesca	3

As festividades de santos	3
Porto do Pelé	2
A “Pata Choca”	2
Portal	1
O Farol	1
Escola Inglês de Souza	1
As danças	1
As mangueiras da Rua 16 de Novembro	1
As pipas	1
O Círio	1
O Carimbó	1
O Bicho-de-sete-cabeças que havia na Baía do Sol	1
O cinema	1
As escolas de samba	1
O carnaval	1

TABELA 3: O que os alunos de 2018 consideram Patrimônio Cultural em mosqueiro.

RESPOSTAS	Nº DE MENÇÕES
Praça Matriz	12
Chalés	7
Mercado da Vila	7
Coreto	6
Fábrica Bitar	4
Igreja Matriz	4
Praias	4
Trapiche	2
Princesa Isabel	2
Tapiocaria	2
Orla	1
Caramanchão da Praia do Bispo	1

Portal	1
Festa de São Pedro	1
Caramanchão (Chapéu Virado)	1

Os primeiros bens culturais mencionados foram os chalés da orla, a Igreja Matriz, Trapiche da Vila, a Fábrica Bitar, o Mercado da Praça Matriz, os quais juntos totalizam 51 menções pelos alunos de 2017 e 46 menções pelos de 2018, foram erguidos desde a segunda metade do século XIX até as primeiras décadas do século XX, um período que se relaciona ao contexto em que Belém experimentou uma urbanização influenciada por um padrão europeu de vida. Esse patrimônio mencionado pelos alunos nos leva a um trabalho em torno do Patrimônio Cultural Material, relacionando-o com a vida das pessoas, que em larga medida é resultado de um processo de ocupação de Mosqueiro que tem a ver com a economia da borracha na capital paraense.

A política de patrimônio executada pelo Estado brasileiro, desde a década de 1930 até a década de 1980, não levou em conta a diversidade, os conflitos, as tensões em meio à sociedade. Entendeu que o importante de se preservar é o que é consagrado como tendo "valor excepcional" em narrativas de historiadores. Exemplos como a Praça XV, no Rio de Janeiro, o centro histórico da cidade de Goiás, o Ver-o-Peso, em Belém, são bens culturais que figuram na lista de tombamento do IPHAN, fazendo referências às influências europeias, principalmente dos portugueses colonizadores, em detrimento das memórias de negros, indígenas, pessoas comuns, que fazem parte da história do patrimônio mencionado (FONSECA, 2009, p. 59-61), esquecidos pelo modelo hegemônico de patrimonialização brasileiro. O artigo 216 da Constituição Federal de 1988 representou passo importante na direção da mudança no que se refere ao conceito de patrimônio, o que acarretou também uma mudança paulatina em relação às políticas públicas em torno das memórias dos brasileiros. Nesse sentido, o texto constitucional versa sobre a natureza dos bens culturais, que podem ser materiais ou imateriais, além de destacar que devem fazer referências à memória, à identidade e à ação dos "diferentes grupos" que formam a sociedade brasileira. Nessa linha de democratização do direito à memória do povo brasileiro, em 2000, o Decreto 3551 dá providências em relação ao Patrimônio Cultural Imaterial brasileiro, conceituando-o e definindo o instituto de preservação para os bens dessa natureza – em vez do tombamento, trata-se do registro (FONSECA, 2009, p. 61-62).

> A limitação, durante mais de sessenta anos, dos instrumentos disponíveis de acautelamento teve como consequência a produção de uma compreensão restritiva do

> termo "preservação", que costuma ser entendido exclusivamente como tombamento. Tal situação veio reforçar a ideia de que as políticas públicas de patrimônio são intrinsecamente conservadoras e elitistas, uma vez que os critérios adotados para o tombamento terminam por privilegiar bens que referem os grupos sociais de tradição europeia, que, no Brasil, são aqueles identificados com as classes dominantes (FONSECA, 2009. p. 64).

O Decreto 3551 contribuiu para a ampliação de órgãos em nível federal e estadual, interessados na construção de identidades culturais das várias regiões do Brasil, via patrimônio, além de apontar para uma reorientação no trato para com o patrimônio nas universidades (FONSECA, 2009, p. 65), o que nos leva também a diferenciar a maneira como lidamos com o patrimônio material, buscando nas entrelinhas as memórias escondidas dos vários grupos sociais do passado.

No que se refere aos bens de Mosqueiro, heranças centenárias de uma época que se relaciona à economia da borracha na região, nosso intuito de preservação desses lugares de memória corresponde à lógica de utilizá-los como fontes primárias, capazes de auxiliar o ensino de História regional e local. A importância de preservação desses bens culturais se alinha a uma compreensão de que imbricam a dinâmica da vida dos ilhéus de outrora com a vida dos de hoje. Outro debate importante sobre a preservação diz respeito à imutabilidade: a atenção especial dada à ideia de perda é signatária de uma compreensão de História com um fim definido – a destruição –, sem considerar as possibilidades de permanências e recriações. Busca-se então uma produção de patrimônios que possam ser pensados como narrativas, com mapeamento dos conteúdos simbólicos inerentes que contribuem para a constituição da identidade cultural (FONSECA, 2009, p. 66).

Numa análise crítica do livro do tombo do IPHAN, percebe-se que se reproduz a estrutura social implantada pelos colonizadores. Vê-se um patrimônio enviesado e muito reduzido à matriz cultural europeia. Além de uma revisão de critérios, faz-se necessária uma mudança de fazeres das instituições responsáveis pela aplicação das leis referentes ao patrimônio, no sentido de "[...] abrir espaços para a participação da sociedade no processo de construção e de apropriação de seu Patrimônio Cultural" (FONSECA, 2009, p. 59-67). Portanto, entendemos como fundamental a opinião dos discentes ao expor o que pensam sobre o patrimônio local, sobre aquilo que consideram como bens culturais da Ilha, importantes para a memória e identidades locais, contribuindo para uma lógica de participação, de possibilidade de vez e voz para a sociedade no processo de valoração do patrimônio – a tabela mostrada anteriormente expressa isso.

Apesar de nosso foco não ser o patrimônio imaterial, mas há de se reconhecer a importância da discussão acerca da am-

pliação do conceito, que tem como uma de suas características a promulgação do Decreto 3551/2000, ampliação essa que traz três consequências importantes: em primeiro lugar, a diluição das contradições tradicionais entre produção/preservação, presente/passado e popular/erudito. Tais dicotomias são desnecessárias à compreensão do conceito de nossa herança cultural, uma vez que o que se produz no presente, tanto de natureza erudita ou popular pode e deve ser considerado como bens culturais, à medida que a sociedade, democraticamente, entende-os como tal.

Nesse sentido, a segunda consequência tem a ver com o esclarecimento do mal-entendido de que não é apenas o folclore ou a cultura popular que pode ser vista como patrimônio intangível. Terceiro, a UNESCO foi levada a patrimonializar bens culturais fora da Europa, como o Templo de Ise, no Japão, e a arquitetura norte-africana, que, inclusive, são bens que são refeitos periodicamente, por conta da ação da natureza nas respectivas regiões em que se localizam esses patrimônios. O que gera um efeito de alteração à própria política de patrimônio da ONU, uma vez que o tombamento em si não atende a expectativa de preservação de tais bens, ao passo que são destruídos e reconstruídos constantemente (FONSECA, 2009, p. 71-72).

A globalização da economia também pode ser apontada como um dos fatores que influenciam o reconhecimento de heranças culturais para a humanidade em partes diferentes do globo, o que pode trazer benefício e problemas aos países que recebem a chancela da ONU. Entretanto, o alargamento da noção de patrimônio foi visto por uns como um processo de "banalização" da cultura, no qual tudo pode ser considerado como patrimônio. Noutra vertente de discussão, há os que entendem esse processo como "dessacralização" das memórias, apontando para um nexo de democratização do direito à memória (FONSECA, 2009, p. 72-73).

Alinhamo-nos à segunda vertente, no que diz respeito à busca pela relação do patrimônio edificado da Bucólica; portanto, daqueles que outrora foram abastados, com a população local de ontem e de hoje, numa perspectiva de fazer História Social no local, imbricando a memória impressa nos bens culturais às memórias das pessoas simples, que dificilmente aparecem nos meios de salvaguarda do passado. Ainda em se tratando da importância da natureza imaterial do patrimônio, a preocupação com a preservação dos modos de vida tradicionais das populações se vincula ao trato com o meio ambiente, a uma lógica de educação ambiental (FONSECA, 2009, p. 75).

Nesse aspecto, conectamos o cuidado com o patrimônio material de Mosqueiro à apreensão acerca da conservação do meio. Os casarões da orla do distrito formam quase que uma simbiose com as praias, indicando para um processo de salvaguarda que atente para as características culturais e ambientais da vida das pessoas, elencando a importância disso no ensino de História que

se quer interdisciplinar, aproveitando as sabedorias de outras áreas do conhecimento, chamando a atenção dos alunos não apenas para a importância dos bens culturais, como também para a relevância do cuidado com os bens naturais. As inferências mostradas entre a dilatação da noção de patrimônio e o trabalho com o patrimônio material de Mosqueiro apresentam a grande relevância que o caráter intangível da herança do passado influi no trato, inclusive do patrimônio tangível.

> [...] o processo de releitura da questão do patrimônio não se esgota no nível conceitual. Implica, sim, o envolvimento de novos atores e a busca de novos instrumentos de preservação e promoção. Frente a esse novo quadro, muito mais complexo e desafiador, é fundamental que se formulem e se implementem políticas que tenham como finalidade enriquecer a relação da sociedade com seus bens culturais, sem que se perca de vista os valores que justificam a preservação. Falar em políticas significa ir além dos conceitos, embora sempre os tendo como referência. Significa formular diretrizes, definir critérios e prioridades, elaborar projetos, realizar intervenções, mantendo sempre como parâmetro a tensão entre necessidades, demandas e recursos disponíveis. E ainda, que os conceitos continuem imprecisos, é imperioso passar da teoria à prática, na esperança de que as experiências venham, como de costume, enriquecer a reflexão, numa dialética do processo de produção do conhecimento e de transformação da realidade (FONSECA, 2009, p. 77).

Destacamos aqui a importância do ensino de História, a partir do Patrimônio Cultural, utilizando a estratégia da Educação Patrimonial para servir como mecanismo de orientação no tempo, de aprendizagens a partir das memórias, contribuindo para a identificação. Assim como poder pensar a construção do conhecimento, pautado no cotidiano, nos bens culturais, apontando para possibilidades de dinâmicas de sobrevivência que levem em conta a preservação do passado, dialogando com o presente e pensando na preservação para o futuro.

Nossa opção pelo patrimônio tangível, combinando com a maioria das menções ao patrimônio relacionado ao período em que Mosqueiro se transformou no destino de visitação para belenenses e estrangeiros que de algum modo trabalhavam em torno do comércio do látex, não se dá pela lógica de se valorizar apenas aquilo que pertenceu ou pertence às elites, mas sim pelas próprias ideias dos alunos, que disseram o que consideram como patrimônio em Mosqueiro. Como já debatido, nossa ideia com o patrimônio material é relacioná-lo à identidade dos alunos, imbricando problemas de ontem, do momento em que foi erguido, aos de hoje: urbanização concentrada em trechos específicos do distrito, serviços públicos para atendes aos visitantes e não aos ilhéus, turismo incipiente

que deixa mais problemas do que benefícios. Esse Patrimônio Cultural

> [...] pode ajudar-nos a compreender quem somos, para onde vamos, o que fazemos, mesmo que muitas vezes pessoalmente não nos identifiquemos com o que esse mesmo bem evoca, ou até não apreciemos sua forma arquitetônica ou o seu valor histórico. O importante é que ele faz parte de um acervo cultural que deve ser preservado por toda a comunidade, pois é revelador e referencial para a construção de nossa identidade histórico-cultural (ORIÁ, 2001, p. 134).

Ricardo Oriá afirma que a preservação do patrimônio é uma questão de cidadania, de garantir o direito à memória aos que virão e que esse tema deve estar presente no processo de ensino e aprendizagem, na formação cidadã de nossas crianças e jovens (ORIÁ, 2001, p. 140).

CONCEITO CIDADANIA

Para os educandos cidadania corresponde a:

TURMA 301 – 2017

– Naturalização da pessoa que vive em determinado país. (Erick)

– Cidadania é quando um cidadão demonstra interesse no que está ao seu redor, o que está acontecendo com o lugar onde mora e como pode ajudar a conservar aquilo. (Débora)

– Atos ou coisas que os cidadãos fazem por conta própria. (Gabriel Antunes)

– É ser cidadão naquilo que faz, o seu dever, compromisso. Então temos que ter responsabilidade. (Gustavo)

– Significa que o indivíduo cumpra seus objetivos a favor da sociedade em si, fazendo-o seguir regras. (Luã)

– Capacidade de ter direito à liberdade de expressão, direitos iguais na sociedade, de poder político, etc. (Tiago Danin)

– Ter benefícios, cumprir as leis são conceitos básicos de um cidadão. Lutar por direitos é o que o cidadão mais tem feito no Brasil, um cidadão é aquele que respeita o próximo e tem consciência de cuidar do lugar onde habita. (Clayderson)

– É quando a pessoa é cidadã, ajuda seu próximo no que pode. (Maricely)

– Pessoas vivendo em sociedade. (Jhonatan)

– É a condição de pessoa, como membro de um Estado, achar-se no direito que lhe permite participar da vida política. (Júlio César)

– Uma comunidade de pessoas com objetivos parecidos, tentando viver em conjunto. (Fabíola)

– Cidadania vem de cidadão, a cidadania é composta para as cidades que buscam seus direitos legais. (Brenda)

– São os nossos deveres como cidadão, fazendo parte de uma sociedade que obedece às leis de suas autoridades. (João Pedro)

– É o ato que um cidadão faz em sua cidade, em prol dela. (Fernando)

– Cidadania é ter consciência e respeito pelas outras pessoas. (Fabiana)

– O que eu entendo de cidadania é que os seres humanos honestos têm direito como todos os cidadãos. (Elielson)

– São os direitos e deveres que as pessoas têm que ter entre si para que haja a cidadania. (João Victor)

– É o direito que cada pessoa tem de escrever seus direitos como cidadão de uma cidade, um País. Todos têm o mesmo direito e isso tem que ser respeitado. (Ana Maria)

– É poder ter o direito de escolha, viver bem. (Elda)

– A cidadania tem a ver com a humildade. (Pablo)

– É ser reconhecido pelo Estado ou País como gente e através da cidadania a pessoa pode ter vários direitos. (Rhillary)

TURMA 302 – 2017

– São pessoas que moram em uma cidade ou Município e que vivem, como por exemplo, em um conjunto de pessoas em uma cidade. (Gabriel Silva)

– É a forma de um cidadão ajudar o outro com problemas sociais. (Maria Eduarda)

– É ajudar a população com projetos, movimento para melhorias na comunidade com cestas básicas, roupas e outros. (Hebiny)

– É o modo como eu me encaixo na sociedade, como vou me

portar, cumprir o normal que a sociedade quer. (Jeferson Souza)

– Entendo que é onde vivemos de maneira honesta, preservado com respeito e tudo aquilo que temos direito como ser humano. (Carlos Daniel)

– Conscientização do Patrimônio de uma cidade. Ser um cidadão que preserva a identidade cultural. (Lilian)

– É quando somos pessoas do bem, tratamos todos iguais, somos um cidadão. (Tathyana)

– É o direito que o cidadão tem de ir e vir. Formada por direitos e deveres de cada um de nós cidadãos. (Shirley)

– A cidadania está em estado crítico. Cada cidadão não está se colocando no seu lugar. (Carla)

– É saber nossos direitos e deveres perante a lei. (Gabrielly)

– São os direitos que o povo tem como educação, saúde, saneamento etc. (Amanda)

– Pode ser relacionado como local de onde moramos e como vivemos. (Tiago Chaves)

– São pessoas que moram em suas regiões, que prezam pela igualdade de seus direitos como trabalhadores. Estudantes que prezam o direito de ter educação de qualidade, cidadãos que desejam ter uma vida digna na sua região. (Jhon)

– É ser honesto com o próximo, não ser uma pessoa errada e sim uma pessoa exemplar. (Jardel)

TURMA 301 – 2018

– É o ato de ser cidadão, a interação do homem com a sociedade. (Carlos Gabriel)

– É contribuir para tornarmos o país melhor. (Bruna)

– É a tua função como cidadão de bem na sociedade. (Vanessa)

– É o que ser humano que vive na sociedade. (Luzivania)

– São nossos direitos como cidadão. É fazer parte da sociedade. (Gean)

– Grupos de pessoas no mundo, nas cidades. (Ana Caroline)

– Quando as pessoas se dispõem a ajudar umas às outras. (Gabriela)

– Conjunto de direitos e deveres. Função social que o indivíduo exerce na sociedade. (Vyvian)

– Uma preocupação com o meio em que vivemos. (Esthepane)

– É o direito do cidadão. (Geisa)

– O cidadão tem direitos e deveres na sociedade. (Daniel)

– Grupo de pessoas que podem apresentar seus direitos de cidadão. (Raul)

– É o estudo dos cidadãos de modo geral, escolas, hospitais, igrejas, etc. (Andrielli)

– Cidadania é você cumprir com seus direitos e deveres na sociedade em que vive, por mais que as outras pessoas não cumpram. (Luan)

– Cidadania tem a ver com os direitos e deveres de um cidadão. (Laynne)

TURMA 302 – 2018

– Cidadania é uma forma de socialização de pessoas no mesmo lugar, com respeito e direitos iguais. (Bruna de Sousa)

– Acho que são várias pessoas juntas, cidadãos num mesmo lugar. Aí, se tornam uma cidadania. (Keyse)

– Cidadania está relacionada aos cidadãos por completo, em uma determinada sociedade populosa, com milhões de pessoas. (Renan)

– É o direito que todas as pessoas têm, como o direito de ir e vir. (Joseana)

– É algo que torna uma sociedade padrão, onde nós cidadãos temos que cumprir normas e leis. Isso que é cidadania, pois torna um conjunto de pessoas em uma sociedade. (Tássila)

– É o direito de ser cidadão e ter seus direitos respeitados. (José Vitor)

– São populações que entram em bom senso, que sabem viver como seres humanos. Por exemplo, em uma vila todos os moradores são unidos, uns ajudam os outros e cada um ajuda a vila sabendo fazer o que sabe de melhor. (Williams)

Grande parte dos alunos demonstra uma visão interessante de cidadania como sendo a relação entre direitos e deveres, salientando a participação das pessoas no processo, apesar de alguns ainda não conseguirem entender a importância de ser cidadão e de qual papel deve-se exercer para que se garanta a cidadania.

Longe dos lugares-comuns que associam o torcer para a

seleção brasileira – cantando o Hino Nacional antes do início da partida de futebol –, ao símbolo máximo de patriotismo; ou considerar apenas o voto como expressão sublime de cidadania; interessamo-nos pela definição de Jaime Pinsky:

> Ora, cidadania enfeixa uma série de direitos, deveres e atitudes relativos ao cidadão, aquele indivíduo que estabeleceu um contrato com seus iguais para a utilização de serviços em troca de pagamento (taxas e impostos) e de sua participação, ativa ou passiva, na administração comum. Por essa definição (mesmo apressada e meramente funcional), se vê que cidadania pressupõe sim, o pagamento de impostos, mas também a fiscalização de sua aplicação; o direito a condições básicas de existência (roupa, moradia, educação e atendimento de saúde) acompanhado da obrigação de zelar pelo bem comum (PINSKY, 2017, p. 18-19).

O referido autor discute a importância do papel da escola na formação cidadã das pessoas, para que se possa atenuar ou reverter o senso comum que não identifica o público como propriedade coletiva, que entende o bem comum como coisa de ninguém (PINSKY, 2017, p. 95-96), que influencia práticas sociais recorrentes em nosso meio, como depredar bens públicos ou privados, retirar páginas de livros de bibliotecas, avançar sinal vermelho, sonegar impostos (PINSKY, 2017, p. 97), ou querer tirar proveito de qualquer situação de forma ilícita. Maria Lourdes Cerquier-Manzini (2013), sem esquecer da dimensão do cumprimento dos deveres, afirma que

> [...] ser cidadão significa ter direitos e deveres, ser súdito e soberano. Tal situação está descrita na Carta de Direitos da ONU (Organização das Nações Unidas), de 1948, que tem suas primeiras matrizes marcantes nas cartas de Direito dos Estados Unidos (1776) e da Revolução Francesa (1798). Sua proposta mais funda de cidadania é a de que todos os homens são iguais perante a lei, sem discriminação de raça, credo ou cor. E ainda: a todos cabe o domínio sobre seu corpo e sua vida, o acesso a um salário condizente para promover a própria vida, o direito à educação, à saúde, à habitação ao lazer. E mais: é direito de todos poder expressar-se livremente, militar em partidos políticos e sindicatos, fomentar movimentos sociais, lutar por seus valores. Enfim o direito de ter uma vida digna como ser humano (CERQUIER-MANZINI, 2013, p. 11-12).

A noção de cidadania ocidental possui uma historicidade burguesa tanto em relação ao surgimento dessa classe social – com o aparecimento do Estado-Nação e a primeira fase do Capitalismo, de acumulação de riquezas –, quanto em relação às revoluções da burguesia, que constroem o sentido de ser cidadão a partir dos in-

teresses da classe em questão, que deixa de integrar o terceiro estado, condição subalterna dentro da divisão social do antigo regime, para compor a elite dominante no Estado capitalista de direitos.

> [...] a concepção de direitos humanos contida na luta da burguesia e do resto do Terceiro Estado (camponeses, artesãos, "povo"), vai redundar em conceitos e práticas diferentes. O "povo" concebia esses direitos extensivos a proprietários e não-proprietários. A burguesia, deixando de ser revolucionária (e deixando de ser Terceiro Estado) para tornar-se o grupo vencedor e que está no poder, irá vincular direitos humanos somente àqueles que têm propriedade (CERQUIER-MANZINI, 2013, p. 11-12).

O destaque dessa historicidade nos ajuda a compreender que a igualdade proposta pela burguesia, com a garantia de direitos, era para seus pares. Entretanto, serve também para construir uma visão crítica e pensar possibilidades diferentes de estados de direitos que façam valer uma dialética entre direitos e deveres que, de fato, proporcione equidade de oportunidades. Nessa busca, cabe a compreensão de que as leis não encerram o debate. A dimensão da luta por "leis justas", que garantam direitos a todos, é essencial (CERQUIER-MANZINI, 2013, p. 39).

No Brasil, a cidadania esteve muito atrelada à ideia de que os direitos são concessões do Estado, o que nos leva a pensar numa cidadania regulada, o que, por sua vez, dificulta o seu exercício efetivo (FONSECA, 2017, p. 75). José Murilo de Carvalho aponta um problema na sequência em que os direitos no Brasil surgem: primeiro vieram os direitos sociais[12], que foram implementados dentro de um estado de exceção (Era Vargas, em especial o Estado Novo), que suprimiu os direitos civis e políticos. Depois vieram os direitos políticos de maneira "bizarra", a partir do enfrentamento contra a Ditadura (1964-1985), com o destaque de que ocorreu a expansão do direito ao voto no período ditatorial, mas acompanhado da transformação das instituições políticas em peças decorativas (CARVALHO, 2012, p. 219-220).

O alargamento dos horizontes em torno da ideia de cidadania, a partir da década de 1980 inseriu na lei brasileira o "princípio de cidadania cultural" (FERNANDES, 2001, p. 2). "O direito de acesso à cultura pressupõe a garantia de que, além de produzir cultura, todo indivíduo deve ter acesso aos bens culturais produzidos por essa mesma sociedade" (FERNANDES, 1993, p. 271), o que pode livrar o sujeito de uma amnésia social, ao garantir-lhe o direito à memória histórica, o que está consagrado na Constituição brasilei-

[12] Os direitos sociais estão relacionados às necessidades básicas da vida do ser humanos, como: educação, alimentação, saúde, habitação, etc. Os direitos civis correspondem ao controle do próprio corpo, ao transporte, segurança. Enquanto os direitos políticos se identificam com os atos de liberdade de expressão, de organização religiosa e política, identificam-se com o poder de decisão do cidadão.

ra de 1988, em seu artigo 215, quando diz que o Estado garantirá o exercício pleno dos direitos culturais (FERNANDES, 1993, p. 272). Se outrora o sentido do patrimônio pairava na relação entre cultura e a busca das raízes nacionais, ou cultura e desenvolvimento, a partir dos anos 1980, a noção de bem patrimonial imbricou cultura e cidadania (FONSECA, 2017, p. 184), apesar de que, para além do texto constitucional, é necessário efetivá-lo socialmente.

> A expressão 'direitos culturais' foi incluída na Constituição brasileira de 1988 (artigo 215), mas, até hoje, a não ser em casos excepcionais, essa temática não foi incorporada às políticas públicas na forma de propostas de trabalho. Nesse sentido, os direitos culturais no Brasil não passam de "direitos fracos", meras declarações de boas intenções (FONSECA, 2017, p. 76).

A preservação de bens patrimoniais corresponde a um ato de extrema seletividade do Estado. Entretanto, entender o conceito de cidadania, destacando a importância da participação social contribui para a mudança na noção de patrimônio, apontando para a necessidade da efetiva participação das pessoas na identificação com os bens culturais. Associamos, então, a cidadania aos direitos culturais e à ideia de que, dentro do ensino de História, os alunos expressem o que pensam e o que consideram como herança cultural passível de preocupação social, estatal e preservacionista, na lógica de representarem efetivamente a memória e a identidade dos que convivem com esse patrimônio. A educação para o patrimônio é uma ferramenta importante na construção de um ensino de História preocupado com a formação cidadã dos jovens.

> Vale afirmar que a valorização do Patrimônio Cultural brasileiro passa pela ação pedagógica com o objetivo de desenvolver o processo permanente e sistemático de inserção de conhecimento junto à comunidade. A Educação Patrimonial apresenta-se como suporte de conhecimento a promover no indivíduo a noção de cidadania, desenvolvendo, assim, de modo coletivo, o sentido de pertencimento e apoderamento, elementos basilares para sensibilização da sociedade e geradores do orgulho e da autoestima, que fazem elevar o senso de preservação do Patrimônio Cultural (PELEGRINO, 2012, p. 5).

Portanto, os bens culturais de Mosqueiro, a partir da prática da Educação Patrimonial, podem ser elementos importantes na construção da cidadania dos discentes. É interessante enfatizar a noção de que a memória é um direito (BIAZZETTO, 2013, p. 542) e que deve ser usufruído por todos.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Os jovens compreendem Educação Patrimonial como:

TURMA 301 – 2017

– Passar informações para quem quer aprender sobre a história de algum lugar. Um exemplo é, a nossa Ilha, que tem muita coisa a ser estudada. (Erick)

– Educação Patrimonial é uma forma de introduzir os jovens dentro do contexto em que vivemos, ensinando a respeito do patrimônio que possuímos. (Débora)

– Tirar nossas dúvidas sobre a História de Mosqueiro. (Eliandra)

– O aprendizado sobre a História de um determinado lugar. (Gabriel Antunes)

– Aprender sobre o Patrimônio. (Diego Victor)

– É o estudo sobre o Patrimônio Cultural com o intuito de aprender mais sobre a História desse Patrimônio e como isso afeta na nossa vida. (Luã)

– É que devemos sempre manter limpa nossa Ilha de Mosqueiro e isso é uma educação, porque é aqui que nós vivemos e aqui nós construímos família. Então, devemos ser sempre educados com o Patrimônio. (Taiana)

– É mostrar que aquele Patrimônio Cultural exerceu uma influência em uma determinada cultura. (Tiago Danin)

– É o estudo tanto de culturas quanto da noção da História de onde vivemos. É uma forma de passar conhecimento para jovens, crianças e até mesmo adultos. (Clayderson)

– É quando o Patrimônio fica bem conservado. Aliás, não é o que está acontecendo. Muitos Patrimônios foram demolidos. (Maricely)

– A Educação Patrimonial ajuda bastante no nosso modo de ver. (Alzira)

– Saber sobre sua formação e construções históricas de um lugar. (Elisabele)

– Crescer aprendendo a respeitar a História do lugar que vivemos. (Jhonatan)

– Visa estudar os Patrimônios que têm na região em que vive. (Júlio César)

– Assuntos relacionados à história de um local, contados por professores, com o intuito de mostrar como era tal período. (Fabíola)

– É estudar sobre o Patrimônio que nos foi deixado por antigos habitantes da região. (João Pedro)

– É o ato de ensinar sobre conceitos e História acerca do Patrimônio Cultural. (Fernando)

– Educação Patrimonial nos ensina a saber sobre o lugar onde vivemos, sobre a história e cultura. (Fabiana)

– É o que aprendemos sobre certas construções feitas em nossa cidade, bairro, Município, Estado e Distrito, sendo importante este conhecimento para que a cultura de cada local não caia no esquecimento. (João Victor)

– Ensino sobre o que é considerado Patrimônio no local, se reflete na preservação e a importância de mantê-lo, pela sua participação na História da região. (Eliane)

– É o ensino que recebemos sobre o Patrimônio da nossa cidade: o que aconteceu, porque é importante aquele lugar. Temos que saber para dar valor e cuidar da nossa identidade. (Ana Maria)

– É ter conhecimento de algum tipo de Patrimônio, saber como preservá-lo e passar o que sabe adiante, ensinando a outras pessoas. (Rhillary)

TURMA 302 – 2017

– É a educação sobre os anos passados. Como tudo ocorreu e ainda ocorre em alguns lugares. (Hebiny)

– Educação Patrimonial é onde se tem de cuidar, ou melhor, respeitar uma autoridade, qualquer que seja. (Pamela)

– É cuidar das nossas escolas como se fosse a nossa segunda casa, pois é nela que aprendemos e nos preparamos para o mundo lá fora. (Gabrielly)

– É o estudo de Patrimônio, geralmente ensinado nas escolas, por alguma forma de utilização a esses locais que tiveram importância ou têm para a região. (Jhon)

TURMA 301 – 2018

– É um tipo de educação que busca a conscientização da preservação do patrimônio. (Carlos Gabriel)

– São partes elaboradas sobre estudos para sabermos de

acontecimentos históricos. (Vanessa)

– Serve para sabermos de acontecimentos históricos. (Luzivania)

– Educação sobre o patrimônio. (Gean)

– Serve para educar. (Ana Caroline)

– Uma disciplina que fala sobre bens culturais. (Gabriela)

– Ensina-nos a história de um lugar. (Esthepane)

– Ajuda-nos a ter visão mais ampla sobre o patrimônio de Mosqueiro. (Larissa)

– Escolas da nossa ilha, histórias do passado. (Daniel)

– São escolas. (Yasmin)

– Ato de preservação. (Raul)

– As escolas, o meio que podemos ganhar um futuro melhor. (Andrielli)

– Aprendizado, saber na escola. O porquê dela coexistir com a própria memória de nossa história. (Laynne)

– É o que deixaram como patrimônio e que podemos respeitar, cuidar, não danificar. (Emanuel)

TURMA 302 – 2018

– Saber sobre os Patrimônios de um lugar, mesmo sem conhecê-lo, ajuda porque essas informações podem ser necessárias em algum momento. (Bruna de Sousa)

– Entender sobre os patrimônios. Pode nos ajudar a ter mais conhecimento sobre o mesmo. (Keyse)

– Está relacionado na escola. Ajuda-nos a aprender o que o mundo nos oferece. (Renan)

– É algo que explica sobre o Patrimônio. E pode nos ajudar para sabermos sobre o que aconteceu. (Joseana)

– Ensina-nos a entender a tal importância que teve e que tem um Patrimônio, para que ele serviu. (Tássila)

– Ajuda-nos a conhecer nossos Patrimônios, conhecer um pouco mais de algo que nos pertence e que está de alguma forma na História. (Wesley César)

– É o estudo sobre os Patrimônios e serve para a identificação dos recursos. (José Vitor)

– É ter respeito pelo lugar onde você vive isso é Educação Patrimonial. (Victor Wilson)

A maior parte entende Educação Patrimonial como ensino sobre patrimônio, que ajuda a conhecer um determinado lugar. Nossa prática corresponde ao uso da Educação Patrimonial nas aulas de História como ferramenta capaz de contribuir com a construção do conhecimento histórico escolar. Nesse sentido, é interessante o diálogo com a lei nacional que versa sobre a educação, na perspectiva de entender como podemos desenvolver o ensino de História por meio do aprendizado do patrimônio. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) determinou que a História do Brasil considere as contribuições das diferentes etnias para a formação do povo brasileiro. Abriu espaço para a Educação Patrimonial na parte diversificada do currículo do Ensino Fundamental e Médio, a qual deve levar em conta as características regionais e locais da sociedade e da cultura (ORIÁ, 2001, p. 142).

> É preciso considerar o Patrimônio Cultural como tema transversal, interdisciplinar e/ou transdisciplinar, ato essencial ao processo educativo para potencializar o uso dos espaços públicos e comunitários como espaços formativos. Embora tenha ficado patente que o processo educacional é mais amplo que a escolarização – inserindo-se em contextos culturais nos quais a instituição escolar não é o único agente educativo –, não se pode prescindir do envolvimento de estabelecimentos de ensino e pesquisa, a partir de programas de colaboração técnica e de convênios (BRASIL, 2014, p. 27).

O direito à informação é requisito básico para o pleno exercício da cidadania (FERNANDES, 2011, p. 4). A Educação Patrimonial contribui para a construção de uma realidade cidadã diferente do que se convencionou chamar de "jeitinho" brasileiro (DA MATTA, 1986, p. 10), pensando o desenvolvimento de um conceito de cidadania ampliado, que entende o cidadão como sujeito social ativo com direitos sociais, civis e culturais. "A Educação Patrimonial, naturalmente, não se restringe, de modo algum, à sala de aula" (FUNARI; FUNARI, 2007, p. 18).

O caderno de Educação Patrimonial do IPHAN, que discute o histórico, o conceito e os processos dessa prática, traça um panorama que se inicia na década de 1930, na gestão do ministro da educação Gustavo Capanema, que convidou Mário de Andrade para redigir o anteprojeto do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, criado especificamente em 1937. Durante boa parte do século XX, a referência cultural branca, católica e de origem europeia deu a tônica para os processos de tombamento do de bens culturais materiais. A partir da Constituição de 1988, o conceito de Patrimônio aparece no texto da lei de forma abrangente, considerando bens tangíveis, intangíveis e naturais. Na década de 1980, ocorrem no Brasil as primeiras ações voltadas à educação para o patrimônio, influenciadas pelo modelo inglês do *Heritage*

Education. Um marco importante da década de 1990 corresponde ao lançamento do Guia Básico de Educação Patrimonial, do IPHAN, que conceitua a prática, além de defendê-la e apresentar formas de planejamento e execução de atividades escolares. Em quatro de agosto de 2000, instituiu-se a Lei 3551 que versou sobre o registro de bens imateriais. Nos anos 2000, aconteceram os primeiros encontros nacionais de Educação Patrimonial, que discutiram a criação de parâmetros nacionais para a prática em museus e escolas, assim como buscaram fortalecer a parceria entre MEC e IPHAN para que a Educação Patrimonial integre de fato a área educacional (BRASIL, 2014, p. 6-17). Há de se salientar que a ampliação do conceito de patrimônio e a preocupação com uma prática educativa patrimonial voltada para todas as referências culturais presentes em nossa sociedade fazem parte de um processo de disputas, com a forte participação e pressão de movimentos sociais variados: de negros, de índios, de mulheres, de artesãos.

Encontramos uma definição no material referenciado acima. O Departamento de Articulação e Fomento, do IPHAN, por meio de sua Coordenação de Educação Patrimonial

> [...] defende que a Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural.
>
> Sua formulação decorre de um longo processo de debates institucionais, aprofundamentos teóricos e avaliações das práticas educativas voltadas à preservação do Patrimônio Cultural e, ao mesmo tempo, ampara-se em uma série de premissas conceituais (BRASIL, 2014, p. 19).

Mesmo reconhecendo que a prática é possível de ocorrer nos espaços não formais de ensino, a escola é um espaço privilegiado para a prática de educação voltada ao patrimônio. Cláudia Adriana Rocha Teixeira (2008) discute o desenvolvimento e prática de uma metodologia de Educação Patrimonial que seja capaz de enfrentar o contexto em que vivemos de modernização das cidades e Desvalorização do Patrimônio Cultural. Segundo a autora, é interessante executar atividades tomando a realidade do aluno como ponto de partida no caminho da sensibilização para a preservação

do Patrimônio Cultural (TEIXEIRA, 2008, p. 204-205), o que se expressa neste trabalho a partir da opinião dos educandos acerca do que eles consideram como patrimônio, mostrado há pouco. Nesse sentido, faz-se necessário utilizar os bens culturais de Mosqueiro, aqueles identificados pelos alunos, como fontes primárias de conhecimento para se criar o diálogo entre o indivíduo e o Patrimônio Cultural, para assim estabelecer a noção de pertencimento.

A educação sobre o Patrimônio Cultural no ensino de História deve se basear no esforço em auxiliar os estudantes na elaboração do conhecimento histórico, na investigação da realidade, refletindo a respeito de sua ligação com um passado, buscando compreender a historicidade das representações culturais, ou seja, um ensino de História voltado para sujeitos históricos deve propiciar um conhecimento mais amplo da realidade em que vivem (TEIXEIRA, 2008, p. 206). A memória coletiva é uma das garantias de nossa identidade cultural. Com o avanço tecnológico e degradação do patrimônio, está ocorrendo uma crise de identidade, na qual a sociedade tem substituído o Patrimônio Cultural por modelos "modernos" de conceitos arquitetônicos, paisagísticos, etc., em detrimento à memória coletiva e histórica de um bem cultural (TEIXEIRA, 2008, p. 206-207). Cláudia Teixeira destaca a importância da educação para o Patrimônio Cultural no ensino da disciplina:

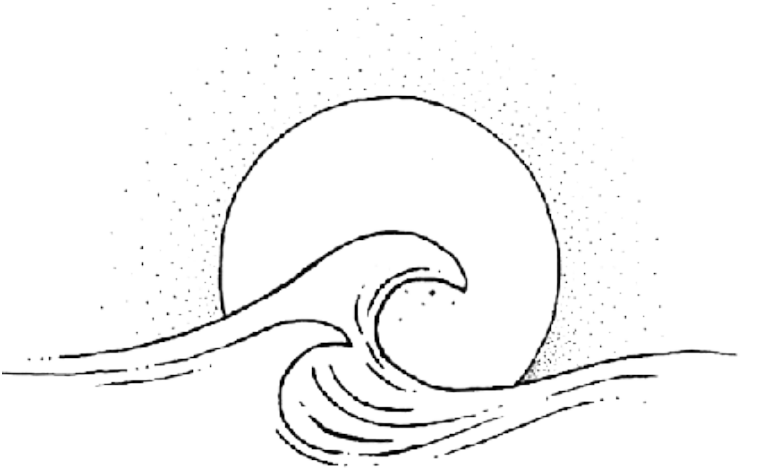
> A Educação Patrimonial no ensino de História viabiliza a formação de indivíduos capazes de conhecer a sua própria história cultural. Ao trabalharmos questões referentes ao patrimônio no ambiente escolar, estamos oferecendo subsídios para a construção do conhecimento e da valorização e preservação desses bens culturais, sejam eles materiais, imateriais, naturais ou construídos. Ações educativas nesse sentido são importantes na medida em que os indivíduos precisam, para se reconhecerem e se diferenciarem de outros, de um "espelho" onde seja possível ver a própria vida, a própria cultura, a própria história e as próprias práticas e, com isso, construir a sua memória afetiva e sua identidade cultural (TEIXEIRA, 2008, 206).

Interessante também entender essa estratégia de educação com a herança cultural, que correlaciona ensino à cultura, no campo político, compreendendo que tanto as lembranças quanto os esquecimentos são construções sociais. Nesse sentido, destaco outra vez a importância de pensar o ensino pelo patrimônio a partir dos bens com os quais os alunos se identificam, numa perspectiva de não se ratificar o que o Estado, enquanto instituição controlada por determinados grupos, diz que é para ser lembrado e valorizado, omitindo outras possibilidades de memória histórica (FLORÊNCIO, 2012, p. 24):

> A Educação Patrimonial deve ser tratada como um conceito basilar para a valorização da diversidade cultural, para o fortalecimento de identidades e de alteridades no mundo contemporâneo e como um recurso para a afirmação das diferentes maneiras de ser e de estar no mundo. O reconhecimento desse fato, certamente, inserido em um campo de lutas e contradições, evidencia a visibilidade de culturas marginalizadas ou excluídas da modernidade ocidental, e que são fundamentais para o estabelecimento de diálogos interculturais de uma cultura de tolerância com a diversidade (FLORÊNCIO, 2012, p. 24).

O trabalho com o Patrimônio Cultural, indubitavelmente, requer uma atenção especial à memória histórica. Entretanto, para além do dever de memória, é fundamental caminhar junto a um dever de História, ao lidar com os bens culturais da Ilha. Eunícia Barros Barcelos Fernandes (2012) se utiliza do debate feito pelo alemão Jörn Rüsen acerca da intencionalidade do agir humano que incentiva uma elaboração intelectual a qual organiza experiências num deslocamento de espaço e tempo. Nesse deslocamento, o homem constrói sua identidade e percebe as alteridades de que se opõe. A localização de si, por meio da organização das vivências, gera uma consciência histórica, que pode ser aprimorada. Rüsen diferencia quatro tipos de consciência histórica: tradicional, exemplar, crítica e genética (SCHMIDT; BARCA; MARTINS, 2011).

Quanto mais próximo da consciência genética, maior qualidade possuirá a consciência histórica do homem. Eunícia Fernandes defende uma articulação entre historiografia e ensino de História, para produzir um refinamento da localização espaço-temporal e potencializar a ação humana, no sentido de que o seu superávit intencional (RÜSEN, 2001) possa avançar na direção correta, o que para Rüsen, seria capaz de criar uma percepção de união entre a expectativa e o resultado, num processo permanente de deslocamento; e sempre que o resultado não for o esperado, a consciência histórica possa lidar com a situação de modo a encaminhar o homem, potencializando novamente seu agir. Nesse sentido, a Educação Patrimonial para os bens materiais do distrito de Belém, opera também na lógica de um dever de História, que auxilia os alunos a se localizarem no tempo e no espaço, aproximando o máximo possível suas expectativas daquilo que experimentam na realidade. O ensino de História, por meio da educação para o patrimônio de Mosqueiro, então é pensado por nós como um meio de orientação para a vida.



CAPÍTULO 3

Em busca do patrimônio cultural de Mosqueiro

Este trabalho é fruto da docência em História na Educação Básica, mais especificamente no Ensino Médio. Os sujeitos e os temas, concomitantes, são os alunos e o professor da disciplina. Portanto, advém da relação entre o conhecimento prévio do educando e a ação pedagógica do docente. Nessa direção, o que os alunos consideram como bens culturais em Mosqueiro, somado ao papel do educador que atua na promoção de estratégias e na seleção de conteúdos que possibilitem a construção do saber histórico escolar, levam a discussão para a relação entre as contradições da economia da borracha e as suas interferências na História de Mosqueiro, dotando a Ilha, inclusive, de determinados equipamentos urbanos, os quais foram mencionados pelos discentes como Patrimônio Cultural. A partir da bagagem cultural dos jovens, aproveitamos a oportunidade para debater um tema de História regional.

Peter Burke (1992), ao discutir as origens e os significados da Nova História, ressalta a mudança no paradigma historiográfico no sentido de abandonar o modelo tradicional identificado de forma simplificada como "rankeano", em que a história política e as fontes escritas oficiais davam a tônica da produção do historiador.

> [...] a nova história começou a se interessar por virtualmente toda a atividade humana. "Tudo tem história", como escreveu certa ocasião o cientista J.B.S Haldane; ou seja, tudo tem um passado que pode em princípio ser reconstruído e relacionado ao restante do passado. Daí a expressão "história total", tão cara aos historiadores dos Annalles. Nos últimos trinta anos nos deparamos com várias histórias notáveis de tópicos que anteriormente não se havia pensado possuírem, como por exemplo, a infância, a morte, a loucura, o clima, os odores, a sujeira, os gestos, o corpo (BURKE, 1992, p. 11).

A história tradicional, política, dá relevância ao Estado, à nação e sua relação com o estrangeiro. A virada na forma de se produzir História abre espaço para o regional, possibilitando o estreitamento com o cotidiano das pessoas, "[...] aproxima o historiador do seu objeto de estudo. A narrativa deixa de ser fundamentada em temas distantes para se incorporar aos fenômenos históricos da região, consequentemente do município" (SILVA, 2013, p. 4).

William Fonseca Freire (2018), que dialoga a respeito da relação entre a História da Amazônia e os livros didáticos do Ensino Médio, comenta que a região é apresentada a partir de um discurso ainda muito preso à Amazônia natural e como área de produção. Assim como a pressão do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) "[...] vincula conhecimento histórico, de caráter mais abrangente sem se ater às especificidades histórico-geográficas do país" (FREIRE, 2018, p. 139).

Davison Alves (2016) escreve sobre a importância e as relações na sala de aula entre professores e alunos em meio à docência da disciplina Estudos Amazônicos, integrante do currículo do sistema educacional do Estado do Pará. O pesquisador percebeu que havia muitas ausências em torno de temas que envolvem a formação social e histórica do Pará, como a fundação da capital Belém, as ações de Marquês de Pombal referentes à região, à Cabanagem, ao próprio período da virada do XIX para o XX em torno da exportação da borracha, às interventorias de Magalhães Barata; em favor de uma discussão mais voltada para o meio ambiente, ecologia e a ação dos militares (1964-1985) na Amazônia (ALVES, 2016, p. 2-3). O autor destaca a importância da disciplina criada:

> A criação dos chamados 'Estudos Amazônicos' como campo disciplinar reforça a ideia da necessidade de pensar as relações entre tempo, espaço, sociedade, cultura e meio ambiente na Amazônia, como categorias centrais para se pensar as transformações recentes que ocorreram nesta região. A proposta desta disciplina encara as questões do presente como um elemento central nas discussões em sala de aula, problematizando e criando outros sentidos de historicidades sobre o ensinar História regional (ALVES, 2016, p. 14).

A existência de uma disciplina específica para o debate das questões regionais é um sintoma de que a História não deu conta, ou não se preocupou a respeito. Entretanto, esse não é o objeto de nosso debate, mas a partir dele, ou a partir da percepção de que é necessário investir cada vez mais no diálogo sobre nossa formação social, política e cultural, é que trilhamos um caminho junto ao ensino de História, patrimônio, História regional e local. Nesse sentido, realizamos o debate sobre o comércio do látex e suas nuances em Belém e Mosqueiro, na passagem dos anos de 1800 para os anos 1900.

Acioli da Silva Júnior (2016) entrelaça ensino de História, Educação Patrimonial e História local na cidade de Cabo Frio, no Rio de Janeiro, detectando a limitação, ou não abordagem mesmo, por parte dos professores em torno da história do município. Defende que a integração dos conhecimentos acerca do local, no trabalho em sala de aula, contribui para a construção da cidadania plena dos alunos, entendendo os jovens como sujeitos da História,

não apenas expectadores (SILVA JÚNIOR, 2016, p. 54). Inclusive realiza uma proposta mais abrangente:

> Com a inserção da Educação Patrimonial e História Local no currículo das disciplinas História, Geografia e Artes na rede municipal de ensino da cidade de Cabo Frio / RJ, acreditamos que podemos a partir dos docentes, mudar significativamente a maneira pela qual tem sido visto o seu rico patrimônio, assim sendo, os alunos poderão lançar um olhar crítico sobre os bens culturais e valorizar sua própria herança cultural (SILVA JÚNIOR, 2016, p. 29).

Nosso objetivo não é tão ousado: não queremos com este trabalho propor a construção de currículos de outras disciplinas a partir da Educação Patrimonial. No entanto, a demarcação do estreitamento entre o local, a cidadania e a percepção efetiva, por parte dos alunos, de se reconhecerem enquanto agentes transformadores da História, é o aspecto que frisamos. Assim, discutir a história local de Mosqueiro, a partir do patrimônio pensado pelos educandos, corresponde à nossa estratégia de ensino de História, voltado para a construção do saber histórico escolar com um tom grande de utilidade no cotidiano dos jovens.

O COMÉRCIO DO LÁTEX E SUAS IMBRICAÇÕES EM BELÉM

No período entre o final do século XIX e início do século XX, o látex retirado das *heveas brasilienses* (seringueiras) ganhou o mercado internacional, principalmente estadunidense e europeu, tornando-se o 2º produto de exportação brasileiro, perdendo apenas para o café do centro-sul do país, devido ao crescente interesse estrangeiro pela borracha.

> De objeto de curiosidade no início do seu conhecimento pelos europeus, a borracha logo passaria a constituir um produto de largas perspectivas no comércio internacional, cuja demanda cresceria incessantemente no século XIX e com ímpeto ainda maior nas primeiras décadas do século XX. A longa duração de uma demanda sustentada é que repercutiria na Amazônia como forte incentivo à produção (SANTOS, 1980, p.42).

Segundo Pere Petit,

> Entre 1891 e 1900, a produção média anual de borracha foi de cerca de 21 mil toneladas e de 34.500, em média anual também, no período de 1901 a 1910, sendo que, entre 1890 e 1910, esse produto proporcionou 30% do

> valor total das exportações do país e cerca de 40% em 1910, ano no qual o Brasil exportou 38.547 toneladas a 655 libras a tonelada. Nessas duas décadas (1890-1910), somente as exportações de café superaram o valor total das de borracha, oscilando, anualmente, entre um mínimo de 45% a 60% das exportações do país (PETIT, 2003, p. 53).

Anna Carolina de Abreu Coelho (2016) debate a visão de José Coelho da Gama e Abreu (Barão do Marajó) sobre a Belém da segunda metade dos 1800. O Barão estudou na Europa. Conheceu algumas cidades do velho continente. Foi presidente da Província no período imperial e o primeiro intendente municipal republicano. Comparou Belém, que passava por um processo de transformação a partir de 1850, com o progresso das cidades europeias, principalmente no que diz respeito à urbanização. O Barão ajudou a construir o mito da Belle Époque (COELHO, 2016, p. 71). "O Barão de Marajó enfatizou a imagem de uma cidade em constante progresso em narrativas que expressaram uma continuidade que ia do Império e chegava aos fins do século" (COELHO, 2016, p. 70).

É importante considerar que a Amazônia, inserida no Capitalismo mundial, produzia de forma artesanal a borracha, por meio do sistema de aviamento (WEINSTEIN, 1993), em que o extrator do látex, o qual na maioria dos casos era imigrante nordestino, foi forçado a aceitar uma relação de trabalho que desmentia as promessas de enriquecimento fácil por conta da atividade exercida. O seringalista aviava (vendia a crédito) mantimentos a preços altos para o seringueiro sobreviver, e este pagava pelos produtos com a goma elástica. Cristina Donza Cancela destaca algumas características desse sistema:

> ... a forte presença do migrante nordestino; o estabelecimento dos marcos de posse da terra e requerimento de títulos; o trabalho isolado do seringueiro, sem a presença da família; a concentração da atividade de extração da seringa em detrimento da lavoura, com consequente necessidade do seringueiro comprar os alimentos necessários à sua dieta junto aos comerciantes (CANCELA, 2006, p. 60).

Esses elementos nos ajudam a perceber que havia muitas contradições em torno do comércio do látex, ou, como diz a historiadora amazonense Edinea Dias, trata-se de uma "ilusão do fausto" (DIAS, 2007), o qual a Amazônia (principalmente as cidades de Belém e Manaus) viveu entre os anos 1870 e 1920. Além do aviamento, outro exemplo disso é a regulamentação do espaço público que o intendente Antônio Lemos implementou entre os anos de 1897 e 1911, período em que esteve à frente da Intendência Municipal de Belém, envolvendo a expulsão dos pobres do centro da cidade.

> Cabe assinalar que os cortiços eram ameaçadores não somente pelas péssimas condições sanitárias, mas também pelas desordens que ocorriam nesses locais, atrapalhando a ação moralizadora do poder público. Representavam pontos urbanos que se transformaram em foco de infecção, sinal de verdadeiras 'anomalias' dentro do novo projeto estético do final do século. Como se não bastasse a péssima feição desses "monstros" bem no "coração da cidade", ainda eram conhecidos por ser um "valhacouto de gatunos e vagabundos" (SARGES, 2002, p. 125).

A "solução" encontrada por Lemos foi demolir as casas humildes que estavam em desacordo com as "feições" da "Paris Tropical". Não omitimos as contradições neste trabalho, pois, apesar de nosso objeto estar relacionado à suntuosidade da Belle Époque em Belém, o Patrimônio Cultural Material deixado em Mosqueiro também se relaciona com os moradores de maneira contraditória: os nativos pouco ou quase nada aproveitam os melhoramentos urbanos pelos quais Mosqueiro passou. Contudo, os lucros advindos do comércio das gomas de borracha geraram um momento de euforia econômica e cultural. Investiu-se em melhorias na infraestrutura do centro de Belém: calçamento, abertura de vias públicas, iluminação elétrica, programas de saneamento básico, construção de Teatros etc.

> No final do século XIX, Belém passou por um processo de reformulação de seu espaço urbano, pois era necessário que a capital paraense se tornasse uma cidade moderna – não uma cidade moderna qualquer, mas uma que pudesse assumir a condição de a "Paris Tropical". A Belém moderna nada mais foi do que um período específico de transformações urbanas exercidas pelo Poder Público, seguindo um projeto urbanístico de aformoseamento e embelezamento da paisagem urbana financiado pela Belém da borracha (1870-1910) (SOARES, 2008, p. 47).

Tudo isso ocorreu de forma a copiar padrões europeus, principalmente franceses. Trata-se da *Belle Époque* (Bela Época) que traz no seu bojo a noção de vida pautada pelo desenvolvimento científico, das artes em geral, e também melhoramentos urbanos para as elites, tal como se buscou em Belém e Manaus. Soma-se isso ao contexto vivido pelo Brasil do final do século XIX: em 1889 a República é proclamada com um forte apelo positivista – crença no progresso pautado pelas inovações científicas seguidas de modernizações urbanas.

> No final do século XIX, o cosmopolitismo do 'ciclo' da borracha fez-se sentir com vigor nas cidades amazônicas, transformando Manaus e Belém em pequenas reproduções de cidades europeias. Em Belém, a paisagem urbana sofreu modificações com a construção de palace-

> tes residenciais, praças, quiosques, abertura de avenidas e outros melhoramentos urbano (SARGES, 2010, p. 23).

Neste período era comum identificar Belém como a "Paris na América". A cidade passou por um profundo conjunto de mudanças que alteraram substancialmente o espaço urbano da capital do Pará, ganhando, inclusive a alcunha de "Cidade das Mangueiras", as quais vieram em mudas trazidas da Índia por ingleses que comercializavam látex (MATOS, 2016, p. 48-49), dentro da lógica do projeto de modernização que previu a arborização da capital. Em Mosqueiro, a Praça Matriz, núcleo central de urbanização do distrito, no início do século XX, também foi arborizada com mangueiras, durante a intendência de Lemos. Assim como as mudas de mangueiras, o ferro utilizado na região também era trazido por ingleses, em especial importado da empresa escocesa *Mcfarlane & Cº*. O material vindo da Europa foi utilizado para o Mercado municipal de Carne, nas luminárias da Praça do Relógio (MATOS, 20169, p. 49) e na ornamentação de casas no centro e nos Chalés da Orla de Mosqueiro. A preocupação em europeizar Belém também se traduziu, portanto, nos materiais utilizados na construção civil na cidade.

> De Belém o contato com a Europa era mais fácil e constante do que com o restante do país, os materiais de construção vinham de lá, requisitados por meio de catálogos, as divulgações dos produtos estavam de certa forma vinculadas ao aprendizado da técnica para sua utilização, portanto a oferta de qualificação profissional devia ser uma política comum e vista com bons olhos pelos países europeus, detentores dos produtos e da tecnologia (MATOS, 2016, p. 46).

Além dos melhoramentos já mencionados: Teatro da Paz, iluminação elétrica, bondinho elétrico, forno crematório de lixo, necrotério, obras de saneamento básico, como instalação de água encanada e sistema de esgoto. A luz elétrica, assim como vários outros serviços, era cara; portanto, só atendia uma pequena parcela da população da cidade. As reclamações eram constantes, como aponta Cristina Donza Cancela (2006), em relação ao preço alto das lâmpadas, que dificultava a aquisição de outros itens de consumo (CANCELA, 2006, p. 117-118). Belém passou por um processo de higienização semelhante ao que ocorreu na capital federal (Rio de Janeiro), confirmando o centro da cidade como o espaço das elites e a periferia como o local do "populacho". A professora Sidiana Ferreira de Macedo (2016) constrói uma História da alimentação em Belém nos fins do XIX e primeiras décadas do século XX, em que percebe várias questões relacionadas à cultura, ao espaço social das pessoas, conflitos e códigos de relacionamentos a partir dos "lugares de comer". Destacamos da leitura as formas de morar dos que

enriqueceram a partir do comércio do látex e dos que não tiveram a mesma sorte:

> Muitos barões da borracha viviam em prédios assobradados com gradis de ferro, varanda, diversos cômodos e acabamentos, em contraposição aos cortiços, vacarias e casas de porá e janela onde habitavam aqueles para quem a borracha não favoreceu a fortuna e o sonho de riqueza (MACÊDO, 2016, p. 110).

Antônio Lemos se preocupou também com a História da cidade, imbricando-a com a arte: em 1906, encomendou de Theodoro Braga[1] uma tela que revivesse a chegada dos portugueses nestas terras, além de patrocinar a viagem do artista à Europa para realizar pesquisas documentais que fundamentassem a obra (FIGUEIREDO, 2016, p. 16). *A Fundação de Belém* foi apresentada no Teatro da Paz, com muita pompa, em 17 de dezembro de 1908, no dia do aniversário de Lemos, que queria uma tela que combinasse com o momento de transformação pelo qual Belém passava, o qual adotava o modelo europeu de modernidade.

> Todos os documentos de época referem-se a um fortim construído em madeira, uma simples paliçada. A grande capital da borracha não poderia, no entanto, aos olhos do pintor e principalmente de seu mecenas – o intendente Antônio Lemos –, ter experimentado uma origem tão simplória. O presente reinventou o passado na paleta do pintor: fez-se então um forte de pedra, como sólida e eloquente deveria ser a certidão de batismo da cidade. Com efeito, era necessário marcar o ato histórico com a presença de um herói fundador (FIGUEIREDO, 2016, p. 18).

Maria de Nazaré Sarges (2010) defende a ideia de que a prosperidade trazida pelo comércio do látex contribuiu para o remodelamento do espaço da cidade, que pode ser percebido, dentre vários aspectos, a partir da criação de bancos e companhias de seguro, da instalação de linhas de bondes, na construção do Palacete Bolonha, do Palacete Pinho, do Teatro da Paz (SARGES, 2010, p. 114). A autora entende, ainda, que a dinamização do espaço urbano está intimamente ligada ao embelezamento visual de Belém, está conectado aos valores estéticos de seringalistas, comerciantes, fazendeiros, assim como está de acordo também com as necessidades de parte da população no que tange à segurança e à comodidade do habitar na urbe (SARGES, 2010, p. 152). A urbanização se deu na área central de Belém, atendendo a elite local e parte da classe média que surgia. Para a autora, o contexto permitiu a Lemos realizar seus feitos que transformaram a cidade na "Paris na América"

[1] Theodoro José da Silva Braga nasceu em Belém, em 1872, e faleceu em São Paulo, em 1953. Estudou pintura na França, no final do século XIX. Promoveu exposições de arte no Brasil. É uma figura de renome no meio artístico brasileiro, em especial, na pintura.

(SARGES, 2010, p. 158). Técnicos e engenheiros ingleses vieram a Belém para trabalhar na implantação dos serviços de saneamento que deixaram o entendimento de que o ambiente sujo era para o pobre, e o limpo para o rico. O Código de Posturas com as suas várias imposições de hábitos e regras contribuiu para o afrancesamento da cidade. Processo que evidenciou as faces do progresso: urbanização e miséria.

> A *Belle Époque* imprimia, desse modo, a redefinição do espaço urbano, a redistribuição dos locais destinados aos serviços sanitários e o emprego de mecanismos de controle dos hábitos da população, o que tornava bastante visível a distinção entre a área central da cidade, destinada aos ricos burgueses "desodorizados" e "higienizados", e as áreas "periféricas" destinadas à população trabalhadora pobre [...]. O mais importante a ser mostrado sobre a vida na metrópole da Amazônia no *fin-de-siècle* é sua realidade concreta, em que as contradições sociais inerentes ao sistema capitalista afloravam muito mais, visto que o desenvolvimento econômico do capitalismo trazia em seu bojo o paradoxo do progresso, da modernidade, na qual convivem a miséria, a prostituição e toda uma gama enorme de desgraças sociais com o fausto e o luxo de uma burguesia que consumia, fundamentalmente, o importado (SARGES, 2010, p. 157).

Enquanto Maria de Nazaré Sarges destaca as contradições entre a modernidade e a miséria, assumindo, portanto, que existiu o fausto, Edinea Mascarenhas Dias (2007) questiona o "fausto", identificando-o como sendo o que foi usufruído por uma ínfima parcela da população de Manaus, evidenciando que a grande maioria das pessoas, que viveu o período, experimentaram as ausências do poder público. De forma diferente da autora belenense, Edinea Dias não evidencia a Manaus dos coronéis da borracha. Em vez de falar sobre a energia elétrica, bondes, embelezamento, a autora foi em busca das contradições, no sentido de "desmistificar o discurso em torno do fausto", lidando com as condições de vida e de trabalho em Manaus nas primeiras décadas do XX. "Fausto" que ainda hoje é representado pelos símbolos que se mantém de pé, como o Teatro Amazonas, o prédio da Alfândega, Palácio da Justiça, Penitenciária, e outros (DIAS, 2007, p. 17). As transformações urbanas em Manaus, da virada do XIX para o século XX, segregaram os trabalhadores das benesses da modernidade, deixando-lhes as dificuldades nas condições de vida, moradia, trabalho, saneamento, transporte, abastecimento e saúde. Os serviços públicos tornaram-se privilégios de poucos (DIAS, 2007, p. 45). A miséria passou a conviver com a opulência, os problemas sociais foram maquiados para atrair investimentos estrangeiros:

> Para alguns observadores, o desenvolvimento e o progresso da cidade foram acompanhados de um quadro muito grande de miséria. Essas observações, muitas vezes, são publicadas nos jornais locais, que registram as marcantes contradições sociais existentes na cidade, que, nos discursos do grupo dominante, aparece como farta, pacífica, harmoniosa e sem os grandes males que afetam outras cidades. Fica evidente que a imagem da cidade oferecida ao mundo foi captada na exata proporção de suas finalidades, ou seja, informar ao mundo as grandes potencialidades da região, as oportunidades de investimentos e o desejo de mostrar a capacidade de acompanhar o mesmo ritmo de progresso e prosperidade de outros centros. Entretanto, para os observadores "*in loco*", o quadro geral da cidade real é chocante (DIAS, 2007, p. 118).

Assim como em Belém, a capital do Amazonas também criou suas estratégias para afastar os pobres e os sem ocupação do centro da cidade, que incomodavam o projeto de embelezamento. Por meio de uma política de separação e isolamento, o poder público estabeleceu um programa de obras que resultou em penitenciária, asilo de mendicidade, hospital e colônias agrícolas. As medidas do poder público "resolviam" os problemas com exclusão e exílio: segregação e distanciamento de doentes, loucos, mendigos. Ocorreu uma "purificação do espaço urbano" (DIAS, 2007, p. 121-122). Quanto à moradia, os pobres foram excluídos do centro, devido às imposições do código de posturas. Nas avenidas centrais de Manaus houve a obrigação de construção de sobrados, com a proibição de erguer casas com telhado de palha, sótãos, sob pena de multa de 200$000 réis, ou a demolição do imóvel. Com a proibição de construção de casebres, o projeto modernizador, que investe para excluir as casas populares do centro, faz aparecer cortiços na cidade. (DIAS, 2007, p. 123-124). Outro aspecto utilizado pela autora para enfatizar a ilusão do fausto é a falta de acesso da maioria dos trabalhadores aos serviços públicos criados:

> Ao contrário do que relata a historiografia ufanista do apogeu da borracha, houve em Manaus uma concentração muito grande de trabalhadores mal pagos, explorados nos mais diferentes tipos de serviços, que sofreram com o aumento do custo de vida, provocado pelos altos preços dos produtos importados e pela carência dos gêneros de primeira necessidade, o que contribuía para as péssimas condições de vida desses trabalhadores. A tudo isso, somam-se as exigências e controles desenvolvidos pelos regulamentos com relação ao exercício das diversas atividades e profissões, acrescentando mais dificuldades à sobrevivência daqueles que sonharam com melhores dias, como de muitos que vêem o dia-a-dia da cidade alterando-se de uma forma violenta. São os antigos trabalhadores que se juntam aos novos para protestar, rei-

> vindicar, das mais diferentes formas, contra as cobranças advindas do controle rigoroso sobre o uso do espaço físico, as novas medidas para o exercício do trabalho, a escassez dos produtos de primeira necessidade e as imposições de novos hábitos. Sem falar das manifestações contra o atraso de pagamentos e o horário de trabalho (DIAS, 2007, p. 142).

As dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores em seu cotidiano, contrastava com a ideia de fausto. O projeto do poder público manauara de afrancesar os hábitos, pelas imposições do código de posturas, sofreu reação dos trabalhadores, como aponta Edinea Dias. Franciane Gama de Lacerda e Maria de Nazaré Sarges (2009), especificamente no texto "De Herodes para Pilatos: violência e poder na Belém da virada do século XIX para o XX", relatam as denúncias de arbitrariedades cometidas por agentes da intendência, responsáveis pela execução da lei, a partir da pesquisa em periódicos da época, em especial a *Folha do Norte*, jornal de oposição a Antônio Lemos. Os funcionários públicos agiam com extrema violência em relação aos pobres, para colocar em prática o controle da população imposto pelo processo de modernização implantado pelo Intendente Municipal (LACERDA; SARGES, 2009, p. 166). Antônio Lemos foi o principal responsável pelo projeto "modernizador/civilizatório" que incluiu higienização, saneamento da cidade, mudança (imposta) dos costumes das pessoas, em favor da aquisição de normas europeias de convivência. Em 1900, reformulou o código de posturas, o qual passou a se denominar Código de Polícia do Município. Os ambulantes, vendedores, moradores pobres do centro da cidade, foram os que mais vivenciaram, sofreram, com esse código.

> Tudo era controlado, desde o ambulante até o indivíduo que chegasse à janela ou porta em traje considerado indecente ou em completa nudez, ou conservar-se em casa em tais condições de maneira que fosse visto pelo passante da rua, ou estacionasse em áreas não permitidas para mercadejar ou ainda colocar cadeiras na calçada, um hábito muito comum da população, sob a alegação de impedir o trânsito de pessoas. A esses infratores estava reservado o talonário de multa [...]. A proposta de embelezamento da cidade era uma das prioridades dos governantes que desejavam ver Belém no contexto da civilização e, portanto, no circuito dos viajantes e investidores estrangeiros, e nada mais pragmático do que enquadrar os habitantes do lugar nos moldes civilizatórios europeus (LACERDA; SARGES, 2009, p. 168).

O projeto civilizatório da intendência obrigou os moradores a abandonarem hábitos que estavam relacionados à sua sobrevivência, assim como queria esconder a existência de uma Belém rural, em cuja área havia de vacarias a pequenas plantações; inter-

feriu no carnaval e nas festas juninas, proibindo várias manifestações culturais, proibiu também o uso de palavrões, combateu o ócio e a vagabundagem, estipulou horário de funcionamento de bares e restaurantes (LACERDA; SARGES, 2009, p. 170-172). Os que não se adequavam ao modelo belenense expresso na vontade do poder público sofriam com multas, com a violência da polícia e dos agentes da administração.

Belém deixa de ser a "capital da borracha" com a crise do comércio do produto. A concorrência asiática e do látex sintético produzido em laboratórios norte-americanos e europeus provocam a diminuição das exportações de borracha da região amazônica e a queda dos preços, a partir de 1911:

> A queda da comercialização da borracha é explicada por vários fatores, como a grande rentabilidade da heveicultura do Oriente; a falta de uma classe política local que brigasse pelos interesses da região; o descaso do Poder Central e as vultosas remessas de lucro para o exterior. A crise se manifestou nas falências das casas aviadoras, na queda de produção dos seringais, no caos das finanças públicas. No plano social, ocorreu a pauperização da população e a deposição social de famílias instaladas com base no sistema de aviamento (SARGES, 2010, p. 133).

O desestímulo aos incentivos do processo migratório lusitano para Belém é um dos aspectos relativos à crise da borracha. O cônsul português, em Belém, enviou carta a Portugal, em 1912, relatando a situação de que aqui na capital paraense a principal atividade econômica era o comércio, e como se vivia a crise da venda do látex, não era prudente incentivar novas levas de imigrantes (CANCELA, 2016, p. 115).

Maíra Maia (2016) entrelaça as obras de Dalcídio Jurandir à História de Belém das primeiras décadas do século XX, do contexto do declínio do comércio gomífero. A interlocução com o escritor paraense é feita a partir das contradições, dos conflitos, dos embates, dos dissabores e das esperanças das suas personagens, que resistiam à exclusão imposta pela crise (MAIA, 2016, p. 230). Para a autora, quanto mais inventada a ficção, mais se aproxima da realidade. Jurandir escreveu romances a partir da memória histórica e de sua memória pessoal.

> Nessa crônica [*Ciclo do Extremo Norte*] da cidade de Belém as suas personagens são todas ficcionais, porém a miséria material e humana desfrutada por elas é o tom não só da experiência de vida do literato, mas da experiência de milhões de pessoas que não desfrutaram da belle époque de Belém do Pará na virada do século XIX para o século XX, mas que conheceram de perto a sua decadência, após a diminuição dos preços da borracha no mercado internacional com a concorrência asiática. Ao criar seus perso-

> nagens fictícios e de "universo derruído", Jurandir mostra a decadência e a resistência da região amazônica e da sua aristocracia do pé no chão, causada pela expansão do capitalismo, do progresso, da civilização, sobre nossa gente (MAIA, 2016, p. 241).

Em *Belém do Grão-Pará*, o núcleo principal do romance corresponde à família Alcântara, que sofre a crise do comércio do látex, por meio da perda do cargo público de Virgílio Alcântara após a queda de Antônio Lemos.

> Enquanto o mundo da burguesia estava em ruínas, em decadência, como simboliza o desabamento da casa dos Alcântaras na Estrada de Nazaré, restando o piano na rua, silencioso e abandonado, debaixo da mangueira, como um símbolo dos escombros da *belle époque* lemista; na outra Belém, a rebeldia dos roceiros do Guamá "desagregava as coisas" e enchia de esperança as personagens nos "agoras" de 1922. A caminhada da cidade de Belém nadava contra a corrente do progresso burguês, logo, a solução para a crise que sofria o Pará há nove anos seria a "rebelião dos roceiros", que criativamente unia os pontos separados no tempo histórico da Belém do Grão-Pará: do auge da borracha no mercado internacional em 1880, À decadência do fausto nos anos de 1922 e à Cabanagem de meados do século XIX, porém abrindo a possibilidade de algo completamente novo em meados do século XX (MAIA, 2016, p. 246-247).

No texto em que a professora Maria de Nazaré Sarges (2016) dialoga sobre a vinda do maestro Carlos Gomes, para se apresentar no Teatro da Paz, em 1882, discute também o contexto das mudanças vividas por Belém em torno do comércio do látex, destacando as contradições e reafirmando a existência de um período belo, mesmo que para poucos:

> É neste contexto de inserção da Amazônia na escala econômica mundial que tentei construir uma possível leitura de uma cidade com as suas experiências e múltiplas realidades de um mundo amazônico, marcada pela passagem de uma estrela que deixou na memória coletiva do belenense "O brilho da Supernova", segundo Geraldo Coelho, e também pela fixação de uma glamourosa "Bela Época", eternizada na saudade de um tempo em que a borracha era o "ouro negro" das matas amazônicas. Por outro lado, a realidade das camadas pobres da cidade não pôde ser camuflada mesmo que escondida sob uma nuvem do espocar de foguetes (SARGES, 2016, p. 264).

A forte presença do debate e a evidência dada à crise da borracha em muitos autores que discutem o período contribuem para a ideia de que o declínio da venda do látex representou a de-

cadência da cidade. É importante destacar que a crise da economia gomífera não representou a paralisação de Belém. Rosana de Fátima Padilha de Sousa em *Reduto São José: história e memória de um bairro operário (1920-1940)*, destaca que muito se fala da crise da borracha como o fim de um "período áureo" que Belém teria vivido, questionando essa compreensão. Apresenta sua pesquisa sobre o bairro do Reduto, que se transformou em industrial no pós-declínio das vendas do látex, mostrando que alternativas surgiram e foram possíveis, para além da evidência da borracha (SOUSA, 2009). Além disso, constrói um debate que coloca em foco, não as políticas públicas de Antônio Lemos voltadas para um segmento específico da sociedade, mas a relação das pessoas comuns do bairro em questão com as medidas tomadas pela intendência municipal.

Fábio Fonseca de Castro (2010), ao construir sua dissertação de mestrado que tratou da a melancolia envolta ao declínio da Era da Borracha, no campo da sociologia da cultura, argumentou sobre o espectro de modernidade que a capital do Pará viveu, destacando sua condição de periferia do Capitalismo. A região está imersa a esse sistema de produção, mas não usufrui necessariamente de suas benesses, a não ser uma ilusão de progresso momentâneo. Nesse sentido, estabelece um questionamento à Maria de Nazaré Sarges, referindo-se à palestra *Cidade em pedaços* que a historiadora proferiu em 29 de agosto 1993, apresentando sua dissertação de mestrado sobre a urbanização de Belém na intendência de Antônio Lemos, já citada neste texto:

> [...] ainda que a pesquisa da professora tenha sido bem estruturada, e construída em base crítica sobre a sociedade Amazônica da "belle-époque", foi inevitável que, durante seu discurso, nos limites de sua fala, a professora se detivesse longamente em descrições de detalhes pitorescos da "urbanidade" à qual se referia. E isso foi feito, certamente, com aquiescência e delícia da plateia. Todos reunidos numa sessão de devaneio coletivo, deixando-se levar pelos deliciosos mitos de quem vive Belém, deixando-se embalar na sutileza e na delicadeza de uma alienação que não é política, [...], mas que tem por base semiótica uma desestrutura de referenciais simbólicos (CASTRO, 2010, p. 62).

O trabalho de Fábio de Castro tece duras críticas às visões oníricas que constroem a imagem de uma Belém de ilusões. De acordo com isso, considerando que os alunos entenderam como Patrimônio Cultural de Mosqueiro os bens materiais erguidos no contexto da economia da borracha, realizamos um trabalho de Educação Patrimonial que não discutiu apenas a beleza arquitetônica dos chalés, por exemplo, mas que buscou também a relação dos educandos para com esse patrimônio edificado.

Apontando para o tópico seguinte, um dos exemplos da relação entre a História de Mosqueiro e a economia da borracha é

a implantação da Fábrica Bitar, em 1924, já no período da crise do comércio do látex, na Ponta da Pedreira[2] – local estratégico do ponto vista geomorfológico, pois o porto lá instalado fica numa área que permite a atracação de grandes embarcações. Devido à profundidade do lugar em que foi instalada, por vezes os trabalhadores sentiam o prédio balançar. A explicação lendária criada para o movimento da fábrica é que no fundo do rio há uma cobra grande e, quando ela se mexe, movimenta as estruturas das instalações. O terreno da fábrica é extenso, vai da Praia do Areão até o bairro do Maracajá. Os proprietários decidiram plantar seringueiras para extrair o látex de sua própria plantação. A fábrica foi a primeira do Brasil a beneficiar borracha, antes mesmo da *Goodyear*, de São Paulo, de 1936. Trabalhava também com a extração e refinamento de óleos vegetais de sementes de andiroba, muru-muru, pracaxi, ucuuba, patauá, algodão, pracaxi. Inclusive, em 1932, o óleo de mesa Princeza produzido pela Fábrica Bitar foi premiado na Exposição Farroupilha, no Rio Grande do Sul (MEIRA FILHO, 1978, p. 91-92).

FIGURA 4: Fábrica Bitar, em foto contemporânea.

Fonte: http://agenciapara.com.br/Noticia/137642/mosqueiro-e-cotijuba-roteiros-turisticos-que-unem-beleza-e-historia. Acesso em: 09 dez. 2018.

MOSQUEIRO NA VIRADA DO SÉCULO XIX PARA O XX

Buscamos relacionar o legado cultural existente em Mosqueiro com a História do distrito, com objetivos conectados ao propósito de contribuir com a escrita da História do lugar, no sentido de legar uma fonte de pesquisa bibliográfica e de prática de ensino para professores e alunos, assim como interligar a produção com a historiografia regional (MARTINS FILHO, 2005, p. 77), que tem investido bastante na História Social da Amazônia. Amilcar Martins pondera que "[...] não existe história local isolada. É muito importante a contextualização da análise, através do conhecimento de dados e fontes comparativas, mesmo quando não se esteja fazendo história comparativa" (MARTINS FILHO, 2005, p. 98). O autor insiste que para se fazer a História de um lugar, primeiramente, é necessário haver fontes históricas primárias, para que seja possível o desenvolvimento do trabalho (MARTINS FILHO, 2005, p. 79). Nossas principais fontes, a partir das quais construímos nossa narrativa, corresponde ao Patrimônio Cultural material da Ilha, em especial aos bens materiais citados pelos alunos, sendo estudados a partir da ótica de como se relacionam com a vida das pessoas, com "[...] a ideia de que é sobretudo a história local que consegue, de fato, estudar a vida cotidiana das pessoas comuns" (MARTINS FILHO, 2005, p. 85).

Interessante destacar como a cidade amalgama referências identitárias de seus moradores. Ecléa Bosi fala sobre a voracidade do mercado imobiliário em São Paulo, que modificou quarteirões inteiros, desfez casas, cemitérios, em favor da construção de prédios, processo que interferiu incisivamente na perda dos referenciais de identidade do paulistano, que se tornou um "migrante urbano". Nas palavras da autora: "A cidade, como a história de vida, é sempre a possibilidade desses trajetos que são nossos percursos, destino, trajetória da alma" (BOSI, 2003, p. 148).

A especulação imobiliária está muito presente em Mosqueiro: herdeiros de muitos chalés passíveis de patrimonialização deixam o tempo deteriorar a construção para vender o terreno a um excelente preço – uma vez que se localizam na Avenida Beira-Mar, na orla da Ilha, banhada pelo Rio Pará (braço do Rio Amazonas), que sofre influência direta do oceano, por isso a formação de ondas nas praias do rio – local bem valorizado pelo mercado de imóveis. Esse fator contribui para a perda de parte da memória local, que poderia ser transformada em História.

Mosqueiro é um distrito administrativo de Belém. Porém, fica distante do centro da capital paraense, via terrestre, aproximadamente 75 km. Essa distância do centro faz o lugar ter características de uma cidade do interior. José D'assunção Barros nos mostra uma definição interessante de cidade, relacionando-a à História.

> [...] convém chamar a atenção para o fato de que as formas urbanas são produtos da história. Desta forma, sob o nome de "cidade" escondem-se muitas vezes realidades histórico-sociais diferenciadas. Em um segundo momento, portanto, o estudioso do fenômeno urbano não deve se furtar à necessidade de analisar a cidade em períodos específicos, sem contar com as diferenças sincrônicas dentro de um mesmo período que distinguirão um modelo ocidental de urbanização de modelos diversos produzidos por sistemas civilizacionais distintos (BARROS, 2012, p. 52).

Consta em nosso texto didático[3] de Educação Patrimonial uma parte da História de Mosqueiro, do período entre o final do século XIX e início do XX, momento no qual a Vila ganha ares de cidade e passa por um determinado processo de urbanização. Assim como trabalhamos com a história do tempo presente da vida dos alunos e da sua percepção da realidade mosqueirense a partir dos bens patrimoniais, com base nos trabalhos entregues.

Entre o final do século XIX e a atualidade, é interessante mencionar alguns momentos da História da Ilha, principalmente em relação à continuação do seu processo de urbanização. Por exemplo: o tempo em que as viagens marítimas de Belém a Mosqueiro passaram a ser feitas em navios de luxo, como o Presidente Vargas, a partir de 1955; o contexto de construção da Rodovia Augusto Meira Filho (inaugurada em 1965) que ligou, via terrestre Belém a Mosqueiro, seguida da construção da Ponte Sebastião Rabelo de Oliveira (a "Belém-Mosqueiro"), inaugurada em 1976.

Conforme José Fagundes: "É cada vez mais frequente entre professores e os estabelecimentos de ensino a preocupação com o que chamamos de história local" (FAGUNDES, 2006, p. 86), o que se insere num contexto de disputas políticas, econômicas, ideológicas e culturais, em torno da mundialização da economia, da globalização que, de um lado, incentiva a homogeneização para se estabelecer um mercado mundial consumidor de produtos semelhantes; de outro, utiliza estratégias para absorver os elementos das culturas locais singulares e transformá-los em produtos vendáveis. Em meio a essa realidade, há também as minorias étnicas, as comunidades locais que lutam para afirmar a sua existência e seu direito de legar sua cultura às novas gerações. Acompanhamos a definição do autor, no que diz respeito à produção de uma história do lugar:

> Entendemos a história local como um novo método de abordagem histórica que consiste em mostrar as singularidades do lugar, bem como os pontos de conexão com a realidade de outros lugares. Essa forma de conceber e fazer a história permite, no ambiente escolar, uma relação

[3] O material didático de Educação Patrimonial em Mosqueiro está no apêndice do livro.

> contínua entre os sujeitos e o objeto de estudo, uma vez que esses sujeitos – o aluno e o professor – fazem parte da comunidade e das múltiplas relações aí contraídas, o que facilita na identificação das características do processo histórico local e possibilita a percepção da heterogeneidade cultural aí existente (FAGUNDES, 2005, p. 93).

Nesse sentido, o trabalho com o que os alunos entendem por Patrimônio, somado ao nosso recorte temático e temporal, dialogam com a relação que Mosqueiro experimenta com a capital: chegada de visitantes, construção de uma determinada estrutura urbana, construção da lógica de Mosqueiro como lugar de se passar o final de semana e os momentos de lazer dos belenenses.

O arquipélago de Mosqueiro aparece em mapas feitos pelos europeus no século XVI como a "Província dos Tupinambás" (MEIRA FILHO, 1978, p. 78). Essa região, habitada pelos indígenas, foi alvo da ação de missões jesuíticas que aqui instalaram a "Missão Myribira" (BRANDÃO, 2006, p. 9), na lógica do processo de colonização portuguesa das terras brasileiras. Depois da expulsão dos Jesuítas do Pará, por volta de 1759, já no século XVIII, ocorreram doações de léguas de sesmarias no território ilhéu. Nessas terras foram construídos sítios agrícolas, como o Sítio Conceição e o Sítio Santana, contando inclusive com mão-de-obra negra escrava (BRANDÃO, 2006, p. 9-10). No início do século XIX, a Ilha foi palco de lutas da Cabanagem quando os cabanos, já em retirada de Belém, refugiaram-se e se defenderam em pontos artilhados na Vila e no Chapéu Virado (BRANDÃO, 2006, p. 10).

Luiz Fernando Cerri, em artigo que discute a didática da História, defende que as pessoas possuem compreensão temporal, independentemente da escola. Há uma limitação em algumas pessoas: entendem um passado a partir do vivido, da sua memória, dificultando deslocamentos temporais maiores. O ensino de História pode contribuir no sentido de superar essa limitação. É no espaço escolar que se ensina aos alunos que o passado não é permanente, é construído e reconstruído no presente (CERRI, 2010, p. 269).

Uma das obras mais utilizadas por quem se propõe a estudar o passado da Ilha de Mosqueiro é o livro *Mosqueiro: Ilhas e Vilas* de Augusto Meira Filho (1978), autor que recebeu o título de Historiador da Cidade, em 08/09/1976 (SILVA, 2016, p. 272-273), após o falecimento de Ernesto Cruz, o primeiro a receber o título mencionado, que havia sido criado em 19/09/1957. Meira Filho foi vereador de Belém e Presidente da Câmara Municipal no início da década de 1970, pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA).

> Augusto Ebremar de Bastos Meira, depois acrescentou o "Filho" para homenagear o pai, é considerado um dos mais eminentes intelectuais de sua geração, desempenhou inúmeras funções, dentre as quais se pode citar as de desenhista, escriturário da antiga Câmara dos Depu-

> tados, engenheiro em vários órgãos estaduais e municipais, interventor da *Pará Eletric Railway Company Ltda.*, presidente da Sociedade Artística Internacional (SAI), do conselho diretor e superintendente da Comissão Belém-Aveiro, agente consular da França no Pará e Amapá, jornalista do Diário e Emissoras Associados (Belém), membro da comissão de Restauração do Palácio Lauro Sodré, do Conselho Estadual de Cultura e do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, além de inúmeras condecorações (SILVA, 2016, p. 274).

Carlos Rocque passou a ser o Historiador da Cidade, quando Meira Filho faleceu aos 65 anos, em 8 de julho de 1980. Após a morte, recebeu homenagens: a Câmara Municipal de Belém, a rodovia "Belém/Mosqueiro"[4], uma escola no Bairro do Bengui, receberam o nome "Augusto Meira Filho" (MELLO E SILVA, 2016, p. 276-277). Maurila Mello e Silva (2016) reconhece a importância dos três pesquisadores, "historiadores da cidade", Ernesto Cruz, Meira Filho e Carlos Rocque. Os três historiadores citados trabalharam bastante no resgate de documentos históricos, em especial Ernesto Cruz e Meira Filho, que viajaram para Portugal e pesquisaram diretamente na Torre do Tombo, sendo responsáveis por trazer de lá cópias de documentos referentes a nossa terra:

> *Foram eles que inauguraram localmente a criação de uma história mais fundamentada em uso documental. Mapearam datas, fatos e movimentos sociais e políticos fundamentais, demostrando (mesmo que preliminarmente) quais acervos documentais seriam mais apropriados para a sua escrita. Também fizeram uma história altamente centralizada em Belém, vista quase sempre como epicentro social, econômico e político. Contudo, não deixaram de falar do papel (mesmo que periférico e secundário) dos governantes e povos do interior do Pará e da Amazônia. Embora escritas em tempos diferentes as obras desses historiadores refletem uma maneira de compreender o passado. É preciso compreendê-las no seu tempo e não esquecer que a escrita da história exige a compreensão de sua constante mudança (SILVA, 2016, p. 283).*

Acompanhando o reconhecimento da importância de Meira Filho, a sua "[...] Contribuição à História da Ilha de Mosqueiro" (MEIRA FILHO, 1978, p. 25) é uma obra essencial a quem investiga a Bucólica. Apresenta a visão de um belenense que escreveu sobre um dos mais importantes distritos da capital. O autor citou as datas em que Mosqueiro passou a ser Freguesia e depois Vila, mas demarcou de forma nítida o momento em que a Ilha passou a integrar o território de Belém pela "[...] Lei nº 753 de 26 de fevereiro

[4] A Rodovia "Belém/Mosqueiro" corresponde à PA-391, que, atualmente, liga o município de Santa Bárbara à Mosqueiro.

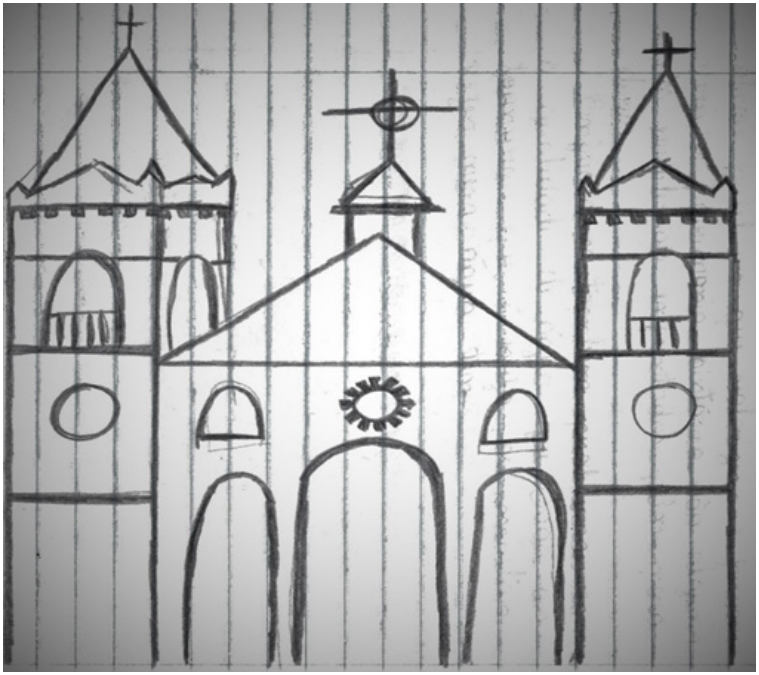
de 1901, baixada pelo governador Augusto Montenegro" (MEIRA FILHO, 1978, p. 38), investindo na relação entre o território ilhéu e o centro de Belém. Retomando a ideia de Luiz Fernando Cerri, sobre o ensino de História que se refaz no presente, até a metade do século XIX, em termos administrativos, o território de Mosqueiro fazia parte da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Benfica. A lei provincial nº 321 de 25 de setembro de 1858 transferiu a sede da Freguesia para a Ponta do Mosqueiro, e ordenou a construção da Igreja Matriz dizendo que "[...] poderá depender a soma que for necessária", no 2º artigo da referida lei, a qual podemos encontrar na secção "Parte Oficial – Governo da Província", na página, da edição 119 da *Gazeta Official*, do dia 01/10/1858. O dado não consta na obra de Meira Filho, ou porque este não teve acesso ao documento, que hoje está disponível na internet por meio da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, ou porque, de acordo com a interpretação de sua obra, que enaltece Belém[5], a informação de que Mosqueiro vivia um processo de início da construção de autonomia administrativa, em relação à Benfica, não seria interessante.

A transferência da sede desagradou os moradores e o padre de Benfica, como se percebe nas notícias veiculadas pelo jornal *A Epocha: Folha Política, Comercial e Noticiosa*: na edição 164 do dia 06/06/1859, na página 1, na secção "A Epocha", o padre Castilho pede a anulação do decreto 321. Petição negada, conforme se verifica na edição 282, do mesmo jornal, do dia 16/12/1859, página 1, na secção "Parte Oficial – Expediente". Além de negar a petição, o governo provincial obedeceu à Lei 321, empenhando 2:000$000 para a construção da Igreja, como podemos ver na notícia de 13/03/1861, na página 2 da secção "Parte Oficial", da edição 11 do *Treze de Maio*. A Igreja Matriz em Mosqueiro foi concluída e, no mesmo ano, Mosqueiro deixou de fazer parte de Benfica e passou a ser uma Freguesia, pela lei 563 de 10 de outubro de 1868, sob a invocação de Nossa Senhora do Ó[6], que passou a ser a padroeira da Ilha.

[5] Principais obras de Augusto Meira Filho: *Evolução histórica de Belém do Grão-Pará: fundação e história* (1976), *O bi-secular Palácio de Landi* (1971), *Landi: esse desconhecido: o naturalista* (1976), *Contribuição à história dos púlpitos de Santo Alexandre* (1971) e *Contribuição à história de Belém* (1974).

[6] O Estado Imperial (1822-1889) brasileiro não era laico, logo a presença da Igreja Católica nas localidades era nítida, inclusive em termos de administração pública. Uma Freguesia era uma divisão de uma diocese da Igreja Católica, que se constituía com a construção de uma paróquia, que se responsabilizava em registrar nascimentos, batismos, casamentos, óbitos. Portanto, uma Freguesia (parte integrante de uma Vila) era uma instituição religiosa e civil, que cumpria algumas funções que hoje, pertencem ao Estado (laico). Disponível em: https://jus.com.br/duvidas/343893/poder-local-no-brasil-e-em-portugal. Acesso: 11 nov. 2018.

FIGURA 5: Desenho da aluna Talita (301 – 2017), representando



Fonte: Relatório entregue pela Talita da turma 301 de 2017.

A condição de Vila vem com a Lei 324 de 6 de julho de 1895 (MEIRA FILHO, 1978, p. 37). Inclusive a Agência Distrital, braço da prefeitura de Belém na Bucólica, e os moradores em geral, consideram o 06/07 como a data para se comemorar o aniversário de Mosqueiro. Em termos administrativos, uma Vila se assemelhava ao que hoje entendemos como Município. Compreendemos, então, que o caminho que apontava para uma liberdade política e territorial de Mosqueiro não foi percorrido, não se concretizou: a Ilha foi incorporada pelo município de Belém, em 1901, como dito anteriormente. Um ano após a confirmação de Mosqueiro como Freguesia, o território estava constituído assim:

> Esta freguesia ultimamente creada pela lei provincial n. 563 de 10 de outubro de 1868, acha-se situada na ilha do Mosqueiro, sobre a costa e ponta do sal da mesma ilha na Bahia de Santo Antonio. Elle tem por limites ao sul o furo do Pinheiro em direção ao Igarapé Fundão, ao leste e norte o rio Taturá na Bahia do Sol e ao oeste as ilhas Cutijuba, Jutuba, Paquetá, Tatuoca, e as adjacentes. O porto é abrigado e oferece excelente ancoradouro a toda

> a sorte de embarcações que sobe, desce, ou ali fundea a esperar marés. Sua distância da capital é 15 milhas. Os navios de alto bordo que no porto da capital lutavam com dificuldades em obter lastro acham-no ahi com facilidade nos bancos de areia; assim também, obtém lenha, boa água potável e frutas próprias para a viagem a diminuto preço (ALMANAK administrativo, mercantil e industrial, 1869).

FIGURA 6: Imagem de satélite indicando

Fonte: https://www.google.com/maps/place/Mosqueiro/@-1.0814365,48.624329,100453m/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0x92a41562953e8e79:0xa2e1c03ed6539d68!8m2!3d-1.151528!4d-48.37886. Acesso em: 12 nov. 2018.

A localização acima mostra a Baía do Marajó que corresponde ao final do Rio Amazonas, onde encontra as águas do Oceano Atlântico. Aliás, esse estuário recebe a influência das águas do Atlântico com uma intensidade maior durante os meses de setembro a dezembro, quando as praias de água doce experimentam a salinidade que vem do oceano (http://mosqueiroambiental.blogspot.com/2013/09/mosqueiro-salinizacao-das-aguas.html. Acesso em: 12 nov. 2018). Acrescentamos uma seta indicando a localização da Baía do Sol na imagem de satélite, para demarcar o ponto

que corresponde ao norte da Ilha de Mosqueiro, onde a expedição de Francisco Caldeira Castelo Branco, quando do contexto da fundação de Belém, teria aportado não fossem "os mares inquietos" do local (BRANDÃO, 2006, p. 9).

O porto ao qual se refere a notícia supracitada do almanaque de 1869 corresponde ao Trapiche da Vila, bairro de onde partiu a urbanização de Mosqueiro no século XIX. Antes mesmo da promulgação da lei 563, de 10/10/1868, já havia a preocupação do poder público em criar as condições necessárias para a efetivação da Freguesia: a edição 22 do Diário de Belém, de 30/08/1868, na página 1, na secção "Pará – Assembleia Legislativa Provincial", traz a ordem provincial de desapropriar a casa de um senhor chamado Braz Antônio Duarte, para desobstruir o Largo da Matriz (Praça Matriz), assim como autoriza a abertura de uma via pública, a construção de um poço para conseguir água potável e de uma rampa ou ponte para atracação de vapores, a qual hoje chamamos de Trapiche da Vila. Na edição 48 do *Santo Ofício*, de 01/12/1873, na página 1, na secção "Expediente", encontra-se a notícia de que o governo da província recebera ofício informando que o empreiteiro da obra da construção da ponte de Mosqueiro (Trapiche) havia concluído a obra e recebera quase toda a quantia do Estado referente aos serviços prestados. Os documentos citados lançam luz sobre o que se consagrou a partir da obra de Meira Filho:

> O governo estadual, apreciando o novo meio de transporte proporcionado pelos navios da *Porto of Pará* em linha normal para o "Pinheiro" e Mosqueiro e a Companhia do Porto edificando um "Galpão Mosqueiro Soure", tratou de construir uma ponte metálica (trapiche) para atender ao transporte Belém Mosqueiro, obra, essa, inaugurada a 6 de setembro de 1908 e destinada à atracação dos vapores cujo serviço era feito diariamente (MEIRA FILHO, 1978, p. 46).

Entende-se então que a inauguração do trapiche data de 1908. Entretanto, é importante frisar que o próprio Augusto Meira Filho refere-se à estrutura de ferro construída, e que a "Ponte" data da virada da década de 1860 para 1870, como inferimos a partir das fontes.

FIGURA 7: Trapiche no início do século XX.

Fonte: MEIRA FILHO, Augusto. Mosqueiro: ilhas e vilas. Belém: Grafisa, 1978, p. 541.

FIGURA 8: Postal mostrando o trapiche no início do século XX.

Fonte: Belém da saudade: A memória da Belém do início do século em cartões-postais. 2 ed. Belém: Secult, 1998, p. 257.

FIGURA 9: Foto atual do trapiche.

Fonte: http://trapichedemosqueiro.blogspot.com/
Acesso em: 15 nov. 2018.

A primeira figura cria uma noção de como era Mosqueiro nos primeiros anos de 1900. A partir do postal podemos perceber a quantidade grande de pessoas que vinham para a Bucólica. Enquanto a foto atual nos ajuda a compreender a pouca importância do Patrimônio Cultural para o poder público: nenhum dos traços do antigo trapiche foram preservados no projeto de reconstrução, que se arrasta desde 2014 e ainda não foi concluído.

Geraldo Magella de Menezes Neto (2015), em texto que relaciona ensino de História, fotografia e a História de Mosqueiro, a partir da leitura de Meira Filho (1978) e Willame Ribeiro (2007), destaca a importância da "Ponte" para o recebimento de vapores que vinham e iam de Mosqueiro, trazendo e levando visitantes, no contexto da virada do século XIX para o XX:

> [...] explicar aos alunos o momento em que Mosqueiro torna-se ponto turístico entre o final do século XIX e início do século XX com a chegada a Belém de técnicos alemães, franceses, ingleses e americanos trazendo o hábito de procurar nos momentos de lazer, lugares belos e agradáveis próximos à cidade com vistas ao repouso semanal. (...) reforça mais uma vez a propaganda de que Mosqueiro era uma localidade pronta para receber turistas, inclusive os estrangeiros, com estrutura condizente para os visitantes desfrutarem o seu lazer (MENEZES NETO, 2015, p. 98).

No contexto em questão, a chegada e saída da Ilha ocorria somente via embarcações. Na visão dos professores Francisco Almeida e Maria Mendes (2013):

> No início do século XX, o transporte até a ilha de Mosqueiro era feita somente por canoas, lanchas de propriedade particular ou do Estado, reconhecida como área de lazer, surgiram os navios de grande porte e com fluxo maior de pessoas, entre estes, destacamos os navios a vapor Almirante Alexandrino, Chatinhas, os mais modernos Gaivota, Lobo D'almada, Augusto Montenegro, Leopoldo Peres e o luxuoso Presidente Vargas, de fabricação holandesa, esses eram da chamada frota branca da ENASA." (PEREIRA; MENDES, 2013, p. 33).

Para Claudionor Wanzeller (2017), outro professor que se dedica em estudar a História de Mosqueiro:

> De suma importância, quando a Ilha era ligada a Belém exclusivamente por via fluvial, o Trapiche da Vila do Mosqueiro, data do século XIX, antes mesmo de o "Gaivota", primeiro barco a vapor da linha regular, fazer o transporte de passageiros. Sabe-se, por exemplo, que, em 1891, acontecia uma demorada reforma do velho trapiche, conforme notícia publicada em edição do jornal da época "o Democrata". Aliás, quando europeus e americanos, no final daquele século descobriram a Ilha como balneário aprazível, recanto e encanto para o repouso de fim de semana, as viagens eram feitas em pequenos barcos (WANZELLER, 2017, p. 51).

As notícias veiculadas nos jornais da segunda metade do século XIX nos ajudam a esclarecer alguns pontos acerca do transporte público para a Ilha e denotam um grande interesse de pessoas em vir para o local. Até a década de 1870, as viagens públicas eram esporádicas e anunciadas nos jornais, como vemos na página 2 da secção "anúncios" de *O Liberal do Pará* do dia 12/06/1873: anuncia uma viagem a ser realizada no dia 15/06/1873 pelo vapor Beija Flor, com capacidade para 20 pessoas. Ou, como percebemos na secção "Comércio – Avisos Marítimos", do mesmo jornal, do dia 03/07/1875 o anúncio de viagem do vapor Carnapijó para a mesma data, às 6 horas da tarde.

Segundo Meira Filho, "[...] ao que se sabe, o 1º barco a vapor que fez a linha de Belém à Ilha de Mosqueiro, foi o 'Gaivota' da Companhia do Amazonas, também proprietária do 'Tucunaré' que nesse tempo fazia a ligação Belém-Pinheiro" (MEIRA FILHO, 1978, p. 361). Entretanto, por meio da informação veiculada pelo periódico *O Liberal do Pará*, compreendemos que o vapor Belém foi o primeiro a fazer linha regular para Mosqueiro, a partir da "experiência oficial da viagem", realizada no domingo anterior à data de veiculação da notícia, 27/07/1880, na página 1 da secção "Parte Oficial".

Regularmente, as viagens para a Freguesia passaram a ocorrer a partir da década de 1880, às terças e sábados, como identificamos a partir da informação verificada na página 3 da secção "Editaes", de *O Liberal do Pará* do dia 03/08/1880.

O vapor Belém foi substituído provisoriamente pelo Ariramba, como atesta a notícia de 06/05/1882, da secção "Parte Oficial", na página 1 da edição 100 de *O Liberal do Pará*. Então, até o decênio de 1880, pelo menos 4 vapores já haviam realizado viagens a Mosqueiro, concessionadas pelo poder público: Beija Flor, Carnapijó, Belém, Ariramba. O tempo de viagem dos vapores girava em torno de 4 horas, segundo consta na página 1 da edição 21 de *O Liberal do Pará,* na secção "Crônica Política". O tempo de deslocamento cairia para menos de duas horas se o trajeto fosse feito por lancha. A lancha Tucunaré que fazia a linha para o Pinheiro (Icoaraci) cumpriria bem esse tempo, conforme noticiado em *O Liberal do Pará*, na secção "Noticiário", na página 2 da edição 19, de 23/01/1889.

O crescimento da procura por Mosqueiro é acompanhado pela cobrança de mais viagens à localidade. Quem se interessava pelo lugar passou a cobrar que as viagens fossem diárias. Exemplo dessa cobrança verificamos na secção "Parte Oficial" de *O Liberal do Pará*, na edição 44, de 22/02/1889, na página 1: noticia-se um abaixo-assinado de moradores da freguesia reivindicando viagens diariamente entre o local e a capital. Percebemos a mesma reivindicação na secção "O Interior", do *Diário de Belém*, na página 3 da edição 44, de 22/02/1889: trata-se de requerimento de comerciantes solicitando as viagens diárias. A navegação diária cobrada passou a ser realizada pela Companhia do Amazonas, com a subvenção do Governo da Província, por meio de lei de créditos de 1888, conforme noticiado na página 2 da secção "Atos Officiaes" do *Diário de Belém*, de 26/10/1889. A inauguração da navegação diária ocorre em 03/11/1889, conforme notícia do mesmo dia, veiculada na página 3 da edição 244, da secção "Assuntos do Dia" do *Diário de Belém*. *O Liberal do Pará* também noticia essa inauguração para 03/11/1889, veiculando a informação na página 2 da edição 247, de 01/11/1889, na secção "Noticiário".

Nosso debate associa as transformações ocorridas em Mosqueiro com as alterações vivenciadas por Belém por conta da economia da borracha. Elementos de modernidade, de urbanidade, que a capital experimentou no contexto da virada dos 1800 para 1900, dos quais Mosqueiro apenas sente o cheiro, tangencia. Alguns aspectos de urbanização a Ilha os recebeu, a partir da segunda metade do XIX, como apontamos até aqui com os exemplos do trapiche e da navegação a vapor. O interesse pela Bucólica está intrinsecamente relacionado ao contexto vivido pela Capital do Pará. Na visão de augusto Meira Filho,

> O Mosqueiro tornar-se-ia, durante um longo período, abrigo de raras personalidades estrangeiras que procura-

> vam, ali, respirar melhor e deleitar-se com as belezas do lugar. Poucos nacionais, paraenses, mesmo, deixariam Belém em busca das praias da Ilha.
>
> Somente mais tarde, influenciados pela preferência dos técnicos ingleses, franceses e alemães que, pelos hábitos europeus, escolhiam o Mosqueiro para seus "*weekend*", a nossa gente seguiria os seus passos, conquistando e descobrindo suas maravilhas (MEIRA FILHO, 1978, p. 44).

Podemos identificar uma característica interessante da Bela Época belenense: a busca por ambientes bucólicos, amenos, longe da agitação do grande centro – *fugere urbem*. Era comum, nessa época, a procura por balneários, praias, locais para passar o fim de semana. Os técnicos estrangeiros citados, que vieram a Belém trabalhar em companhias como *Para Eletric Railways, Port of Para, Amazon River* e outras, e belenenses, elegeram Mosqueiro como um dos Points para curtir o final de semana – o momento de lazer e descanso. Por exemplo, na edição da *Folha do Norte*, no dia 14/06/1897, encontramos reclamações sobre as condições ruins do Trapiche da Vila, em que se tinha a referência a um inglês que quase caiu da ponte.

No entanto, não apenas estrangeiros vinham para Mosqueiro. Também não eram apenas pessoas abastadas que se dirigiam ao lugar. Houve a influência sim de pessoas de outra nacionalidade na escolha ou no fortalecimento da noção de que a Ilha se transformou no destino de visitação de belenenses, ou de quem passou a viver ou visitava a capital. A nota a seguir divulgada pela *Folha do Norte* contribui para entendermos que pessoas de classes distintas frequentavam a Bucólica:

Severa de tal, não tendo em que se entreter no último domingo, resolveu ir dar um passeio ao Mosqueiro.
Ao menos almoçaria de graça e copiosamente com sua amiga Filomena Maria dos Santos que ali reside, passando assim o dia magnificamente. E se houvesse qualquer demora por parte do vapor, não faria questão também de jantar a tripa forra à custa da outra.
Foi. Encontro efusivo das duas. Beijos d'aqui, abraços d'acolá.

> A hora da boia, Severa não se fez rogada para liquidar tudo quanto esteve ao alcance das suas inocentes mãos: galinha de molho pardo, costelas de leitão assadas, pato no tucupi, tainhas moqueadas, etc.
> A'i hora Filomena, que havia bebido mais que a outra, propôs que fossem sestar.
> Severa acedeu. E logo que Filomena principiou a roncar, a infiel amiga foi a todos os baús, tirou quanta roupa eles continham e foi mui tranquilamente para bordo aguardar a saída do vapor.
> Quando a outra acordou era já noite fechada. Lançou os

> olhos em torno: todos os baús estavam abertos e vazios, e da amiga... nem sombra.
> Eis um meio original de pagar hospitalidade; deixar aqueles que a proporcionaram como antigamente ficavam, na frase popular, queixoso e querelado após as demandas: sem a última camisa (FOLHA DO NORTE. Edição 510. Secção: "Echos e Notícias". Data: 25/05/1897, p. 2).

O arquipélago de Mosqueiro fica a cerca de 27 km do centro de Belém (via fluvial), é repleto de belezas naturais e possui uma orla com 17 km de praias, Balneário apropriado aos propósitos de seus visitantes. No periódico "A Voz do Caixeiro – Órgão dos Empregados do Comércio" (A VOZ DO CAIXEIRO. Edição: 009. Secção: "Solicitados". Data: 06/04/1890, p. 4), inclusive, encontramos uma denúncia acerca de um "Padre Velhaco", o cônego Macedo Costa que requereu terras em Mosqueiro para construir um sobrado próximo à praia para ver as meninas tomando banho. No *Correio Paraense* há o destaque de que muitas pessoas vinham a Mosqueiro para aproveitar os banhos. A notícia vem acompanhada de reclamações acerca de pessoas que tomavam banho nuas nas praias:

> É hoje preferida essa povoação para se passar a estação calmosa, não só pela pureza do ar, constantemente renovado, por uma viração constante, como pelos deliciosos banhos que ali se oferece.
> É hoje imensamente concorrida por banhistas as suas praias.
> Cumpre que medidas administrativas sejam tomadas, no sentido de não se reproduzirem cenas desagradáveis e atentatórias dos bons costumes e da moral.
> Consta-nos que existe uma proibição para pessoa alguma despida tomar banho na ponte.
> Perfeitamente justo, pois é o ponto de reunião de quase todas as pessoas que ali se acham, onde vão, não só esperar os vapores, como a passeio.
> Mas entendemos que não deve àquele ponto essa proibição; porém a todo o perímetro da povoação (...)
> Homens e senhoras tomam banho na praia, estas em geral tomam vestidas, mas não sucede o mesmo com os homens.
> Se elas procuravam evitar que sejam vistas despidas, não podem deixar de serem surpreendidas com a vista de pessoas, que muitas vezes, propositalmente, procuram expor-se às suas vistas em completo estado de nudez.
> Se é certo que tal sucede enquanto não entram n'água, uma vez, que entram, são todos vistos pelos que estão se banhando.
> O único meio de remediar esse estado de coisas é uma expressa proibição de se tomar banhos despido, exceção feita para as crianças de oito anos abaixo.
> Cumpre que, não só o sr. Dr. Intendente Municipal, como as autoridades policiais lancem suas vistas para este as-

> sunto, pois com isto prestarão um relevante serviço. Nada de considerações em assunto tão melindroso; muitas tem sido as senhoras que, ofendidas em seu pudor, privam-se do gozo do banho, para evitarem presenciar os quadros vivos que mal intencionados e libertinos dão a espetáculo. Pedimos providências e que estas sejam enérgicas e executadas (CORREIO PARAENSE. Edição 130. Secção: "Correio Paraense". Data: 05/10/1892, p. 2).

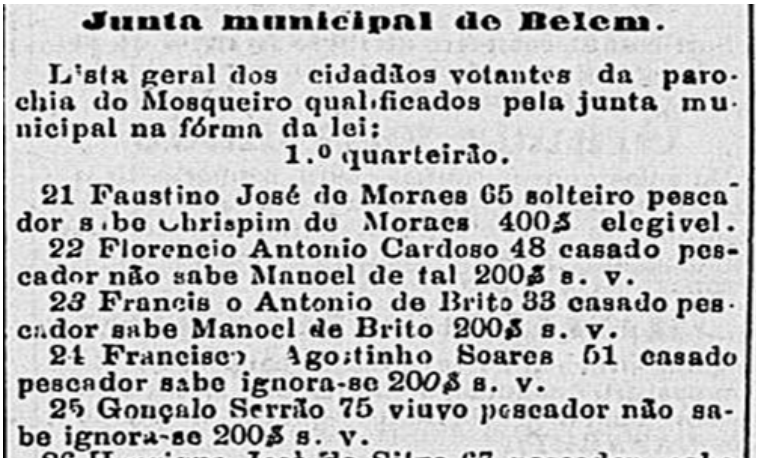
A notícia mostra a proibição de se banhar sem roupas na Praia da Ponte (Trapiche), a partir da preocupação com a moral. Inclusive um juiz, Napoleão S. de Oliveira, chegou a ouvir voz de prisão por ter tomado banho nu (CORREIO PARAENSE, Edição: 131. Secção: "A pedidos". Data 06/10/1892, p. 3). Porém, o que abstraímos é o fato de que a Ilha se transformou num ambiente de lazer, de descanso, de banho de praia.

O crescimento demográfico da Ilha e a instalação de determinados equipamentos urbanos também estão intrinsecamente ligados à história da *Belle Époque* paraense.

> É muito importante esse relato de Manoel Baena. Seu texto nos oferece uma perspectiva urbana e social de Mosqueiro, efetivamente, rara e indispensável ao exame cuidadoso do progresso da ilha no final do século XIX. Veja-se que seu estudo remonta o ano de 1885, e no fim desse século, praticamente, Mosqueiro só possuía 40 casas de telha, uma praça, duas ruas, uma igreja pequena, um cemitério, três casas de negócios, duas escolas, duas padarias, uma foguetearia e 500 habitantes, um engenho de cana e quatro olarias (MEIRA FILHO, 1978, p. 43).

Apesar de os números encontrados nos periódicos não condizerem exatamente com a quantidade de 500 pessoas vivendo no lugar, em 1885, conseguimos identificar um crescimento populacional: em 1872, segundo *O Liberal do Pará,* havia 2230 habitantes (O LIBERAL DO PARÁ. Edição: 270. Secção: "Factos Diversos". Data: 29/11/1872, p. 1). Em 1896, o boletim demográfico divulgado pelo jornal *Folha do Norte* (15/05/1897) registrava uma população de 4.540 pessoas (FOLHA DO NORTE. Edição: 500. Secção: "Boletim Parlamentar". Data: 15/05/1896, p. 2). A partir da lista dos votantes de 1882, com nome, estado civil, nome do pai, profissão e renda anual, podemos pensar em quem eram os mosqueirenses. Lembrando que, 1880, data do documento, o voto ainda era censitário e apenas os homens tinham esse direito. O rol consta no periódico *O Liberal do Pará*, na página 2 da secção "Editaes", na edição 199 de 02/09/1880.

FIGURA 10: Print da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, do jornal O Liberal do Pará



Junta municipal do Belem.

Lista geral dos cidadãos votantes da parochia do Mosqueiro qualificados pela junta municipal na fórma da lei:

1.º quarteirão.

21 Faustino José de Moraes 65 solteiro pescador sabe Chrispim de Moraes 400$ elegivel.
22 Florencio Antonio Cardoso 48 casado pescador não sabe Manoel de tal 200$ s. v.
23 Francis o Antonio de Brito 33 casado pescador sabe Manoel de Brito 200$ s. v.
24 Francisco Agostinho Soares 61 casado pescador sabe ignora-se 200$ s. v.
25 Gonçalo Serrão 75 viuvo pescador não sabe ignora-se 200$ s. v.

Fonte: O LIBERAL DO PARÁ. Edição 199. Secção: "Editaes". DATA: 02/09/1880, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=704555&pesq=Faustino%20Jos%C3%A9. Acesso em: 16 nov. 2018.

A lista inicia no número 21 e vai até o 290, totalizando 269 pessoas. Apesar de ser um documento em que aparecem apenas os que conseguiram comprovar renda, a partir do critério estabelecido pela Constituição de 1824, no que tange ao voto a partir do ganho, não se pode descartá-lo, pois dele conseguimos construir uma noção das profissões dos mosqueirenses e estabelecer um quadro social formado essencialmente por lavradores e pescadores, pessoas simples, pois na lista aparecem 175 lavradores, 65% do total; 26 pescadores, aproximadamente 10% dos listados; 11 vaqueiros, perfazendo 4%; 7 proprietários, em torno de 2%.

A partir da segunda metade do século XIX é visível a preocupação do poder público com o lugar que se tornara a preferência de muitos belenenses em termos de destino de visitação para descanso e lazer. Em 1870, o vice-presidente da província autorizou a criação de uma delegacia na recém criada freguesia, deslocando o delegado de Benfica para Mosqueiro (*Diário de Belém*. Edição: 134. Secção "Notícias Diversas". Data: 14/06/1870, p. 1). Já em 1882, o Governo Provincial demandou a quantia de 10$000 para aluguel de uma casa para servir de quartel para policiais (O LIBERAL DO PARÁ. Edição: 192. Secção: "Parte Oficial". Data: 31/08/1882, p. 1). No ano de 1884, a província permitiu a construção de uma delegacia no local, a partir da iniciativa do delegado e dos moradores que pedem autorização ao Governo Provincial, que foi concedida, para

utilizar a madeira da antiga ponte (O LIBERAL DO PARÁ. Edição: 268. Secção: "Parte Oficial". Data: 21/11/1884, p. 1).

No último ano do XIX há a abertura de concorrência para a instalação de iluminação pública em Mosqueiro (O PARÁ. Edição: 759. Secção: "Governo do Município". Data: 09/07/1900, p. 2). Além da iluminação, o serviço de telefonia começa a ser cogitado para funcionar em Mosqueiro: a empresa Chermont, Aguiar e Cia recebe a concessão para atuar em Belém, estendendo o serviço "à povoação do Mosqueiro" (DIÁRIO DE BELÉM. Edição: 68. Secção: "Assembleia Provincial". Data: 23/03/1889, p. 3). Acompanhando o debate da instalação de equipamentos na Ilha, vem a preocupação com a coleta de impostos: em 1 de março de 1883 é criada a "coletoria de rendas gerais" da freguesia, que além de Mosqueiro, ficaria responsável também por Benfica, Barcarena, Pinheiro (Icoaraci) e Benevides (O LIBERAL DO PARÁ. Edição: 154. Secção: "Editais – Feitos da Fazenda". Data: 11/07/1883, p. 2). Há de se destacar que a Ilha fornecia peixe fresco à Capital diariamente e à população local, em grande quantidade (O LIBERAL DO PARÁ. Edição: 003. Secção: "Noticiário". Data: 04/01/1889, p. 2).

Na virada do XIX para o XX, houve a experimentação de uma preocupação grande com as questões sanitárias, de higiene da população, no sentido de diminuir a incidência de determinadas doenças relacionadas à falta de limpeza dos ambientes. José Maria Abreu Júnior (2016), em texto que discute a ocorrência da gripe espanhola em Belém comentou "[...] nada como uma epidemia para servir de mola propulsora para as exacerbações das tensões sociais. Em plena era da ideologia da higiene e da ideia de classes 'pobres e viciosas', Belém também tinha o seu 'Cabeça de Porco'"[7] (ABREU JÚNIOR, 2016, p. 195). O autor se refere à "Vila Podrona", que se localizava próximo ao curro (hoje "Curro Velho"), que apresentava muitos problemas em relação à ausência do poder público, principalmente no que tange à falta de saneamento. Nesse sentido, a preocupação com a higiene sanitária foi algo presente nesse contexto:

> Por detalhe de 1º do corrente mez, foi designado por esta diretoria para fazer as visitas sanitárias no mercado público; na semana de 3 a 9 do dito mez, o dr. Soares Montenegro e achando-se o mesmo em comissão na villa do Mosqueiro, conforme comuniquei a v. exc. Em officio n. 146 de 27 do mez findo, deliberei fazaer em seu lugar as visitas que competia àquelle facultativo, - achando-o sempre em boas condições de acceio – saúde e fraternidade – (Assignado) – Dr. Amaro R. C. Danin (O PARÁ. Edição: 809. Secção: "Serviço Sanitário Municipal". Data: 11/09/1900, p. 3).

[7] "Cabeça de Porco" foi um cortiço que existiu na cidade do Rio de Janeiro, no começo do século XX.

Além da questão sanitária, a chamada "ideologia da higiene" levava médicos a receitarem ambiente limpos e arejados para o tratamento de doenças. Encontramos algumas notícias desse receituário nos periódicos do século XIX, mostrando que pessoas iam a Mosqueiro para cuidarem da saúde: o bispo do Pará, cujo nome não é citado na notícia, foi cuidar da sua saúde na Ilha, na casa do senhor José do Ó, agrimensor que contribuiu com o traçado das ruas do bairro da Vila (A BOA NOVA. Edição: 078. Secção: "Chronica Urbana". Data: 01/10/1873, p. 4). O senhor Carvalho Vianna, sem maiores informações na notícia sobre sua identidade, foi para Mosqueiro para cuidar do "beri-beri" (A COLONIA PORTUGUEZA. Edição: 002. Secção: "Folhas Soltas". Data: 13/09/1889, p. 4). O capitão do 15º batalhão de infantaria, Luiz Lopes Villas Boas, obteve reposta positiva ao seu requerimento de licença para tratamento de saúde por três meses, com a garantia dos vencimentos de forma integral. Escolheu Mosqueiro para recuperar a vitalidade (DIÁRIO DE BELÉM. Edição: 173. Secção: "Secção Oficial – Governo da Província". Data: 03/08/1888, p. 2). Inclusive a capela do Chapéu Virado foi construída por conta do pagamento de uma promessa:

FIGURA 11: Capela do Chapéu Virado.

FONTE: MEIRA FILHO, Augusto.
Mosqueiro: ilhas e vilas. Belém: Grafisa, 1978, p. 95.

Uma visão da Capelinha do Chapéu-Virado, mandada construir pelo Sr. Guilherme Augusto de Miranda Filho, em pagamento de uma promessa. Ao fundo aparece a fachada parcial do Hotel do Russo e em frente a pracinha histórica. A Capela foi sagrada por D. Santinho Coutinho – 1º. Arcebispo efetivo da Arquidiocese paraense (MEIRA FILHO, 1978, p. 96).

FIGURA 12: Círio de Mosqueiro, 2010.

Fonte: http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2015/12/fieis-realizam-o-147-cirio-de-nossa-senhora-do-o-em-mosqueiro.html. Acesso em: 22 nov. 2018.

O comerciante Guilherme de Miranda Filho construiu a Capela do Sagrado Coração de Jesus em contrapartida à graça alcançada de ter recuperado a saúde na Bucólica. Atualmente a Igreja é o local de onde sai a romaria do círio de Nossa Senhora do Ó, padroeira de Mosqueiro. A capela foi inaugurada em 17/12/1909. Um bem cultural importante para a comunidade católica do lugar e para a memória histórica da população em geral.

Além de aproveitar os banhos de praia, o bucolismo e cuidar da saúde, as pessoas vinham a Mosqueiro para se divertir nas festas que ocorriam nos restaurantes/clubes do lugar, como verificamos em alguns periódicos. Um exemplo: o baile de carnaval do Club dos Arregaçados contou com a Praça Matriz embandeirada, banda musical em frente à Igreja Matriz, foguetes com a chegada do vapor Gaivota, cortejo carnavalesco, orquestra dentro do clube e a presença de mais de 2000 pessoas pelo entorno da festa (O BINÓCULO. Edição: 011. Secção: "Telegramas". Data: 07/03/1897, p. 2). A grande procura pelo lugar fez surgir estabelecimentos comerciais voltados para o atendimento dos visitantes e da população local também. A primeira farmácia de Mosqueiro surgiu em 1894:

> É um estabelecimento que hoje abre-se na praça matriz, povoação do mosqueiro, e sob a direção do cidadão José de Souza Brito, prático em pharmacia, bastante habilitado.

> A "Pharmacia Normal" vem, pois, satisfazer uma necessidade há muito reclamada n'essa localidade, cuja população já não é pequena, e assim evita a esta despezas e encomodos para ver n'esta capital remédios de summa e indispensável necessidade, que agora ali pode obter prontamente (CORREIO PARAENSE. Edição 605. Secção: "Capa". Data: 01/06/1894, p. 1).

Veicula-se propaganda do bar/restaurante A Restauração, que, como se diz na notícia, "é um dos melhores estabelecimentos" do lugar e se localizava na Trav. Pratiquara, de propriedade de Felipe dos Ferreira Santos (O BINÓCULO. Edição: 64. Secção: "Novidades". Data: 16/01/1898, p. 4). No *Diário de Belém* encontramos a publicidade do Hotel Fraternidade:

> Este hotel situado no largo da Matriz da povoação do Mosqueiro, lugar salubre e aprasivel, oferece acomodação e tratamento por módicos preços aos doentes e aos que precisarem de distração, banhos, bons ares, passeios de campo, etc., para cujo fim poderão tratar no mesmo estabelecimento (DIÁRIO DE BELÉM. Edição: 122. Secção: "Annuncios diversos". Data: 31/05/1870, p. 2).

A transformação de Mosqueiro em Distrito de Belém, pela Lei 753 de 26 de fevereiro de 1901, baixada pelo governador Augusto Montenegro, está ligada ao contexto da influência da economia da borracha no lugar. O próprio Intendente Municipal, Antônio Lemos, preocupou-se em controlar administrativamente as terras do novo distrito:

> O intendente Antônio Lemos, vai além da incorporação das terras do Mosqueiro ao patrimônio de Belém, determinando que fossem recolhidos ao Arquivo Municipal todos os livros e documentos referentes aos terrenos ocupados pelo Distrito do Mosqueiro, de acordo com o decreto nº 1.109 de 14 de janeiro de 1902. Tais fatos expressam a preocupação do Estado em disciplinar e controlar o domínio das terras que assumiam nova valoração no contexto da Belle Époque, ou seja, a partir da função social emergente desse território (CARDOSO, 2000, p. 78).

Em Belém, no último decênio do século XIX (1890), ocorreu o início da implantação de energia elétrica, água encanada, o calçamento de ruas e canos para o esgoto, o que contribuiu para a higienização da cidade; assim como foi construído um código de posturas. Ernesto Cruz relatou que o Barão de Marajó contratou o serviço de iluminação elétrica em maio de 1894, prestado pela Companhia Urbana, também responsável pelos bondes de tração animal que rodavam pela cidade (COELHO, 2016, p. 62). Em Mosqueiro, esse serviço foi implantado em 1904, quando foi construído um ferro-carril ligando o bairro da Vila ao Chapéu Virado. Os

passageiros eram transportados em um bonde, puxado por burros, que depois foram substituídos por uma locomotiva, carinhosamente apelidada pelos moradores de "Pata Choca". Inclusive, o cineasta catalão Ramon de Baños, que esteve em Belém, entre os anos de 1911 e 1913 (PETIT, 2011), em 1912 fez um documentário sobre a nova linha de bondes que ligava a Vila ao Chapéu Virado (BAÑOS, 1991, p. 122).

FIGURA 13: Ferro-carril com vagões puxados por tração animal.

Fonte: http://mosqueirosustentavel.blogspot.com/2015/03/o-chale-porto-arthur.html. Acesso em: 21 nov. 2018.

A imagem é do início do século XX. O primeiro senhor sentado que aparece, de paletó preto e calça branca ao lado do condutor era o comerciante Arthur Pires Teixeira, o responsável pela instalação do serviço dos bondes e dono do chalé Porto Arthur, que aparece ao fundo. Esse descendente de portugueses também instalou um cinema em Mosqueiro, o Cine Guajarino, inaugurado em 1912. Além disso, doou o relógio grande que havia no Mercado Municipal da Vila. Atualmente, o comerciante é homenageado ao dar nome ao Terminal Rodoviário, à Praia do Porto Arthur, à Trav. Arthur Pires Teixeira e à Praça do Carananduba.

FIGURA 14: Foto da Coleção Luiz Anciães, década de 1930.

Fonte: http://www.tramz.com/br/mq/mq.html. Acesso em: 19 dez. 2017.

A fotografia acima foi registrada entre 1932 e 1933 e mostra a locomotiva que era carinhosamente chamada de "Pata Choca" pelos moradores, pois, segundo estes, fazia o barulho do animal quando se puxava a corda para descer do vagão.

O trapiche, instalado na Vila para a atracação de embarcações, representou um elemento importante na relação do lugar com o centro de Belém, e com as características de modernidade que foram experimentadas. A navegação a vapor era um essencial aspecto da civilização da *Belle Époque* na Amazônia, uma vez que por meio dos rios amazônicos entraram empresas, capitais e pessoas vindos da Europa e dos Estados Unidos. Famílias ricas da cidade de Belém também construíram seus chalés em Mosqueiro. Pelos periódicos da época, percebemos que os chalés estão presentes na Ilha desde o final do século XIX, conforme os anúncios de venda desses imóveis. Por exemplo, encontramos em um jornal, de 1892, a propaganda de um chalé com acomodação para duas famílias (CORREIO PARAENSE. Edição: 134. Secção: "Annuncios". Data: 09/10/1892, p. 1). Em 1893, o mesmo anúncio diz que o chalé à venda se localiza à Beira-Mar, próximo ao Trapiche (CORREIO PARAENSE. Edição: 205. Secção: "Annuncios". Data: 08/01/1893, p. 3). Noutra propaganda aparecem maiores informações, indicando

que no chalé à venda há sala de visita com forro, quartos na puxada, cozinha, poço e um terreno medindo 6 braças de frente e 30 de fundo, localizado na Vila (CORREIO PARAENSE. Edição: 230. Secção: "Annuncios". Data: 02/02/1893, p. 3).

Os chalés construídos em Mosqueiro seguiam uma mistura de modelos arquitetônicos europeus que se convencionou chamar modelo eclético. O vocábulo em francês *chalet* se refere às casas campestres em estilo suíço, com o telhado em duas águas bem inclinadas, estilo utilizado em regiões da Europa onde faz muito frio e cai neve; logo, o telhado arqueado serve para o material pesado deslizar e cair, em vez de sobrecarregar a estrutura. Apresentam características em comum: muitos foram feitos com porão[8] e varanda para que a circulação de ar fosse bem intensa para amenizar o calor e diminuir a incidência de fungos, por conta da alta umidade relativa do ar; possuem instalações para a acomodação da família do caseiro, que normalmente fica no porão; foram instalados em terrenos grandes, em frente à praia; foram erguidos em madeira de lei, com a utilização de lambrequins (madeira decorada). A propriedade desses casarões era de comerciantes, barões da borracha, técnicos estrangeiros que vieram a Belém trabalhar na instalação de serviços urbanos, que os utilizavam para passar os fins de semana, feriados e férias em Mosqueiro. Eram a segunda residência dessas pessoas. Foram erguidos em Mosqueiro na virada do XIX para o XX, na extensão que vai da orla da Praia do Murubira ao Bispo.

FIGURA 15: Imagem de satélite indicando a localização da orla, desde a Praia do Murubira à Praia do Bispo.

Fonte: https://www.google.com.br/maps/search/Murubira+ao+Bispo/@--1.1407143,-48.4673689,6268m/data=!3m1!1e3. Acesso em: 22 nov. 2018.

[8] Quando nos referimos ao "porão", tratamos do que seria o térreo das casas, uma vez que porão é uma estrutura construída no subsolo. Nos chalés de Mosqueiro esses "porões" não são feitos no subsolo.

Dentre os vários chalés que continuam de pé, muitos já foram consumidos pelo tempo, falta de recursos ou pela especulação imobiliária. Destacamos quatro: o Murubira, na praia de mesmo nome; o Porto Arthur, na praia também homônima; o Cardoso na Praia do Chapéu Virado; e o Dragão Rosado, na Praia do Farol. O Murubira ainda de propriedade da família Chase, que o adquiriu em 1926, foi erguido, provavelmente, em 1916, conforme diz Nicolas Chase, em entrevista concedida à TV Cultura e exibida no documentário Bem-Pará, especial Mosqueiro (Bem-Pará/Mosqueiro. Produção: TV Cultura. Belém, 2005. Vídeo-documentário).

FIGURA 16: Fachada do chalé Murubira atualmente.

Fonte: https://fotospublicas.com/wp-content/uploads/2017/07/90836_303569.jpg. Acesso em: 22 nov. 2018.

O Murubira apresenta as características citadas anteriormente: porão, varanda, telhado arqueado. Além disso, possui um terreno grande, numa área hoje considerada nobre de Mosqueiro. Fator que contribui, comparando com outros chalés, com a questão da especulação imobiliária, já que os herdeiros alegam não possuir recursos financeiros para manter a propriedade. A venda do terreno e da casa (se ainda existir), mostra-se como uma alternativa para obtenção de considerável capital. Entretanto, uma parte da memória histórica do patrimônio da Ilha vai se perdendo com isso.

O chalé Porto Arthur possui essa denominação porque alia duas ideias: "Porto" se refere à estrutura feita em frente à casa para a atracação de embarcações[9], enquanto a segunda ideia alude ao seu dono Arthur Pires Teixeira. A casa foi concluída em 1905 na Praia do Covão, que passou a se chamar Porto Arthur, em homenagem ao chalé e ao seu dono.

[9] Outro chalé de Mosqueiro, erguido no início do século XX, o Porto Franco, localizado no início da Praia do Farol, também possui essa designação devido ao porto particular que existia em frente à residência.

FIGURA 17: Foto recente do chalé Porto Arthur.

Fonte:http://mosqueirosustentavel.blogspot.com/2015/03/o-chale-porto-arthur.html. Acesso em: 23 nov. 2018.

O chalé Cardoso se situa na Praia do Chapéu Virado, de propriedade da família do patriarca Francisco José Cardoso (1862-1938), proprietário de terras na Ilha do Marajó. Foi adquirido em 1926. Anteriormente era conhecido como Vivenda J. Marques, como aparece no periódico *A Semana*, nº 94, de 17/01/1920.

FIGURA 18: Vivenda J. Marques, em 1920.

Fonte: https://fauufpa.files.wordpress.com/2017/04/chalc3a9-mosqueiro.jpg. Acesso em: 23 nov. 2018.

FIGURA 19: Foto integrante do álbum da família Cardoso.

Fonte: https://fauufpa.files.wordpress.com/2017/04/chalc3a9-mosqueiro.jpg. Acesso em: 23 nov. 2018.

O chalé foi erguido no início do século XX. Além das características gerais, mencionadas anteriormente, dessas vivendas, o Cardoso possui escadarias frontais e pelos fundos, feitas em ferro decorado, importado da Europa. As pessoas que aparecem na foto, provavelmente são familiares de J. Marques, ao qual o periódico citado não faz referência, nem diz seu nome completo. Após a aquisição do imóvel, vemos outra foto, já com os familiares de Francisco José Cardoso, que o adquiriu.

O Dragão Rosado, de propriedade do senhor Guilherme Paiva, localizado na Praia do Farol, em estilo francês, tem o projeto arquitetônico atribuído a Francisco Bolonha (MEIRA FILHO, 1978, p. 122). É uma construção também do início do século XX.

FIGURA 20: Chalé Dragão Rosado em foto da primeira metade do século XX.

Fonte: MEIRA FILHO, Augusto. Mosqueiro: ilhas e vilas. Belém: Grafisa, 1978, p. 121.

FIGURA 21: O mesmo chalé em registro de 2011.

Fonte: TAVARES, Daniel Rodrigues, 2011. Arquivo pessoal de fotos.

Os chalés são um bom exemplo de como o que se passou em Belém resvalou em Mosqueiro, com a busca pela suntuosidade característica da época, busca por um ideal de vida europeizado, que no centro da cidade e no distrito se materializou sob forma de instalação de determinados equipamentos e serviços urbanos.

De forma semelhante ao que ocorreu no centro de Belém, principalmente a região da Vila e da orla foram urbanizadas, enquanto o restante da localidade não obteve a instalação de equipamentos urbanos, fatos relacionados diretamente com a dinâmica de vida da população local, conforme Helena Ferreira:

> A relação estabelecida entre esses dois núcleos (Vila e Chapéu Virado) deixa clara a existência de um processo de segregação socioespacial, visto que os moradores da Vila, em sua maioria, exercem suas atividades para atendimento dos veranistas. Em muitos casos, são seus caseiros e empregados domésticos. Mesmo quando são pequenos comerciantes, se voltam para a clientela do núcleo dos veranistas. Por isso, as diferenças de status e poder econômico entre os nativos e os veranistas e a forma como se relacionam também é extremamente desigual. É um espaço dual, portanto, cuja produção se deu a partir de interesses alheios aos moradores locais. Na verdade, foi o reflexo do momento histórico por que passava Belém e não como o resultado da promoção de um desenvolvimento socioespacial onde se buscasse melhor qua-

> lidade de vida para os nativos da Ilha (FERREIRA, 2010, p. 70).

Mosqueiro foi se transformando num local de visitação turística na virada do século XIX para o XX. De acordo com Ana Maria Daou,

> Em Belém, a possibilidade de exposição do corpo e do desfrute das águas ainda era mais facilitada: a vida ao ar livre não se restringia às 'rocinhas', chácaras ou sítios situados nas redondezas da cidade e aos banhos fluviais, e os novos meios de locomoção favoreciam a ida às praias oceânicas, como o balneário do Mosqueiro (DAOU, 2000, p. 44-45).

O apelo ao turismo continuou muito forte, sendo que esse fato trouxe implicações benéficas, mas também mazelas intensas aos moradores do distrito de Belém. Hoje notamos o forte apelo à atividade turística que na prática pouco ocorre, a não ser o turismo de lazer:

> O lazer ou turismo de veraneio é evidente no Mosqueiro [...]. É pequena a incidência de turistas tradicionais, quer nacionais, quer estrangeiros, que organizados em pacotes turísticos, estendem sua estadia em Belém, passando na Ilha, o tempo necessário para o city tour e às vezes para o almoço, não chegando a alcançar dez horas. Registra-se, também, reduzida demanda de turistas, sobretudo europeus; e do sudeste brasileiro, que visitam a Ilha, individualmente, em busca do desfrute do exotismo amazônico (CARDOSO, 2000, p. 95).

É essencial discutir acerca das políticas públicas que visam atender primordialmente ao público externo, enquanto os moradores não usufruem de serviços públicos condizentes com uma vida de qualidade. Por exemplo: durante os meses de julho aumenta a quantidade de ônibus que fazem a linha Belém-Mosqueiro, os postos de saúde funcionam mais do que o normal, inclusive com vários profissionais a mais (médicos, enfermeiros e outros), a limpeza e o reparo das vias públicas e prédios e espaços públicos são constantes. No entanto, tudo isso se esvai quando chega o mês de agosto.

> A sazonalidade, própria do veraneio, interfere na qualificação da presença do poder público, que demonstra seus serviços e melhorias temporárias de infraestrutura somente nos períodos de grandes demandas: mês de julho, Carnaval e Semana Santa. Via de regra os mos-

> queirenses assim se expressam diante dessa situação: "ai de nós, se não fosse o veraneio" ou "para a Prefeitura, Mosqueiro só existe em julho, Semana Santa e Carnaval" (CARDOSO, 2000, p. 95-96).

Compreendemos que a Educação Patrimonial em Mosqueiro, no ensino de História, chamou a atenção para as questões da vida cotidiana dos alunos, no que tange a sua relação com o patrimônio. A valorização dos bens culturais garante aos alunos o direito à memória, e nesse sentido se relaciona diretamente com o exercício de cidadania. Destaca-se a importância desse Patrimônio Cultural como lugar de memória que fornece marcos referenciais de identidade, que podem criar ou fortalecer o sentimento de pertença, de afetividade com o lugar (BIAZZETTO, 2013).

A preservação do Patrimônio Histórico, alcançada por meio de vários fatores, primordialmente, pela prática de Educação Patrimonial, pode, inclusive, contribuir para a efetivação de um "turismo cidadão" cultural e histórico, com a presença dos moradores, proporcionando-lhes oportunidade de trabalho e renda (LEAL, 2011, p. 126).

Discute-se a prática de uma metodologia de Educação Patrimonial, retomando a ideia de Cláudia Teixeira (2008), que seja capaz de fazer frente à modernização das cidades e desvalorização do Patrimônio Cultural. Nesse sentido, é interessante utilizar os bens culturais de Mosqueiro, selecionados pelos próprios alunos, como recurso didático, para reforçar os marcos referentes à identidade impressos no patrimônio. Dessa maneira, o estudo dos bens patrimoniais ilhéus nos ajudou a ir em busca do passado da Bucólica, buscando estabelecer a relação das pessoas com o patrimônio, ontem e hoje.

PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO E TURÍSMO CULTURAL

Na prática da vida cotidiana preservamos aquilo com o que estabelecemos uma relação de afetividade, com aquilo de que gostamos. O ato de preservar ocorre quando valoramos algo, valor esse que além da característica emotiva, pode ser de ordem econômica ou social. A ação de preservação do patrimônio lida com o valor histórico que o determinado bem cultural possui. No Brasil, o principal órgão responsável por isso é o IPHAN. Técnicos homens e mulheres, na hora de justificar o valor histórico de determinado bem, imbuídos de saber técnico, colocam em prática a discricionariedade do Estado e criam uma espécie de "baú de valores" patrimoniais (LINHARES, 2011, p. 1).

> [...] é certo que a atribuição dos valores, num sentido dilatado, dificilmente se realiza em "caixinhas" endereçadas, com contornos precisos e óbvios. Nós é que podemos tentar tipificar os valores atribuídos/em atribuição, orientando nossa inteligência para distingui-los (acaso valha o esforço, é claro). O IPHAN, por outro lado, trabalha com esses valores de acordo com as orientações previstas em lei, necessariamente (LINHARES, 2011, p. 2).

Recentemente, o Decreto 3551 de 2000 definiu as regras para o registro de bens imateriais. Já os bens tangíveis, objeto de nosso trabalho, possuem definição legal (o instituto do tombamento) desde o Decreto Lei 25 de 1937, que instituiu os quatro livros do tombo: "Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico"; "Livro do Tombo Histórico"; "Livro do Tombo das Belas Artes" e "Livro do Tombo das Artes Aplicadas" (LINHARES, 2011, p. 5). O IPHAN, como já salientado, desde o Decreto 25/37 até a Constituição de 1988, valorou bens ligados à elite, ao Barroco colonial, o que implica na dificuldade das pessoas de uma maneira geral se identificarem com esse patrimônio.

> [...] quando concordarmos que a atuação do Patrimônio visa fins pedagógicos. A seleção de bens patrimoniais, que cumprem a função de semióforos aos quais se atribuí valor, não objetiva outra coisa, senão fazer referência à construção histórica do conjunto de seres humanos que se ligam (ou que assim julgamos) pela ideia de "nação brasileira". Quando os bens tombados não conseguem transmitir a mensagem intentada, seja por ruído no sistema de comunicação, seja por incompreensão do emissor ou do receptor quanto ao código e à mensagem utilizados — por isso se busca o código mais apropriado, meio de fazer o sistema funcionar harmoniosamente — conclui-se pelo fracasso (parcial ou total) da medida de preservação. Esse é o caminho e o tom mais comum nas autocríticas que a instituição tem produzido, podendo ser atestado em qualquer congresso ou colóquio destinado aos trabalhos de membros do corpo técnico (LINHARES, 2001, p. 7).

As mudanças na legislação patrimonial a partir de 1988, já apontadas anteriormente, com forte influência de movimentos sociais, vieram no sentido de ampliar também a noção de valoração e preservação dos bens culturais, para que os patrimônios do povo brasileiro de maneira geral, e com a participação das pessoas no processo de patrimonialização, sejam reconhecidos pelo Estado brasileiros como integrantes da História nacional. Aqui a História possui um papel primordial, no sentido de possibilitar o conhecimento da pluralidade das memórias existentes no Brasil, o que, portanto, também geram identidades diversas.

Soma-se a essa problemática a questão do tempo em que vivemos: a contemporaneidade convive com um exacerbado desenvolvimento de tecnologias de comunicação e de transportes, o que ocasiona outra dificuldade na questão da identificação com a cidade e seu patrimônio. As hiper-realidades ou realidades virtuais de vários mecanismos digitais de relacionamento entre pessoas distancia o ser humano do contato direto com as pessoas e com a cidade, com o ambiente físico. Assim como a mudança na paisagem das cidades, evidenciando um valor alto àquilo que se considera traço de modernidade, em detrimento das memórias impressas nos lugares, mostra-se como outro ponto a ser dirimido no debate sobre a preservação patrimonial.

> À medida que a circulação nas cidades contemporâneas se acelera a ponto de não permitir os indivíduos a uma percepção dos espaços pela ativação de seus sentidos, as especificidades contidas nesses lugares, deixam de ser notadas pelo simples ato de ignorar, voluntária ou involuntariamente, as possibilidades de interação com as paisagens e seus lugares nela contidos.
>
> Essas mudanças na paisagem urbana e ambiental do mundo contemporâneo, somadas e processadas, vêm ao encontro das reais possibilidades (por ele condicionadas) que os sujeitos disponibilizam para se identificarem com o que dela restou que é, em última análise, fruto da interação do homem com a natureza e o espaço no decorrer da História. Ou seja, os vestígios e marcas, deixados nesse transcurso do tempo, permanecem a cada momento presente como testemunho da História, até que sejam novamente revistos e modificados, ou mesmo destruídos/esquecidos (CURY; MORAES, 2011, p. 3-4).

A falta de preservação do Patrimônio Histórico relacionado à Belle Époque belenense é um ponto de debate em nossa história-problema.

O chalé *Briconly*, situado na Praia do Porto Arthur, está num estado avançado de deterioração. Sobre a preservação dos casarões a FUMBEL (Fundação Cultural do Município de Belém) respondeu assim a uma matéria do jornal Amazônia:

> De acordo com a assessoria de comunicação da Fundação Cultural do Município de Belém (FUMBEL), a restauração dos casarões e chalés privados de Mosqueiro é de competência dos proprietários dos imóveis. Segundo a assessoria, para fazer qualquer obra nos casarões é necessário que o proprietário encaminhe projetos ao Departamento de Patrimônio Histórico (DPH) das três esferas, federal, estadual e municipal. A prefeitura de Belém faz uma aná-

lise prévia do projeto e acompanha as intervenções feitas pelo proprietário. A maior preocupação é a de preservar a estrutura original do prédio (JORNAL AMAZÔNIA. Disponível em: http://ptdemosqueiro.blogspot.com/. Acesso em: 30 set. 2011).

FIGURA 22: Chalé Briconly, 2011.

Fonte: TAVARES, Daniel Rodrigues, 2011. Arquivo pessoal de fotos.

Uma vez que grande parte dos proprietários alega falta de recursos financeiros para a manutenção do patrimônio histórico, e a Prefeitura de Belém se omite em relação à questão, como podemos perceber no trecho da matéria de jornal acima citado, a população de Mosqueiro vai perdendo parte de sua identidade cultural com a deterioração de seus chalés.

Acerca da noção de tempo presente, François Hartog afirma que em nosso regime de historicidade o presente se tornou perpétuo, vivemos um alargamento do hoje, também chamado de presentismo. Essa peculiaridade de nosso tempo é um reflexo das mudanças tecnológicas pelas quais nossa sociedade tem passado. A globalização da economia, com uma forte imposição cultural, que molda gostos e índoles, gera um sentimento de perda iminente daquilo que faz parte das características culturais de povos não hegemônicos. Nessas condições, o Patrimônio Cultural chega a um patamar de essencialidade no que diz respeito à salvaguarda das memórias do passado. Inclusive até estabelece uma crítica em relação à sociedade francesa (o autor é francês), de que tudo virou patrimônio passível de apropriação econômica, seja pelo Estado, seja pela iniciativa privada. Essas ideias de Hartog também são importantes para explicar a preocupação com a preservação do Patrimônio Cultural (HARTOG, 2006).

A Educação Patrimonial no ensino de História assume papel de destaque no que diz respeito ao chamamento de atenção para a questão das políticas públicas de preservação, que devem estar concatenadas com um plano de qualidade de vida urbana, no sentido de que as pessoas tenham "direito à cidade" (CURY; MORAES, 2011, p. 5), tanto no seu aspecto cultural quanto político e social, pois, as políticas públicas, que também sofrem a influência do mercado imobiliário, podem descontextualizar os lugares (CURY; MORAES, 2011, p. 6), retirando-lhes suas memórias de outrora. Cidadãos imbuídos desses conhecimentos podem, por meio de movimentos sociais, ou organizações não governamentais, interferir no processo, buscando uma forma de diminuir os prejuízos do interesse político e/ou do capital no patrimônio:

> Considerando que a memória pode também ser forjada e imposta por agentes poderosos que dominam as peças do jogo nos direcionamentos dos espaços, a significação dos lugares não deveria ficar sob a regência exclusiva do poder público, o qual, de posse dos instrumentos de manipulação, poderá induzir usuários/habitantes à confusão com relação às referências que lhes são realmente significativas. Ao invés, deveriam atuar propondo políticas de planejamento e gestão em consonância com os anseios dos habitantes em relação às especificidades que compõem seus lugares, de forma a convocá-los como parceiros na construção da cidade (CURY; MORAES, 2011, p. 7).

A conservação de patrimônio privado é um nó com uma dificuldade enorme de desatar. Mesmo que haja o tombamento da propriedade particular, o dono não perde o direito de propriedade, mesmo que tenha que cumprir regras que se referem à não descaracterização do imóvel. Apesar de que somente o tombamento não é capaz de garantir a salvaguarda de um bem. Em Belém, há isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) na lei municipal para quem possui imóveis tombados e que conservam o valor histórico do seu bem. Aqui reside outra questão importante: muitos proprietários, herdeiros de quem ergueu o patrimônio, não possuem condições financeiras viáveis para cuidar da conservação do bem patrimonial (CURY; MOARES, 2011, p. 8). Nesse aspecto, a especulação imobiliária é voraz: em Mosqueiro, os chalés se situam em área nobre da Ilha, na qual os terrenos têm um valor financeiro elevado. Os donos deixam a edificação se deteriorar por si só, ou derrubam mesmo, para vender a propriedade por um preço alto, esvaindo-se parte importante da História da Bucólica.

A participação da sociedade, em especial, em nosso caso, dos discentes, na patrimonialização dos chalés de Mosqueiro, perpassa pelo reconhecimento de que o Distrito é um destino de visitação de belenenses e de turistas que consomem quase que especi-

ficamente as praias, sem qualquer tipo de planejamento para a possibilidade de um turismo cultural. Sendo que muitos mosqueirenses sobrevivem da prestação de serviços que podem ser turísticos, em bares, restaurantes, hotéis. Então, utilizar o patrimônio relacionado ao turismo pode oferecer uma alternativa a mais de geração de renda. Entretanto, a preservação do patrimônio, necessária para a prática do turismo cultural não pode ocorrer apenas a partir desse turismo, senão haverá fetichismo em relação ao bem (CURY; MORAES, 2011, p. 12). Logo, pensamos em um tipo de preservação pautada na relação que as pessoas mantêm com o patrimônio, o qual é importante para a prática do turismo cultural, que precisa ser desenvolvido; sustentada na prática de Educação Patrimonial como uma ferramenta importante de democratização da informação e de acesso ao patrimônio, inclusive na lógica de levantar e defender a hipótese da participação da sociedade civil no processo de salvaguarda do bem patrimonial, assim como na interferência em políticas públicas, que devem ser pensadas para a melhoria da qualidade de vida da população, sem degradar o Patrimônio Cultural.

A indústria do turismo é a que mais cresce nos últimos anos e que possibilita uma expectativa de renda para a população. Segundo a Organização Mundial de Turismo (OMT), a atividade nos últimos anos saltou de uma receita de aproximadamente 500 (quinhentos) bilhões de dólares, em 2000, para algo em torno de um trilhão de dólares, em 2015 (http://www.foodnewsoficial.com.br/noticias-e-eventos/turismo-mundial/. Acesso em: 20 nov. 2018). Tais números chamam a atenção e seduzem. Locais com atrativos turísticos recebem visitantes constantemente e conseguem, em maior ou menor grau, reverter essas visitas em ganhos para o local e seus habitantes:

> O turismo passa por um momento histórico em que, a despeito de ser um dos poucos setores da economia com possibilidades ainda ampliadas de crescimento, se vê em uma encruzilhada definidora de rumos bem distintos: ou se apresenta como proposta econômica de inclusão social e, assim, contribui para novas perspectivas de valorização da vida, do consumo de produtos culturais e de distribuição de renda, ou, por outro lado, alia-se a uma economia que exclui parcelas imensas da população da participação na produção e, dessa forma, opta por uma proposta de consumo de massa que pouco se preocupa com a sustentabilidade econômica (MENESES, 2006, p. 13).

Sobre os impactos positivos e negativos que o turismo pode causar: os primeiros podem ser geração de emprego e renda, geração de divisas, valorização do Patrimônio Cultural Material e Imaterial, melhoria da qualidade de vida da comunidade receptora, construção de equipamentos, incremento na produção de bens

e serviços, aumento do consumo dos produtos locais, como por exemplo, o artesanato. E negativamente pode se destacar: especulação imobiliária, alienação da comunidade local, etnocentrismo, aculturação, degradação ambiental e patrimonial (ARCHER; COOPER, 2002). Tais impactos precisam ser equacionados, no sentido de se diminuir os impactos negativos e aumentar os aspectos positivos, para que a comunidade receptora e os visitantes possam desfrutar qualitativamente do turismo:

> A Organização Mundial do Turismo define o turismo sustentável como sendo aquele que atende as necessidades dos turistas atuais e das populações das regiões anfitriãs, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro. Isso significa que os recursos devem ser geridos de tal forma que as atuais necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas mantendo-se, para o presente e para as gerações futuras, a integridade cultural, os processos biológicos essenciais, a diversidade biológica e das formas de vida (MACHADO; BRAGA, 2010, p. 57).

Patrimônio e turismo se relacionam de maneira conflitante. Há interesses divergentes em questão. Para que a atividade turística seja gratificante para o turista, possa beneficiar a comunidade local e proteger a herança cultural, é necessário que haja comprometimento do poder público e participação efetiva da sociedade civil no planejamento, decisões e atitudes a serem tomadas.

> Tudo aquilo que o turista deseja em matéria de conforto, segurança, informação, boa circulação viária, equipamentos públicos de boa qualidade, boas condições ambientais etc. é também o que cada morador precisa e deseja. Por isso, todo investimento destinado ao setor deve ter a perspectiva da apropriação local, deve ser duradouro, compatível com o uso cotidiano. Agindo assim, além de otimizar o uso de recursos públicos, se reduzirão os antagonismos eventualmente existentes entre esses dois segmentos (MACHADO; BRAGA, 2010, p. 60).

Para tanto, informação e formação são essenciais. Nesse aspecto, reiteramos a importância da Educação Patrimonial como instrumento capaz de relacionar preocupação com os bens patrimoniais, turismo cultural e alternativa de renda para a população local, e que pode salientar a ideia de requalificação urbana (MACHADO; BRAGA, 2010, p. 59), que pensa numa remodelação do espaço, levando em conta as possibilidades de vida, emprego, renda, saneamento, turismo, podendo ressignificar a cidade, dando importância à característica histórica e cultural, que é um dos atrativos turísticos. Um dos principais problemas da preparação da cidade para a realização de um turismo cultural é a segregação

da população local, que muitas vezes perde a sua habitação para a especulação imobiliária e passa a morar na periferia, fazendo com que o patrimônio deixado perca sua principal característica: a humanidade. Sendo que os bens culturais passam por um processo maléfico de fetichização (MACHADO; BRAGA, 2010, p. 60), tornando-se em patrimônio espetacularizado, perdendo sua essência de marco referencial de identidade cultural das pessoas – o que por sua vez promove a diminuição do tempo de estadia do turista, assim como dificulta o seu retorno, uma vez que o visitante que busca conhecer uma herança cultural diferente da sua é alguém que possui uma leitura não rasteira a respeito do assunto e consegue discernir o "mero espetáculo" do bem cultural humano (MACHADO; BRAGA, 2010, p. 61):

> O turista que não esquece, que recomenda a outros e que volta é aquele que teve prazer na apreensão problematizadora. Enquanto o atrativo for uma peça de curiosidade apenas momentânea, ele será imediatamente esquecido após seu consumo. São assim os produtos massificados: consumidos e esquecidos. A sustentabilidade do atrativo é dada, de outra forma, pela possibilidade de nele incorporar amplos significados. E isso pode ser feito com leveza. A construção cultural de outro tempo continua sendo viva e vivida, e a sua memória a projeta para a contemporaneidade (MENESES, 2010, p. 22-23).

Categorias essenciais de História e seu ensino são transversais e intrínsecas ao estudo do patrimônio. Aqui falamos da problematização que é feita no presente, quando se desloca ao passado, para reconstituí-lo. Da mesma forma, é necessário se fazer em relação ao Patrimônio Cultural: problematizá-lo, buscar o principal – a sua condição de legado cultural produzido pelo homem – e pensar como esse legado do passado dialoga com o presente. Assim como se discute a noção de tempo, a relação do patrimônio com a cidade, com o hoje, com a vida. O próprio bem cultural possui vida.

> [...] é impossível colocá-lo na prateleira expositiva de nossa memória, como a colecionar lembranças curiosas, a despeito de esse procedimento ser mais fácil e usual. Material ou imaterial as construções culturais são parte de um uníssono de experiências históricas, vivificadas de forma integrada, portanto dinâmicas no tempo. Esse dinamismo é, ao mesmo tempo, diacrônico e sincrônico, e, assim, a construção de um modelo de interpretação do passado e a transformação desse modelo em atrativo turístico devem considerar e dignificar a vivência presente como parte de um todo cultural (MENESES, 2002, p. 24-25).

Deixando de ser apenas o lugar onde vivem as pessoas, a cidade ganha o espectro de documento/monumento, de lugar de

memória, de modernidade e, ao mesmo tempo, com vontade de guardar as memórias do passado. Entende-se a cidade como um construto histórico e cultural, que é patrimônio de seus moradores. Nela o material e o imaterial se imbricam de forma a perder o sentido da separação definida na lei. A interpretação que se faz do patrimônio, a forma como é apreendido pelo turista, ajuda o espaço urbano a se manter e se refazer enquanto tal.

Em Mosqueiro a atividade turística mais destacada é o Turismo de Lazer ou de "fim de semana", que ocorre sem uma preocupação maior das empresas ou pessoas que praticam o comércio e a prestação de serviços, e com um desleixo do poder público que não se preocupa com a organização efetiva do turismo na Ilha. É notório que esse tipo de turismo se consagrou na Bucólica a partir da virada do XIX para XX, no contexto da Bela Época de Belém.

Os visitantes que chegaram a Mosqueiro, no final do século XIX, trouxeram consigo o apelo cultural da *Belle Époque*. Passaram a estabelecer a segunda moradia no local. A Ilha passou então por um processo de transformação semelhante ao que ocorreu em Belém, guardadas as devidas proporções, obviamente.

O escritor Augusto Meira Filho afirma que na fase da *Belle Époque* Belém recebeu vários serviços públicos, desenvolvidos na época da intendência de Antônio Lemos, como eletricidade, transportes internos, construção do cais do porto e outros. Sendo que as empresas responsáveis por tais obras eram, principalmente, estrangeiras: *Pará Eletric Railways, Amazon River*, Porto f Para. Logo, a maioria de seus funcionários era formada por estrangeiros, o que se relaciona intrinsecamente com a História de Mosqueiro.

> Da presença alienígena, ganharia a Ilha do Mosqueiro seus mais fortes frequentadores. Alemães, ingleses, franceses, americanos, servindo nessas instituições, necessariamente, procurariam nos momentos de lazer, lugares sadios e pitorescos nos arredores da capital, para o merecido descanso semanal [...]. Vem desse movimento a "descoberta" de Mosqueiro como balneário (MEIRA FILHO, 1978, p. 45).

A presença de tais frequentadores, e de outros, foi responsável pela transformação do lugar em Distrito de Belém e pela implementação de uma certa estrutura urbana no local, como o Trapiche, o ferro-carril, o Cine Guajarino, a Agência Distrital, o Mercado Municipal e outros. Além disso, os próprios visitantes promoviam melhorias nas redondezas de seus chalés na orla de Mosqueiro:

> Muitos dos possuidores de belas residências no Chapéu-Virado, estariam mais frequentemente gozando das delícias das praias silenciosas, que o Mosqueiro ostentava, galhardamente e, em certo sentido, as mais próximas de Belém. Houve época em que os ricos industriais e comerciantes davam-se ao luxo, até certo ponto justos, de

> construir trapiches em frente às suas mansões e, disso, guarda historicamente, o Mosqueiro, aquilo que denominavam "porto", próprio e especial para a atracação de lanchas velozes, então, surgindo na cidade e que se destinavam a levar nossos primeiros veranistas, às praias da Vila e às do Chapéu Virado, preferencialmente (MEIRA FILHO, 1978, p. 45).

Sendo assim, cultural e economicamente falando, a população nativa da ilha adequou-se à lógica de prestar hospitalidade e serviços aos visitantes.

O turismo de veraneio que ocorre em Mosqueiro desde o final do século XIX é uma das principais atividades econômicas do lugar. Atividade essa que traz benefícios e problemas, ao mesmo tempo, aos ilhéus:

> Junto com o processo de urbanização, cresceu também o número de visitantes e também de moradores efetivos e de fins de semana. As principais áreas como Vila e Chapéu-Virado passaram a ser ocupadas por essas pessoas de maior poder aquisitivo e, os nativos da ilha passaram a residir em áreas cada vez mais afastadas. Vale ressaltar que esse deslocamento dos nativos para áreas distantes, mesmo após o governo de Antônio Lemos, pode ser encarado como um processo de elitização do espaço mosqueirense, uma vez que as políticas públicas não se destinavam a preparar Mosqueiro para os mosqueirenses e, sim para a elite de Belém (CEZAR, 2006, p. 19).

Como ressalta Alonso da Silva Cezar (2006), as políticas públicas voltam-se, principalmente, ao interesse do veranista, enquanto o nativo amarga a ausência de serviços públicos. É importante destacar que há um considerável aumento da prestação de serviços públicos durante a alta temporada (leia-se mês de julho, Carnaval, Semana Santa), porém o mosqueirense pouco usufrui de tais serviços, uma vez que a demanda cresce exorbitantemente:

> De aproximadamente trinta mil habitantes, a Ilha passa a abrigar, nos dias de pique, cerca de trezentas mil pessoas. Em decorrência da falta de estrutura e de serviços adequadamente planejados para tão abruptas, mas esperadas mudanças, emergem inúmeros problemas, semelhantes aos dos centros urbanos, afligindo visitantes e moradores, indistintamente (CARDOSO, 2000, p. 97).

Mesmo que o morador perceba a problemática trazida pelo crescimento enorme do fluxo de veranistas, há o entendimento de que a vinda do visitante é necessária, pensando pela perspectiva econômica, muitos mosqueirenses dependem economicamente do turismo de lazer para sobreviver. Entretanto, reconhecem que seu dia a dia é profundamente alterado quando da convivência com

aproximadamente trezentas mil pessoas, como cita a professora Maria da Paz (2000).

> As relações entre os dois principais personagens da trama turística do lazer, visitante e morador, é tensa, conflituosa e ambígua. O morador deseja a visita do veranista, na medida em que ele vai garantir sua sobrevivência. Mas, também, o rejeita, quando se sente atingido na dinâmica de seu cotidiano (CARDOSO, 2000, p. 102).

Principalmente durante o mês de julho, Carnaval e feriados da Semana Santa, reafirmamos, os serviços públicos em Mosqueiro passam a funcionar mais do que o normal: mais médicos nos postos de saúde, aumento da quantidade de ônibus, melhora na limpeza de vias e praias, reformas emergenciais. Quando a alta temporada acaba, os serviços públicos vão embora junto (CARDOSO, 2000, p. 95-96).

Diante do exposto, é necessário se pensar numa atividade de turismo que promova melhorias não apenas para o turista, mas também para o receptor e para o local. E que essas melhorias possam ser desfrutadas durante o ano inteiro, não apenas nas férias escolares ou feriados prolongados.

O turismo é um produto da sociedade capitalista industrial, que se desenvolveu com motivações diversas. Dentre essas motivações está o consumo de bens culturais. A memória e a preservação do Patrimônio Cultural estão intrinsecamente ligadas à ideia de consumo turístico da cultura.

A preservação do patrimônio cria a oportunidade de a sociedade se perceber a si própria. A patrimonialização representa construção de memória oficial, reconhecida pela nação, por meio de seus órgãos responsáveis pelo patrimônio. Os bens culturais serão de fato parte integrante da identidade cultural da sociedade quanto maior for o grau de apropriação dessa sociedade acerca da memória sobre o tal patrimônio, para de fato percebê-lo como sua "propriedade cultural". Logo, o turismo cultural não se faz sem História, ou memória a respeito do passado.

Insistimos que a imbricação entre Patrimônio Cultural e turismo é sim uma possibilidade viável de geração de emprego e renda, resguardadas as devidas precauções, pois no Brasil se vive um dilema no qual o Patrimônio ou se transforma num espaço teatralizado, como exemplo o Pelourinho, na Bahia, ou caminha para um espaço mal conservado (a maioria dos bens culturais).

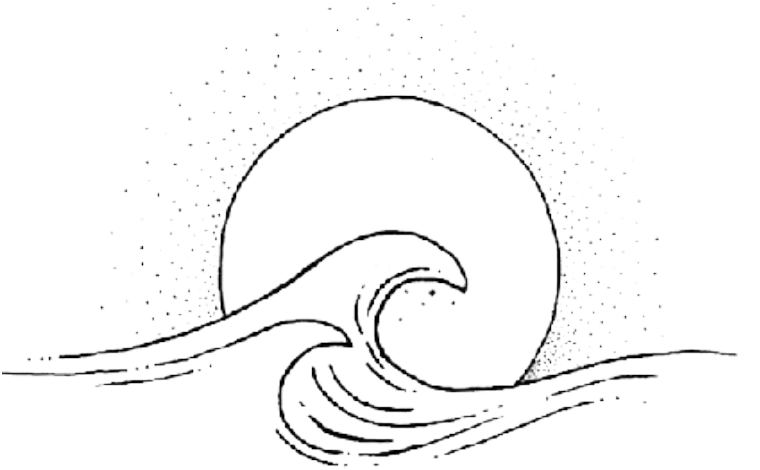
O grande desafio que se tem é o desenvolvimento da atividade turística sem prejuízo para a identidade cultural da sociedade. Não existe resposta pronta para tal questionamento, a não ser o desenvolvimento de projetos de turismo cultural específicos, que levem em consideração as peculiaridades locais e garanta a geração de emprego e renda com impactos negativos diminutos, tanto em relação ao meio ambiente, quanto ao Patrimônio Cultural (RODRIGUES, 2003).

O turismo de lazer em Mosqueiro tem deixado muito mais malefícios do que benefícios. Logo, pensamos numa possibilidade de turismo cultural que utilize o Patrimônio Cultural material do lugar. Nesse sentido, pensamos um roteiro turístico e cultural, com visitas programadas aos chalés da ilha, que têm uma localização privilegiada – ficam na orla, que vai desde a Praia do Bispo até a Praia do Murubira. Sendo assim, o turista pode aproveitar não apenas a parte cultural, mas, também, as belas praias de rio com formação de ondas. O poder público poderia desapropriar um desses casarões que estão abandonados e se deteriorando, como é o caso do Canto do Sabiá, Briconly, Belvedere e outros, pagando a devida indenização ao proprietário, para transformar esse espaço num possível Museu da Borracha ou da Belle Époque, e incluir o museu no roteiro. Se não se pensar em propostas como essa, ocorrerá com a maioria dos chalés o que aconteceu com o Recreio Ibi, na Praia do Ariramba: foi demolido, antes que alguém pensasse em tombamento, por conta da especulação imobiliária, já que, uma vez tombado, o bem não poder passar por reestruturações a menos que aprovada pelo órgão responsável pelo tombamento.[1]

A utilização do Patrimônio Natural como mote para o turismo também é uma alternativa de geração de renda, uma vez que Mosqueiro possui uma região de ilhas extensa, propícias à prática do ecoturismo.

Contudo, nosso intuito é apresentar o Patrimônio Cultural Material de Mosqueiro, ligado à história da Bela Época de Belém, no ensino de História, por meio da Educação Patrimonial, como um elemento que pode ser apropriado pela população local, para que seja utilizado turisticamente, pensando na preservação desses bens culturais e conservação da memória e identidade cultural local. Dentro dessa lógica, conhecer um pouco da História de Mosqueiro é importante para se pensar no futuro de seus moradores, com a garantia de que parte importante da sua identificação cultural não se perca, devido a um turismo de lazer desordenado e uma especulação imobiliária voraz. Além de que, dessa forma, o ensino de História se torna interessante, ligado às questões do cotidiano da localidade, da vida do aluno, problematizado a partir das vivências, e portanto, capaz de construir conhecimento que sirva de orientação para a vida prática.

[1] É possível ocorrer a salvaguarda de um bem cultural pela esfera da União, por meio do IPHAN; estadualmente, no caso do Pará, pelo DEPHAC, ou no município de Belém pela FUMBEL.

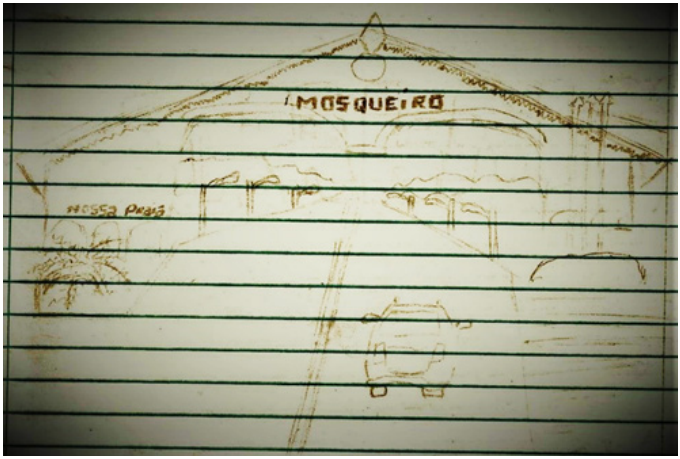


CAPÍTULO 4

Ensino e patrimônio – expandindo a sala de aula

A PESQUISA COM OS ALUNOS E O DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO

FIGURA 23: A forma como o aluno Lucas Oliveira apresentou sua apropriação do conhecimento construído.



Fonte: Relatório do aluno Lucas Oliveira da turma 302 de 2017.

Neste segmento de nosso texto, dialogamos com a produção dos alunos, com a maneira como o trabalho foi desenvolvido. Um exemplo inicial: vemos no desenho feito pelo Lucas Oliveira, representando a chegada em Mosqueiro, na passagem pelo Pórtico que fica antes de se chegar ao Trevo, em que se pode decidir ir para o rumo do bairro do Chapéu Virado ou seguir para o Carananduba. É interessante salientarmos que a construção de nossa narrativa envolve o relato do passado, periodizado na virada do XIX para o século XX, em Belém e na Ilha, e a descrição da prática de Educação Patrimonial dentro e fora da sala de aula com alunos do 3º ano do Ensino Médio, de 2017 e 2018, da escola Honorato Filgueiras, em Mosqueiro – Distrito Administrativo da capital do Pará. Traba-

lhamos com a aplicação de questionários aos alunos, na lógica de perceber inicialmente o que eles trazem de repertório cultural relacionado ao debate que propomos. Para tanto, o *Guia Básico de Educação Patrimonial*, produzido pelo Ministério da educação, MEC, aponta-nos um caminho a percorrer, começando com o desenvolvimento da compreensão de conceitos basilares, passando pela identificação e apropriação dos bens culturais até sua valorização (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999).

O trabalho em sala de aula, a partir do funcionamento do Programa Nacional do Livro Didático, muito se utiliza dessa ferramenta importante de trabalho. Entretanto, Paulo Knauss (2012) critica os livros didáticos, identificando-os como integrantes de uma cadeia normatizadora no ensino, o qual entrega aos alunos o conhecimento pronto. Frisamos que nosso trabalho produziu um texto didático de Educação Patrimonial para Mosqueiro, que apresenta o exemplo de uma prática em educação voltada para o patrimônio, como uma forma de construir conhecimento junto aos alunos, incluindo conceitos patrimoniais, informações sobre a visita técnica, roteiro cultural e pedagógico e a produção dos alunos, mostrando como se apropriaram do patrimônio e conhecimento a respeito da História local.

Paulo Knauss questiona a utilização de imagens e fontes de forma ilustrativa, perdendo a noção de problematização e historicização dos documentos. Discute que essas fontes devem ser analisadas por meio do "processo indutivo de conhecimento histórico" (KNAUSS, 2012, p. 37). Sendo que tal processo, que passa por percepção, intuição, crítica e criação, deve ser condicionado e conduzido pela atuação docente (KNAUSS, 2012, p. 42). Aqui podemos fazer referência à metodologia de Educação Patrimonial, produzida oficialmente pelo IPHAN, que, de maneira semelhante, inclui quatro etapas: observação do bem cultural, pelos sentidos; registro, por descrição, fotografias, desenhos, etc.; exploração, por meios de pesquisa em documentos diversas; e, apropriação, por meio de poesia, dramatização, filme, texto, etc (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 9). Logo, a prática docente por meio da Educação Patrimonial é condizente com a prática de um professor que tem a pesquisa como principal ferramenta de ensino.

À luz do que discute Paulo Knauss sobre a utilização das fontes em sala de aula, consideramos que o bem cultural deve ser apresentado ao aluno como documento, e esse aluno, com a mediação do professor, irá percebê-lo ou observá-lo, intuí-lo ou registrá-lo, criticá-lo ou explorá-lo e criar ou se apropriar, estabelecendo diálogo entre a indução do conhecimento histórico e a metodologia de Educação Patrimonial. Ao passo que é o aluno quem deve ler o mundo no processo de ensino e aprendizagem. O professor também deve continuar a ler o mundo, na ótica de refletir a sua prática, continuar sua formação, investindo cada vez mais na pesquisa:

> Desse modo, nós, professores/educadores, temos um desafio pela frente: recuperar o conceito de pesquisa como experiência histórica, isto é, como elemento da atividade humana, como constitutivo do social, o que supõe apreendê-lo em seu movimento de constituição e, metodologicamente, implica desvendar as diferentes articulações que os usos da palavra pesquisa estão ajudando a construir, respondendo a indagações como: que relações criaram, que memórias ajudaram a constituir, a quais sujeitos se referem (PEIXOTO, 2015, p. 39)?

É interessante pensar o processo de ensino e aprendizagem como uma ferramenta de formação de pessoas que está sempre em transformação. E nessas alterações, o professor possui uma relevância extrema, principalmente no que diz respeito à reflexão sobre sua práxis, no que tange à pesquisa sobre sua ação, no sentido de utilizar os dados de sua investigação para reforçar condutas exitosas, para reconstruir estratégias que não surtiram o efeito esperado, para perceber como os alunos interagem no processo:

> É desse modo que, atualmente, falar em professor como pesquisador nos remete ao professor reflexivo, à pesquisa-ação, à pesquisa sobre a própria prática, entre outros. Tal fato leva a considerar, [...], que as diferentes denominações que caracterizam o professor pesquisador assentam-se sob o mesmo paradigma, qual seja, o do professor reflexivo cujo escopo está em formar um professor que pensa, que reflete sobre sua própria prática e elabora estratégias em cima dessa prática, assumindo sua realidade escolar como um objeto de pesquisa, de reflexão e de análise (FAGUNDES, 2016, p. 292).

O fazer-se enquanto um professor-pesquisador também nos leva a buscar o que os alunos trazem consigo, a bagagem cultural que chega com os discentes. O aluno já possui um léxico histórico que usa no dia a dia para compreender e/ou explicar as situações do cotidiano. Realidade vivida que é trazida para dentro da sala de aula. Em muitos casos as ideias vindas com os discentes não são suficientes para explicar os fenômenos sociais. Tendo em vista tal fato, considerar o conhecimento prévio do aluno é uma estratégia para que a compreensão dos conceitos históricos possa se estabelecer com uma relação direta ao cotidiano vivido pelo jovem. Sendo que é necessário ir além da bagagem que o aluno traz consigo, avançando para a construção de significados de conceitos que transcendam o senso comum e que possam representar conhecimento histórico construído na escola (SCHMIDT, 1999, p. 148).

Partindo desse debate, aplicamos questionários aos alunos. Para as turmas da manhã do terceiro ano do Ensino Médio de

2017[1], 301 e 302, do Honorato Filgueiras, os questionamentos iniciais eram:

> 01- Como o ensino de História pode lhe ajudar em sua vida prática?
> 02- O que você entende por Patrimônio Cultural?
> 03- O que podemos considerar como Patrimônio Cultural de Mosqueiro?
> 04- O que você acha que é importante estudarmos sobre a História de Mosqueiro? Por que?
> 05- O que do passado da "Ilha" permanece em nosso presente?
> 06- Esse passado de Mosqueiro faz parte da sua História de vida? Como você se identifica com esse passado?

As respostas para as três primeiras perguntas foram apresentadas no primeiro capítulo deste livro. Acerca da História de Mosqueiro, por opção nossa, caminhamos para a reconstituição do passado no qual surgiram os bens culturais indicados pelos alunos, aqueles que apareceram com maior frequência nas respostas, tanto dos alunos de 2017, quanto dos de 2018. Por conta disso o terceiro capítulo associou economia da borracha em Belém e Mosqueiro na virada do século XIX para o XX, momento em que surgem em Mosqueiro os chalés, o mercado, a Igreja, o Trapiche – o Patrimônio Cultural mencionado pelos alunos.

O segundo questionário aplicado em 2017, que também foi aplicado em 2018, com o mesmo conteúdo, apresentou as seguintes perguntas:

> 01- Qual sua idade?
> 02- Você é natural de Mosqueiro? Se respondeu NÃO, de onde você é? Com que idade você veio morar na Ilha?
> 03- Você trabalha? Se a resposta dor SIM, onde você trabalha e qual a sua profissão?
> 04- Qual a renda de sua família?
> ( ) Menos de 1 salário mínimo;
> ( ) 1 Salário mínimo;
> ( ) 2 Salários mínimos;
> ( ) 3 Salários mínimos;
> ( ) 4 Salários mínimos;
> ( ) Mais de 4 salários mínimos;
> 05- Qual a escolaridade de seu pai?
> 06- Qual a escolaridade da sua mãe?
> 07- Seu pai é natural de Mosqueiro? Se respondeu NÃO, de

[1] A sequência didática aplicada às turmas de 2017 ocorreu antes da realização da qualificação, quando recebemos várias orientações e sugestões ao trabalho. Nesse sentido, algumas mudanças foram necessárias e novos rumos foram adotados. O que resultou na execução de uma seleção do que aproveitar do trabalho de 2017.

onde ele veio? Em que ano chegou em Mosqueiro?
08- Sua mãe é de Mosqueiro? Se respondeu NÃO, de onde ela veio? Em que ano chegou em Mosqueiro?
09- Você possui computador em casa?
10- Você possui acesso à Internet em casa?
11- Você mora em casa própria, alugada, ou na casa dos avós?
12- Qual(ais) o(s) principal(ais) meio(s) que você utiliza para se informar? (pode marcar mais de uma opção)
( ) Internet;
( ) Televisão;
( ) Revistas/Jornais;
( ) Livros;
( ) As aulas da escola;
13- Com que frequência você lê livros?
14- Você gosta de ler, sim ou não? Por que?
15- Você possui Smartphone?
( ) SIM ( ) NÃO
16- Você participa de redes sociais? Se você respondeu SIM, de qual ou quais você faz parte?
17- Com que frequência você acessa suas redes sociais?
18- Quais os seus interesses em participar de redes sociais? O que você busca numa rede social?
19- Aponte fatores positivos e negativos das redes sociais que você participa.
20- Com suas palavras, diga quem você é?

O que os alunos responderam foi utilizado para traçar um perfil sócio econômico e identitário das turmas, já apontado no primeiro capítulo. Salienta-se que apenas 1 aluno disse que não gostava de ler. Isso é importante para a confecção do material didático na forma de texto escrito, uma vez que a maioria absoluta dos alunos afirma que gosta de ler.

O terceiro conjunto de questionamentos aos alunos das turmas de 2017 foi:

01- O que você entende por:
a) História.
b) Memória.
c) Identidade.
d) Cultura.
e) Cidadania.
f) Patrimônio Cultural.
g) Educação Patrimonial.

As respostas a essas perguntas aparecem no conteúdo do primeiro capítulo desta obra, quando debatemos esses conceitos, relacionando o que os alunos disseram às ideias de pesquisadores dos temas.

A lista de questionamentos iniciais aos alunos do terceiro ano de 2018 assim se organiza:

01- O que é e para que serve a História?
02- O que é memória? Existe diferença entre história e memória? Explique sua resposta.
03- Em que o ensino de História nos ajuda? Explique
04- O que você entende por Patrimônio Cultural?
05- O que você considera como Patrimônio Cultural em Mosqueiro? Por quê?
06- Como você conecta o que você considerou como Patrimônio na Ilha com a sua história de vida? Existe alguma relação? Explique.
07- O que é identidade? O que identifica você?
08- O que é Educação Patrimonial? Em que pode nos ajudar? Explique.
09- O que é cidadania para você? Explique.
10- O que você entende por cultura?

O que os alunos responderam nessas questões integram o debate de conceitos relacionados ao ensino de História e à Educação Patrimonial, presente nos dois primeiros capítulos deste trabalho. Um dos questionamentos mais importantes desse rol é a pergunta que indaga aos alunos sobre o que consideram como Patrimônio Cultural em Mosqueiro, no intuito de se pensar um ensino preocupado não com aquilo que o Estado diz que é patrimônio, mas interessado no que as próprias pessoas consideram como tal; nesse caso, o que os discentes identificaram como herança cultural. É a partir do que os alunos indicaram como bens culturais em Mosqueiro que selecionamos os conteúdos e traçamos uma estratégia de construção de currículo, que se utilizou do ensino da História local da Ilha.

Realizamos uma visita orientada, por meio de passeio ciclístico, ao conjunto arquitetônico: os bens culturais que os alunos mais mencionaram em suas respostas. Seguindo a orientação da metodologia de Educação Patrimonial, a qual é muito semelhante ao modelo de "indução ao conhecimento histórico", referenciada anteriormente, os discentes do terceiro ano do Ensino Médio, de 2017, produziram um relatório seguindo as etapas: observação, registro, exploração e apropriação. O primeiro e o segundo itens estão relacionados com a visita técnica aos bens culturais, quando os alunos observaram e registraram por meio de fotos feitas em seus celulares. O terceiro ponto corresponde à pesquisa que os educandos fizeram com o auxílio de aulas expositivas realizadas pelo professor. Por fim, apresentaram o resultado do trabalho, mostrando como se apropriaram do patrimônio em questão, por meio do que eles próprios decidiram fazer: poemas, desenhos e textos dissertativos. Nosso material didático, no apêndice deste trabalho, dialoga com a produção dos alunos.

A sequência didática realizada com as turmas de 2018 foi elaborada após a qualificação da Dissertação, portanto, depois de receber críticas sobre a leitura do *Guia Básico de Educação Patrimonial*, já referenciado. Utilizamos, então, a leitura de Simone Scifone (2012) que questiona o guia, mas reconhece sua importância:

> O guia teve uma importância como marco da necessidade de afirmação de uma área nova dentro da tutela patrimonial e contribuiu fundamentalmente por sistematizar questões que estavam dispersas, tornando-se, assim, uma obra de referência no país. Mas qualquer conhecimento deve ser entendido como historicamente datado, como produto de um momento e das reflexões que foram possíveis produzir naquele momento. As práticas em Educação Patrimonial pedem, há muito tempo, que se avance em relação àquelas proposições. (SCIFONI, 2012, p. 31-32)

Decidimos não descartar a utilização das orientações passadas pelo material lançado em 1999, mas apresentar o(s) principal(ais) questionamento(s) feito(s) a ele: as discussões giram em torno da conceituação de patrimônio, pouco se preocupa com a expressão educação, que nunca é neutra, que apresenta um sustentáculo ideológico (SCIFONI, 2012, p. 32). Por conta disso, discutimos intensamente a perspectiva educacional e de seu currículo, no que diz respeito ao ensino de História, e dentro da possibilidade do ensino da disciplina, utilizar as concepções dos alunos sobre patrimônio em Mosqueiro, para traçar um plano de trabalho. A autora em questão dialoga sobre a necessidade da Educação Patrimonial também fazer sua opção por educação emancipadora, que considere a comunidade como elemento atuante na patrimonialização dos bens culturais (SCIFONE, 2012, p. 32):

> Não seria necessário enfatizar este primeiro pressuposto não fosse a quantidade de projetos que vemos pelo país, em que as comunidades são tratadas como receptoras de ações instituídas pelos técnicos-especialistas, aqueles que se veem e agem como os verdadeiros detentores de conhecimento sobre o patrimônio. Projetos criados de cima para baixo, sem ouvir os principais interessados, sem conhecer o local e as pessoas e, portanto, sem um diagnóstico prévio sobre as questões que envolvem o lugar (SCIFONE, 2012, p. 32).

Ressaltamos que, embora o debate da salvaguarda esteja presente em nosso trabalho, ele não é eixo central. O ensino de História é nossa preocupação maior, a partir de uma estratégia de Educação Patrimonial que levou em conta o que os sujeitos desse processo pensam ser patrimônio em Mosqueiro – os alunos. Uma das preocupações nítidas de Simone Scifone, em seu texto, é com a

relação das pessoas com os bens culturais: que seja efetiva, não de distanciamento de um patrimônio definido por técnicos que não possuem afetividade para com os bens de determinado local (SCIFONE, 2012, p. 33). Diante do exposto, no relatório solicitado para as turmas de 2018, além dos itens consagrados pelo *Guia Básico de Educação Patrimonial*: observação, registro, exploração e apropriação, acrescentamos o elemento "Relação das pessoas com o bem cultural pesquisado, no passado e no presente".

A principal atividade do conjunto do trabalho foi a aula de campo, realizada pelas quatro turmas: dois terceiros anos do Ensino Médio da manhã de 2017, e duas turmas da mesma série e turno de 2018. As visitas ao patrimônio ocorreram por meio de passeio ciclístico, com a participação dos professores de Geografia (Aldo Rodrigues), Educação Física (Gilderson Trindade) e o técnico pedagógico da escola (Arnaldo Azevedo), para se trabalhar numa perspectiva interdisciplinar (ou multidisciplinar).
O roteiro percorrido pelas turmas de 2017 e 2018 foi:

TABELA 4: Itinerário do passeio ciclístico e suas respectivas paradas.

Nº	IDENTIFICAÇÃO	ENDEREÇO	PERÍODO
1	BELA VISTA	MURUBIRA	DE CONSTRUÇÃO
2	G U A N A B A R A (BELA ÉPOCA)	MURUBURA	Início do séc. XX
3	CHALET SISSI	MURUBIRA, 2779	Início do séc. XX
4	CHALET STA. THEREZINHA	MURUBIRA	Início do séc. XX
5	CHALÉ LUSIGNAM DIAS	MURUBIRA, 106	Início do séc. XX
6	CHALÉ MURUBIRA	MURUBIRA, 12	Início do séc. XX
7	CHALÉ EM RUÍNAS S/ IDENTIFICAÇÃO	MURUBIRA	Início do séc. XX, provavelmente, em 1916.
8	RUA ARTHUR PIRES TEIXEIRA	PORTO ARTHUR	----------
9	CHALÉ BRICONLY	PORTO ARTHUR	----------
10	CHALÉ PORTO ARTHUR	PORTO ARTHUR	Início do séc. XX
11	CHALÉ CARDOSO	CHAPÉU VIRADO, 13	Início do séc. XX, em 1905.
12	CAPELA DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS	PRAÇA DO CHAPÉU VIRADO	Início do séc. XX

13	CHALÉ PORTO FRANCO	FAROL	1909
14	HOTEL FAROL	FAROL	Início do séc. XX
15	CANTO DO SABIÁ	BISPO	Década de 1920.
16	CORETO DA VILA	PRAÇA MATRIZ, VILA	Década de 1930
17	TRAPICHE DA VILA	PRAÇA MATRIZ, VILA	Início do séc. XX
18	VISTA DA FÁBRICA BITAR	PRAIA DO AREIÃO	1908
19	MERCADO DA PRAÇA MATRIZ	VILA	1924
20	RETORNO À ESCOLA	MARACAJÁ	1913
			Década de 1940

Nas palavras de Maria das Graças Leal: "As fronteiras de paredes e instituições foram ultrapassadas e ricamente reconstruídas nas rotinas, no cotidiano das ruas. Os educandos tiveram a oportunidade de pôr em prática o conjunto de conhecimento sobre história [...] discutido nas atividades teóricas" (LEAL, 2011, p. 143). A visita ao patrimônio, momento em que realizamos aula no espaço da cidade, na rua, fora dos muros da escola, fato que por si só já causa uma ansiedade e uma euforia nos alunos, no sentido de se engajarem ao projeto, representou também um momento de liberdade:

> É importante, pois, que as oportunidades de interação dos sujeitos com os espaços de vivência cotidiana tenham como referência o tempo presente como plataforma de sustentação ao processamento dessas articulações geradoras de significado. Ao se interagirem ativamente com os lugares no sentido da percepção atenta e consciente da sua relação existente com a cidade e entre suas partes, os sujeitos revalidam suas memórias no sentido de operações de reconhecimento das relações já a eles apresentadas (CURY; MORAES, 2011, p. 6).

Selecionamos parte da produção dos alunos, que apresentamos neste tópico. O Clayderson (301 – 2017),[2] na apropriação apresentou uma poesia, intitulada "Ilha do Amor":

> Mosqueiro, Ilha dos amores,
> Seus esplendores geraram flores
> Para cultivar.
> Lugar peculiar, para se amar.

[2] Em 2017, a produção dos relatórios foi individual.

O som do mar será a música
Que irá nos eternizar.
A luz do luar é a lanterna do Farol,
Que se apaga ao nascer do sol.
Ilha do amor, lembrança do que passou...
Só o que ficou foi meu amor por ti, Mosqueiro.
Ilha de belezas sem igual,
Lugar onde habito, onde quero viver e,
Um dia, morrer.

Em seu relatório, a aluna Eliane (301 – 2017) diz assim: "É imprescindível que o projeto de aula passeio ciclístico continue, para que nós e as gerações vindouras conheçamos tudo sobre nossa Ilha". Conclui com uma poesia com o título "Mosqueiro":

Mosqueiro, lugar de descanso,
Com suas belas praias, que ao
Final da tarde, não há algo
Melhor do que ver o pôr do sol.
Na Praça Cirpiano Santos, temos a
Famosa tapiocaria, que atrai
Visitantes de todos os lados.
Os chalés com sua arquitetura estrangeira...
Muitos estão desgastados pelo tempo,
Deixando sua história se perder, como se
Fosse algo que pudesse voltar do dia para a noite.
Mas... Mosqueiro, por que você está tão esquecido?
Tu que já fostes palco de treinamento para guerra mundial.
Sem esquecer da Fábrica Bitar,
Que produziu borracha sem cessar.
E hoje estás tão abandonado.
Será que algum dia vão lembrar de você?

A aluna se refere ao treinamento dos soldados, que poderiam ir combater na Segunda Guerra Mundial, realizado na "Bateria de Guerra", no bairro do Farol, onde hoje se tem uma rua que o povo chama "Bateria", em alusão ao fato. Refere-se também à Fábrica Bitar, implantada em Mosqueiro, em 1924, e que funcionou até a década de 1980. Contudo, percebe-se uma melancolia nas palavras da aluna, relacionada principalmente ao desleixo do poder público em relação ao cuidado com o lugar, como vemos nas reclamações da aluna Elisabele (301 – 2017):

> A aula passeio me fez ter certeza da importância que tem saber sobre o local do qual você mora, sobre a história da Ilha, sobre sua urbanização. É importante sabermos disso para haver memórias no futuro. O que pude observar é que alguns casarões já viraram ruínas, alguns estão à venda ou já foram vendidos, e pouquíssimos ainda estão conservados. A Beira-Mar padece com a erosão, o Trapi-

> che da Vila não é mais como era, ou pior, muitas coisas não são como antigamente, e ninguém faz absolutamente nada; locais que poderiam servir como pontos turísticos, estão se perdendo com o tempo. Órgãos direcionados à cultura e turismo poderiam olhar com mais apreço para a situação, tentar reverter esse quadro degradante (Elisabele, 301 – 2017).

Na esteira da insatisfação, a aluna Rhillary (301 – 2017) expressa sua indignação em seu relatório dizendo:

> Mosqueiro foi praticamente esquecido pelos governantes. Só lhe é feito o básico nas férias, como por exemplo: limpeza de matos nas ruas, troca de lâmpadas nos postes, emendas de asfalto, percebemos mais viaturas nas ruas, limpeza nas praças, e outras coisas, que são feitas somente porque pessoas de outros locais nos visitam nas férias (Rhillary, 301 – 2017).

A Rhillary também compôs uma poesia:

> Mosqueiro, beleza que iria ser
> Transformada em capital,
> Sequer virou cartão postal.
> Em ti, Mosqueiro, algumas
> Histórias passaram e
> Rastros deixaram.
> Turistas que vêm e que vão.
> Ondas de amores e desamores.
> O céu tão brilhante,
> Que encanta os amantes.
> Seus chalés são lembranças
> Vazias como as atuais casas.
> Memórias perdidas entre
> Suas escadas.
> Museu de emoções,
> O que existe em seus porões?
> História trancada,
> Guardada, fechada.

A jovem se refere no início do poema à possibilidade de Castelo Branco ter aportado na Baía do Sol, em Mosqueiro, para iniciar a construção de um forte. Os porões dos chalés, na maioria, são utilizados para abrigar a família do cuidador da casa, ou do "caseiro", como chamamos o trabalhador que repara o imóvel esperando o dono chegar no final de semana. Nosso trabalho de ensino de História por meio do patrimônio buscou destrancar, abrir o passado em busca de informações que garantam nosso direito à memória e à identificação com o local.

Ainda com um tom de melancolia, mas com uma dose de esperança, o aluno Tiago disse "optei por fazer uma poesia", que re-

cebeu o título “Braço de mar”:

> Na beira do mar
> Posso te ver.
> Mas não posso transcrever
> O que sinto por você.
> Mosqueiro, Ilha de encantos...
> Em sua praia quero me banhar,
> Onde as ondas vêm como prantos,
> Na esperança de um amanhã melhor.
> Em sua areia branca, muito franca,
> Espero que nada se perca.
> Uma conquista de glória,
> Que o tempo não levou, o conservou.
> Essa é nossa história.

Trilhando outro rumo, diferente do tom melancólico, a aluna Lilian (302 – 2017) fez uma poesia com o título “Mosqueiro” bem ao estilo exaltação:

> Mosqueiro de beleza sem igual.
> Meu paraíso, terra tão natural.
> Seus igarapés e praias têm esplendor.
> Bela és tu, Ilha do amor.
> Mosqueiro, teu povo é teu protetor.
> Tu és fascinante como o nascer e o pôr.
> Chalés com sua história sensacional,
> Seu Patrimônio Cultural.
> Moqueio, para os índios foi a morada.
> Transformou-se em Mosqueiro, a Ilha amada.
> Sua história jamais será esquecida.
> Saiba que tu foste a bucólica escolhida.
> És tão amada e graciosa.
> Mosqueiro, a Ilha mais formosa.
> Forte é tua população.
> Amado arquipélago que mora em nosso coração.

No relatório da Karlla, Gabriela e Laynne (301 – 2018)[3] ncontramos os seguintes textos, que as alunas apresentaram como a apropriação da aprendizagem, onde expressam indignação acerca do desrespeito com o bem cultural:

> Observamos que ao longo do passeio, o patrimônio que é o Trapiche, está deteriorado. Nas nossas pesquisas vimos fotos antigas de quando ele ainda era valorizado. Infelizmente, a realidade do trapiche, hoje, é totalmente diferente: está acontecendo uma obra que há bastante tempo está por terminar. Na minha opinião, a ponte do trapiche

[3] Para as turmas de 2018 criei a possibilidade de os relatórios serem feitos em grupos de trabalho, individualizando apenas a produção da apropriação.

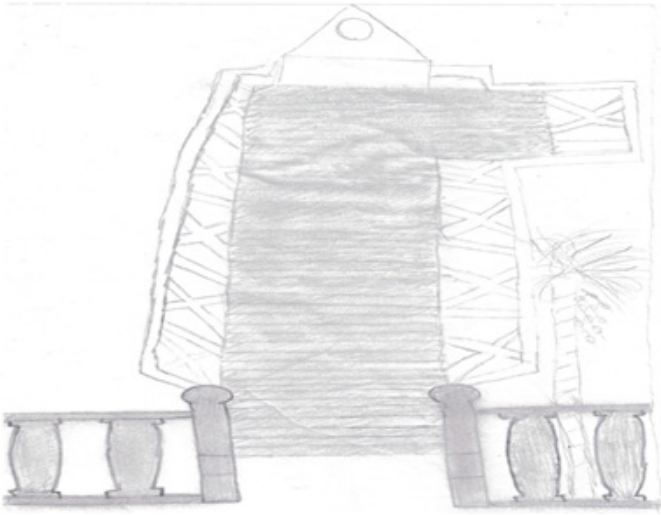
> deve ser valorizada, pois era o local onde ocorria toda a interação entre Mosqueiro e outros lugares (Gabriela, 301 – 2018).

> No trajeto que fizemos, o Trapiche, que chegou a ser um ponto turístico de Mosqueiro, é um patrimônio abandonado. Agora está numa reforma que nunca acaba e ninguém tem acesso a ele. (Karlla, 301 – 2018)

> Na minha opinião, deveriam preservar a maioria dos pontos turísticos. Deveríamos reconhecer o que o trapiche representa do passado. Representa um marco histórico. Tivemos o privilégio de ter visto. Hoje ele será construído de concreto. (Laynne, 301 – 2018)

A Laynne fez um desenho do Trapiche, que acompanha a sua apropriação:

FIGURA 24: Representação do trapiche.



Fonte: Relatório das alunas Gabriela, Karlla e Laynne, da turma 301 de 2018.

O Luan (turma 301, 2018), que produziu o relatório individualmente, apresentou um trabalho bem organizado, seguindo as orientações: na observação fez um relato detalhado de vários pontos e diálogos feitos durante a aula passeio ciclístico. Registrou a aula de campo com algumas fotos, dentre elas:

FIGURA 25: Selfie registrada pelo aluno Luan.

Fonte: Relatório do Luan, da turma 301, de 2018.

Realizou uma pesquisa interessante, ressaltando dados como a inauguração da Praça em 1868, pelo vice governador da Província, Siqueira Mendes, hoje nome dado à rua que passa por trás do Mercado Municipal. Salientou a comemoração do centenário da adesão do Pará à Independência, em 1923, ocorrida na Praça Matriz da Ilha e fez um interessante comparativo de imagens:

FIGURA 26: A Praça Matriz ontem e hoje.

Fonte: Relatório do Luan, da turma 301, de 2018.

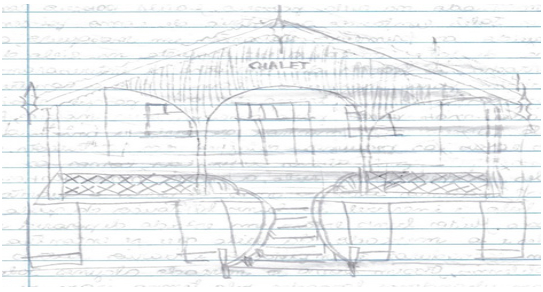
Na relação do bem cultural com o cotidiano das pessoas, o Luan destacou a vida comercial de mosqueirenses que aproveitam a praça para obter renda, principalmente no mês das férias escolares, mês, que o aluno ressaltou, que belenenses vêm para a Ilha, e para a Praça Matriz, para comercializar algo. O educando escreveu um poema:

Oh Praça da Matriz
Ponto turístico de famílias e veranistas
Que aqui vêm apreciar e contemplar
A beleza do pôr do grande sol.
Vêm também ter maior proximidade com a natureza,
Com suas grandes e históricas árvores que ali se encontram,
Desde o tempo de nossos bisavôs.
Na tapiocaria podemos desfrutar um pouco das delícias do Pará:
As diversas gostosuras que podemos comprar,
Para ajudar os trabalhadores que dali dependem
Para se sustentar.
Às 18h vem o sino da Matriz a badalar,
Avisando que mais um dia está por se encerrar.
Casais que se encontram para namorar,
Desfrutando a imensidão do grande mar,
Onde ficavam os navios que partiam para a Baía do Guajará.

O aluno, no poema, conseguiu relacionar o bem (Praça da Matriz) com as práticas do cotidiano da vida das pessoas: trabalho, sustento da família, diversão, aproveitar a natureza, considerar a vista do rio Pará, braço do Amazonas, lembrando que dali da Praça, do Trapiche, outrora, partiam embarcações rumo a Belém.

As alunas Fabiana e Adrielly (301 – 2018) construíram um relatório com todos os pontos solicitados. Na observação, o que chama a atenção é a percepção das jovens sobre o estado de deterioração dos bens culturais, com destaque dado ao Mercado, no qual as educandas identificaram a existência de infiltrações e rachaduras no prédio. O registro feito é um ponto interessante do trabalho, onde há a apresentação de um desenho de um chalé, que muito se assemelha ao "Cardoso", localizado na Avenida Beira Mar, na praia do Chapéu Virado.

FIGURA 27: Representação de um chalé.



FONTE: Relatório da Fabiana e da Adrielly, alunas da 301 de 2018.

A exploração feita pelas alunas caminhou na direção da reprodução de alguns *links* disponíveis da *Internet*, com informa-

ções genéricas sobre Mosqueiro. Sobre as formas de uso dos bens culturais, as alunas explicaram como o prédio do mercado da Vila era usado no passado: garagem dos vagões que corriam nos trilhos que iam do Trapiche ao Porto Arthur, e eram puxados por burros. Enquanto, no presente, atestam que o mercado é de onde famílias tiram seu sustento, inclusive com a venda de comidas típicas. A Fabiana mostrou sua apropriação por meio de texto dissertativo, em que vai destacando alguns pontos importantes, na visão dela, do passeio ciclístico. Em um trecho diz:

> A intenção do passeio foi nos aproximar de nosso passado. Foi uma excursão de prospecção (aula passeio) à orla, alguns lugares que podem ser considerados pontos turísticos. Isso fez parte da ação didática do professor, para que nós, alunos, entrássemos em contato com a história do lugar. Foi uma iniciativa bem elaborada pelo professor. Fez com que tivéssemos um olhar diferente sobre a história (Fabiana, 301 - 2018).

A Débora (301 – 2017) comentou "me arrisquei a compor uma poesia" – "Chalés Eternos":

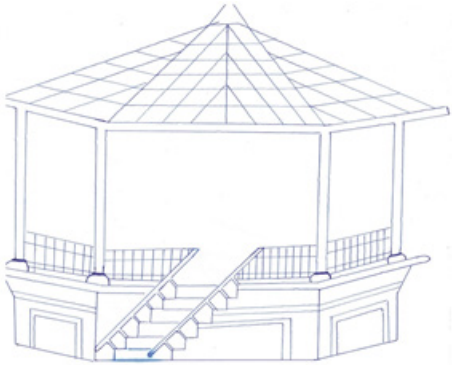
> Suas marcas na história
> Deixaram para sempre
> Através de sua arquitetura convenceram muita gente
> Mostraram seu valor
> E todo o seu amor
> Conquistaram corações
> Pelas suas construções
> De ferro importado
> Juntamente ao seu modelo
> Transformaram o vilarejo
> Na bucólica Mosqueiro
> Chalés que embelezam
> A orla do arquipélago
> Mostram aos moradores
> O quanto Mosqueiro é belo.

Ana Cristine, Carlos Gabriel e Evandro Henrique (301 – 2018) escreveram assim sobre o coreto da Praça Matriz:

> O coreto tem uma influência grande na vida do mosqueirense: as pessoas o usam para seus momentos especiais, como, para dar um passeio, namorar, fazer encontro entre amigos. É usado para se trazer atrações artísticas, para se fazer shows. Até mesmo para ensaios fotográficos. Cada um usa o coreto de sua forma (Ana Cristine/ Carlos Gabriel/ Evandro Henrique).

A aluna Elma (301 – 2018) sobre o coreto fez um desenho que apresentou como sendo sua apropriação do conhecimento:

FIGURA 28: Apropriação da Elma, em forma de desenho, retratando o Coreto[4].



FONTE: Relatório da aluna Elma, 301 de 2018.

Individualmente a Ana Cristine (301 – 2018) elaborou um poema:

Mosqueiro céu, Mosqueiro mar.
Cidade linda de se morar!
Suas praias e sua Praça,
Sua tapiocaria e sua Igreja...
Da estátua, quem é Princesa?
Tem o trapiche e a fábrica...
História marcada pela época da borracha.
De noite as pessoas a passear.
Nos eventos, a se emocionar,
Se distrair e se alegrar.
Não tem como não se apaixonar,
Por essa cidade que só tem a encantar.
Ah Mosqueiro! Tanta história para contar.

Do trabalho da Luzivania, Mayara e Vanessa (301 – 2018) destacamos o poema:

No mercado de Mosqueiro
Há muitas coisas a explorar:
Comidas típicas para degustar

[4] Bem cultural que está presente no conjunto que antes se denominava "Largo da Matriz", pelo menos desde a primeira década do século XX, conforme verificamos nos postais daquela época, como no que foi mostrado no trabalho do Luan (Figura 25).

E artesanato para apreciar.
Tem de tudo um pouco,
E atrai os veranistas,
Para o tempo bom aproveitar.
Adorado é o centro cultural.
A verdadeira poesia...
Passeio para o freguês desfrutar,
Todo dia.
Santuário da gastronomia...
Produtos para agradar.
Atendimento da melhor maneira.
Muito amor no que se vai saborear.
Tudo fresquinho, tudo original,
No mercado municipal.

O mercado da Vila servia de garagem para os vagões que transportavam pessoas na Ilha. O *blogger* Cássio Silva indica a data de 18/08/1913 como sendo o momento da inauguração do mercado(Fonte:http://ilhadomosqueiro.blogspot.com/2016/05/o-mercado-municipal-do-mosqueiro-pa.html. Acesso em: 29 dez. 2018). Entretanto, os periódicos do final do século XIX já apontavam a existência do Mercado, apresentando balancetes, como o que podemos ver na edição 332 de *O Pará*, de 06/01/1899, na página 1, indicando uma renda de 20$000.

Ana Caroline, Larissa e Andrielly (301 – 2018) evidenciaram a Igreja Matriz (católica), situada na Praça da Matriz. Destacaram que no ano de 2018 a Paróquia de Nossa Senhora do Ó completou 150 anos de sua inauguração que data de 10 de outubro de 1868, quando o Vice Presidente paraense, Manuel José da Siqueira Mendes, assina o decreto transformando Mosqueiro em Freguesia, sob a invocação de Nossa Senhora do Ó. Pelo trabalho, percebemos que as jovens são católicas e que tratam a Igreja com uma enorme afetividade, expressa, por exemplo, nos poemas que fizeram:

Lá naquela Matriz,
O passado e o presente
Se encontram e conversam.
Nosso povo é que sente
Alegria quando se abraçam
E lutam por um mundo novo.
Lá naquela matriz,
O futuro vem chegando
E o povo cantando:
Viva Nossa Senhora do Ó.
Lá naquele altar,
O padre diz amém.
Lá eu fico a vislumbrar...
O Círio é igual ao de Belém.
Só que no daqui
A Santa está prestes a dar à luz.
No de lá,

A Santa carrega o menino Jesus
Não nos deixes sós.
Protegei-nos o ano inteiro,
Nossa Senhora do Ó.
Ó protetora do Mosqueiro.
(Andriele)
Nossa Senhora do Ó,
Que passais em sua berlinda,
Cheias de flores e fé.
Como és tão bonita.
Intercede por nós.
Dai-nos tua luz.
Dai-nos teu Jesus.
Esta Ilha de Mosqueiro
Em festa fica quando passas
Cheias de flores e esplendor.
Como és cheia de graça.
Intercede por nós, caminha conosco.
Dai-nos teu Jesus, a nossa luz.
Ave-Maria cheia de graça.
Quanta alegria em ter-te em casa.
Logo que tua oração
Chegou em meus ouvidos,
A minha alma converteu-se em oblação.
(Larissa)

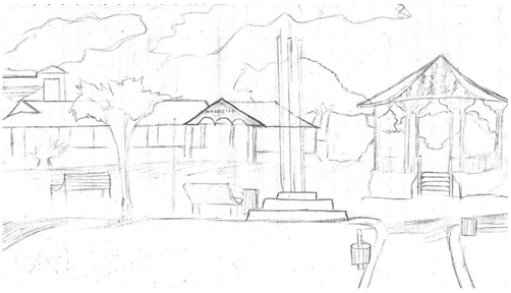
Chama a atenção no relatório desenvolvido pelos alunos Tássila, Victor e Renan (ambos da 302- 2018) a forma como pensam a relação da Praça Matriz com o cotidiano das pessoas:

> Antigamente, a Praça Matriz era ponto de encontro de famílias, que se reuniam para levar seus filhos para passear, conversar, etc. A Praça hoje se encontra modificada: já existe a tapiocaria, ponto turístico, onde muitos veranistas comparecem.

> A Praça matriz é o ponto de encontro de turistas e moradores de Mosqueiro, que se reúnem para conversar, levar os filhos para passear, brincar, etc. A mesma tem uma grande relação com a vida das pessoas, pois muitos trabalham, tem seus pontos de vendas. A praça tem uma enorme relação com a história da Ilha (Tássila; Victor; Renam, 302 – 2018).

A apropriação apresentada pelo Renan foi um desenho feito a lápis, que mostra como o rapaz vê o bem cultural:

FIGURA 29: Apropriação do aluno Renan.

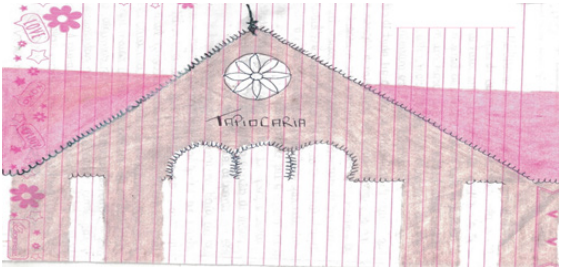


Fonte: Relatório apresentado pelos alunos Renan, Tássila e Victor, da 302 de 2018.

Bruna Thays e Keyse (302- 2018) fizeram o relatório juntas e evidenciaram no trabalho a Praça Matriz, dando uma atenção maior à tapiocaria. Destacaram um panorama histórico das barracas de venda de tapioca na Praça Matriz, identificando 1995 como o ano da construção das primeiras barracas ainda de madeira. Em 1997 houve a divisão em pavilhões, com a instalação de chapas de ferro dividindo as barracas. Sendo que, em 2008, foi inaugurada a obra em alvenaria tal qual permanece até hoje.

A Bruna Thays apresentou uma apropriação com um desenho e um poema sobre a tapiocaria:

FIGURA 30: Apropriação da Bruna Thays.



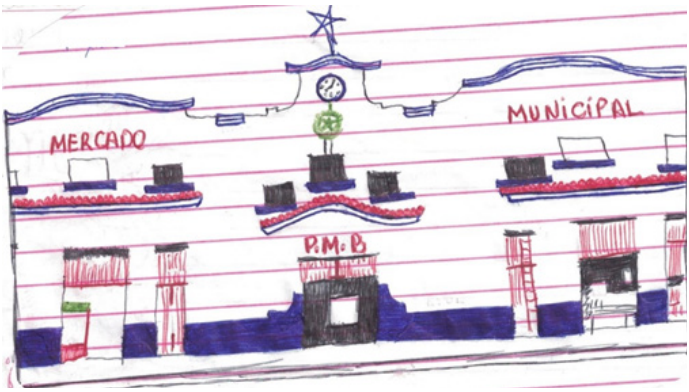
Fonte: Relatório das discentes Bruna Thays e Keyse, da 302 de 2018.

"Tapioca da Vila"
A tapioca é saborosa.
Quem é que não aceita
Uma coisa maravilhosa.
Com tudo se aproveita:
Com queijo fica gostosa,
Com coco fica perfeita.
Que maravilhosa tapioca.

Em sua apropriação, a Keyse nos trouxe um uma fala sobre a aprendizagem com o trabalho, um desenho sobre o mercado da Vila e um poema sobre a tapiocaria:

> O aprendizado sobre Patrimônio Cultural é muito bom, pois podemos reconhecer o lugar onde moramos, as mudanças com no tempo, reconhecer a importância e valorizar. A preservação é uma obrigação de todos, para que as futuras gerações tenham o privilégio de conhecer seu passado, cultura, o lugar onde mora, etc (Keyse, 302 – 2018).

FIGURA 31: Representação do Mercado da Vila.



Fonte: Relatório das discentes Bruna Thays e Keyse, da 302 de 2018.

"Tapioca da Ilha"

Tapioca vem da mandioca.
Opções: queijo e presunto. Para
Matar sua broca!
E logo em seguida vem o
Cafezinho. Você pode escolher:
Doce ou amarguinho. É uma boa
Opção para quem vem à Ilha.
Lugar calmo, para curtir
Com a família.

O professor pode repensar a sua prática, a partir da opinião do corpo discente, assim como verificar a relação entre o conhecimento produzido com o trabalho e as "ideias prévias" dos alunos, no sentido de perceber como o ensino de História pode interferir qualitativamente na aprendizagem (CARRETERO, 1997, p. 36-37), na vida do aluno. O questionário de conceitos aplicado contribuiu

com a produção do nosso material didático, no sentido de construir o diálogo entre o que os alunos concebem sobre os conceitos e o que a academia já produziu a respeito, para que se possa, a partir desse diálogo, estabelecer a construção do conhecimento histórico escolar. Nosso material didático não pretende ser a apresentação de todo o saber acerca do Patrimônio Cultural de Mosqueiro, mas um suporte que auxilie professores e alunos na construção de novos roteiros culturais ou mesmo refazer o traçado planejado por nós em torno dos bens culturais relacionados à economia da borracha.

Após a entrega dos relatórios, veio a fase do questionário avaliativo sobre o trabalho realizado, aplicado às turmas de 2017 e 2018, que continha as perguntas:

> 01- O que você aprendeu em nossas aulas sobre economia da borracha?
> 02- Conte um pouco do que você aprendeu sobre a história de Mosqueiro.
> 03- Qual a avaliação que você faz da nossa atividade de Educação Patrimonial no ensino de História?
> 04- Deixe sua sugestão ou crítica ao projeto desenvolvido.

Em relação à primeira pergunta, selecionamos as seguintes respostas: O Luã da 301 de 2017 disse que "foi um período onde a comercialização da borracha, que era extraída da seringueira, estava no ápice, levando muitos trabalhadores a se tornar 'escravos' novamente por não terem conhecimento da exploração que sofriam". O Gabriel da 302 de 2017, destacou que "vários donos de seringais contratavam pessoas pobres lá no sertão para trabalhar em suas terras no processo de retirada do látex". A Vyvian da 301 de 2018 comenta que "foi uma época muito importante para o desenvolvimento e embelezamento de Belém, grandes construções foram feitas nessa época, o modelo arquitetônico inspirado foi o europeu". O Weslly da 302 de 2018 fala que "a Amazônia era a principal fornecedora de látex, que só existia aqui. A procura era grande. A Amazônia o exportava para a Europa. Pensando em enriquecer, vários trabalhadores saíram de suas regiões em direção a Amazônia, mas chegando aqui eles eram mal tratados". Percebemos nas respostas a evidência dada à condição do seringueiro no trabalho da extração, que era o elo mais fraco do sistema de aviamento. Assim como identificamos a referência à *Belle Époque*, na fala da Vyvian, ao se referir ao modelo arquitetônico europeu e às construções da época.

Sobre o que aprenderam acerca da História de Mosqueiro, escolhemos algumas: a Eliandra da 301 de 2017 destacou "que há muito tempo os Chalés de hoje em dia eram as melhores casas e que as pessoas que moravam eram tratadas como barões, e que era difícil se você ouvir barulho de carro, pois Mosqueiro tinha o

seu pequeno trilho". A Talita da 302 de 2017 disse que "Mosqueiro começou com a Vila de pescadores, depois foi se expandindo e se urbanizando, com o passar do tempo foi construído o Cinema, depois a primeira Farmácia. Foi criado o primeiro meio de transporte que foram os vagões, puxados por dois burrinhos". O Raul da 301 de 2018 comentou que "Mosqueiro apresenta vários monumentos que são bem conhecidos como: o Coreto, a Igreja, Mercado. Precisamos estudar sua história, como os Casarões que estão em nosso dia a dia, a Fábrica Bitar". A Joseana da 302 de 2018 falou que "aqui existem alguns chalés, muitas mangueiras. Havia o bonde. Antes não existia muita coisa e a Vila era uma vila de pescadores". Os alunos fazem referência à urbanização de Mosqueiro, da virada do XIX para o XX, desatacando os chalés, o trilho, a Praça Matriz. Falam de bens culturais que estão conectados à lógica da comercialização do látex e da imitação do modelo de vida europeu na Amazônia.

O Tiago da 301 de 2017 fez a seguinte avaliação sobre a atividade: "foi muito boa, foi também bastante organizada. O mais importante é que o conteúdo foi dado em uma aula bastante dinâmica". A Lilian da 302 de 2017 avaliou assim: "boa, pois através da atividade foi possível aprender sobre a História de Mosqueiro com mais facilidade". A Karlla da 301 de 2018 disse que "foi algo diferente das outras aulas e foi bom pelo fato de termos conhecido os lugares que fazem parte da história de Mosqueiro". A Keyse da 302 de 2018 comentou: "bom, porque de todos os anos que eu estudei a matéria de História só aprendemos sobre coisas de outros países e nunca ficaram na nossa História que está praticamente embaixo do nosso nariz. Aprendi, algumas coisas e tenho outra visão e pensamento sobre Mosqueiro". Da fala dos alunos, destacamos as ideias de fazer a aula de um jeito diferente do convencional: o dinamismo e a lógica de se pensar a História a partir do que se vive, do que está bem próximo, caminhando junto à História regional e local – características que compuseram nossa intenção ao realizar a atividade.

No campo das sugestões ou críticas, selecionamos as seguintes respostas: a Eliane da 301 de 2017 sugeriu "que esse projeto possa ser realizado mais vezes e que tenha o apoio da escola e de outros professores, não apenas deles, mas seria importante se outras pessoas ajudassem a realizar o projeto". O Jardel da 302 de 2017 disse: "minha sugestão é que temos que ter mais passeios, aulas em campo, que faça o aluno sentir vontade de aprender com essas atividades". A Yasmin comentou que "poderiam ocorrer mais aulas assim, para sair mais da rotina da sala de aula". O Weslly da 302 de 2018 frisou que "foi uma aula muito boa, principalmente porque saímos um pouco da rotina de sala de aula. Foi uma forma diferente de conhecer a história de Mosqueiro". A ideia de sair da rotina, de construir um projeto de ensino com a liberdade do espaço da rua, fora das quatro paredes da sala de aula, chamou a atenção dos alunos, que na maioria, assim como as quatro falas que mos-

tramos, sugeriram a continuidade do projeto de ensino por meio da Educação Patrimonial.

PUBLICIZANDO O ENSINO DE HISTÓRIA

É fato que convivemos com uma mudança de hábitos em relação às transformações tecnológicas. Os jovens de hoje possuem uma grande habilidade em lidar com os equipamentos eletrônicos, usufruindo bastante de vários aplicativos, funções e possibilidades de um aparelho celular moderno, por exemplo. Há uma determinada ansiedade nos consumidores na busca pelos insumos mais modernos, mais novos. (TAVARES, 2012, p. 301-302):

> A discussão aqui proposta tem de partir, assim, dessa perspectiva de mudanças generalizadas que a humanidade está a trilhar. Não se pode falar da relação história e informática sem perceber que as alterações de comportamento afetam tudo e todos para além do nosso campo de estudo, também não é muito seguro arriscar um prognóstico do que virá a acontecer, pois a velocidade das transformações tecnológicas tem se mostrado vertiginosa e não parece prudente indicar as linhas de força desse gigantesco processo em constante movimento, justamente porque é vasto e variado (TAVARES, 2012, p. 302).

A *Internet* e seus indexadores, em especial o *Google*, são "instrumentos poderosos de homogeneização cultural" (TAVARES, 2012, p. 309). Assim, no período contemporâneo é necessário que se pense, que se construa, de forma estreita, a relação entre o historiador e o mundo da tecnologia da informática e da comunicação.

Marieta Ferreira (2002) diferencia a atuação de historiadores dos *hystory makers* (fazedores de histórias) para demarcar que os primeiros produzem conhecimento acadêmico pautado em teoria e método estabelecidos, enquanto os outros assumem o papel do historiador de maneira desregrada. Para Marieta Ferreira isso seria uma retomada do embate entre profissionais e amadores, sendo que, aos historiadores cabe cobrar e fazer valer seu papel de construtor de conhecimento do presente e do passado (FERREIRA, 2002, p. 325-326). A autora nos leva ao dilema que viveu Seignobos no início do século XX: separar os amadores dos profissionais especializados que trabalham a História. Faz isso identificando que os historiadores de hoje se deparam novamente com esse dilema, no qual a História destinada ao grande público, por meio de mídias diferenciadas não é feita pelo historiador de ofício. Esse último, o qual deve se dar conta disso e pensar como produzir narrativas para a academia e para o povo, e produzir também no formato de

outras mídias uma narrativa capaz de levar a produção do profissional de História ao grande público, sem necessitar de atravessadores (FERREIRA, 2002, p. 330).

Keila Grinberg e Anita Almeida (2012) realizaram estudo apontando que os primeiros historiadores a utilizarem a internet foram os amadores (GRINBERG; ALMEIDA, 2012, p. 316). As autoras também salientam que na academia a pesquisa sobre ensino ainda é pouco satisfatória, mesmo com o crescimento do campo em questão (GRINBERG; ALMEIDA, 2012, p. 317). É importante frisar que a informática e dos meios de comunicação, em especial a Internet, precisam ser utilizados para além da divulgação de arquivos digitais, partindo para a ideia de que essas ferramentas podem ser consideradas nas práticas de ensino na Educação Básica. Nesse sentido, é necessário, então, que o historiador assuma o papel de ser ativo nos meios em que há a possibilidade da publicização da História e do seu ensino, da divulgação para o grande público do que se faz na academia, do que se constrói no ensino, tanto em nível de graduação, quanto de Ensino Básico. Em nosso caso, trata-se de mostrar o que se fez na escola, como o ensino de História pode se inserir para além do espaço da sala de aula, na vida do aluno e de outras pessoas, passando a utilizar o que a tecnologia atualmente possibilita.

Bruno de Carvalho (2014) destaca que a informática foi uma ferramenta importante, utilizada pela História a partir da década de 1960, construindo a chamada "História Quantitativa", que muito se aproveitou do processamento de dados para estudos demográficos, por exemplo, mas que foi criticada pelo fato de que poderia transformar o historiador num programador, esvaziando seu papel como cientista que reconstrói o passado no presente, a partir das fontes, pois seria apenas necessário inserir os dados no computador e esperar o resultado (CARVALHO, 2014, p. 168). Na contemporaneidade, o uso da informática vai muito além de se aproveitar do processamento de dados:

> No final dos anos 1990, é possível notar uma mudança de rumo importante. Até então, o computador tinha sido visto como um instrumento auxiliar da pesquisa histórica, um facilitador. Uma ferramenta fantástica, sem dúvida, mas ainda assim apenas um equipamento. Na virada do milênio, no entanto, o computador e as demais novas tecnologias que o acompanhavam, da telefonia móvel aos dispositivos de mão, mas principalmente a internet, evidenciaram que havia muito mais coisa em jogo. A questão extrapolava o campo da pesquisa. Ensino, divulgação e metodologia também deveriam ser incluídos nesse "pacote" (CARVALHO, 2014, p. 169).

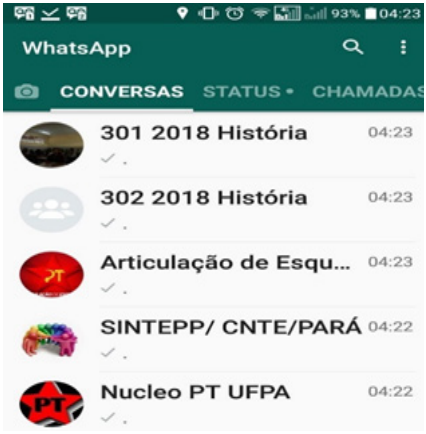
A História digital tem se apresentado como uma alternativa de utilização da informática, apropriando-se das redes sociais e de outras alternativas como softwares em geral e aplicativos educacionais, como instrumentos de divulgação e debate da História e seu ensino (CARVALHO, 2014, p. 169). Importante frisar que o computador é uma ferramenta para ajudar, melhorar a construção da História. É possível, e comum ocorrer, utilizar-se dos meios tecnológicos de forma brilhante, mas reproduzindo uma História aos moldes dos caracteres de uma história oficial, positivista (TAVARES, 2012, p. 304). O computador ou "[...] o banco de dados ou qualquer outro instrumento informático que o pesquisador utilize, nunca vai substituir a atuação do profissional de História, a escolha de critérios e referências que cabe somente a ele estabelecer" (TAVARES, 2012, p. 305).

Célia Tavares (2012) dá um alerta no sentido de que o entusiasmo com a tecnologia não crie um deslumbramento, pois a oportunidade do acesso a inúmeras fontes de pesquisa e textos precisa vir acompanhada da preocupação de que para o mundo da informática isso necessita apenas de espaço maior em suportes de arquivamento de dados, no entanto, para o homem, historiador, é necessário filtrar as informações para que sejam processadas de forma qualificada. A autora diz que "[...] o mais importante, porém, é que, na realidade altamente conectada das pessoas do presente, os historiadores podem estabelecer mais trocas, mais convergências, mais interfaces em sua incessante busca do passado" (TAVARES, 2012, p. 316).

Bruno de Carvalho (2014) pesquisou dados que mostram que 26% da população mundial participa de redes sociais *online*, um quantitativo que abrange 74% das pessoas que possuem acesso à *Internet*. Acrescenta que o Brasil possui 49% de sua população com acesso à rede mundial de computadores e que é o segundo país que mais possui pessoas inscritas no *Facebook* (65 milhões de pessoas), ficando atrás apenas dos Estados Unidos (CARVALHO, 2014, p. 173). Em nossa pesquisa com as turmas do terceiro ano do Ensino Médio da manhã (301 e 302 da manhã), dos 52 jovens de 2017 e dos 46 de 2018, totalizando 98 alunos, apenas 2 não participam de redes sociais. Aos que não possuem acesso às redes *online*, deixamos o texto impresso. Dos que participam, todos possuem perfil no *Facebook* e a maioria possui o aplicativo de mensagens *WhatsApp*. A partir dessa constatação compartilhamos nosso texto didático de duas maneiras: um documento em formato PDF, via grupo de *WhatsApp*, o qual os alunos integram; e por meio da página "Ensino de História e Educação Patrimonial em Mosqueiro", no *Facebook*. A página caminha na direção da História pública, da ideia de fazer o professor, os estudantes e o público em geral utilizarem os mecanismos que a internet e as redes sociais, nesse caso o *WhatsApp* (para compartilhamento com os alunos do arquivo em *PDF*) e o *Facebook* para alcançar um número maior de pessoas, para que

as informações não fiquem restritas a um grupo do aplicativo de mensagens instantâneas.

FIGURA 32: Captura de tela do nosso aparelho celular, em 17/12/2018, que mostra os grupos de WhatsApp das turmas de terceiro ano do Ensino Médio de 2018.



Fonte: Nosso aparelho celular.

FIGURA 33: Captura de tela do nosso aparelho celular, em 17/12/2018, mostrando o compartilhamento do arquivo em PDF, o material didático, via WhatsApp.

Fonte: Nosso aparelho celular.

FIGURA 34: Captura da tela do computador, em 17/12/2018, mostrando a página do Facebook.

Fonte: Nosso computador.

As duas primeiras imagens, capturas de tela do nosso aparelho telefônico, mostram o compartilhamento do documento em *PDF* – o material didático "Ensino de História e Educação Patrimonial em Mosqueiro". A terceira se trata também de uma captura de tela, agora do computador, mostrando a capa da página do *Facebook* que possui o mesmo título do material didático – "Ensino de História e Educação Patrimonial em Mosqueiro". Podemos acessar a página por meio do link: https://www.facebook.com/Ensino-de-Hist%C3%B3ria-e-Educa%C3%A7%C3%A3o-Patrimonial-em-Mosqueiro-332957260860248/?modal=admin_todo_tour. Até o momento da redação do texto, a página encontrava-se com 126 "curtidas", e o mesmo número de pessoas que seguem suas publicações. Em dois dos comentários, advindos de perfis do *Facebook* com os nomes Alcir Rodrigues e Jofre Mizaell, vemos os seguintes textos:

> O ensino aprendizagem se alargando, expandindo-se para além da sala de aula, tomando como objeto de estudo a riqueza arquitetônica, podendo, com isso, contribuir para a preservação do patrimônio histórico da ilha, vilipendiada de seus tesouros, que precisam ser mais valorizados pela população. Excelente iniciativa essa. (Alcir Rodrigues. Fonte: https://www.facebook.com/Ensino-de-Hist%C3%B3ria-e-Educa%C3%A7%C3%A3o-Patrimonial-em-Mosqueiro. Acesso em: 17 dez. 2018).

> Para construção de uma sociedade mais justa e próspera é importante e imprescindível o conhecimento de sua origem e da evolução do espaço construído ao longo do tempo. Neste sentido, o estudo da História Patrimonial local fora dos muros escolares é uma excelente oportunidade para os alunos absorverem este conhecimento

> e desenvolverem um olhar aprimorado do rico e pouco explorado patrimônio histórico de nossa ilha (Jofre Mizaell. Fonte: https://www.facebook.com/Ensino-de-Hist%C3%B3ria-e-Educa%C3%A7%C3%A3o-Patrimonial-em-Mosqueiro. Acesso em: 17 dez. 2018).

O primeiro comentário é do professor mosqueirense Alcir Rodrigues, que ministra aulas de Língua Portuguesa na mesma escola em que foi desenvolvido o trabalho. O segundo vem do arquiteto mosqueirense Jofre Mizael. Alcir Rodrigues destaca a iniciativa como uma excelente maneira de ensinar história a partir do Patrimônio Cultural, vencendo as barreiras físicas do espaço da sala de aula, no sentido de contribuir para a valorização dos bens culturais, que ora estão se deteriorando. Jofre Mizael ressalta a importância do conhecimento histórico pautado na localidade. Destaca a oportunidade dos alunos compreenderem sobre o patrimônio local numa aula diferente da comum, que se faz na da sala de aula, criando a chance de se estudar História no espaço da rua. Selecionamos também os comentários feitos por dois dos alunos envolvidos com o projeto em 2018. No *Facebook*, os perfis dos jovens aparecem com os nomes Patrícia Galeno e Wesley Gabriel:

> A aula de campo foi essencial para os alunos. Um jeito diferente de aprender e aprofundar o conhecimento em história. Um caminho de aprendizagem para muitos, e um jeito de se interessar pelo conteúdo. Sempre achei que inovar a forma de aprendizagem para os alunos seria essencial! O método da internet é muito bom, porque hoje em dia os jovens estão bem conectados às redes sociais (Patrícia Galeno. Fonte: https://www.facebook.com/pg/Ensino-de-Hist%C3%B3ria-e-Educa%C3%A7%C3%A3o-Patrimonial-em-Mosqueiro. Acesso em: 17 dez. 2018).

> A aula passeio que tivemos mostrou parte da história de Mosqueiro... Esse passeio foi bom para obtermos mais conhecimento sobre nossa Ilha e do Patrimônio Cultural. [...]

> Esse texto serve para refletirmos sobre o patrimônio histórico que guarda memórias sobre nosso Mosqueiro, como a Fábrica Bitar, Trapiche, Orla, Praça, Chalés. [...] O Facebook é um ótimo meio de transmitir essas informações, pois além dos alunos, mais pessoas de fora ou de outras escolas podem acompanhar (Wesley Gabriel. Fonte: https://www.facebook.com/pg/Ensino-de-Hist%C3%B3ria-e-Educa%C3%A7%C3%A3o-Patrimonial-em-Mosqueiro. Acesso em: 17 dez. 2018).

Ambos os alunos, em seus comentários, destacam a aula passeio ciclístico como uma boa estratégia para prender a atenção dos educandos, assim como enfatizam o uso do *Facebook* e da *Internet* como ferramentas importantes de ensino e aprendizagem, que podem fazer com que os alunos se interessem mais, uma vez que participam da rede social. Além do mais, essas ferramentas são essenciais para a divulgação do ensino de História para um número maior de pessoas, evitando o enclausuramento nas paredes da sala de aula. O texto ao qual o Wesley se refere é o material didático[5] que possui o mesmo título da página no *Facebook*.

Compreendemos que a utilização da prática de Educação Patrimonial no Ensino de História na Ilha de Mosqueiro correspondeu a uma prática educacional exitosa, que conseguiu engajar professores e discentes numa experiência que envolveu o espaço da sala de aula e a cidade, a rua, o cotidiano, e que contribuiu para a construção do conhecimento histórico escolar dos jovens.

[5] Presente no apêndice deste trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O livro ora apresentado corresponde ao resultado do trabalho desenvolvido em sala de aula, somado às aulas, atividades, leituras, orientações no dia a dia do programa de mestrado profissional em ensino de História – o PROFHISTÓRIA. Nesse sentido, para além de um simples relato de experiência, trata-se de uma construção pensada para apontar caminhos possíveis de respostas ao dilema do distanciamento entre a produção acadêmica e o que se faz na Educação Básica: estamos diante de uma prática de construção de conhecimento histórico escolar, sem renegar o que se faz na academia, ao contrário, aproveitando leituras de textos técnicos para qualificar o ensino de História.

Percorremos um caminho que nos levou a considerar o conhecimento prévio dos alunos, não com a ideia de que a bagagem que o aluno traz consigo já deva ser considerada como o conhecimento acabado, mas pensar em partir das ideias iniciais dos alunos, para encaminhar as ações de ensino. Assim o fizemos: questionamos os alunos sobre conceitos correlatos ao ensino e à Educação Patrimonial, dando ênfase ao que os jovens consideram como Patrimônio em Mosqueiro. A partir desse entendimento dos alunos, do que eles entendem como bens culturais na Ilha, trilhamos um rumo que nos encaminhou para a discussão da economia da borracha em Belém, na virada do século XIX para o XX, buscando entender como esse tema tem relação com a Bucólica, identificando que é no mesmo período de virada de século que Mosqueiro se torna um ponto de visitação para muitos belenenses e estrangeiros que, de alguma forma, vieram para a capital do Pará trabalhar em torno do comércio da borracha. Para tanto, dialogamos com a História local do distrito, mostrando suas características na passagem dos 1800 para os 1900, frisando que a quantidade maior de menções dos alunos sobre o que eles entendem como patrimônio tem relação com a economia gomífera e a imitação do padrão de vida europeu, chamado de *Belle Époque*: Chalés, Trapiche, Praça, Mercado, Praias.

Consideramos ponto-chave do trabalho o relato da experiência com os alunos – ao apresentarmos a produção dos jovens em desenhos, poemas, textos dissertativos, em que estes mostraram de que forma se construiu a aprendizagem histórica –, assim como a divulgação do trabalho e do produto pedagógico forjado no cotidiano da sala de aula, via *WhatsApp* e *Facebook*, apresenta-se como uma alternativa de História pública, de atuação do historiador nos

meios tecnológicos, em especial a utilização de redes sociais, ocupando tais espaços que ainda são preenchidos de forma incipiente por historiadores de ofício.

Por fim, deixamos um produto pedagógico no formato de um texto didático que se aproveitou das etapas do projeto, das ideias dos alunos e do diálogo com autores renomados que discutem os conceitos de História e seu ensino, Patrimônio, Educação Patrimonial, Cidadania. Compreendemos que o material didático, voltado para professores e alunos, assim como o texto denso desta obra, que se aproveita das tecnologias da informática e da educação, sem esquecer o bom e velho texto escrito, que utiliza o espaço da sala de aula em conjunto com o usufruto da cidade, da rua, podem servir como contribuição à expectativa da construção de um ensino de História renovado, capaz de chamar a atenção de jovens e demais faixas etárias para a relevância do conhecimento histórico. Entendemos também que o esforço empreendido neste trabalho se fez com a expectativa de que possa se tornar uma ferramenta de pesquisa, de informação e de incentivo à História de Mosqueiro, que muito necessita, dentre outras coisas, do reconhecimento e preservação do seu Patrimônio Cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU JÚNIOR, José Maria de castro. O vírus e a cidade: rastros do cotidiano na cidade de Belém durante a pandemia de gripe Espanhola. In: LACERDA, Franciane Gama & SARGES, Maria de Nazaré. Belém do Pará: história, cultura e cidade para além dos 400 anos. 2ª ed. ver. e ampl. Belém: Açaí, 2016, p. 183-203.

ABUD, Kátia. Currículos de história e políticas públicas: os programas de História do Brasil na escola secundária. In: BITTENCOURT, Circe. O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2001, p. 28-41.

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. In: PINSKY, Carla Basssanezi. Fontes históricas. 3ª Edição, 2ª Reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

ALVES, Davison Hugo Rocha. A disciplina "Estudos Amazônicos": história, memória de professores e os livros didáticos. Anais do Congresso Internacional de História. Jataí (GO), 2016.

ARCHER, Brian, COOPER, Chris. Os Impactos Positivos e Negativos do Turismo. In: THEOBALD, William F (org.). Turismo Global. São Paulo: Editora SENAC, 2002, p. 85-102.

BAÑOS, Ramon. Um pioner del cinema catalã a l'Amazònia. Barcelona: Íxia Libres, 1991.

BARROS, José D'Assunção. Cidade e história. 2ª edição. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012.

BARROS, José D'assunção. O Campo da História. Especialidade e abordagens. 7ª edição. Petrópolis-RJ: Vozes, 2010.

BARROS, José D'Assunção. O tempo dos historiadores. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

Belém da saudade: A memória da Belém do início do século em cartões-postais. 2 ed. Belém: Secult, 1998.

BIAZZETTO, Giovanni. Educação patrimonial, patrimônio e memória: conceitos construtores de cidadania e identidade. Revista Latino-americana de História, v. 2, nº 6 - Agosto de 2013 – Edição Especial.

BITENCOURT. Circe. Práticas de leitura em livros didáticos. Revista da Faculdade de Educação, v. 22, n. 1. Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 1996.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Pátria, civilização e trabalho. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

BITTENCOURT, Circe. O saber histórico na sala de aula. 12ª Edição, 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2017.

BLOCH, Marc. Apologia da História ou o ofício de historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BORGES, Vavy Pacheco. O que é História. 12ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BOSI, Ecléa. Memória da cidade: lembranças paulistanas. Revista Estudos Avançados (USP) 17 (47). São Paulo, 2003.

BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembranças de velho. 19ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

BRANDÃO, Eduardo. Mosqueiro: a história de um arquipélago no estuário amazônico. In: Ilhas Amazônicas. Halley SA Gráfica e Editora, nº 1, jan. Belém, 2006.

BRASIL. Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos. IPHAN. Brasília, 2014.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio – Ciências Humanas e suas Tecnologias. MEC. Brasília, 2000.

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado, e seu futuro. In: _____. A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

CALDAS, Waldenir. O que todo cidadão precisa saber sobre cultura. São Paulo: Global, 1986.

CANCELA, Cristina Donza. A presença portuguesa em Belém: percepções, circulação e experiências (1850-1920). In: LACERDA, Franciane Gama & SARGES, Maria de Nazaré. Belém do Pará: história, cultura e cidade para além dos 400 anos. 2ª ed. ver. e ampl. Belém: Açaí, 2016, p. 99-119.

CANCELA, Cristina Donza. Casamento e relações familiares na economia da borracha (Belém- 1870-1920). Tese de doutorado. São Paulo: USP, 2006.

CARDOSO, Maria da Paz Araújo. Ilha do Mosqueiro: cenário de lutas amazônidas na trilha de sua sobrevivência. Belém: UFPA, CSE. Curso de Serviço Social, 2000.

CARRETERO, Mário. Construir e ensinar as ciências sociais e a história. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. Faça aqui seu login: os historiadores, os computadores e as redes sociais online. Revista História

Hoje, v. 3, n. 5. ANPUH-BRASIL, 2014, p. 165-188.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 15ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CASTRO, Fábio Fonseca de. A cidade sebastiana: era da borracha, memória e melancolia numa capital da periferia da modernidade. Belém: Edições do Autor, 2010.

CATROGA, Fernando. Ainda será a história mestra da vida? Estudos Ibero-Americanos. PUC, Edição especial, n. 2, p. 7-34, 2006.

CERQUIER-MANZINI, Maria Lourdes. O que é cidadania. Coleção "Primeiros Passos". 3ª Reimpressão da 4ª edição, de 2010. São Paulo: Brasiliense, 2013.

CERRI, Luiz Fernando. Didática da história: uma leitura teórica sobre a história na prática. Revista de História Regional. 15(2). Inverno, 2010, pp. 264-278.

CEZAR, Alonso da Silva. Políticas públicas e expansão urbana na Ilha de Mosqueiro – sistema de objetos, sistema de ações. Monografia do curso de Geografia. Belém: UFPA, 2006.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. 4ª edição. São Paulo: UNESP, 2006.

COELHO, Anna Carolina de Abreu. O olhar de um viajante oitocentista sobre a sua cidade: o Barão de Marajó e a cidade de Belém da segunda metade do século XIX. In: LACERDA, Franciane Gama & SARGES, Maria de Nazaré. Belém do Pará: história, cultura e cidade para além dos 400 anos. 2ª ed. ver. e ampl. Belém: Açaí, 2016, p. 55-72.

CURY, Paula Gomes & MORAES, Fernanda Borges. Valorização e preservação do patrimônio cultural e os desafios da contemporaneidade. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, 2011, p. 6.

DA MATTA, Roberto. O que faz o Brasil, Brasil? Rio de Janeiro: Rocco,1986.

DAOU, Ana Maria. A Belle Époque amazônica. Editora. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

DIAS, Edinea Macarenhas. A ilusão do fausto – Manaus 1890-1920. 2ª Edição. Manaus: Valer, 2007.

DUARTE, Luiz F. D. Memória e reflexividade na cultura ocidental. In: ABREU, Regina & CHAGAS, Mário. Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

FAGUNDES, José Evangelista. A história local e seu lugar na história: histórias ensinadas em Ceará-Mirim. Tese de doutoramento.

Programa de pós-graduação em educação. Natal: UFRN, 2006.

FAGUNDES, Tatiana Bezerra. Os conceitos de professor pesquisador e professor reflexivo: perspectivas do trabalho docente. Revista Brasileira de Educação. V. 21. N. 65 – Abril/Junho. Rio de Janeiro, 2016.

FERNANDES, E. B. B. Do de ver de memória ao dever de História: um exercício de deslocamento. In: GONÇALVES, Márcia de Almeida et alii. Qual o Valor da História Hoje? Rio de Janeiro: FGV, 2012. pp 81-95.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Da identidade nacional à diversidade cultural: novos paradigmas para a preservação do patrimônio histórico. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, 2011.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Educação patrimonial e cidadania: uma proposta alternativa para o ensino de história. Revista Brasileira de História, v. 13, nº 25/26. São Paulo, 1993.

FERREIRA, António Gomes. A educação no Portugal barroco: séculos XVI a XVIII. In: STEPHANOU, Maria & BASTOS, Maria Helena Camara. História e memórias da educação no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 2006, p. 56-76.

FERREIRA, Helena Lúcia Damasceno. Expansão urbana e periferização em áreas de interesse turístico: o caso da ilha de Mosqueiro (Belém-Pará). Dissertação de mestrado. Belém: UNAMA, 2010.

FERREIRA, Marieta. História, tempo presente e história oral. Topoi, Rio de Janeiro, dezembro 2002, pp. 314 a 332.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Os pintores e a cidade: Belém, arte e paisagem (séculos XIX e XX). In: LACERDA, Franciane Gama & SARGES, Maria de Nazaré. Belém do Pará: história, cultura e cidade para além dos 400 anos. 2ª ed. ver. e ampl. Belém: Açaí, 2016, p. 13-32.

FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim. Educação patrimonial: um processo de mediação. In: TOLENTINO, Átila Bezerra. Educação patrimonial: reflexões e práticas. João Pessoa: IPHAN, 2012.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 4ª ed. rev. amp. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina & CHAGAS, Mário. Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. Políticas Sociais – acompanhamento e análise, nº 2. Brasília, 2001, p. 111-120.

FONSECA, Thaís Lívia de Lima. História e ensino de História. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FREIRE, William Fonseca. A história da Amazônia e os livros didáticos do Ensino Médio. In: PADOVANI NETTO, E. Historiografia e ensino de história: a sala de aula em questão. Belém: Amazônia Bookshelf, 2018, p. 131-145.

FUNARI, Pedro Paulo & FUNARI, Raquel dos Santos. Educação patrimonial: teoria e prática. In: SOARES, André Luís ramos & KLAMT, Sérgio Célio. Educação Patrimonial: teoria e prática. Santa Maria: UFSM, 2007.

FUNARI, Pedro Paulo & PELEGRINI, Sandra C. A. Patrimônio histórico e cultural. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

GAUER, Ruth M. Chittó. O pensamento iluminista português e a influência na formação da intelectualidade brasileira. In: STEPHANOU, Maria & BASTOS, Maria Helena Camara. História e memórias da educação no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 2006, p. 146-156.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. Estudos históricos. Rio de Janeiro, vol. 28, nº 55, janeiro-junho, 2015.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina & CHAGAS, Mário. Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

GRINBERG, Keila; ALMEIDA, Anita. Detetives do passado no mundo do futuro: divulgação científica, ensino de história e internet. Revista História Hoje, v. 1, n. 1. ANPUH-BRASIL, 2012, p. 315-326.

GUIMARÃES, Selva. Didática e ensino de história. 13ª Edição revista e ampliada. Campinas: Papirus, 2012.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Vértice, Editora dos tribunais. São Paulo: Vértice – Editora dos Tribunais, 1990.

HALL, Michael M. História oral: os riscos da inocência. In: São Paulo (Cidade). O direito à memória – patrimônio histórico e cidadania. Departamento do Patrimônio Histórico. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico - SP, 1992.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 11ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. Varia História, vol. 22, nº 36: Jul/Dez. Belo Horizonte, 2006, pp. 261-273.

HOBSBAWN, Eric. Sobre a História. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. Guia básico de educação patrimonial. Brasília: IPHAN, 1999.

KNAUSS, Paulo. Sobre a norma e o óbvio: a sala de aula como lugar de pesquisa. In: NIKITIUK, Sônia (Org.). Repensando o ensino de História. 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2012, p. 29-49.

KOSELLECK, Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. O conceito de história. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

LACERDA, Franciane Gama; SARGES, Maria de Nazaré. De Herodes para Pilatos: violência e poder na Belém da virada do século XIX para o XX. Projeto História, n 38. São Paulo, 2009, p. 165-182.

LE GOFF, Jacques. História & Memória. 7ª edição. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

LEAL, Maria das Graças de Andrade. Conhecendo a cidade, descobrindo o olhar: uma experiência de educação patrimonial com História e fotografia. História & Ensino, v. 17, nº 1. Londrina, jan/jun. 2011.

LEMOS, Carlos A. C. O que é patrimônio histórico. 2ª Edição, revisada e ampliada. São Paulo: Brasiliense, 2010.

LINHARES, Guilherme P. Bresciani C. Atribuição de valor histórico a bens patrimoniais pelo IPHAN: "preparando o terreno" da pesquisa – definição do objeto e das abordagens analíticas possíveis. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo, 2011.

MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira de. A cidade e seus lugares de comer: contextos da alimentação em Belém. In: LACERDA, Franciane Gama & SARGES, Maria de Nazaré. Belém do Pará: história, cultura e cidade para além dos 400 anos. 2ª ed. ver. e ampl. Belém: Açaí, 2016, p. 307-327.

MACHADO, Jurema & BRAGA, Sylvia. Comunicação e cidades patrimônio mundial no Brasil. Brasília: UNESCO, IPHAN, 2010.

MAIA, Maíra. A cidade de Belém do Grão-Pará de Dalcídio Jurandir. In: LACERDA, Franciane Gama & SARGES, Maria de Nazaré. Belém do Pará: história, cultura e cidade para além dos 400 anos. 2ª ed. ver. e ampl. Belém: Açaí, 2016, p. 229-248.

MALUF, Marina. Ruídos da memória. São Paulo: Editora Siciliano, 1995.

MARTINS FILHO, Amilcar Vianna. Como escrever a história de sua cidade. Belo Horizonte: Instituto Cultural Amilcar Martins (ICAM), 2005.

MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. O ensino de História no Brasil: contextualização e abordagem historiográfica. Revista de História Unisinos, v. 15, n. 1, jan/abril. São Leopoldo, 2011.

MATOS, Ana Léa Nassar. Um projetista para a cidade lemista. In: LACERDA, Franciane Gama & SARGES, Maria de Nazaré. Belém do Pará: história, cultura e cidade para além dos 400 anos. 2ª ed. ver. e ampl. Belém: Açaí, 2016, p. 33-54.

MEIRA FILHO, A. Mosqueiro: Ilhas e Vilas. Belém: Grafisa, 1978.

SILVA, Maurila Bentes de Mello e. Os "historiadores da cidade": ernesto Cruz, Augusto Meira Filho e Carlos Rocque. In: LACERDA, Franciane Gama & SARGES, Maria de Nazaré. Belém do Pará: história, cultura e cidade para além dos 400 anos. 2ª ed. ver. e ampl. Belém: Açaí, 2016, p. 267-284.

MENESES, José Newton Coelho. História e turismo cultural. 1ª ed., 1ª reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MENEZES NETO, Geraldo Magella. O ensino da história local a partir de fotografias: relatos de experiência no Ensino Fundamental no distrito de Mosqueiro-Pa. Revista Labirinto. Ano XV, vol. 22. Porto Velho, 2015, p. 91-104.

MONTEIRO, Ana Maria. Ensino de História: entre história e memória. In: Gilvan Ventura da Silva; Regina Helena Silva e Simões; Sebastião Pimentel Franco. (Org.). História e Educação: territórios em convergência. 1ª Ed. Vitória (ES): GM/ PPGHIS/UFES, 2007.

MUNAKATA, Kazumi. O livro didático: alguns temas de pesquisa. Revista Brasileira de História da Educação, v. 12, n. 3(30), set-dez. Campinas, 2012.

NADAI, Elza. O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva. Revista Brasileira de História. V. 13, nº 25/26. São Paulo, 1993, pp. 143-162.

NORA, Pierre. Entre Memória e História. A problemática dos lugares. Projeto História, vol. 10. São Paulo: 1993.pp. 7-28.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Cultura é patrimônio. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

ORIÁ, Ricardo. Memória e ensino de História. In: BITENCOURT, Circe. O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2001. p. 128-148.

PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Ensino como pesquisa: um novo olhar sobre a história no Ensino Fundamental. História e Perspectivas. 53- jan/jun. Uberlândia, 2015, p. 37-70.

PEREIRA, Francisco Antônio Almeida & MENDES, Maria Beatriz Pacheco. Mosqueiro: uma viagem ao passado. Belém: Imoprensa Oficial do Estado, 2013.

PETIT, Pere. Chão de Promessas: elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós 1964. Belém: Editora Paka-Tatu, 2003.

PETIT, Pere. Cinema e história no fim da belle-époque belemense (1911-1913): contribuição ao cinema paraense do cineasta Ramon de Baños. Cadernos CERU - Centro de Estudos Rurais e Urbanos/ USP ¬, v. 22, nº 2, dezembro de 2011.

PIAGET, J. Epistemologia Genética. Petrópolis: Vozes, 1970.

PIMENTA, Selma Garrido. Professor-pesquisador: mitos e possibilidades. Disponível em: http://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rc/article/view/802.

PINSKY, Jaime. Cidadania e educação. 10ª edição, 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2017.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos. Vol. 2, n. 3. Rio de Janeiro, 1989, p. 3-15.

QUEIROZ, Paulo Pires de. A pesquisa e o ensino de história: espaços/processos de construção de identidade profissional. In: NIKITIUK, Sônia (Org.). Repensando o ensino de História. 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2012 p. 103-121.

RA, Francisco Antônio Almeida & MENDES, Maria Beatriz Pacheco. Mosqueiro: uma viagem ao passado. Imprensa Oficial do Estado. Belém, 2013.

REZNIK, Luís. O lugar da História do Brasil. In: MATTOS, Ilmar Rohloff de. História do ensino da história no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Acces, 1998.

RODRIGUES, Marly. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In: FUNARI, Pedro Paulo, PINSKY, Jaime (orgs.). Turismo e Patrimônio Cultural. São Paulo: Contexto, 2003, 3ª ed. (Coleção Turismo Contexto).

RÜSEN, Jörn. "Pragmática – a constituição do pensamento histórico na vida prática." In: _____. Razão Histórica: Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: UNB, 2001.pp. 53-93.

SANTOS, Roberto. História Econômica da Amazônia (1800/1920). São Paulo: T.A. Queiroz, 1980, p. 42.

SARGES, Maria de Nazaré. Belém: riquezas construindo a Belle Époque (1870-1912). 3ª edição. Belém: Editora Paka-Tatu, 2010.

SARGES, Maria de Nazaré. Memórias do "Velho Intendente" Antônio Lemos (1869-1973). Belém: Editora: Paka-Tatu, 2002.

SARGES. Maria de Nazaré. O maestro, a cidade e a civilização nos trópicos. In: LACERDA, Franciane Gama & SARGES, Maria de Na-

zaré. Belém do Pará: história, cultura e cidade para além dos 400 anos. 2ª ed. ver. e ampl. Belém: Açaí, 2016, p. 249-265.

SAVIANI, DEMERVAL. Educação e colonização: as ideias pedagógicas no Brasil. In: STEPHANOU, Maria & BASTOS, Maria Helena Camara. História e memórias da educação no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 2006, p. 121-130.7

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. História do ensino de História no Brasil: uma proposta de periodização. Revista História da Educação, v. 16, n. 37, Maio/Agos. Porto Alegre, 2012, p. 73-91.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Construindo conceitos no ensino de história: a "captura lógica da realidade social". Hist. Ensino. V. 5, out. Londrina, 1999, p. 147-163.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende (Orgs.) Jörn Rüsen e o ensino de história. Curitiba: Ed. UFPR, 2011.

SCIFONI, Simone. Educação e patrimônio cultural: reflexões sobre o tema. In: TOLENTINO, Átila Bezerra. Educação patrimonial: reflexões e práticas. Paraíba: IPHAN, 2012.

SILVA JÚNIOR, Acioli Gonçalves da. Educação patrimonial, história local e ensino de história: uma proposta para o trabalho docente. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História. Rio de Janeiro: (PROFHISTÓRIA) – Universidade Federal Fluminense (UFF), 2016.

SILVA, Luís Carlos Borges da. A importância do estudo de história regional e local na educação básica. Anais do XVII Simpósio Nacional de História – ANPUH. Natal, 2013.

SILVA, Marcos & GUIMARÃES, Selva. Ensinar história no século XXI: em busca do tempo entendido. 4ª Edição. Campinas: Papirus, 2012.

SIQUEIRA DA SILVA, Sandra. A relação entre ciência e senso comum: para uma compreensão do patrimônio cultural de natureza material e imaterial. Ponto Urbe – Revista eletrônica, 2012. Disponível em: http://journals.openedition.org/pontourbe/359.

SOARES, Karol Gillet. As formas de morar na Belém da Belle-Époque (1870-1910). Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Belém: UFPA, 2008.

SOUSA, Rosana de Fátima Padilha de. Reduto São José: história e memória de um bairro operário (1920-1940). Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Belém: UFPA, 2009.

TAVARES, Célia Cristina da silva. História e informática. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). Novos domínios da história. Elsevier. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 301-317.

TEIXEIRA, Cláudia Adriana Rocha. A Educação Patrimonial no Ensino de História. Biblos – Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, v. 22, nº 1, 2008.

THOMSON, Alistair. Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. Projeto História. Abril, nº 15. São Paulo, 1997, p. 51-71.

Turismo no Brasil – 2011-2014. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_no_Brasil_2011_-_2014_sem_margem_corte.pdf. Acessado em 30 set.2013.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. Mana, v. 2 n. se. Rio de Janeiro, 2006, p. 237-248.

WANZELLER, Claudionor. Ilha do Mosqueiro: histórias e tradições. Belém: Remando Contra a Maré, 2017.

WEINSTEIN, Bárbara. A Borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920). São Paulo: Hucitec, 1993.

FONTES

A BOA NOVA. Edição: 078. Secção: “Chronica Urbana”. Data: 01/10/1873, p. 4.

A COLONIA PORTUGUEZA. Edição: 002. Secção: “Folhas Soltas”. Data: 13/09/1889, p. 4.

A EPOCHA: FOLHA POLÍTICA, COMERCIAL E NOTICIOSA. Edição 282. Secção “Parte Oficial – Expediente”. Data: 16/12/1859, página 1.

A EPOCHA: FOLHA POLÍTICA, COMERCIAL E NOTICIOSA. Edição 164. Secção “A Epocha”. Data: 06/06/1859, página 1.

A VOZ DO CAIXEIRO. Edição: 009. Secção: “Solicitados”. Data: 06/04/1890, p. 4.

ALMANAK administrativo, mercantil e industrial, 1969.

BEM-PARÁ/MOSQUEIRO. Prudução: TV Cultura. Belém, 2005. Vídeo-documentário.

CORREIO PARAENSE. Edição: 131. Secção: “A pedidos”. Data 06/10/1892, p. 3.

CORREIO PARAENSE. Edição 130. Secção: “Correio Paraense”. Data: 05/10/1892, p. 2.

CORREIO PARAENSE. Edição 605. Secção: “Capa”. Data: 01/06/1894, p. 1.

CORREIO PARAENSE. Edição: 134. Secção: “Annuncios”. Data: 09/10/1892, p. 1

CORREIO PARAENSE. Edição: 205. Secção: “Annuncios”. Data: 08/01/1893, p. 3.

CORREIO PARAENSE. Edição: 230. Secção: “Annuncios”. Data: 02/02/1893, p. 3.

DIÁRIO DE BELÉM. Edição 238. SECÇÃO: “Atos Officiaes”. Data: 26/10/1889, Pg 2.

DIÁRIO DE BELÉM. Edição 244. SECÇÃO: “Assuntos do dia”. Data: 03/11/1889, Pg 3.

DIÁRIO DE BELÉM. Edição 44. SECÇÃO: “Assemblea Provincial”. Data: 22/02/1889, Pg 3.

DIÁRIO DE BELÉM. Edição: 122. Secção: “Annuncios diversos”. Data: 31/05/1870, p. 2.

DIÁRIO DE BELÉM. Edição: 134. Secção: “Notícias Diversas”. Data: 14/06/1870, p. 1.

DIÁRIO DE BELÉM. Edição: 173. Secção: “Secção Oficial – Governo da Província”. Data: 03/08/1888, p. 2.

DIÁRIO DE BELÉM. Edição: 68. Secção: “Assembleia Provincial”. Data: 23/03/1889, p. 3.

DIÁRIO DE BELÉM. Edição 22. Secção “Pará – Assembleia Legislativa Provincial”. Data: 30/08/1868, p. 1.

FOLHA DO NORTE. Edição 510. Secção: “Echos e Notícias”. Data: 25/05/1897, p. 2.

FOLHA DO NORTE. Edição: 500. Secção: “Boletim Parlamentar”. Data: 15/05/1896, p. 2

GAZETA OFFICIAL. Edição 119. Secção: “Parte Oficial – Governo da Província”. Data: 01/10/1858, p. 1.

http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2015/12/fieis-realizam-o--147-cirio-de-nossa-senhora-do-o-em-mosqueiro.html. Acesso em: 22 nov. 2018.

http://ilhadomosqueiro.blogspot.com/2016/05/o-mercado-municipal-do-mosqueiro-pa.html. Acesso em: 29 dez. 2018.

http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=704555&pesq=Faustino%20Jos%C3%A9. Acesso em: 16 nov. 2018.

http://mosqueiroambiental.blogspot.com/2013/09/mosqueiro-salinizacao-das-aguas.html. Acesso em: 12 nov. 2018

http://mosqueiroambiental.blogspot.com/2013/09/mosqueiro-salinizacao-das-aguas.html. Acesso em: 12 nov. 2018.

http://mosqueirosustentavel.blogspot.com/2015/03/o-chale-porto-arthur.html. Acesso em: 21 nov. 2018.

http://mosqueirosustentavel.blogspot.com/2015/03/o-chale-porto-arthur.html. Acesso: 23 nov. 2018.

http://ptdemosqueiro.blogspot.com/. Acesso em: 30 set. 2011

http://trapichedemosqueiro.blogspot.com/. Acesso: 15 nov. 2018

http://www.foodnewsoficial.com.br/noticias-e-eventos/turismo-mundial/. Acesso em: 20 nov. 2018.

http://www.tramz.com/br/mq/mq.html. Acesso em: 19 dez. 2017.

https://fauufpa.files.wordpress.com/2017/04/chalc3a9-mosqueiro.jpg. Acesso em: 23 nov. 2018.

https://fotospublicas.com/wp-content/uploads/2017/07/90836_303569.jpg. Acesso em: 22 nov. 2018.

https://www.facebook.com/Ensino-de-Hist%C3%B3ria-e-Educa%C3%A7%C3%A3o-Patrimonial-em-Mosqueiro-332957260860248/?modal=admin_todo_tour. Acesso: 18/12/2018.

https://www.google.com.br/maps/search/Murubira+ao+Bispo/@-1.1407143,-48.4673689,6268m/data=!3m1!1e3. Acesso em: 22 nov. 2018.

https://www.google.com/maps/place/Mosqueiro/@-1.0814365,-48.624329,100453m/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0x92a41562953e8e79:0xa2e1c03ed6539d68!8m2!3d-1.151528!4d-48.37886. Acesso em: 12 nov. 2018.

https://www.google.com/maps/search/Honorato+Filgueiras,+Tv+Siqueira+Mendes+Maracaj%C3%A1/@-1.1424815,-48.4606277,14z. Acesso em: 17 dez. 2018.

O BINÓCULO. Edição: 011. Secção: "Telegramas". Data: 07/03/1897, p. 2.

O BINÓCULO. Edição: 64. Secção: "Novidades". Data: 16/01/1898, p. 4.

O LIBERAL DO PARÁ. Edição 100. Secção: “Parte Oficial”. Data: 06/05/1882, Pg 1.

O LIBERAL DO PARÁ. Edição 19. Secção: “Noticiário”. Data: 23/01/1889, Pg 1.

O LIBERAL DO PARÁ. Edição 199. Secção: “Editaes”. Data: 02/09/1880, Pg 2.

O LIBERAL DO PARÁ. Edição 21. Secção: “Crônica Política”. Data: 29/01/1886, Pg 1.

O LIBERAL DO PARÁ. Edição 247. Secção: “Noticiário”. Data: 01/11/1889, Pg 2.

O LIBERAL DO PARÁ. Edição 44. Secção: “Parte Oficial”. Data: 22/02/1889, Pg 1.

O LIBERAL DO PARÁ. Edição 74. Secção: “Editaes”. Data: 03/08/1880, Pg 3.

O LIBERAL DO PARÁ. Edição: 003. Secção: “Noticiário”. Data: 04/01/1889, p. 2.

O LIBERAL DO PARÁ. Edição: 154. Secção: “Editais – Feitos da Fazenda”. Data: 11/07/1883, p. 2

O LIBERAL DO PARÁ. Edição: 192. Secção: “Parte Oficial”. Data: 31/08/1882, p. 1.

O LIBERAL DO PARÁ. Edição: 268. Secção: “Parte Oficial”. Data: 21/11/1884, p. 1.

O LIBERAL DO PARÁ. Edição: 270. Secção: “Factos Diversos”. Data: 29/11/1872, p. 1.

O LIBERAL DO PARÁ. SECÇÃO: “Anúncios”. Data: 12/06/1873, Pg 2.

O LIBERAL DO PARÁ. Secção: “Comércio – Avisos Marítimos”. Data: 03/07/1875, Pg__.

O LIBERAL DO PARÁ. Secção: “Parte Oficial”. Data: 27/07/1880, Pg 1.

O PARÁ. Edição: 759. Secção: “Governo do Município”. Data: 09/07/1900, p. 2.

O PARÁ. Edição: 809.Secção: “Serviço Sanitário Municipal”. Data: 11/09/1900, p. 3.

O PARÁ. Edição 332. Secção: “Secção Telegráphica”. Data: 06/01/1899, p. 1.

O SANTO OFÍCIO. Edição 48. Secção: "Expediente". Data: 01/12/1873, p. 1.

TAVARES, Daniel Rodrigues, 2011. Arquivo pessoal de fotos.

Treze de Maio. Edição 011. Secção: "Parte Oficial". Data: 13/03/1861, p. 2.

APÊNDICE

Material didático – ensino de história e educação patrimonial em Mosqueiro

Apresentamos um esforço de diálogo entre ensino de História e a prática de Educação Patrimonial, por meio deste texto didático, que conversa com conceitos caros à história, ao patrimônio e com o tema da economia da borracha e a História local de Mosqueiro. Representa um trabalho feito por muitas mentes: autores diversos, como o professor de história (eu) e os alunos do terceiro ano do turno da manhã, de 2017 e 2018, do Honorato Filgueiras, escola pública estadual localizada no distrito de Mosqueiro, Belém, Pará.

Compreendemos que é de suma importância discutir conceitos: História, Memória, Identidade, Cidadania, ensino de História, Educação Patrimonial e Patrimônio Cultural. A partir deles, do entendimento em conjunto, é possível alcançar os principais objetivos do trabalho: construção do conhecimento histórico escolar, reconhecer-se como sujeito da aprendizagem e sujeito histórico, além de ver-se como cidadão que possui dentre outros, direitos culturais e constrói um sentido de preservação do patrimônio que se coaduna com a sua condição de identidade relacionada ao lugar onde se tem raízes, onde se possuem memórias.

Um passo importante é reconhecer a historicidade dos conceitos, é perceber que possuem um lugar no tempo e no espaço, e que possuem uma determinada relação com a sociedade que os produziu e/ou com a sociedade que agora lida com eles. A partir dessa constatação, pensamos sobre a História e o seu ensino: se outrora a História era feita de nomes, datas, fatos memoráveis, extraídos exclusivamente de documentos escritos e oficiais; contemporaneamente, não a fazemos mais desse jeito. Os sujeitos da História se ampliaram para muito além dos generais, reis, presidentes, imperadores. As pessoas simples, grupos étnicos, as "minorias", o povo, são sujeitos atuantes e transformadores da realidade social: portanto, são sujeitos históricos.

Sendo assim, a ótica sobre "fato memorável" depende da atuação de quem escreve a História, que vai em busca da documentação e da teoria necessárias, assim como se utiliza da metodologia da produção do conhecimento histórico para apresentar a sua reconstrução do passado. Nessa operação, a de se escrever a História, as fontes também vão muito além dos documentos escritos oficiais. Podemos considerar tudo o que foi produzido pelo homem. Assim, todo produto cultural é passível de ser um documento histórico capaz de lembrar o passado.

Nossa proposta é utilizar o Patrimônio Cultural de Mosqueiro como fonte para a construção do conhecimento histórico escolar. Assim, acompanhamos a definição de Marc Bloch: "A história é o estudo do homem no tempo". O que nos leva a estudar a ação dos sujeitos e o resultado dessas ações num determinado tempo e espaço, considerando os seus significados no passado, no presente e no futuro. Dito isso, entendemos também ser importante considerar as categorias pensadas pelo alemão Reinhart Koseleck: "espaço de experiência" e "horizonte de expectativas". A primeira sugere o entendimento do passado no presente, enquanto a segunda aponta para o futuro que se pensa no presente. Logo, para os estudantes de História, o tempo é a categoria essencial do estudo da disciplina. É importante que saibamos relacionar as possibilidades do tempo umas com as outras, sabendo entender os significados das ações humanas no passado, no presente e no futuro.

Assim como a História sempre passou por mudanças em seu entendimento, seu ensino também passou por alterações significativas. Se por um lado a História, principalmente a do século XIX era contada a partir dos grandes personagens, o ensino da disciplina acompanha uma prática pedagógica que se adequava à formação do cidadão patriótico, que constrói seu nacionalismo sem uma compreensão mais abrangente, crítica do que isso representa. O Brasil importou da França do Iluminismo esse modelo de pedagogia do cidadão patriótico. Nos dias de hoje, a formação do cidadão, segundo a professora Circe Bitencourt está fundamentada na noção de cidadania burguesa, do Estado de direitos, de quem vai se preparar para uma vida com direitos excludentes e construídos com os interesses econômicos da burguesia. Como alternativa para se fugir dessa lógica, pensamos a construção de um currículo de História a partir da prática de Educação Patrimonial, com a utilização da História local para que pudéssemos nos desviar dessa cadeia normativa do livro didático que vem repleto dessa ideia de cidadania da burguesia. Para tanto, nossa proposta de ensino de História corresponde à busca da proximidade daquilo que os alunos vivenciam em seu cotidiano, tomando como mote os bens culturais de Mosqueiro.

Ao se falar em ensino de História e Patrimônio, é essencial que se entenda os conceitos de memória e identidade, que são correlatos. A identidade de uma pessoa se constrói a partir de suas memórias. Uma vez que lidamos com jovens, é interessante destacar que esses adolescentes, assim como outras faixas etárias, possuem identidades múltiplas: moradores de periferia, filhos de trabalhadores, negros, pardos, brancos, são afeitos, de modo geral, às novas tecnologias de informação, assim como possuem em comum uma identificação com a Ilha de Mosqueiro. Ao se falar de memória, podemos, também, reconhecer a influência da memória coletiva, da memória individual, e da relação de poder que se estabelece naquilo que podemos chamar de "memória oficial". Para além

de entender "memória" apenas como aquilo que se quer lembrar, é importante reconhecer o que se quer esquecer. Nesse sentido há lembranças que permeiam o senso comum e outras que precisam de esforço para serem olhadas, evidenciadas. Essa característica da memória é algo muito caro a nós, uma vez que, ao lidar com o Patrimônio Cultural de Mosqueiro, necessitamos lidar com a memória afetiva; portanto, também com a identidade dos alunos que disseram o que entendem como Patrimônio em Mosqueiro. Aqui compreendemos a memória com uma das fontes da História, considerando-a como lembrança e esquecimento, como estratégia de confirmação de uma visão de sociedade também, portanto como instrumento de poder. Por isso, é importante que possamos lidar com o aspecto da afetividade, identidade e sua relação no cotidiano dos alunos em relação aos bens culturais, os quais elegeram: principalmente construções que datam da virada do século XIX para o XX, com uma estreita relação com a economia da borracha no Pará. É importante pensar no cotidiano do aluno e seu estreitamento com esses bens culturais, para que não reforcemos uma memória/identidade de elite, de pessoas que de alguma forma se beneficiaram com o comércio do látex no contexto em questão.

Para compreender a proposta de educar pelo patrimônio e utilizá-la na construção do conhecimento histórico escolar, então, requer-se associar o conceito de História e o seu ensino ao de memória e identidade, para apresentar o significado de Patrimônio Cultural, de forma sucinta, mas considerando o processo de construção e transformação desse conceito, para que possa ser utilizado como um instrumento pedagógico, como uma fonte histórica rica no processo de ensino e aprendizagem. Educação Patrimonial, portanto, corresponde a uma prática de alfabetização cultural via bens patrimoniais, que possuem memória que fazem com que as pessoas se identifiquem com eles, e que estabeleçam uma relação de pertença, associando o passado ao presente e pensando o futuro. Aqui dizemos que o patrimônio de Mosqueiro, o que os alunos selecionaram, é considerado por nós como um lugar de memória com as três características apresentadas pelo historiador Pierre Nora: material, simbólica e funcional. Os bens culturais mosqueirenses possuem materialidade, representam o passado e fazem com que as pessoas se identifiquem e ainda possuem uma funcionalidade.

Contudo, vamos à conceituação de patrimônio atualmente: podemos dividi-lo em material (tangível), imaterial (intangível) e natural. O primeiro remete aos bens palpáveis, dos quais os exemplos mais nítidos são construções feitas em determinados estilos arquitetônicos. Já o segundo grupo se refere aos bens não palpáveis: danças, ritos, tradições, modos de fazer, etc. Enquanto o terceiro conjunto de bens correspondem aos aspectos naturais que se relacionam com a cultura do homem, como uma praia, por exemplo. No Brasil a primeira legislação de patrimônio, em nível nacional, foi o Decreto 25 de 1937, sancionado por Getúlio Vargas.

Nele o entendimento de Patrimônio Cultural se resumia aos bens materiais, principalmente ligados à memória branca, europeia e católica, o que resultou em tombamentos dentro desse espectro. Aliás, "tombamento" foi o instituto jurídico criado pelo decreto 25 para salvaguardar (proteger) os bens materiais. Com o decorrer do tempo, essencialmente após a promulgação da Constituição de 1988, a compreensão de patrimônio no nível da lei e das políticas públicas no Brasil se ampliaram, passando a considerar os bens imateriais e naturais. Em 2000, o Decreto 3551 instituiu o "registro" como ferramenta de proteção aos bens intangíveis, e em 2009 foi criada a "chancela", que salvaguarda o patrimônio natural.

Contudo, uma das maiores críticas à política de preservação do Patrimônio Cultural no Brasil está relacionada à forma como os bens são definidos como patrimônio reconhecido pelo Estado: com pouca ou nenhuma participação social e uma preponderância da ação dos técnicos do patrimônio. Importante frisar que os entes federados possuem seus órgãos de patrimônio, podendo haver patrimonialização (transformação de um bem cultural em patrimônio, reconhecido pelo Estado) nos municípios, nos Estados e na União. Em nosso caso, a Fundação Cultural de Belém (FUMBEL) cuida da patriminonialização no munícipio de Belém; o Departamento Estadual de Patrimônio Histórico (DEPHAC) é responsável pela proteção do patrimônio em nível estadual; e em nível nacional temos o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN)

O foco do trabalho não corresponde à busca pela patrimonialização dos bens culturais de Mosqueiro, apesar de que não podemos deixar de lado o prisma da preservação do patrimônio na perspectiva do cuidado com a memória histórica do lugar, que deixa marcos identitários aos ilhéus. Entretanto, nossa ideia diz respeito a uma proposta de ensino de História pelo Patrimônio, mas não definido por alguém de fora, ou pelo Estado, mas pelos próprios sujeitos do conhecimento, os alunos. Quando foram questionados sobre o que consideram como patrimônio em Mosqueiro, as principais respostas foram: Trapiche, Mercado da Vila, Igreja Matriz, Chalés da Orla, Coreto. A partir disso, iniciamos uma proposta de currículo que caminhou junto à caracterização da economia da borracha no Pará e como conectamos a História de Mosqueiro a esse contexto da virada do XIX para o XX.

Na segunda metade dos anos de 1800, o látex se tornou um produto de exportação para o mercado internacional. No final do mesmo século se tornou o 2º produto de exportação do Brasil, ficando atrás apenas do café. Manaus e Belém foram as cidades amazônicas que despontaram como capitais da borracha, que até aquele momento só existia na Amazônia. A "empresa" criada na região para a retirada da borracha foi o "sistema de aviamento" que produziu uma dependência do seringueiro (extrator) para com o seringalista (proprietário do seringal), na qual os trabalhadores,

muitos migrantes nordestinos, sofriam com muito trabalho, pouca remuneração e prisão no local de trabalho até conseguirem pagar a sua dívida para com o seringalista, que bancava as passagens de vinda do Nordeste para cá e vendia a crédito (aviava), a preços extorsivos, produtos alimentícios e insumos necessários ao trabalho de extração da seringa.

Em Manaus, a historiadora Edinea Dias comentou que houve uma "ilusão de fausto": ocorreu uma urbanização concentrada no centro da cidade, feita para quem tinha condições financeiras de pagar pelo saneamento, pela energia elétrica, pela moradia. Em Belém, a professora Maria de Nazaré Sarges defendeu que as riquezas construíram a Belle Époque, apontando as contradições de uma urbanização também concentrada no centro da capital. Belle Époque, ou Bela Época, em português, remete ao entendimento do ideal de vida europeu, do século XIX, muito ligado à noção positivista de que a razão conduziria o homem ao progresso, que pôde ser percebido na descoberta, invenção de equipamentos e instrumentos que possibilitaram um conforto maior à vida, como: energia elétrica, meios de transporte movidos por motores à combustão, saneamento das cidades, calçamento de vias, criação de bulevares, arborização. Ideal de existência que se buscou imitar nas capitais amazônicas citadas. Belém se transformou na "Cidade das Mangueiras" com a implantação das árvores no projeto de Antônio Lemos – intendente municipal (prefeito) de 1897 a 1911. A capital paraense, com destaque para o período da intendência de Lemos passou por um processo de transformação urbana, financiado com dinheiro de empréstimos em instituições financeiras internacionais, avalizados pelo comércio do látex – retirado das seringueiras nativas da Amazônia. Forno crematório, reforma do Teatro da Paz, energia elétrica, bulevares, bondinhos elétricos são alguns elementos que denotam essa transformação.

FIGURA 35: Rua Conselheiro João Alfredo, em 1908.

Fonte: http://www.dezenovevinte.net/arte%20decorativa/belem_exposicoes.htm. Acesso em: 28 nov. 2018.

As mudanças criaram a ideia de que Belém passou a ser a "Paris n'América". Inclusive nos hábitos da população o poder público interferiu por meio do "Código de Policiamento de Belém", de 1900, uma reformulação do código de posturas da intendência municipal. Essa normativa obrigava as pessoas a se "vestirem bem" no centro da cidade. Também obrigava a construção de sobrados no centro, proibia venda de víveres nas ruas, impedia que as pessoas colocassem suas roupas para secar ao sol a vista de todos, nas áreas centrais. O projeto de embelezamento foi acompanhado por repressão, para que os "inadequados" se adequassem. E os que não cumpriam ficavam de fora do espaço central da cidade e ocupavam as áreas periféricas, onde a Bela Época não chegou.

FIGURA 36: Rua dos Cearenses, no início do século XX.

Fonte: http://blogmanueldutra.blogspot.com/2012/07/belle-epoque-dos-miseraveis.html. Acesso em: 28 nov. 2018.

A crise do comércio gomífero gerou falências de um lado e desenvolvimento de outras atividades comerciais, de outro. Mas a sensação de modernidade de uma vida pautada pelo modelo francês e a melancolia causada pelo declínio, segundo Fábio de Castro, geraram a saudade de uma Belém dos sonhos, que na prática não existiu. Foi uma periferia do capitalismo que experimentou transformações de seu centro, voltadas para as elites.

Em 1924, mesmo com a crise do comércio do látex, foi construída a Fábrica Bitar em Mosqueiro, na Ponta da Pedreira. A fábrica foi instalada num local estratégico, que mesmo com a maré seca consegue receber embarcações de grande porte, uma vez que a área onde está o porto apresenta grande profundidade. A fábrica foi a primeira a beneficiar a borracha no Brasil, antes mesmo da Goodyear, em São Paulo. A produção que iniciou na década de

1920, estendeu-se até a década de 1980, quando a fábrica deixou de funcionar. Em torno da Bitar paira a lenda de que existe uma cobra grande enrolada em seus pilares no fundo do rio, e que quando o animal se move as estruturas do prédio balançam.

FIGURA 37: Representação da lenda da cobra grande da Fábrica Bitar, feita por Alcir Rodrigues.

Fonte: http://mosqueirando.blogspot.com/2013/07.
Acesso: 09 dez. 2018.

Se nas áreas mais próximas do centro da cidade a Belle Époque não chegou, em Mosqueiro, distante do centro 75 km via terrestre e 15 milhas, via fluvial, as transformações também se mostraram excludentes, com uma urbanização concentrada do bairro da Vila ao Chapéu Virado. Mosqueiro, no final do século XIX, possuía uma população de, aproximadamente, 4 mil habitantes, dentre pescadores e lavradores em essência. O território ilhéu (na verdade se trata de um arquipélago) pertencia à Benfica e começou a conviver com a mudança de sua condição administrativa em 1858, quando a Igreja Católica resolve trocar o centro da Freguesia de Benfica para a "Ponta do Mosqueiro", ordenando a construção de uma Igreja Matriz. A conclusão da obra se deu em 1868, quando o território foi transformado numa Freguesia emancipada de Benfica, sob a invocação de Nossa Senhora do Ó.

FIGURA 38: Praça da Matriz, Mosqueiro, início do século XX.

Fonte: http://ilhadomosqueiro.blogspot.com/. Acesso: 28 nov. 2018.

FIGURA 39: Representação da Igreja Matriz.

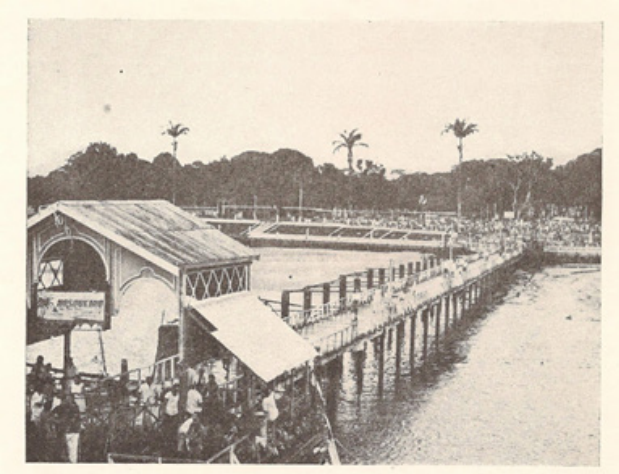
Fonte: Desenho integrante do trabalho da Fabiana, 301, manhã, 2018.

O postal anterior mostra a Praça Matriz no início do século XX. Ao fundo, por trás do coreto, vemos a Igreja Matriz. Importante perceber as mudas de Mangueiras já plantadas. O desenho representa a forma como a aluna apresentou sua apropriação do tema estudado.

Em 1895 o território passou a ser um Vila, mais especificamente no dia 06/07/1895, data em que atualmente se comemora o aniversário do lugar. Em 1901 tornou-se distrito de Belém e continua assim até a contemporaneidade. A partir de então, o intendente passou a demonstrar um interesse maior em relação a Mosqueiro, inclusive a respeito da organização dos terrenos do distrito, que passaram oficialmente para o controle da intendência.

No final do século XIX, Mosqueiro se tornou o principal destino de belenenses e de estrangeiros que vieram à capital trabalhar na instalação e funcionamento de serviços urbanos. Houve grande procura pelo balneário, principalmente por conta das praias de estuário; portanto, de água doce, que formam ondas, como nas praias de oceano, mas também por conta de festas em bares e restaurantes no período de Carnaval, por conta do bucolismo do lugar. Uma vez transformada em destino de visitação para os fins de semana, feriados e férias, a Ilha passou a experimentar alguns itens de urbanidade, como: surgimento de farmácia, de restaurantes, inauguração do trapiche de ferro, em 1908, do Cine Guajarino (1912), a construção de chalés na virada do XIX para o XX, a urbanização do largo da Praça Matriz no final do XIX, a instalação de bonde movido à tração animal, em 1904. Isto é, alguns elementos que os alunos elegeram como Patrimônio Cultural de Mosqueiro.

FIGURA 40: Trapiche no início do século XX.



Fonte: http://trapichedemosqueiro.blogspot.com/. Acesso: 29 nov. 2018.

FIGURA 41: Turmas 301 e 302 da manhã (3º ano do Ensino Médio de

Fonte: Arquivo pessoal de fotos.

A "ponte", como era chamado o trapiche, é uma obra da virada da década de 1860 para 1870 e que ganha uma estrutura de ferro em 1908. Era onde os vapores, desde o século XIX, atracavam trazendo visitantes a Mosqueiro. A navegação a vapor era um importante elemento da modernidade, representativo da *Belle Époque*. As viagens fluviais diárias para a Ilha iniciaram no ano de 1889.

Internamente, a locomoção era feita em charretes, até que em 1904 se instalou um ferro-carril que ligou a Praça Matriz ao Chapéu Virado, no qual vagões eram puxados por burros. Tempos depois a tração animal foi substituída por uma locomotiva, que passou a ser chamada de "Pata Choca", por fazer um barulho parecido ao do animal, segundo os passageiros. A concessão do transporte foi dada a Arthur Pires Teixeira, o mesmo que fundou o Cine Guajarino (1912), que funcionou até a década de 1970. Hoje Mosqueiro não possui cinema.

O comerciante em questão também construiu um chalé que denominou Porto Arthur, na praia do Covão, que hoje se chama Porto Arthur, homenagem que é feita ao comendador também no Terminal Rodoviário e na Praça do Carananduba, que levam o nome completo do descendente de portugueses. Aliás, a denominação "Porto" se refere à estrutura particular em frente à casa, que possibilitava atracar a embarcação bem em frente ao imóvel. As vivendas se transformaram na segunda moradia de seus donos, que vinham passar o momento de descanso e lazer na Bucólica nos fins de semana, feriados e férias. O chalé de Pires Teixeira, erguido em 1905, é um dos mais antigos que se construiu na Ilha. Os chalés se-

guem modelo arquitetônico eclético, com influências portuguesas, francesas, inglesas, alemãs. O padrão comum é a casa de campo europeia com telhado em duas quedas, que no velho continente serve para evitar que se acumule neve no telhado. Em Mosqueiro, os casarões foram construídos seguindo um padrão: telhado em duas águas bem arqueado, com varanda, porão (térreo), para que a ventilação se espalhe pela casa. O térreo em algumas é utilizado para abrigar o caseiro e sua família, que cuidam do imóvel esperando a chegada do proprietário.

FIGURA 42: Vagão puxado sobre o ferro carril.

Fonte: http://mosqueirosustentavel.blogspot.com/. Acesso: 29 nov. 2018.

FIGURA 43: Locomotiva – "Pata Choca".

Fonte: http://mosqueirando.blogspot.com/2012/12/na-rota-da-historia-locomotiva-pata.html. Acesso: 29 nov. 2018.

FIGURA 44: Porto Arthur na primeira metade do século XX.

Fonte: http://mosqueirosustentavel.blogspot.com/2015/03/o-chale-porto-arthur.html. Acesso: 29 nov. 2018.

FIGURA 45: Porto Franco.

Fonte: Arquivo pessoal de fotos.

Ambos os chalés mostrados possuíam portos particulares para as famílias dos proprietários descerem da embarcação já na frente do imóvel. Desde o final do século XIX, chalés foram construídos em Mosqueiro e hoje são lugares de memória que nos ajudam a ensinar História. Além dos mostrados podemos ainda citar: Sissi, Guanabara, Murubira, Briconly, Cardoso, Dragão Rosado, Canto do Sabiá. Uns com os cuidados de seus proprietários, outros nem tanto.

A aluna Débora, da 301 da manhã, de 2017, fez uma homenagem aos casarões:

Chalés Eternos

Suas marcas na história
Foram deixadas para sempre.
Através de sua arquitetura convenceram muita gente,
Mostraram seu valor
E todo o seu amor.
Conquistaram corações
Pelas suas construções.
De ferro importado
Juntamente ao seu modelo
Transformaram o vilarejo
Na bucólica Mosqueiro
Chalés que embelezam
A orla do arquipélago.
Mostram aos moradores
O quanto Mosqueiro é belo.

Em nosso caso, os órgãos responsáveis pelo tombamento e preservação do Patrimônio Cultural em nível municipal, estadual e federal são: Fundação Cultural de Belém (FUMBEL), Departamento do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural (DEPHAC) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico (IPHAN). Seria interessante provocá-los, no sentido de esclarecer os alunos da sua própria condição de cidadãos, que podem cobrar do poder público atuação. Nesse aspecto, o conceito de cidadania é importante para que se perceba que possuímos direitos variados, inclusive os culturais: o direito à memória é essencial para que nossa identidade possa se construir pautada no reconhecimento do passado do lugar onde se vive. Além disso, quando se consegue preservar os bens culturais de um lugar, é possível que esses, com todo o cuidado que se deve ter, podem ser utilizados como instrumentos que contribuam para a prática do turismo cultural, que gera receitas importantes em vários lugares do mundo e do Brasil. Em Mosqueiro nunca se aproveitou o turismo como se deve, uma vez que o que se percebe é uma política de fim de semana e férias, para o atendimento dos visitantes, sem um planejamento adequado para que haja geração de receitas durante todo o ano e não apenas em períodos específicos. É possível associar geração de emprego e renda à preservação patrimonial e ambiental.

Nossa proposta de ensino de História aproveitou o espaço consagrado da sala de aula e o espaço de memória da cidade, a rua. Pedalamos com os alunos do terceiro ano da manhã, de 2017 e 2018, do Honorato Filgueiras pela Orla de Mosqueiro, desde o Murubira até a Vila, e encerramos na escola, localizada no bairro do Maracajá.

FIGURA 46: Mapa de Mosqueiro, indicando a Orla (Avenida Beira Mar), desde o Murubira até o Maracajá.

Fonte:https://www.google.com.br/maps/@-1.1440592,-48.4566894,14z. Acesso: 29 nov. 2018.

Durante o trajeto, os professores de História (quem vos escreve este texto), Geografia (Aldo Rodrigues), Educação Física (Gilderson Trindade) e o técnico pedagógico da escola (Arnaldo Azevedo), passaram suas orientações, fizeram a aula na rua, pensando no cuidado com o corpo, na História do lugar, na urbanização de Mosqueiro, dentro de uma ação pedagógica diferente da comum, dentro de sala de aula, que é a que normalmente ocorre. Fizemos um roteiro pedagógico de visitação aos chalés da Orla e à área urbanizada do bairro Vila. Porém, esse roteiro também pode ser turístico, pode ser pensado para a geração de emprego e renda, associado ao conhecimento da história do lugar – o ensino de história é essencial, o aprendizado, o conhecimento histórico escolar pode ser uma ferramenta para auxiliar o cotidiano do aluno, inclusive numa proposta que coaduna conhecimento histórico, turismo e renda. Uma vez que estamos falando em aprendizado histórico, Patrimônio Cultural e Mosqueiro, deixamos a singela exaltação feita pelo Luan da 301 da manhã, de 2018:

> Oh Praça da Matriz
> Ponto turístico de famílias e veranistas
> Que aqui vem apreciar e contemplar
> A beleza do pôr do grande sol.
> Vem também ter maior proximidade com a natureza,

Com suas grandes e históricas árvores que ali se encontram,
Desde o tempo de nossos bisavôs.
Na tapiocaria podemos desfrutar um pouco das delícias do Pará:
As diversas gostosuras que podemos comprar,
Para ajudar os trabalhadores que dali dependem
Para se sustentar.
Às 18h vem o sino da Matriz a badalar,
Avisando que mais um dia está por se encerrar.
Casais que se encontram para namorar,
Desfrutando a imensidão do grande mar,
Onde ficavam os navios que partiam para a Baía do Guajará.

[2021]
EDITORA CABANA
Res. Paulo Fonteles, Q-B, 24
66640-705 — Belém — PA
Telefone: (91) 99998-2193
contato@editoracabana.com
www.editoracabana.com